



RELATÓRIO E CONTAS 2021





ÍNDICE

I. Mensagem da bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Evolução dos mandatos 2018–2021 e 2014–2018	9
IV. Missão, visão e valores	27
V. Ética, transparência e responsabilidade	29
VI. Política de qualidade	31
VII. Análise SWOT	33
VIII. Órgãos sociais do quadriénio 2022–2025	35
IX. Estrutura interna	45
X. Indicadores do ano 2021	47
XI. Principais acontecimentos	51
XII. Relatório de gestão	63
XII.a Áreas de atuação	64
XII.b Áreas de suporte	76
XII.c Análise da situação económica e financeira	90
XIII. Demonstrações financeiras	125
XIV. Relato não financeiro	167
XIV.a Modelo de governação	168
XIV.b Desempenho ambiental	185
XIV.c Desempenho social	191
XV. Relatório anual da atividade do conselho fiscal	209
XVI. Parecer do conselho fiscal	217
XVII. Certificação legal das contas	219





I. MENSAGEM DA BASTONÁRIA

Assinalamos o fim de um ciclo e o recomeço de outro. Um fim de ciclo na Ordem com o terminar de um mandato que em quatro anos alterou profundamente o paradigma político, social e profissional dos contabilistas certificados e da profissão e assinalamos o recomeço que, num momento em que começamos a sair desta terrível pandemia, nos entusiasma com projetos, planos e objetivos ambiciosos para a nossa instituição e classe.

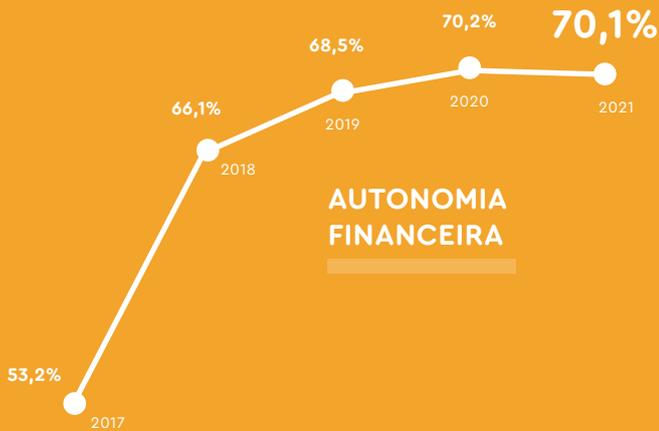
Enfrentamos as nossas ameaças com força e vemos nas fraquezas oportunidades, adotando uma postura de superação contínua em prol dos contabilistas certificados, olhamos em frente e vemos que com energia, motivação, altruísmo e dedicação, muito poderemos conquistar para os contabilistas certificados. Esta será a nossa postura, este é o nosso compromisso para com todos os colegas.

Foram quatro anos de enormes resultados, dos quais não posso deixar de salientar: + Prazo mínimo de 120 dias para disponibilização dos formulários digitais; + Regime do justo impedimento; + Férias fiscais; + Alteração do regime de responsabilidade subsidiária do contabilista certificado; + Regime de dispensa e atenuação especial de coimas; + Inviabilização do regime do SAF-T da contabilidade; + Novos módulos TOConline; + Redução em mais de 30% dos valores anualmente pagos aos membros dos órgãos sociais da Ordem; + Representações em todas as capitais de distrito; + Redução em 50% do endividamento da Ordem; + 2M formandos gratuitos; + de 200.000 apoios técnicos/ano.

Resultados inimagináveis há quatro anos e que mostram uma inegável realidade. Temos hoje, como nunca, uma instituição dos membros e para os membros que, diariamente, e nas mais variadas áreas, está ao lado dos contabilistas certificados e com os membros, passo a passo, etapa a etapa, constrói um cenário profissional e social com melhores condições pessoais, profissionais e uma profissão com maior valor e interesse público.

No plano financeiro muito também foi conquistado. Reerguemos a posição financeira da Ordem que tanto nos assustava há quatro anos, não podendo assim, deixar de sublinhar, com enorme agrado, alguns dos resultados alcançados.

Os valores do saldo final de tesouraria e depósitos de curto prazo de 2021 superaram de forma muito positiva os valores orçamentados e os valores de 2020 com um valor acrescido em 1.652.923 euros (+222,7%) face ao orçamento e um valor superior em 209.582 euros (+9,6%) em relação a 2020. Em relação ao endividamento existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2021 foi amortizado o montante de 5.270.349 euros, o que corresponde a uma redução de 51,8% do valor em dívida.



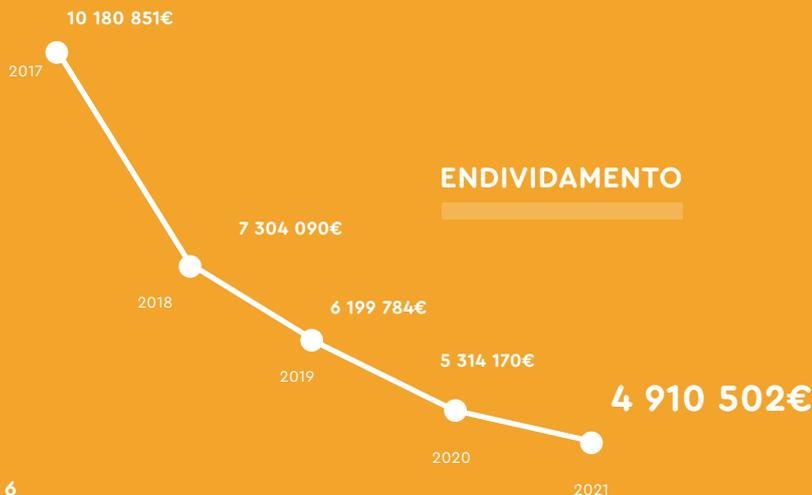
Rácio de solvabilidade
2,35

A autonomia financeira da OCC continua reforçada. Em 31 de dezembro de 2021 é de 70,1% versus 70,2% em 31 de dezembro de 2020, 68,5% em 31 de dezembro de 2019, 66,1% em 31 de dezembro de 2018 e 53,2% em 31 de dezembro de 2017. O rácio de solvabilidade é de 2,35 em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (2,17 em 31 de dezembro de 2019, 1,95 em 31 de dezembro de 2018 e 1,14 em 31 de dezembro de 2017).

Findo o meu primeiro mandato como Bastonária, olho para o início de 2018, quando iniciei funções e com tremendo orgulho e humildade, posso afirmar que não só alcancei todos os objetivos com que me tinha candidatado como largamente superei as melhores expectativas. Com esta certeza e com a reforçada confiança de todos os contabilistas certificados que no final de 2021, no ato eleitoral mais concorrido da história da Ordem dos Contabilistas Certificados, me elegeram com 89% dos votos, mostrando a força e união de uma profissão que, ano após ano, desafio após desafio, obstáculo após obstáculo, se posiciona num mais elevado patamar de excelência, rigor, transparência, competência e relevância enquanto agentes ativos de uma economia e sociedade global.

A bastonária

Paula Franco





II. ENQUADRAMENTO JURÍDICO



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro e pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, totalizando, à presente data 68.120 membros com a inscrição ativa, dos quais 36.687 são mulheres e 31.433 homens, contando ainda com mais 2.443 membros com a inscrição suspensa, totalizando assim 70.563.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, os regulamentos da Ordem, o Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, à sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

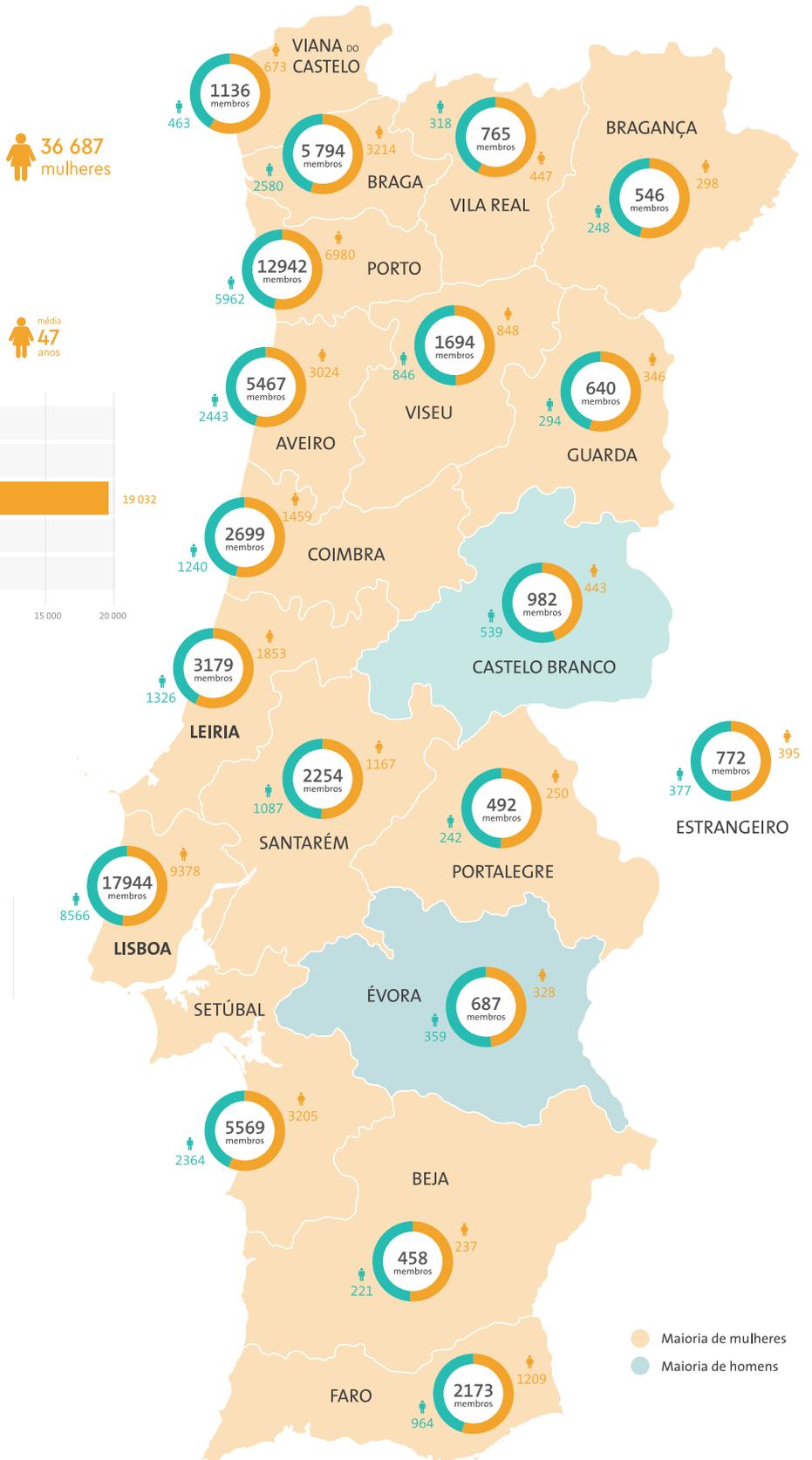
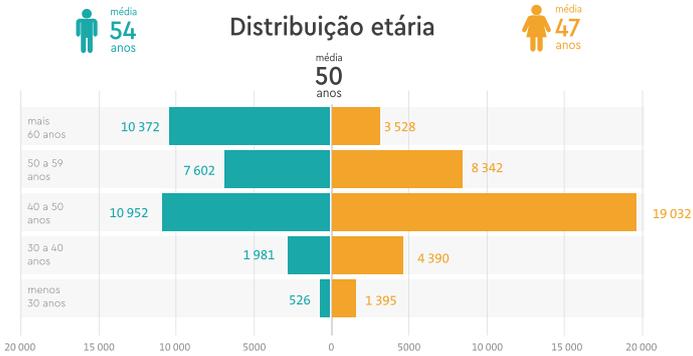
A instituição tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competências que pretendem o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho fiscal.

Nos termos conjugados da al. c) do artigo 54.º e al. a) do n.º 1 do artigo 43.º do EOCC, compete ao conselho diretivo «Apresentar anualmente à assembleia representativa o relatório e contas respeitantes ao ano civil anterior;», «No decurso do 1.º trimestre de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas apresentado pelo conselho diretivo e do relatório e parecer do conselho fiscal relativos ao ano civil anterior;». Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, apresenta o conselho diretivo o Relatório e Contas do período de 2021 da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Membros Ordem 2021

Distribuição geográfica por género e idade



Fonte: Dados OCC a 31 de dezembro de 2021



III. EVOLUÇÃO DOS MANDATOS 2018-2021 E 2014-2017

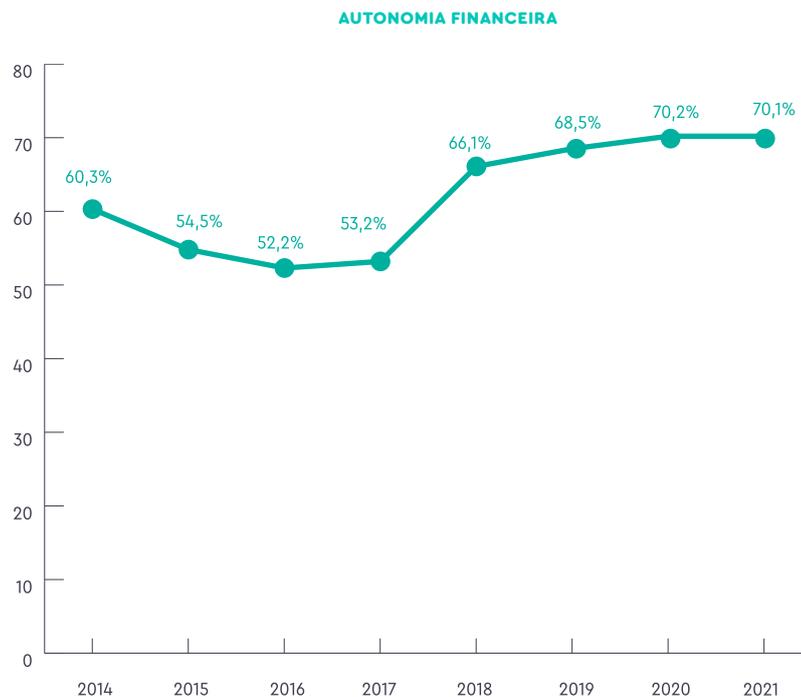
Há quatro anos iniciámos em percurso de mudança. Com menos conseguimos fazer muito mais, com justiça tudo é mais equitativo.

O presente Relatório & Contas 2021 da Ordem dos Contabilistas Certificados assinala não só o fim de um tremendo ano de trabalho em prol dos contabilistas certificados e na defesa do interesse público da profissão, como marca também o final do primeiro mandato do atual conselho diretivo da instituição. É assim o momento de fazer o balanço dos resultados, comparando com o mandato 2014–2017 (este mandato prolongou-se até 5 de março de 2018 devido à segunda volta das eleições), por forma a melhor se compreender a evolução da instituição, da classe e da nossa profissão.

Para uma completa análise e comparação, abordaremos os principais indicadores económicos/financeiros e de atividades, fornecendo uma plena compreensão de onde viemos e onde estamos, por forma a melhor se compreender também para onde vamos.

I – Dos indicadores económicos/financeiros:

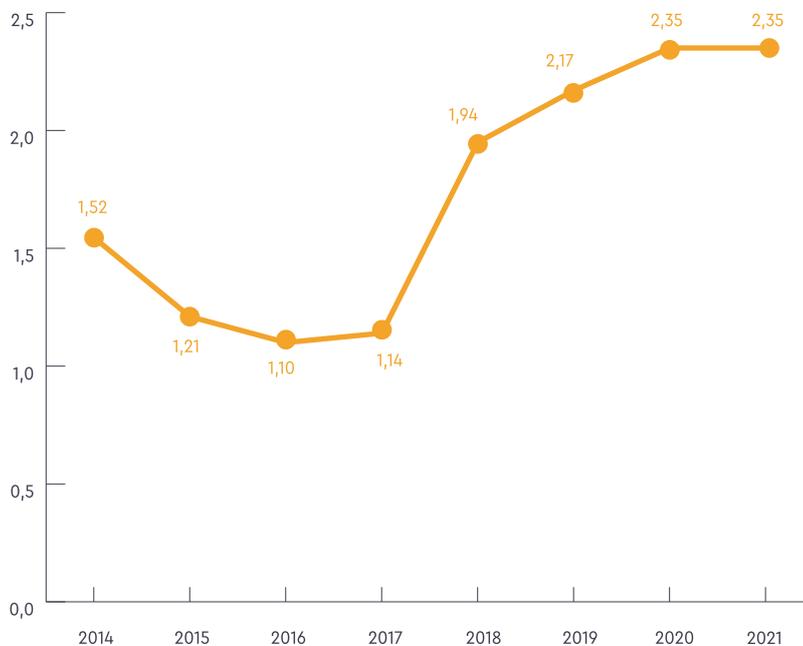
A autonomia financeira da Ordem passou de 60,3% em 2014 para 70,1% em 2021, tendo registado um mínimo no ano de 2017 de 53,2% atendendo ao aumento do investimento sem cobertura dos fundos patrimoniais. A evolução muito favorável da autonomia financeira, fruto de um corte de despesas supérfluas e uma melhor e mais eficiente alocação dos recursos da Ordem, evidencia, de forma inequívoca, o reforço da sua sustentabilidade financeira.





O rácio de solvabilidade passou de 1,52 em 2014 para 2,35 em 2021, com o valor mais baixo em 2016 de 1,1. Apesar da situação financeira da Ordem mais frágil nos anos de 2015 a 2017, o rácio de solvabilidade foi sempre superior a um, evidenciando a capacidade da instituição para cumprir os seus compromissos. Não podemos também deixar de assinalar a muito positiva evolução do rácio quando comparamos o ano de 2014 com o momento atual, 2021.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

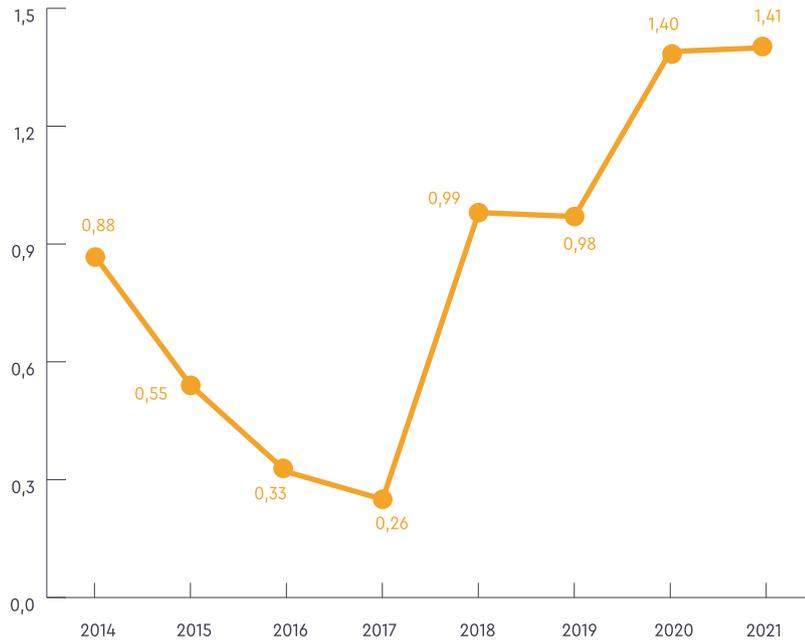


O rácio de liquidez geral, que em 2014 apresentava um valor de 0,88, com um mínimo de 0,26, apresenta em 2021 um valor de 1,41, evidenciando a eficácia na capacidade imediata de resposta da Ordem para cumprir com os compromissos exigíveis a curto prazo.

Regista-se com bastante expressão o facto de as disponibilidades de caixa e depósitos bancários terem passado de 211.742 euros no ano de 2014, com valores bastante reduzidos nos anos de 2016 de 69.465 euros e 2017 de 125.936 euros, para o valor de 2.393.936 euros em 2021. Este aumento, que poucas palavras existem para o adjetivar, representa onze vezes o valor de 2014, um aumento de 2.182.194 euros em paralelo com um aumento exponencial de toda a atividade da instituição.



LIQUIDEZ GERAL



DISPONIBILIDADES (CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS)





Balanço

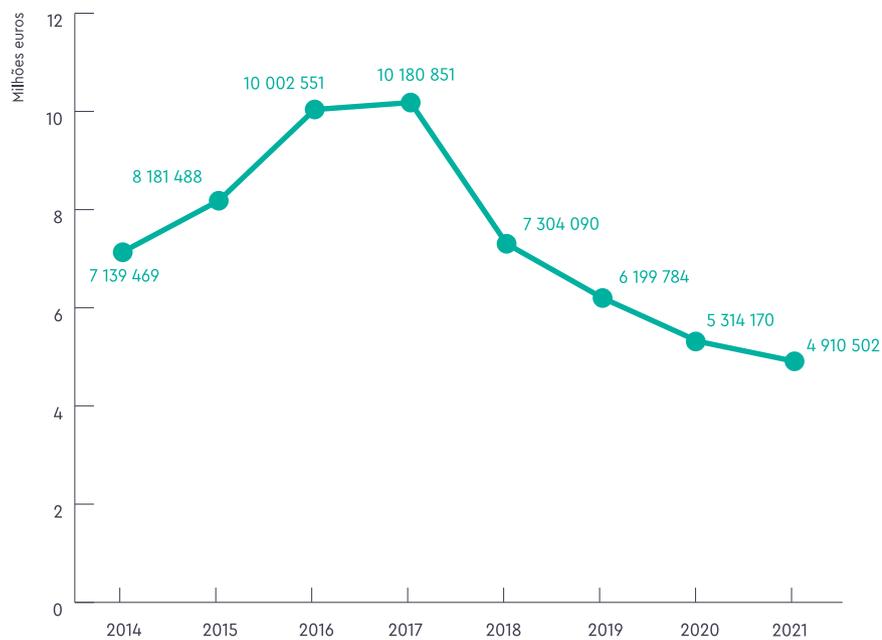
Rubricas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO								
Ativo não corrente								
Ativos fixos tangíveis	22 974 930	23 478 132	25 806 028	26 598 289	27 575 593	26 602 212	22 117 539	19 869 247
Bens do património histórico e cultural	217 028	212 028	196 860	196 860	196 860	156 860	66 860	66 860
Propriedades de Investimento	-	-	-	-	-	-	2 093 581	2 099 742
Ativos Intangíveis	55 883	23 880	81 472	124 536	251 360	415 874	580 384	60 012
Outros créditos e ativos não correntes	21 541	15 264	8 977	4 922	4 131	2 472	862	54
Subtotal	23 269 381	23 729 304	26 093 338	26 924 607	28 027 944	27 177 418	24 859 226	22 095 915
Ativo corrente								
Inventários	-	-	-	-	-	1 093	1 093	60 353
Créditos a receber	2 111	1 341	23 643	6 656	4 718	7 501	5 617	16 264
Estado e outros entes públicos	19 292	19 379	19 278	19 312	-	-	27 248	17 319
Membros	2 312 814	2 012 748	1 894 081	2 252 070	1 242 845	1 756 027	2 081 305	2 295 644
Diferimentos	333 145	321 291	267 223	260 690	208 521	196 060	221 033	190 641
Outros ativos correntes	287 277	218 738	108 805	79 971	42 844	57 176	75 806	136 000
Ativos não correntes detidos para venda	1 496 628	1 496 628	-	-	-	-	-	-
Caixa e depósitos bancários	2 393 936	2 185 557	1 813 112	1 376 302	125 936	69 465	642 386	211 742
Subtotal	6 845 203	6 255 682	4 126 143	3 995 001	1 624 863	2 087 323	3 054 488	2 927 961
Total do ativo	30 114 584	29 984 986	30 219 481	30 919 607	29 652 806	29 264 741	27 913 714	25 023 876
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO								
Fundos patrimoniais								
Fundos	20 730 266	20 390 335	20 143 173	15 512 035	15 028 522	15 013 431	14 829 706	14 746 034
Resultados transitados	38 321	38 321	38 321	38 321	-233 647	-116 503	-	-87 618
Reservas fundo de solidariedade social	129 922	123 164	132 227	158 102	167 722	179 648	194 323	191 619
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
Subtotal	20 918 509	20 571 820	20 333 721	15 728 458	14 982 597	15 096 576	15 044 029	14 870 035
Resultado líquido do período	205 629	466 768	364 934	4 723 036	799 438	201 946	239 402	229 671
Total dos fundos patrimoniais	21 124 138	21 038 587	20 698 656	20 451 494	15 782 035	15 298 522	15 283 431	15 099 706
PASSIVO								
Passivo não corrente								
Provisões					156 000	51 391	51 391	166 391
Financiamentos obtidos	4 127 933	4 493 923	5 314 392	6 199 784	7 302 495	7 501 608	7 045 900	6 444 485
Outras dívidas a pagar				235 571	229 076	171 112	-	-
Subtotal	4 127 933	4 493 923	5 314 392	6 435 356	7 687 570	7 724 111	7 097 291	6 610 876
Passivo corrente								
Fornecedores	589 099	275 831	411 807	476 318	874 723	1 292 229	854 196	299 308
Estado e outros entes públicos	244 213	230 775	212 633	208 383	164 874	236 031	174 020	165 402
Financiamentos obtidos	365 990	365 990	885 393	1 104 306	2 878 356	2 500 943	1 135 588	694 984
Diferimentos	2 000 394	1 834 147	1 314 128	990 933	198 079	493 069	345 855	502 091
Outros passivos correntes	1 246 238	1 291 476	1 382 473	1 252 819	2 067 170	1 719 838	3 023 333	1 651 510
Passivos não correntes detidos para venda	416 579	454 257	-	-	-	-	-	-
Subtotal	4 862 512	4 452 476	4 206 433	4 032 758	6 183 202	6 242 108	5 532 992	3 313 294
Total do Passivo	8 990 446	8 946 399	9 520 825	10 468 113	13 870 772	13 966 219	12 630 283	9 924 170
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	30 114 584	29 984 986	30 219 481	30 919 607	29 652 806	29 264 741	27 913 714	25 023 876

O ano de 2017 regista o valor mais elevado de endividamento no período de 2014 a 2021. Em relação ao endividamento bancário existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, verificamos, com assinalável agrado, a amortização do montante de 5.270.349 euros, o que corresponde a uma redução de 51,8% do valor da dívida em meros 4 anos – 2018 a 2021 – dois deles fortemente impactados pela pandemia.



Financiamentos	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Cartões de crédito								
Subtotal				1 583	6 162	8 634		
Empréstimos								
BPI – MLP	1 893 923	1 993 246	2 092 569	2 191 892	2 225 000	1 397 888	785 000	785 000
BPI (Tranche BPI) –MLP	600 000	866 667	1 133 333	1 400 000	1 666 667	1 933 333	1 800 000	1 800 000
BPI (Jessica) – MLP	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	2 000 000	1 307 318	
Subtotal	4 493 923	4 859 913	5 225 903	5 591 892	5 891 667	5 331 221	3 892 318	2 585 000
Leasing								
Sede	0	0	482 739	1 183 418	1 874 361	2 555 704	3 227 580	3 890 107
Casa CC (Gago Coutinho)	416 579	454 257	491 143	527 197	562 662	597 544	631 590	664 362
Subtotal	416 579	454 257	973 882	1 710 615	2 437 022	3 153 248	3 859 170	4 554 469
Descoberto Bancário								
Santander Totta						18 081		
Subtotal						18 081		
Contas Caucionadas								
Novo Banco								
Millennium BCP					496 000	500 000	200 000	
BPI					500 000	500 000		
Santander Totta					850 000	500 000	230 000	
Subtotal					1 846 000	1 500 000	430 000	
Total Geral	4 910 502	5 314 170	6 199 784	7 304 090	10 180 851	10 011 185	8 181 488	7 139 469

FINANCIAMENTOS OBTIDOS





De realçar o facto de que as contas caucionadas do Millennium BCP, Santander Totta e BPI com um montante de utilização em 31 de dezembro de 2017 de 1.846.000 euros terem sido totalmente amortizadas no período compreendido entre 5 de março de 2018 e 15 de outubro de 2018, o que representa a concretização de um grande objetivo deste conselho diretivo.

A redução do valor das quotizações em 1.959.157 euros (-4,7%), entre os períodos 2014-2017 e 2018-2021, está, em parte, relacionada com a evolução decrescente do número de membros no período de 2014 a 2021, considerando que em 31 de dezembro de 2021 existem 68.120 membros efetivos e 2.443 suspensos e em 31 de dezembro de 2014 existiam 71.825 membros efetivos e 2.710 suspensos.

Esta redução, está também relacionada com outro fator pois em 2019, 2020 e 2021 foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos: – Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão; – Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão; e – Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

Estas três medidas tiveram um impacto na redução do valor das quotas dos membros, de 159.264 euros em 2021, 112.032 euros em 2020 e 107.784 euros em 2019, perfazendo um total de 379.080 euros nestes três anos de aplicação das medidas de apoio aos membros. Estas medidas, constituíram, de forma muito positiva, um estímulo profissional e social a muitos contabilistas certificados, mostrando, uma vez mais, a influência da instituição quando os membros mais dela precisam.

Rendimentos e Gastos	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Vendas e serviços prestados	16 448 313	15 234 626	17 398 177	15 584 482	15 676 188	14 894 729	14 495 164	13 476 635
Subsídios à exploração	1 923	1 536		-	-	-	2 972	2 186
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-4 451	-7 713	-3 170	-448	-613	-418	-1 934	-5 273
Fornecimentos e serviços externos	-10 185 722	-8 606 359	-11 695 443	-7 662 853	-8 849 358	-9 784 104	-9 750 692	-9 308 388
Gastos com o pessoal	-4 938 405	-4 791 491	-4 749 669	-4 068 824	-4 238 415	-4 604 075	-4 458 760	-4 070 986
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-	-1 093	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	132	-309 559	455 600	1 876 138	-745 566	-220 678	-152 750	-144 697
Provisões (aumentos/reduções)	-	-	-	-	-104 859	-	23 337	-
Outros rendimentos	232 750	341 616	387 909	605 765	708 565	881 282	1 033 799	1 101 384
Outros gastos	-284 034	-304 120	-333 748	-407 007	-552 925	-304 031	-323 665	-204 917
Resultado antes depreciações, gastos financ. e impostos	1 270 505	1 558 536	1 459 656	5 927 254	1 891 924	862 705	867 472	845 944
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-1 006 973	-1 019 819	-1 001 017	-1 082 276	-984 911	-589 903	-571 955	-543 560
Resultado operacional (antes gastos financ. e impostos)	263 532	538 717	458 639	4 844 979	907 013	272 802	295 517	302 384
Juros e rendimentos similares obtidos	57	405	587	134	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-57 647	-72 237	-92 510	-122 076	-107 199	-70 856	-56 115	-72 713
Resultado antes de impostos	205 942	466 884	366 716	4 723 036	799 813	201 946	239 402	229 671
Imposto sobre o rendimento do período	-312	-116	-1 782	-	-376	-	-	-
Resultado líquido do período	205 629	466 768	364 934	4 723 036	799 438	201 946	239 402	229 671



Rendimentos e Gastos	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Vendas e serviços prestados	64 665 598	58 542 716	6 122 882	10,5%
Subsídios à exploração	3 458	5 159	-1 700	-33,0%
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	-15 782	-8 237	-7 544	91,6%
Fornecimentos e serviços externos	-38 150 376	-37 692 542	-457 835	1,2%
Gastos com o pessoal	-18 548 389	-17 372 236	-1 176 153	6,8%
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)	-	-1 093	1 093	-100,0%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	2 022 311	-1 263 692	3 286 002	-260,0%
Provisões (aumentos/reduções)	-	-81 522	81 522	-100,0%
Outros rendimentos	1 568 040	3 725 030	-2 156 990	-57,9%
Outros gastos	-1 328 910	-1 385 539	56 629	-4,1%
Resultado antes depreciações, gastos financ. e impostos	10 215 951	4 468 044	5 747 906	128,6%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-4 110 085	-2 690 329	-1 419 755	52,8%
Resultado operacional (antes gastos financ. e impostos)	6 105 866	1 777 715	4 328 151	243,5%
Juros e rendimentos similares obtidos	1 182	-	1 182	n/a
Juros e gastos similares suportados	-344 471	-306 883	-37 587	12,2%
Resultado antes de impostos	5 762 578	1 470 832	4 291 746	291,8%
Imposto sobre o rendimento do período	-2 210	-376	-1 835	488,4%
Resultado líquido do período	5 760 367	1 470 456	4 289 911	291,7%

O valor das inscrições em ações de formação reduziu em 3.515.529 euros (-32,3%) do período 2018-2021 em relação ao período 2014-2017. Esta redução, tem consequências positivas e desconstruem muitas das falsas ideias que se tinha das contas e funcionamento da instituição.

Mais concretamente, verificamos que a redução se deve à formação profissional contínua gratuita dos dois últimos anos, 2020 e 2021. Inserida no pacote de medidas de apoio profissional e pessoal da instituição aos seus membros, a formação profissional contínua gratuita verificou ser uma das mais importantes ferramentas de apoio aos membros durante a pandemia. O desvio negativo acumulado de 2021 e 2020 em relação a 2019 é de 4.862.708 euros. Em 2020, no âmbito das medidas de apoio aos membros, o programa formativo à distância foi reforçado, permitindo que cada membro tenha acedido gratuitamente à formação. Ao abrigo desta medida de apoio foram inscritos 55.594 formandos na formação à distância representando um impacto de 1.742.338 euros.

Rendimentos	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Quotização								
Membros efetivos	9 615 732	9 712 077	9 753 297	10 038 192	10 152 402	10 218 618	10 296 984	10 355 442
Membros suspensos	173 886	168 828	190 842	193 596	196 110	194 634	195 258	196 158
Subtotal	9 789 618	9 880 904	9 944 139	10 231 788	10 348 512	10 413 252	10 492 242	10 551 600
Inscrições ações de formação:								
Formação eventual	213 718	298 712	2 018 057	2 182 784	1 490 528	1 801 280	1 531 712	1 283 856
Formação (seg., per. dist., TOConline e rec.)	575 935	345 327	999 513	587 992	1 218 008	749 696	1 384 859	896 120
Conferências				2 048	24 506	53 988	85 357	117 750
Sessão de esclarecimento								23 760
Congressos			130 630		57 085	24 530	89 160	
Formação nos PALOP							19 025	19 025
Subtotal	789 653	644 039	3 148 200	2 772 824	2 790 127	2 629 494	3 110 113	2 340 511
Total Geral	10 579 271	10 524 943	13 092 339	13 004 612	13 138 639	13 042 746	13 602 355	12 892 111



Rendimentos	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Quotização				
Membros efectivos	39 119 297	41 023 446	-1 904 149	-4,6%
Membros suspensos	727 152	782 160	-55 008	-7,0%
Subtotal	39 846 449	41 805 606	-1 959 157	-4,7%
Inscrições ações de formação:				
Formação eventual	4 713 271	6 107 376	-1 394 105	-22,8%
Formação (seg., per. dist., TOConline e rec.)	2 508 767	4 248 683	-1 739 916	-41,0%
Conferências	2 048	281 601	-279 553	-99,3%
Sessão de esclarecimento	-	23 760	-23 760	-100,0%
Congressos	130 630	170 775	-40 145	-23,5%
Formação nos PALOP	-	38 050	-38 050	-100,0%
Subtotal	7 354 716	10 870 245	-3 515 529	-32,3%
Total Geral	47 201 165	52 675 851	-5 474 686	-10,4%

Os gastos com fornecedores apresentam um aumento de 125.962 euros (+2,1%) do período 2018-2021 face ao período 2014-2017. Apesar de os rendimentos da formação registarem uma variação negativa, este crescimento dos gastos demonstra o esforço da Ordem no apoio aos membros com a concessão de formação gratuita nos momentos mais necessários.

Os gastos com o controlo de qualidade, desadequados atendendo à pouca eficiência do modelo e aos mínimos efeitos na defesa do interesse público da profissão, apresentam um valor de 1.301.128 euros no período 2014-2017, existindo só um valor pontual de 2.598 euros no período 2018-2021.

Rubricas	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Seguro responsabilidade civil CC	635 910	859 394	1 397 503	688 725	692 221	552 087	421 519	416 756
Seguro de saúde CC	1 183 985	1 065 693	904 286	873 046	895 433	858 505	809 266	723 330
Total Geral	1 819 895	1 925 087	2 301 789	1 561 771	1 587 655	1 410 593	1 230 785	1 140 087

Rubricas	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Seguro responsabilidade civil CC	3 581 532	2 082 584	1 498 948	72,0%
Seguro de saúde CC	4 027 011	3 286 535	740 476	22,5%
Total Geral	7 608 543	5 369 119	2 239 424	41,7%

No período 2018-2021 os gastos com o seguro de responsabilidade civil e com o seguro de saúde do CC subiram 2.239.424 euros (+41,7%) em relação ao período 2014-2017. O seguro de responsabilidade civil regista um aumento de 1.498.948 euros (+72,0%) no período 2018-2021 face ao período 2014-2017, com um agravamento substancial do valor no ano de 2019, atendendo ao reconhecimento do pagamento adicional de 280.000 euros pelo agravamento da sinistralidade da apólice que terminou em março de 2019.

O seguro de saúde do CC aumentou 740.476 euros (+22,5%) no período 2018-2021 face ao período 2014-2017. Regista-se o facto que em 2020 foi alargada a inclusão a membros com idade até aos 80 anos, inclusive.

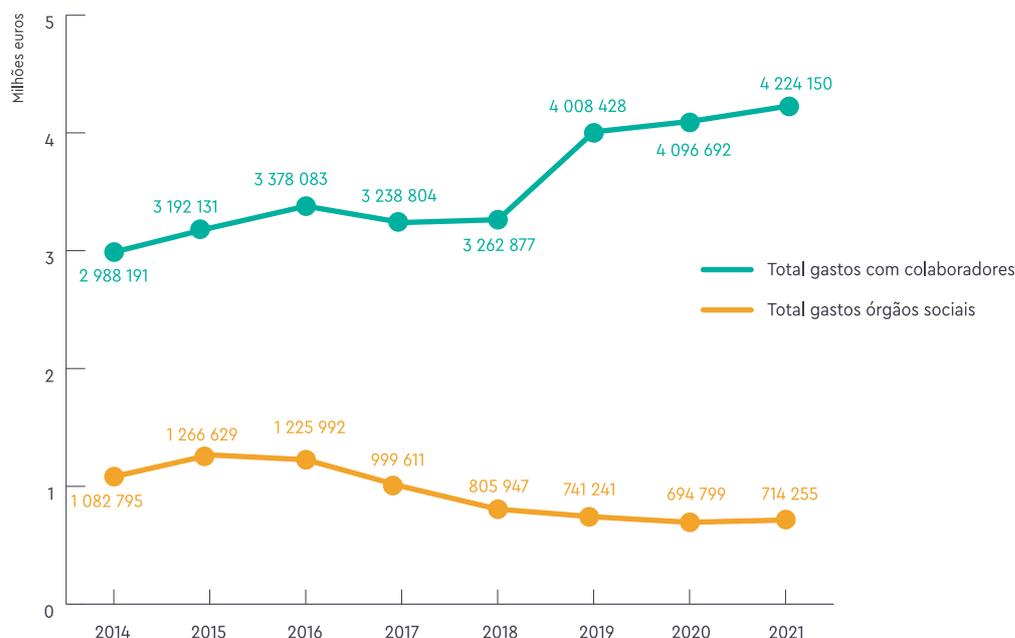
Estes aumentos, claramente entendidos pelo conselho diretivo como um investimento no apoio profissional e social aos membros, só foi possível atendendo à boa gestão dos recursos da instituição. Sempre que necessário, aumentou-se os prémios pagos, permitindo assim que muitos mais membros tivessem acesso ao seguro de saúde e ao seguro de responsabilidade civil profissional, ambos oferecidos, gratuitamente, a todos os contabilistas certificados.



Gastos com o pessoal	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014
Remunerações dos órgãos da OCC	575 384	559 330	585 290	649 084	809 040	984 551	1 021 653	862 751
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	128 473	125 050	145 261	144 505	174 187	216 718	231 826	188 890
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 333	2 271	2 489	4 182	6 717	7 241	5 759	4 329
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	8 064	8 148	8 201	8 126	7 885	8 688	7 205	6 799
Outros gastos com os órgãos sociais	-	-	-	51	1 782	8 794	186	20 026
Total gastos órgãos sociais	714 255	694 799	741 241	805 947	999 611	1 225 992	1 266 629	1 082 795
Remunerações do pessoal	3 384 979	3 279 205	3 215 416	2 593 962	2 590 592	2 694 393	2 557 042	2 386 494
Encargos sobre remunerações do pessoal	696 882	689 642	670 191	551 618	544 242	567 401	535 796	502 318
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	18 639	17 289	14 077	12 199	9 249	10 067	6 567	5 626
Seguro de saúde do pessoal	71 305	74 844	71 868	66 114	50 292	44 414	43 946	41 777
Outros gastos de ação social	22 037	6 319	5 895	9 086	7 305	7 710	6 089	8 817
Outros gastos com o pessoal	30 307	29 393	30 983	29 897	37 125	54 098	42 692	43 160
Total gastos com colaboradores	4 224 150	4 096 692	4 008 428	3 262 877	3 238 804	3 378 083	3 192 131	2 988 191
Total	4 938 405	4 791 491	4 749 669	4 068 824	4 238 415	4 604 075	4 458 760	4 070 986

Gastos com o pessoal	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Remunerações dos órgãos da OCC	2 369 088	3 677 995	-1 308 907	-35,6%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	543 289	811 621	-268 332	-33,1%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	11 275	24 047	-12 771	-53,1%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	32 539	30 578	1 962	6,4%
Outros gastos com os órgãos sociais	51	30 787	-30 736	-99,8%
Total gastos órgãos sociais	2 956 242	4 575 027	-1 618 785	-35,4%
Remunerações do pessoal	12 473 563	10 228 521	2 245 042	21,9%
Encargos sobre remunerações do pessoal	2 608 333	2 149 757	458 576	21,3%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	62 204	31 508	30 696	97,4%
Seguro de saúde do pessoal	284 130	180 429	103 702	57,5%
Outros gastos de ação social	43 337	29 920	13 417	44,8%
Outros gastos com o pessoal	120 580	177 074	-56 494	-31,9%
Total gastos com colaboradores	15 592 147	12 797 209	2 794 938	21,8%
Total	18 548 389	17 372 236	1 176 153	6,8%

GASTOS ÓRGÃOS SOCIAIS VS GASTOS COM COLABORADORES



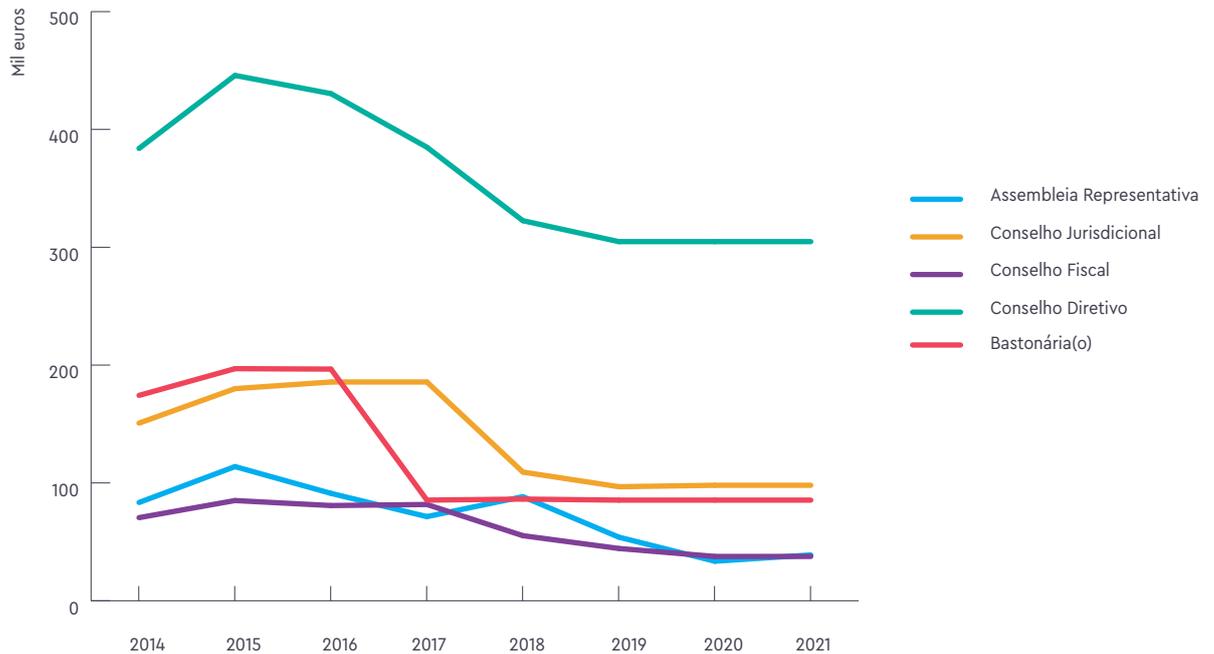


Órgãos sociais	2021*	2020	2019	2018	05/03/2018	2017	2016	2015	2014
Bastonária(o)	98 715	107 065	107 825	90 138	21 833	122 408	273 624	337 896	300 406
Remunerações	79 300	85 400	85 400	71 000	15 290	85 400	196 579	196 952	174 265
Encargos s/rem	17 684	19 044	19 044	15 810	3 410	18 977	34 175	45 328	41 468
Seguro AT	337	362	396	370	186	704	976	852	641
Seguro Doença	531	582	586	449	98	493	1 013	441	425
Seg. Resp. Civil. Prof.	706	760	967	735	193	1 038	1 105	1 165	1 610
Refeições	157	917	1 238	1 208	368	2 443	10 241	34 395	21 683
Deslocações	-	-	-	180	635	3 397	19 724	46 651	41 263
Estadas	-	-	194	386	1 654	9 957	9 811	12 112	19 052
Conselho diretivo	365 146	395 248	421 748	358 956	97 905	573 236	684 312	671 793	611 830
Remunerações	282 786	304 780	304 780	253 388	69 169	384 900	430 400	445 813	383 856
Encargos s/rem	60 509	65 075	65 566	56 506	14 523	80 521	105 637	107 722	83 388
Seguro AT	1 205	1 291	1 415	1 373	793	2 999	3 577	2 966	2 230
Seguro Doença	3 189	3 492	3 515	2 691	591	2 957	4 836	2 799	2 553
Seg. Resp. Civil. Prof.	4 237	4 560	5 801	4 409	1 158	6 230	6 633	6 990	9 660
Refeições	978	3 227	7 670	8 085	3 821	23 792	39 502	22 842	31 671
Deslocações	7 100	6 623	14 630	13 032	4 745	50 985	64 174	57 413	61 434
Estadas	5 143	6 199	18 371	19 471	3 106	20 853	29 553	25 248	37 037
Conselho fiscal	45 163	51 245	69 792	63 377	20 313	119 755	135 415	131 928	116 094
Remunerações	35 279	37 608	44 367	40 951	14 287	81 700	80 800	85 044	70 525
Encargos s/rem	7 162	7 635	9 006	8 313	3 023	17 254	19 531	20 739	17 954
Seguro AT	190	203	222	486	145	549	638	524	394
Seguro Doença	1 597	1 746	1 757	1 346	295	1 478	1 449	1 322	1 274
Seg. Resp. Civil. Prof.	674	725	60	-	-	-	-	-	-
Refeições	-	274	1 150	1 072	293	2 877	5 946	5 796	6 780
Deslocações	261	2 443	10 575	9 231	1 766	12 380	24 231	15 314	16 504
Estadas	-	611	2 654	1 978	503	3 516	2 819	3 190	2 663
Conselho jurisdicional	113 234	124 055	133 778	113 449	44 569	256 354	266 105	254 637	211 206
Remunerações	91 239	98 000	96 777	75 947	33 236	185 640	185 640	179 990	150 725
Encargos s/rem	18 525	19 894	19 646	15 594	6 510	40 814	39 485	36 842	30 110
Seguro AT	395	415	455	491	338	1 279	1 437	1 163	874
Seguro Doença	2 164	2 328	2 343	2 065	295	1 478	2 191	1 322	1 274
Seg. Resp. Civil. Prof.	911	967	1 135	3 211	579	3 115	3 316	3 495	4 830
Refeições	-	552	2 043	2 094	314	2 932	3 910	4 713	4 607
Deslocações	-	1 423	8 224	10 379	2 699	18 624	27 181	24 355	15 961
Estadas	-	475	3 156	3 670	598	2 472	2 945	2 757	2 825
Assembleia representativa	54 784	47 696	108 934	124 213	15 874	96 643	114 866	143 768	107 289
Remunerações	38 867	33 541	53 966	75 816	12 493	71 400	91 131	113 854	83 380
Encargos s/rem	7 890	6 809	11 093	15 845	2 490	16 621	17 890	21 195	15 970
Seguro AT	1	-	-	-	-	1 186	614	253	190
Seguro Doença	5	-	-	-	295	1 478	1 389	1 322	1 274
Seg. Resp. Civil. Prof.	889	967	1 135	-	-	-	-	-	-
Refeições	846	800	3 778	3 540	379	1 442	1 658	2 771	4 050
Deslocações	3 888	4 005	30 320	23 485	216	4 159	2 027	3 321	2 312
Estadas	2 398	1 572	8 642	5 527	-	356	157	1 052	113
Total Órgãos Sociais	677 042	725 308	842 078	750 132	200 494	1 168 396	1 474 322	1 540 022	1 346 825

* até 7 dezembro de 2021



GASTOS REMUNERAÇÕES ÓRGÃOS SOCIAIS



Os gastos com o pessoal no período 2018-2021 registam um aumento em relação ao período 2014-2017 de 1.176.153 euros (+6,8%). Este aumento, permitiu o reforço dos recursos humanos da instituição, permitindo, conforme espelham os indicadores das atividades, o exponencial aumento do apoio técnico aos membros e a diminuição assinalável do tempo de resposta do atendimento telefónico, atendimento presencial e atendimento escrito (via Pasta CC e *email*).

Salienta-se ainda o facto relevante que o total de gastos dos órgãos sociais apresenta uma redução significativa de 1.618.785 euros (-35,4%). Esta redução espelha o sentimento de entrega plena e altruísta à causa profissional, servindo-se sempre, única e exclusivamente a Ordem e os contabilistas certificados.



Órgãos sociais	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Bastonária(o)	403 743	1 056 168	-652 425	-61,8%
Remunerações	321 100	668 486	-347 386	-52,0%
Encargos s/rem	71 583	143 357	-71 775	-50,1%
Seguro AT	1 466	3 359	-1 893	-56,4%
Seguro Doença	2 147	2 470	-322	-13,1%
Seg. Resp. Civil. Prof.	3 168	5 112	-1 944	-38,0%
Refeições	3 519	69 129	-65 610	-94,9%
Deslocações	180	111 670	-111 490	-99,8%
Estadas	580	52 586	-52 006	-98,9%
Conselho diretivo	1 541 098	2 639 076	-1 097 978	-41,6%
Remunerações	1 145 733	1 714 139	-568 406	-33,2%
Encargos s/rem	247 656	391 791	-144 135	-36,8%
Seguro AT	5 284	12 563	-7 279	-57,9%
Seguro Doença	12 887	13 736	-849	-6,2%
Seg. Resp. Civil. Prof.	19 008	30 671	-11 663	-38,0%
Refeições	19 961	121 629	-101 668	-83,6%
Deslocações	41 385	238 750	-197 365	-82,7%
Estadas	49 184	115 796	-66 612	-57,5%
Conselho fiscal	229 577	523 505	-293 928	-56,1%
Remunerações	158 205	332 356	-174 151	-52,4%
Encargos s/rem	32 116	78 500	-46 385	-59,1%
Seguro AT	1 101	2 251	-1 150	-51,1%
Seguro Doença	6 446	5 819	628	10,8%
Seg. Resp. Civil. Prof.	1 460	-	1 460	n/a
Refeições	2 497	21 693	-19 196	-88,5%
Deslocações	22 510	70 194	-47 685	-67,9%
Estadas	5 243	12 691	-7 448	-58,7%
Conselho jurisdicional	484 516	1 032 871	-548 355	-53,1%
Remunerações	361 962	735 231	-373 269	-50,8%
Encargos s/rem	73 659	153 761	-80 102	-52,1%
Seguro AT	1 756	5 092	-3 336	-65,5%
Seguro Doença	8 900	6 561	2 339	35,7%
Seg. Resp. Civil. Prof.	6 224	15 336	-9 112	-59,4%
Refeições	4 689	16 475	-11 786	-71,5%
Deslocações	20 026	88 819	-68 794	-77,5%
Estadas	7 301	11 597	-4 296	-37,0%
Assembleia representativa	335 627	478 439	-142 813	-29,8%
Remunerações	202 191	372 258	-170 067	-45,7%
Encargos s/rem	41 637	74 166	-32 529	-43,9%
Seguro AT	1	2 244	-2 243	-100,0%
Seguro Doença	5	5 759	-5 753	-99,9%
Seg. Resp. Civil. Prof.	2 991	-	2 991	n/a
Refeições	8 964	10 299	-1 335	-13,0%
Deslocações	61 699	12 035	49 664	412,7%
Estadas	18 139	1 679	16 460	980,3%
Total órgãos sociais	2 994 560	5 730 059	-2 735 499	-47,7%

Os gastos com os órgãos sociais no mandato 2018-2021 apresentam uma redução de 2.735.499 euros (-47,7%) em relação ao período 2014-2017. A redução mais significativa é referente ao bastonário(a) que regista uma redução de 652.425 euros (-61,8%) sendo os gastos de refeições, deslocações e estadas que apresentam uma redução em percentagem muito significativa de 94,9%, 99,8% e 98,9%, respetivamente.

Os gastos do conselho diretivo no período 2018-2021 apresentam uma redução de 1.097.978 euros (-41,6%) face ao período 2014-2017. Os gastos do conselho fiscal no período 2018-2021 apresentam uma redução de 293.928 euros (-56,1%) em relação ao período 2014-2017. Os gastos do conselho jurisdicional registam uma redução de 548.355 euros (-53,1%) no período 2018-2021 face ao período 2014-2017. Os gastos da assembleia representativa apresentam uma redução de 142.813 euros (-29,8%) no período 2018-2021 face ao período 2014-2017.

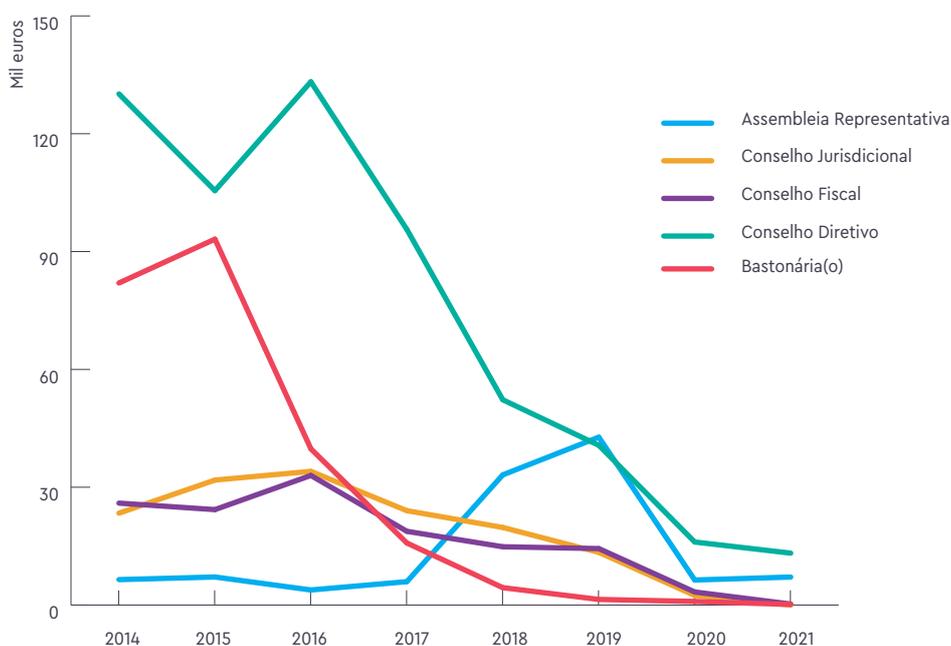


Esta redução e os números são suficientemente elucidativos, não sendo necessário comentários adicionais.

Órgãos sociais	2021*	2020	2019	2018	05/03/2018	2017	2016	2015	2014
Bastonária(o)	157	917	1 432	1 774	2 657	15 797	39 776	93 158	81 998
Refeições	157	917	1 238	1 208	368	2 443	10 241	34 395	21 683
Deslocações	-	-	-	180	635	3 397	19 724	46 651	41 263
Estadas	-	-	194	386	1 654	9 957	9 811	12 112	19 052
Conselho diretivo	13 221	16 049	40 671	40 589	11 671	95 629	133 229	105 502	130 143
Refeições	978	3 227	7 670	8 085	3 821	23 792	39 502	22 842	31 671
Deslocações	7 100	6 623	14 630	13 032	4 745	50 985	64 174	57 413	61 434
Estadas	5 143	6 199	18 371	19 471	3 106	20 853	29 553	25 248	37 037
Conselho fiscal	261	3 328	14 379	12 281	2 562	18 773	32 996	24 299	25 948
Refeições	-	274	1 150	1 072	293	2 877	5 946	5 796	6 780
Deslocações	261	2 443	10 575	9 231	1 766	12 380	24 231	15 314	16 504
Estadas	-	611	2 654	1 978	503	3 516	2 819	3 190	2 663
Conselho Jurisdicional	-	2 450	13 423	16 142	3 610	24 027	34 035	31 825	23 393
Refeições	-	552	2 043	2 094	314	2 932	3 910	4 713	4 607
Deslocações	-	1 423	8 224	10 379	2 699	18 624	27 181	24 355	15 961
Estadas	-	475	3 156	3 670	598	2 472	2 945	2 757	2 825
Assembleia representativa	7 132	6 378	42 740	32 552	595	5 957	3 842	7 144	6 475
Refeições	846	800	3 778	3 540	379	1 442	1 658	2 771	4 050
Deslocações	3 888	4 005	30 320	23 485	216	4 159	2 027	3 321	2 312
Estadas	2 398	1 572	8 642	5 527	-	356	157	1 052	113
Total Órgãos Sociais	20 770	29 122	112 645	103 338	21 095	160 183	243 878	261 929	267 956

* até 7 dezembro de 2021

GASTOS TOTAIS DESLOCAÇÕES, ESTADAS E REFEIÇÕES ÓRGÃOS SOCIAIS





Órgãos sociais	2018-2021	2014-2017	Var. €	Var %
Bastonária(o)	4 280	233 385	-229 105	-98,2%
Refeições	3 519	69 129	-65 610	-94,9%
Deslocações	180	111 670	-111 490	-99,8%
Estadas	580	52 586	-52 006	-98,9%
Conselho diretivo	110 530	476 175	-365 645	-76,8%
Refeições	19 961	121 629	-101 668	-83,6%
Deslocações	41 385	238 750	-197 365	-82,7%
Estadas	49 184	115 796	-66 612	-57,5%
Conselho fiscal	30 249	104 579	-74 329	-71,1%
Refeições	2 497	21 693	-19 196	-88,5%
Deslocações	22 510	70 194	-47 685	-67,9%
Estadas	5 243	12 691	-7 448	-58,7%
Conselho jurisdicional	32 016	116 891	-84 875	-72,6%
Refeições	4 689	16 475	-11 786	-71,5%
Deslocações	20 026	88 819	-68 794	-77,5%
Estadas	7 301	11 597	-4 296	-37,0%
Assembleia representativa	88 801	24 013	64 788	269,8%
Refeições	8 964	10 299	-1 335	-13,0%
Deslocações	61 699	12 035	49 664	412,7%
Estadas	18 139	1 679	16 460	980,3%
Total órgãos sociais	265 876	955 042	-689 167	-72,2%

Os gastos com refeições, deslocações e estadas dos órgãos sociais no período 2018-2021 apresentam um valor total de 265.876 euros, registando uma redução muito significativa de 689.167 euros (-72,2%) face ao valor registado no período 2014-2017 (955.042 euros).

Face ao período de 2014-2017, no período 2018-2021 o Bastonário (a) apresenta uma redução nos gastos com refeições, deslocações e estadas de 229.105 euros (-98,2%), o conselho diretivo regista uma redução de 365.645 euros (-76,8%), o conselho fiscal tem uma redução de 74.329 euros (-71,1%), o conselho jurisdicional apresenta uma redução de 84.875 euros (-72,6%) e a assembleia representativa apresenta um aumento de 64.788 euros (269,8%) atendendo à alteração da estrutura deste órgão a partir do mandato 2018-2021 que passou a ter 87 representantes. Até 5 de março 2018, a mesa da assembleia geral tinha 4 membros.

Após a tomada de posse no dia 5 de março de 2018, o conselho diretivo, com uma estratégia e visão clara para a instituição, estabeleceu para o mandato 2018-2021, regras muito rigorosas em relação ao pagamento de despesas com transporte, alimentação e acomodação, estabelecendo procedimentos e limites substancialmente mais baixos que os verificados à data. Isto porque cada cêntimo conta para a canalização e prestação de um serviço de excelência aos membros.

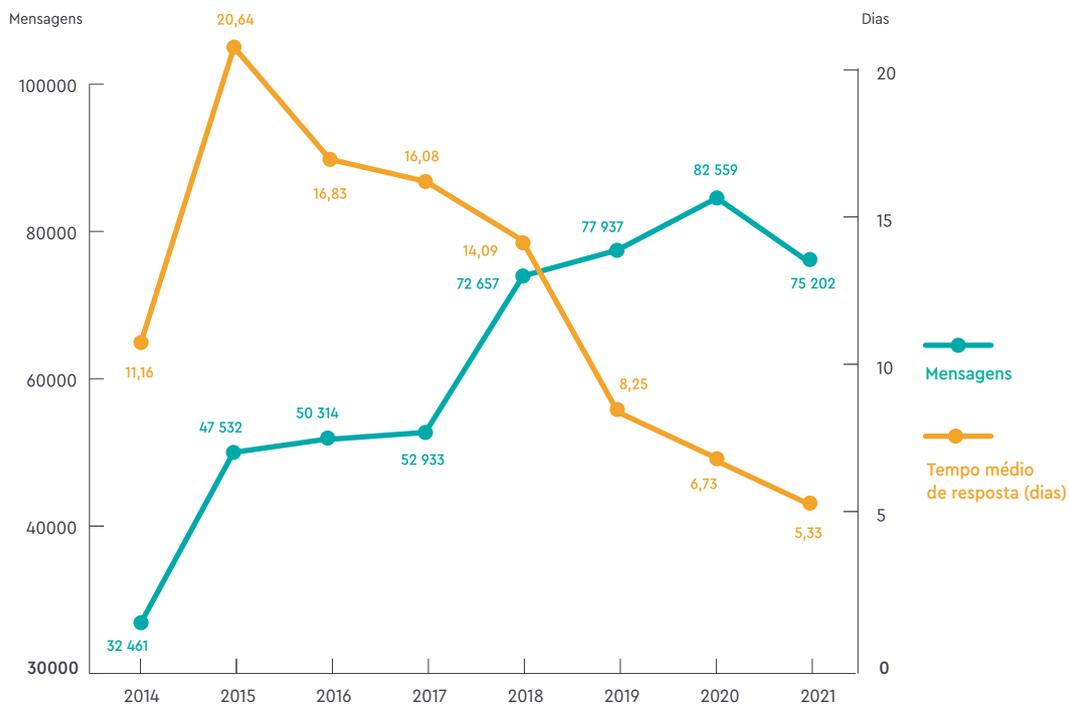
II - Dos indicadores de atividades

Em 2014, a Ordem respondia a 32.461 questões, levando um tempo médio de 11,16 dias, tendo, no mandato de 2014 a 2017, atingido um pico máximo de 52.933 respostas dadas em 2017 e um máximo de 20,64 dias de tempo médio de resposta em 2015. Reorganizando-se procedimentos, reforçando-se os recursos humanos, motivando-se a equipa e controlando diariamente toda a ação interna da instituição, conseguiu-



-se, em meros quatro anos, ter capacidade de responder a 75.202 questões com um tempo médio de 5,33 dias, verificando-se, percentualmente, um aumento de 42% nas questões respondidas e uma redução de 74% no tempo médio de resposta. Assim, podemos hoje afirmar, orgulhosamente, que respondemos mais, melhor e mais rapidamente, dotando todas as respostas de utilidade prática para os contabilistas certificados.

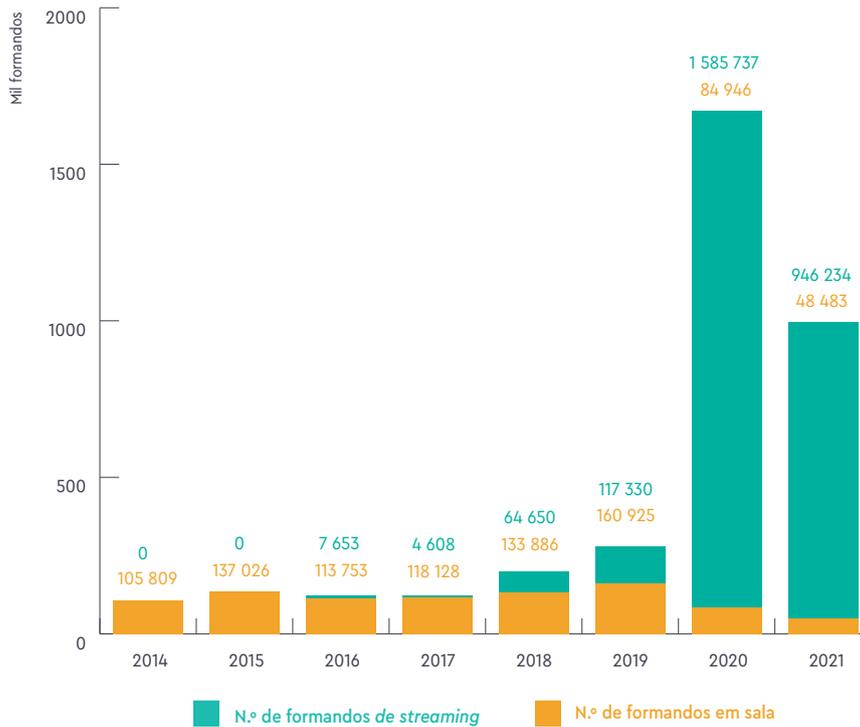
TEMPO DE RESPOSTA VS MENSAGENS RESPONDIDAS PASTA CC



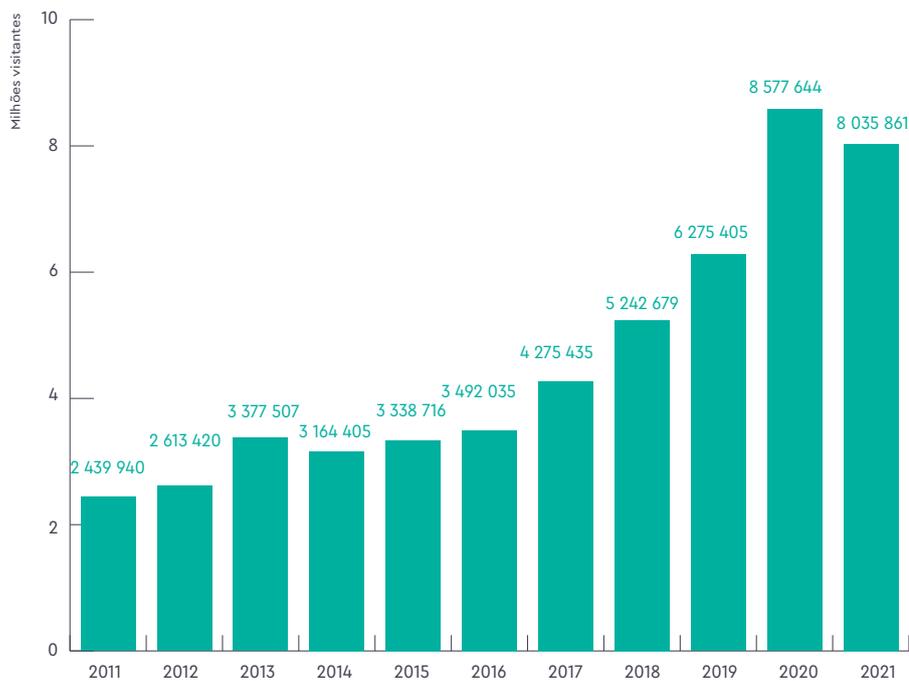
Novos modelos, novos conteúdos, maior celeridade na construção de respostas às necessidades dos formandos, maior rigor na criação dos conteúdos formativos e na seleção dos formadores e uma maior oferta de formação completamente gratuita, concretizaram a aposta na melhoria da formação da Ordem aos membros. Resultado desta estratégia, conseguimos, passar de 122.736 formandos em 2017 para 994.717 formandos em 2021, com um pico máximo de 1.670.683 em 2020 – momento histórico em que os profissionais mais necessidade de capacitação profissional necessitavam. Formação, promove a superação pessoal e profissional dos contabilistas certificados, promovendo pelo reforço do valor acrescentado e defesa do interesse público da profissão.



FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA



ACESSOS AO SITE OCC.PT





No tempo da proliferação gratuita da desinformação e contrainformação, a Ordem dos Contabilistas Certificados é cada vez mais o expoente máximo do rigor, imparcialidade e isenção na informação contabilística, fiscal, financeira e económica. Como fonte dessa informação, o site da Ordem é o repositório mais fidedigno, onde todos os agentes interessados bebem informação. Resultado de trabalho técnico aprofundado, motivado, empenhado, isento e sempre sem qualquer investimento financeiro promoção e/ou publicidade do portal, conseguimos, num mandato, passar de 4.275.435 acessos ao site em 2017 para 8.035.861 acessos em 2021, com um pico histórico máximo em 2020 de 8.577.644 acessos, o que corresponde a uma variação positiva entre 2017 e 2021 de 88%.





IV. MISSÃO, VISÃO E VALORES



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.



VISÃO

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e afirmando o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.



VALORES

Competência | Confiança | Excelência | Integridade | Lealdade |
Rigor | Sustentabilidade | Transparência





V. ÉTICA, TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE



Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e, subsidiariamente, para com a sociedade civil.





VI. POLÍTICA DE QUALIDADE



A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparentes e honestas.





VII. ANÁLISE SWOT *

(FORÇAS, FRAQUEZAS, OPORTUNIDADES E AMEAÇAS)



FORÇAS

- Competência técnica
- Processo célere de resposta aos membros
- Capacidade formativa e disponibilização de aplicações
- Apoio e proximidade aos membros
- Representações em todas as capitais de distrito
- Preocupação social com os membros
- Reconhecimento político e social
- União da profissão



FRAQUEZAS

- Captação e atração de jovens para a profissão
- Relacionamento ético e deontológico entre os membros
- Certificação de qualidade aos membros
- Inadequação de instalações de determinadas representações
- Processos e procedimentos não desmaterializados
- Falta de contabilistas especialistas



OPORTUNIDADES

- Reconhecimento e valorização profissional pelo poder político e sociedade civil
- Transformação digital
- Contabilidade pública (SNC-AP)
- Pandemia Covid-19
- A sustentabilidade empresarial
- Aumento de competências
- Plano de Recuperação e Resiliência



AMEAÇAS

- Instabilidade política e legislativa
- Pandemia Covid-19
- Desregulação profissional
- Envelhecimento dos profissionais
- Política concorrencial dos membros

* Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats





VIII. ÓRGÃOS SOCIAIS DO QUADRIÉNIO 2022-2025



CONSELHO DIRETIVO

Bastonária		Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco – CC 52 276
Vice-presidente		Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa – CC 29 103
1.º vogal		Ana Cristina Pena Silva – CC 33 274
2.º vogal		Manuel Madeira Teixeira – CC 560
3.º vogal		Helena Cristina Almeida da Costa – CC 41 071
4.º vogal		Álvaro Jorge da Silva Costa – CC 5 360
5.º vogal		Pedro Nuno Mendes Ferreira – CC 70 273
1.º suplente		Ângela Maria Rocha e Silva – CC 64 570
2.º suplente		João Filipe de Araújo Machado – CC 76 360
3.º suplente		Maria Manuela da Conceição Lopes – CC 40 167
4.º suplente		Rui Jorge da Silva Costa – CC 8 367

CONSELHO JURISDICIAL

Presidente		Eugénio Lourenço da Silva Faca – CC 38 085
1.º vogal		Rita Gonçalves Cordeiro – CC 53 227
2.º vogal		Mário Paulo Baptista Cabêda – CC 477
3.º vogal		Maria Clara Roque Jesus Oliveira – CC 47 669
4.º vogal		Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano – CC 75 435
1.º suplente		Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho – CC 36 905
2.º suplente		João Carlos Simões Figueiral – CC 61 756

CONSELHO FISCAL

Presidente		Mário da Cunha Guimarães – CC 20 457
Vogal		Raquel Vandra da Mota Pinto – CC 37 684
ROC		Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes – CC 50 345
1.º suplente		José António Marques Pereira – CC 55 095
2.º suplente		Maria de Lurdes Rebelo Marques – CC 17 445

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Presidente		Carlos José Castro Alexandre – CC 23 223
Vice-presidente		Aníbal José de Sousa – CC 46 249
1.º secretário		Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho – CC 52 284
2.º secretário		Rita das Neves Marques – CC 87 496
1.º secretário sup.		Fernanda Ferreira Miranda de Freitas – CC 48 773
2.º secretário sup.		Paulo Alexandre Vivas Castanho – CC 1 013



ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

CÍRCULO ELEITORAL DOS AÇORES

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro – CC 12 255

Isabel Maria Borges Freitas – CC 4 961

CÍRCULO ELEITORAL DE AVEIRO

Andreia Raquel Martins Almeida – CC 91 250

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela – CC 72 718

Daniel Filipe Moreira Lopes – CC 71 031

João Luis Morcela Rodrigues dos Reis – CC 33 583

Pedro Nuno Bastos Lima – CC 43 050

Susana Maria da Costa Neves – CC 7 975

CÍRCULO ELEITORAL DE BEJA

Luís Miguel de Carvalho Medeiros – CC 87 684

Maria Ana Mourão Sargento – CC 26 301

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGA

Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães – CC 40 240

Eva Maria Ferreira Salgado – CC 22 035

Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira – CC 3 862

José Soares Roriz – CC 25 291

Manuel Cruz Gonçalves – CC 29 982

Oswaldo Carlos de Sousa Neves – CC 26 277

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGANÇA

Aníbal José de Sousa – CC 46 249

Maria João Gonçalves Rodrigues – CC 48 362

CÍRCULO ELEITORAL DE CASTELO BRANCO

António Mendes Pinto – CC 1 918

Maria Helena Fernandes Lopes – CC 30 763

CÍRCULO ELEITORAL DE COIMBRA

Cristina Sofia Batanete Frade Freire – CC 30 734

Fernando Emanuel Pimenta Girão – CC 85 572

Sílvio Carvalho Vilão – CC 3 063

CÍRCULO ELEITORAL DE ÉVORA

António Manuel dos Santos Nabo – CC 9 593



CÍRCULO ELEITORAL DE FARO

Carlos Manuel Pera Nunes – CC 21 009
José Alberto de Brito Pereira – CC 30 768
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira – CC 6 625

CÍRCULO ELEITORAL DA GUARDA

Amâncio Fernandes Antunes – CC 2 857
Rosa Maria da Silva Dias – CC 67 848

CÍRCULO ELEITORAL DE LEIRIA

António Cerejo Moreira Caseiro – CC 280
Leonel Mendes Francisco – CC 43 686
Rita das Neves Marques – CC 87 496
Vanda Filipa da Conceição Sousa – CC 91 409

CÍRCULO ELEITORAL DE LISBOA

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto – CC 61 810
Ana Margarida Luís Apolinário – CC 55 240
António de Jesus Nunes – CC 18 487
Carlos José Castro Alexandre – CC 23 223
Daniel Pedro de Matos Albuquerque – CC 2 403
Dulce Cristina Ribeiro Pereira – CC 55 531
Lídia Isabel Ferreira Vieira – CC 9 320
Maria Deotilde Jesus Mateus Videira de Araújo – CC 30 499
Maria José de Almeida – CC 40 619
Maria Teresa Eva das Neves – CC 19 591
Mónica Sofia Duarte Marçal – CC 82 470
Nelson Alexandre Ferreira – CC 27 265
Paulo Alberto Vieira Correia Gomes – CC 19 592
Pedro Miguel Baptista Pinheiro – CC 70 117
Pedro Nuno Ramos Roque – CC 59 031
Rui Manuel Machado Ferreira – CC 3 146
Susana Maria Fernandes Pereira – CC 92 043
Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente – CC 37 094
Vítor Lino Soares Martins – CC 24 253

CÍRCULO ELEITORAL DA MADEIRA

Ana Margarida Brazão Escórcio – CC 91 923
João Manuel dos Ramos – CC 45 995

CÍRCULO ELEITORAL DE PORTALEGRE

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo – CC 17 901
Paulo Alexandre Vivas Castanho – CC 1 013



CÍRCULO ELEITORAL DO PORTO

António Jorge Gomes de Azevedo – CC 5 130
Bruno Alexandre da Rocha Silva – CC 45 514
Carlos Alexandre Quelhas Martins – CC 35 981
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas – CC 48 773
Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho – CC 52 284
Júlia Paula da Silva Jardim Martins – CC 6 952
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves – CC 88 642
Paulo Jorge Seabra dos Anjos – CC 55 712
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos – CC 875 38
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz – CC 45 456
Vítor Manuel Silva Oliveira – CC 6 348

CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM

Ana Margarida Rodrigues Silvestre – CC 85 897
Carlos Manuel Boavida Ferreira – CC 9 019
Manuel Joaquim Borralho Ramalho – CC 15 504

CÍRCULO ELEITORAL DE SETÚBAL

Alfredo de Jesus Alves – CC 10 545
Ana Margarida Ferreira Traquino – CC 127 77
Carla Isabel Marques Pereira – CC 90 266
Carlos Augusto Cordeiro de Sousa – CC 90 047
Manuel Anastácio Teles de Matos – CC 9 685
Maria Lúcia Bárbara Quendera – CC 6 488

CÍRCULO ELEITORAL DE VIANA DO CASTELO

António José dos Prazeres Faria Luciano – CC 18 637
Maria Deolinda Rufino Viana Correia – CC 74 023

CÍRCULO ELEITORAL DE VILA REAL

António Carlos Gomes Dias – CC 17 917
Maria João Pinto Borges – CC 64 773

CÍRCULO ELEITORAL DE VISEU

Angélica Maria de Jesus Franco Fernandes – CC 77 089
Paulo Jorge dos Santos Marques – CC 76 075



CONSELHO DIRETIVO ATÉ 7 DEZEMBRO 2021

	Bastonária	Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco
	Vice-presidente	Filomena Maria Felgueiras Abreu Lima Moreira
	1.º vogal	Manuel Madeira Teixeira
	2.º vogal	Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa
	3.º vogal	Álvaro Jorge da Silva Costa
	4.º vogal	Ana Cristina Pena Silva
	5.º vogal	Helena Cristina Almeida da Costa
	1.º suplente	Carlos Manuel Fernandes Plácido
	2.º suplente	Rui Manuel de Matos Cabral da Silva Conde
	3.º suplente	Pedro Nuno Ramos Roque

CONSELHO JURISDICIONAL ATÉ 7 DEZEMBRO 2021

Presidente		Eugénio Lourenço da Silva Faca
1.º vogal		Rosa Teresa Reis Pinto Santos
2.º vogal		Rita Gonçalves Cordeiro
3.º vogal		Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano



CONSELHO FISCAL ATÉ 7 DEZEMBRO 2021

Presidente		Mário da Cunha Guimarães
Vogal		Mário Paulo Baptista Cabêda
ROC		Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes
1.º suplente		José António Marques Pereira
2.º suplente		Maria de Lurdes Rebelo Marques

ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA ATÉ 7 DEZEMBRO 2021 MESA DA ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Presidente		Carlos José Castro Alexandre
Vice-presidente		Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Vogal		Raquel Vandra da Mota Pinto
Vogal		Aníbal José de Sousa
Suplente		Fernanda Ferreira Miranda de Freitas



ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA ATÉ 7 DEZEMBRO 2021

CÍRCULO ELEITORAL DOS AÇORES

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro
Gilberto Jorge de Ávila Moniz

CÍRCULO ELEITORAL DE AVEIRO

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela Linhares
Carla Manuela Teixeira Carvalho
Daniel Filipe Moreira Lopes
Graça Maria do Carmo Azevedo
João Luís Morcela Rodrigues dos Reis
João Manuel Nunes da Madalena

CÍRCULO ELEITORAL DE BEJA

Luís Miguel de Carvalho Medeiros
Orlando Manuel Barrocas Roque

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGA

Eva Maria Ferreira Salgado
Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira
João Filipe de Araújo Machado
José Domingos São Bento Rodrigues
José Soares Roriz
Manuel Cruz Gonçalves

CÍRCULO ELEITORAL DE BRAGANÇA

Aníbal José de Sousa
Rui Jorge da Silva Costa

CÍRCULO ELEITORAL DE CASTELO BRANCO

António Mendes Pinto
João António Geraldes Amaral

CÍRCULO ELEITORAL DE COIMBRA

Diamantino Pinto Dias da Costa
Fernando Emanuel Pimenta Girão
Marta Cristina Henriques Neto

CÍRCULO ELEITORAL DE ÉVORA

António Manuel dos Santos Nabo
Rui Manuel Gertrudes Herdadinha



CÍRCULO ELEITORAL DE FARO

Carlos Manuel Pêra Nunes
Custódio Vitor Martins Guerreiro
José Alberto de Brito Pereira

CÍRCULO ELEITORAL DA GUARDA

Rosa Maria da Silva Dias

CÍRCULO ELEITORAL DE LEIRIA

Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho
António Cerejo Moreira Caseiro
Aurélio Gonçalves Coelho da Silva
Dina Maria Isidoro Carneiro

CÍRCULO ELEITORAL DE LISBOA

António Carlos dos Santos Caramelo
António de Jesus Nunes
Artur Maria da Silva
Brás José de Sousa Gonçalves Pires
Bruno José Quelhas Henrique Pereira
Carla Mariza Vieira da Costa
Carlos José Castro Alexandre
Helena Maria Nunes Félix Freire
Luís Arnaldo Santana Bolas
Mafalda Pereira Bernardes Vilarinho Andersen
Manuel José Benavente Rodrigues
Maria Margarida Leal Gonçalves da Silva
Maria Teresa Eva das Neves
Natália de Ascensão Leonardo Rodrigues Cardoso
Paulo Jorge Frade de Almeida
Pedro Miguel Baptista Pinheiro
Rosendo Manuel da Silva José
Tânia Cristina Leal Ramalho
Vítor Alexandre Lopes Pereira Vicente
Vítor Lino Soares Martins

CÍRCULO ELEITORAL DA MADEIRA

Manuel Vieira de Sousa
Sérgio Ricardo de Freitas Jesus

CÍRCULO ELEITORAL DE PORTALEGRE

José das Neves Raimundo
Paulo Alexandre Vivas Castanho



CÍRCULO ELEITORAL DO PORTO

Alfredo Luís Portocarrero Pinto Teixeira
António Jorge Pereira Ribeiro
Carlos Alexandre Quelhas Martins
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas
Francisco de Oliveira Martins
Hélder Filipe Pereira da Cruz Branco
Joaquim Alexandre de Oliveira e Silva
José Alberto Pinheiro Pinto
Paulo Jorge Seabra dos Anjos
Pedro Nuno Martins de Moura Areosa
Raquel Vandra da Mota Pinto
Romeu Manuel Almeida de Figueiredo
Rosa Branca Pinto Areias
Vítor Manuel Silva Oliveira

CÍRCULO ELEITORAL DE SANTARÉM

Carlos Manuel Boavida Ferreira
Daniel Filipe de Sousa Morgado
João Manuel Lopes Gomes

CÍRCULO ELEITORAL DE SETÚBAL

Alfredo de Jesus Alves
João Correia Colaço
Maria Lucília Pereira Marques
Maria Rosália da Silva Correia Simões
Paula Margarida Costa Esteves da Costa
Severino Gonçalves de Sousa

CÍRCULO ELEITORAL DE VIANA DO CASTELO

Domingos Queirós Martins
Manuela de Fátima Carvalho Fernandes

CÍRCULO ELEITORAL DE VILA REAL

António Carlos Gomes Dias
Rui de Carvalho Martins

CÍRCULO ELEITORAL DE VISEU

João Carlos Simões Figueiral
Vítor Aurélio Sobral Monteiro



IX. ESTRUTURA INTERNA

Uma Ordem para os seus membros – foi sempre esta a visão estratégica para a Ordem que, para ser, como foi, plenamente alcançada nos últimos 4 anos, necessitou de várias ações em múltiplas dimensões. Uma das dimensões mais relevantes foi operacionalizada nos recursos humanos da Ordem e nos serviços prestados aos membros pela instituição. Para tal, reorganizou-se profundamente a estrutura interna da Ordem e reforçaram-se áreas nucleares como o apoio técnico e social. Nesse sentido, no presente, a estrutura interna da Ordem, é constituída por 127 colaboradores, distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



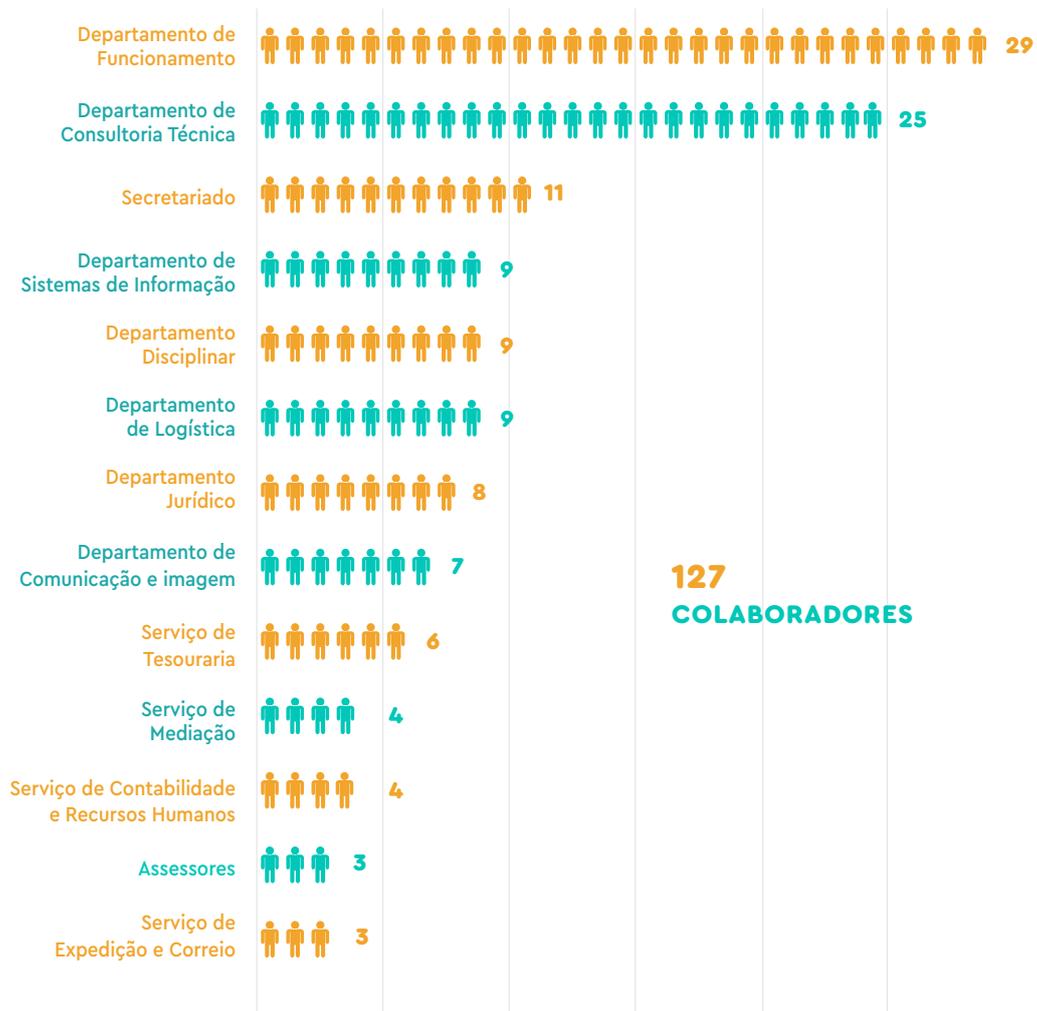




X. INDICADORES DO ANO 2021

Por forma a apresentar informação simples e concisa, apresenta-se uma pequena síntese, relativa a seis aspetos fulcrais da gestão da Ordem:

RECURSOS HUMANOS

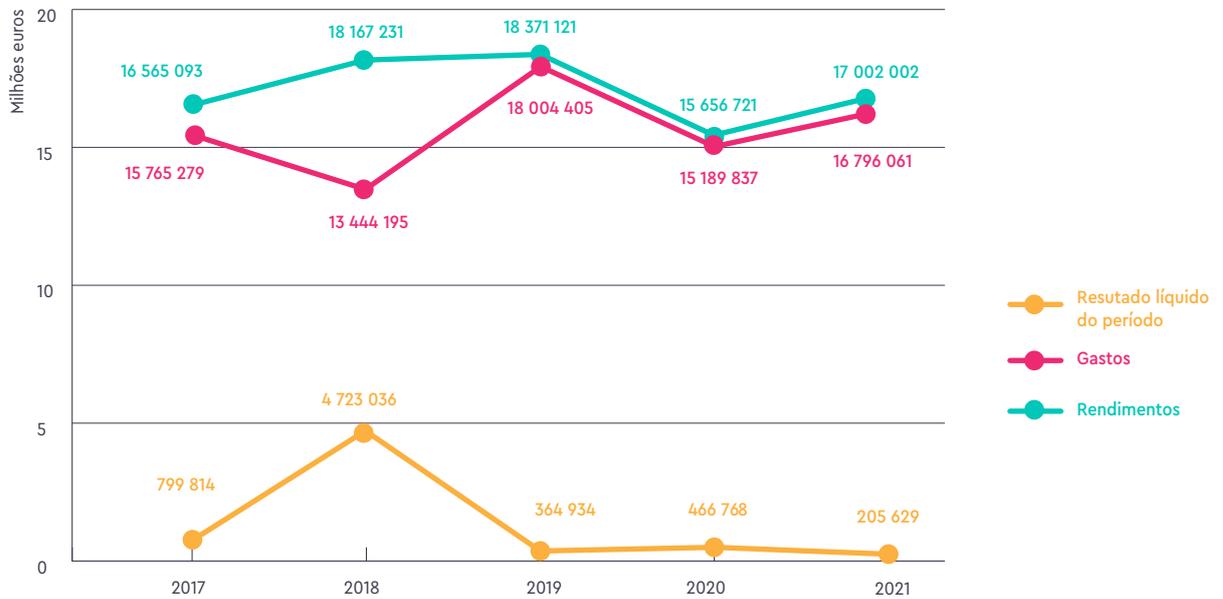




BALANÇO ATIVO, PASSIVO E FUNDOS PATRIMONIAIS (em euros)

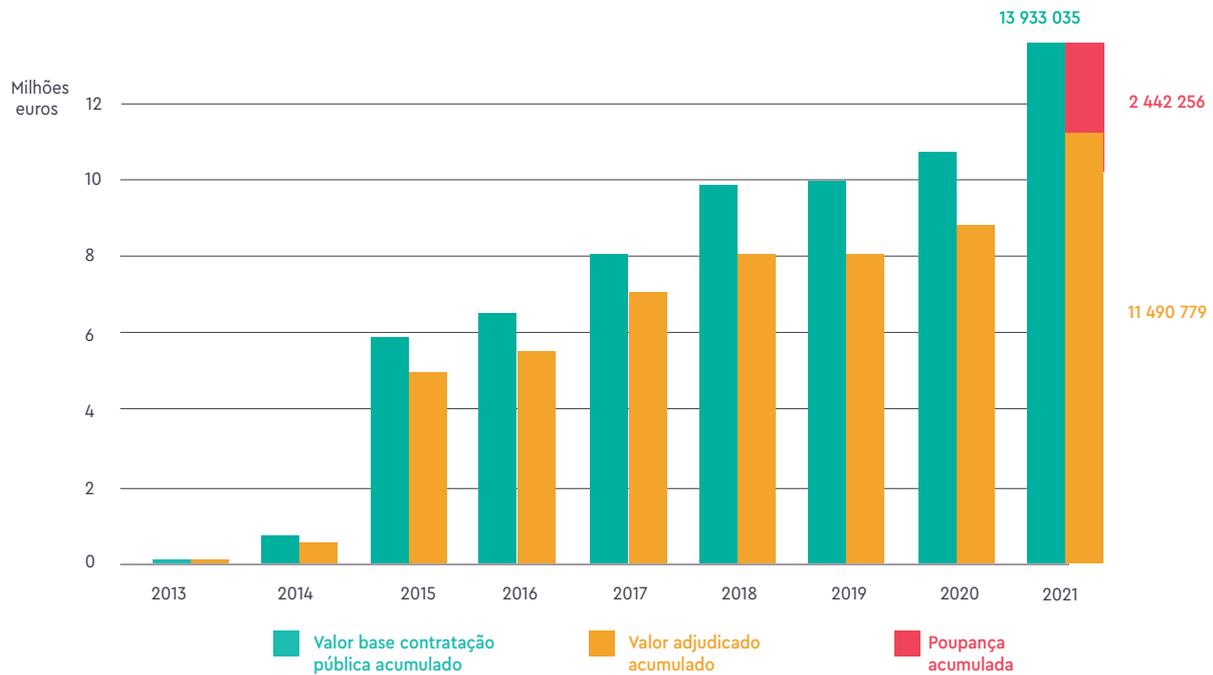


DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADO LÍQUIDO (em euros)

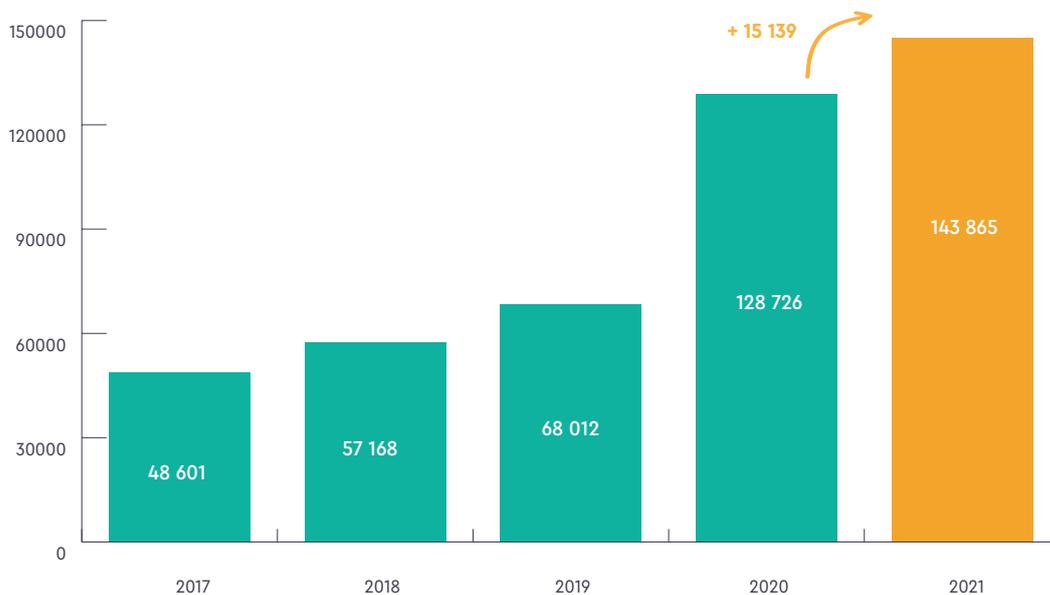




CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CONCURSOS PÚBLICOS) VALORES ACUMULADOS DESDE 2013 (em euros)



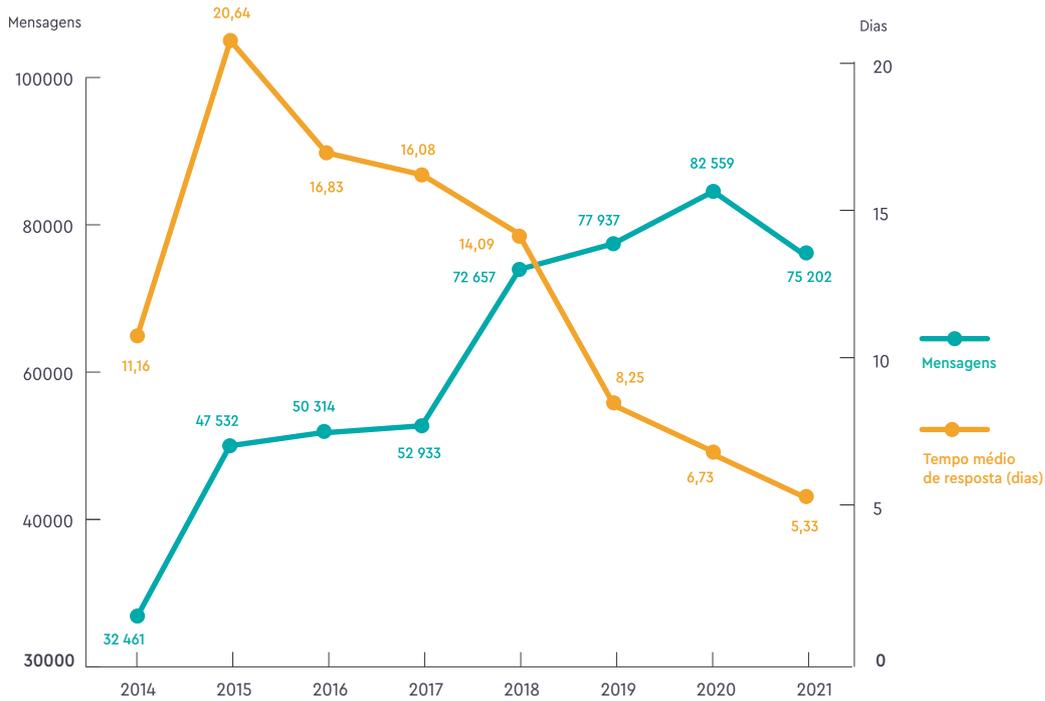
ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS* VALORES ANUAIS DESDE 2017 (em número)



* Esclarecimentos técnicos dos departamentos de consultoria, disciplinar e de mediação (escritos e telefónicos), exclusivamente a contabilistas certificados.



TEMPOS DE RESPOSTA PASTA CC MENSAGENS VS TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA



GASTO E POUPANÇA ACUMULADA REVISTA CONTABILISTA (em euros)





XI. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

JANEIRO

Helena Costa: Toma posse como vogal do conselho diretivo, após demissão de José Farinha, para o mandato de 2018–2021.

Pasta CC: Redução do prazo máximo de reposta para questões colocadas na Pasta CC por forma a que os membros tenham uma maior utilidade nas orientações recebidas.



Grupo de Entrejuda: Criação de grupo de apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados, trata-se de uma iniciativa solidária da Ordem, em colaboração com um conjunto de profissionais, surgida a partir de uma proposta apresentada no Orçamento Participativo.

AMA: A Agência de Modernização Administrativa, através de um protocolo celebrado com a Ordem, passou a disponibilizar um Serviço de Certificação de Atributo Profissional (SCAP).

Inspeções ACT vs teletrabalho: No âmbito da obrigatoriedade do regime de teletrabalho, a Ordem disponibiliza um documento com a posição oficial da instituição, que recomenda seja apresentado pelos profissionais às entidades competentes, sempre que tal for solicitado. É entendimento da OCC que os contabilistas certificados «podem exercer as suas funções nos seus escritórios, desde que tal não seja possível no regime de teletrabalho.»

Máscaras OCC: A Ordem disponibiliza gratuitamente a todos os membros máscaras de proteção individual, com o logotipo da Ordem, e ainda o calendário de 2021.



FEVEREIRO

RL Açores: Estreiam, para responder à especificidade fiscal e dos apoios para a Região Autónoma dos Açores (RAA) é o objetivo desta parceria entre a Ordem e o governo regional.

Lei 7/2021: O diploma procede ao reforço das garantias dos contribuintes e, especialmente, dos direitos dos contabilistas certificados. Trata-se de um dia histórico e uma revolução na vida dos contabilistas. Sinal claro do respeito crescente pelos contabilistas certificados por parte do poder político e da sociedade civil. Estas alterações equilibram a relação dos profissionais com a administração fiscal, protege-nos e permite uma maior qualidade de vida para todos os contabilistas consagrando: – Férias fiscais; – Alteração do regime de responsabilidade do contabilista certificado; – Melhoria do regime de dispensa e atenuação especial de coima; e – Clarificação da obrigação de disponibilização dos formulários com 120 dias de antecedência.

SAF-T (PT): A bastonária congratulou-se com a apresentação do Projeto de Resolução n.º 886/XIV/2.ª do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP), que recomenda ao governo que altere os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T(PT).

Podcast OCC: Através da rede social *SoundCloud* – que permite aceder ao áudio integral das reuniões livres semanais, para ouvir em qualquer lugar.



Audiência com o Presidente da República: No Palácio de Belém, a Bastonária reuniu com o Presidente da República. A reflexão sobre a reação das empresas à crise económica e o papel dos contabilistas na retoma foram alguns dos tópicos em análise.

APOIAR.PT: Reforço do apoio e esclarecimento sobre o programa APOIAR.PT. O horário do *call center* é prologado até às 20 horas. Criada linha de apoio exclusiva para a formação *plug-in*.

Francisco Assis: O presidente do Conselho Económico e Social (CES), afirma, em entrevista à Revista Contabilista, que «os contabilistas são os *profissionais mais qualificados para ajudar os empresários no acesso aos fundos comunitários.*».

MARÇO

Instagram: A Ordem estreia a sua conta na rede social.



«Descomplicar na hora – Perguntas e respostas.»

Mais um modelo formativo disponibilizado pela Ordem para responder às necessidades de desenvolvimento contínuo dos membros.



Cerimónia novos membros: Primeira cerimónia de novos membros do ano, ainda em formato digital. Dias depois a Ordem promoveu um (re)encontro digital com os membros aprovados em 2018 e 2019.



Revista Contabilista: Edição especial sobre o balanço de um ano de pandemia, com o depoimento de 32 personalidades, incluindo o do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, e o testemunho de 42 membros. Em entrevista, a bastonária Paula Franco afirma que «os contabilistas certificados foram a solução».

Despacho n.º 52/2021-XXII: O documento estabelece condições mais flexíveis para o diferimento do pagamento do IVA de dezembro de 2020 e do 4.º trimestre de 2020.

DMIS: A partir de 2021 a declaração mensal do imposto do selo passa a ser devida e entregue até ao dia 20 do mês seguinte a que as operações respeitam. A Ordem disponibiliza informação e esclarecimentos que incluem um manual do utilizador e exemplos de operações e o seu *report*.



ABRIL

"Coleção Essencial 2021": Arranca a distribuição através de uma cadeia de solidariedade que se gerou entre contabilistas certificados, em articulação com a Ordem, que permitiu que os manuais chegassem a todos os que manifestaram interesse, estivessem eles numa grande cidade do litoral ou numa localidade do interior. As regiões autónomas não foram esquecidas.

Prorrogação Modelo 22: Através de despacho do SEAAF, o prazo é prorrogado para 30 de junho.

Questionário bem-estar: Promovido pela Ordem, com vista a avaliar a saúde mental dos profissionais no contexto de emergência sanitária, foi respondido por quase quatro mil profissionais.

Criação do Departamento de Incentivos: Pretende ajudar e esclarecer os contabilistas certificados sobre os fundos disponibilizados pelo Estado e pela União Europeia.



Questionário bem-estar



Inauguração da representação de Bragança

MAIO

Bragança: É inaugurada a 16.ª representação da Ordem com a presença do autarca local e com transmissão em direto através do canal *Youtube*. O novo espaço representa o cumprimento de uma promessa que aproxima membros do nordeste transmontano à Ordem.

«O contabilista do futuro: digitalização e outros fatores que afetam a profissão»: Conferência virtual promovida pela FCM (Federação dos Contabilistas e Auditores do Mediterrâneo) em que Paula Franco foi a oradora principal.

III CICP: Congresso Internacional de Contabilidade Pública decorreu em formato virtual, com um número de inscritos a rondar os 850. «*Contabilidade pública e indústria 4.0*» é o tema e a organização está a cargo da OCC e do ISCA-UA. Foram apresentados 41 trabalhos nas sessões paralelas, em representação de seis países diferentes. A comissão científica que analisou e avaliou os trabalhos foi constituída por 74 revisores oriundos de 9 países.

António Costa e Silva: Presidente da comissão de acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), defende que «*é preciso um pacto entre o Estado e as empresas para recuperar o país.*» em entrevista à *Revista Contabilista*.

Simuladores PEC e PC 2021: Divulgados na área exclusiva do site que agrega os simuladores em vigor e os de anos anteriores.

JUNHO

SAF-T (PT): Foi apresentada na Assembleia da República uma proposta, projeto de lei n.º 655/XIV, 2.ª, que pretendia alterar os procedimentos da entrega do ficheiro SAF-T (PT) relativo à contabilidade, nomeadamente a revogação da obrigação para efeitos de preenchimento da IES, bem como as propostas alternativas de simplificação. Foi rejeitada na Comissão de Orçamento e Finanças.

Ciclo de conferência Euronext Lisbon e OCC: Duas conferências: a primeira sobre «O mercado de capitais e o financiamento das empresas e da economia», e a outra sobre «O mercado de dívida e as finanças sustentáveis».

Colégios de especialidade, revista científica e grupo "CC sobre Rodas": Tomam posse no auditório da Ordem, numa cerimónia que contou com a presença do Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes.

RL Especial: Reunião livre contou com a presença do SEAAF que se disponibilizou para responder a todas as questões dos membros sobre o SAF-T (PT).

José Tavares: O Presidente do Supremo Tribunal de Contas afirma à Revista Contabilista «Onde há dinheiro, valores e património públicos existem riscos», sublinhando a importância dos contabilistas certificados no controlo dos valores públicos.

«A agricultura não para»: As habituais conferências da OCC e da CAP, organizadas durante a Feira Nacional de Agricultura, em Santarém, acontecem *online*.

Prorrogações de prazos: Declaração modelo 22 e da IES foram prorrogados. Um despacho do SEAAF informou que a entrega da modelo 22 passou para 16 de julho, enquanto a submissão da IES transitou para 22 de julho.

SICC: Sistema de Informação do Contabilista Certificado (SICC) surge renovado, nomeadamente uma nova plataforma tecnológica e pesquisas mais rigorosas.

MERCADO DE CAPITALIS: PRODUTOS E SERVIÇOS

EURONEXT 25

Mercados Ações - MTRADER

DTM / DMA - Trading

O Millenniumbcp disponibiliza aos seus Clientes várias ferramentas que permitem o acesso direto a mercados organizados de ações. Entre eles está o MTrader disponível tanto numa versão browser mas também como APP (Android e IOS)

MTRADER
BEM-VINDO À SUA NOVA SALA DE MERCADOS

MTRADER

CICLO DE CONFERÊNCIAS OCC/EURONEXT

JULHO

Protocolo OCC/COMPETE 2020: Protocolo de colaboração para agilizar a certificação dos contabilistas.

Ciclo de conferências: A Ordem e a Associação Portuguesa dos Profissionais de Marketing (APPM) promovem um webinar denominado «Marketing para contabilistas». Uma semana depois a conferência foi sobre «Contabilidade para marketeers».



CONTABILIDADE & MARKETING

Sessão de informação e esclarecimentos sobre contabilidade para marketeers

8 julho • 16H

apm ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS PROFISSIONAIS DE MARKETING

25 ANOS 1996-2021

Coloque as suas questões previamente por forma a que possamos dar-lhe os melhores contributos e sugestões.

Representação Viana do Castelo: Assinatura da escritura de compra da futura representação permanente da Ordem.

RL Madeira: A primeira sessão foi emitida no canal *Youtube* e contou com a participação de Rui Barreto, secretário regional da Economia.

Pedro Siza Vieira: «Teria sido bastante difícil executar todos os apoios sem a ajuda dos contabilistas certificados». A garantia é dada por Pedro Siza Vieira. Em entrevista à Contabilista, o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital não regateia elogios ao «papel de grande relevância» desempenhado por estes «profissionais independentes e credíveis.».

FAQ: Planos prestacionais previstos no art. 418.º do Orçamento do Estado para 2021.

Reajustamento do calendário fiscal: Promovido pelo SEAAF.

AGOSTO

Simulador dos apoios e incentivos: A Ordem disponibiliza um simulador dos apoios e incentivos recentemente aprovados e que visam garantir a manutenção do emprego e estimular a retoma da atividade.

"Férias fiscais": Para assinalar a estreia, a Ordem lançou o desafio, e os contabilistas responderam de forma entusiástica. Na praia, na piscina, no campo, em casa ou no escritório. Todos os locais foram oportunos para exibir, com indisfarçável orgulho, a toalha que representa as primeiras "férias fiscais". Pela primeira vez, os profissionais da contabilidade puderam desfrutar de um período de tranquilidade em pleno mês de agosto.

Portaria n.º 168-B72021: A Ordem divulga um documento com as orientações de aplicação relativos à alteração ao Regulamento do Programa APOIAR.

Duarte Freitas: O Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego reuniu com o representante da Ordem na Região Autónoma dos Açores, Emanuel Cordeiro, durante uma visita às instalações da representação permanente da OCC, em Ponta Delgada.

Certificado OCC: A Ordem passou a disponibilizar a possibilidade de os seus membros solicitarem – caso não o tenham – o certificado de membro de pleno direito da instituição.

Alexandra Bento: A bastonária da Ordem dos Nutricionistas declara que a pandemia acentuou a degradação dos hábitos alimentares e partilha ainda conselhos alimentares, «*simples, mas eficientes*», para a semana de trabalho dos contabilistas certificados.



SETEMBRO

IVAucher: A equipa da Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais, liderada por António Mendonça Mendes, participa em sessão de esclarecimento promovida, em parceria com a Ordem, para explicar o funcionamento desta iniciativa.

Dia do Contabilista: A celebração coincide com a inauguração da representação em Portalegre, a 17.ª da OCC na geografia nacional. Para além da presença do SEAAF e da autarca local, a cerimónia contou ainda com as melodias de António Zambujo e a partilha de ensinamentos por parte do empresário Rui Nabeiro. Foram ainda apresentadas as conclusões do inquérito promovido pela Ordem sobre o bem-estar dos profissionais e o impacto da pandemia na vida pessoal e profissional.

Ricardo Mourinho Félix: O vice-presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI) defende que «é necessário abordar a capitalização das empresas com celeridade».

"Poliempreende": A Ordem patrocinou «Semana Nacional do Empreendedorismo e da Inovação», durante a qual se realizou a final nacional deste evento.

OTOCA/OCC: Uma comitiva da OCC «apadrinhou» uma semana histórica para a profissão em São Tomé e Príncipe, mantendo reuniões com altos responsáveis e estabelecendo protocolos de cooperação com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores de São Tomé e Príncipe (OTOCA).



OUTUBRO

"Opinião pública": A Bastonária Paula Franco foi uma das convidadas do programa da SIC-Notícias, sendo o tema em debate «Como vai ser a retoma?».

OE/2022: Escassas horas após a entrega da proposta do OE/2022 pelo ministro das Finanças, a Ordem promove uma conferência sobre a «perspetiva macro» do documento.

XVIII CICA: Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, organizado em parceria pela Ordem e pelo ISCAL. O evento decorreu em regime híbrido, com um número recorde de 1.400 inscritos. Nas sessões paralelas foram apresentados 122 trabalhos. Cerca de duas centenas de *referees*, *discussants* e moderadores estiveram envolvidos na comissão científica. Na abertura esteve presente Alan Johnson, presidente da IFAC. Na sessão de encerramento, o Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor João Torres reconheceu o papel dos contabilistas e auditores.



Fraude e corrupção: A Bastonária Paula Franco participa num debate a propósito da apresentação de livro sobre fraude e corrupção. O evento conta com a intervenção do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Site OCC: Passa a ser possível efetuar, no *site* da Ordem, o registo de sociedades profissionais, diretor técnico de sociedade e diretor técnico de estabelecimento, de forma desmaterializada, automatizando processos e eliminando os formulários em papel.

Simulador: Disponibilizado simulador para ajudar na decisão do âmbito da opção pelo apuramento trimestral da Segurança Social para trabalhadores independentes.



NOVEMBRO

Protocolo: A Ordem rubrica um protocolo de colaboração com o Turismo de Portugal, no âmbito do «Programa Empresas Turismo 360º».

Despacho n.º 351/2021: Paula Franco congratula-se com o conteúdo do documento, explicando que *«foi ao encontro de um conjunto de pretensões que, no entendimento da Ordem dos Contabilistas Certificados, eram fundamentais para a criação de melhores condições para o exercício da profissão.»*

Eleições OCC: As eleições para o mandato 2022–2025 foram as mais participadas de sempre – com 23 599 votantes – e os vencedores obtêm um resultado sem paralelo na história da instituição. Após 32 horas de escrutínio, Paula Franco é reeleita bastonária com 88,7 por cento dos votos, contra 11,3 por cento, da lista liderada por José Araújo.

Formação eventual: A formação sobre o «Encerramento de Contas – Aspetos contabilísticos e fiscais» assinala o regresso dos grandes eventos em sala. Apesar de ainda se realizar em contexto pandémico, junta milhares de profissionais e respetivos colaboradores no continente e regiões autónomas.

FIN: Feira Internacional de Negócios, na sua 5.ª edição, uma vez mais nas instalações da Ordem, no Porto. Helena Costa, membro do conselho diretivo, representa a Ordem no evento global de *call center* de negócios que integra o projeto «3 Eventos, 3 Continentes Falando Português», promovido pela Associação dos Jovens Empresários Portugal – China (AJEPC).

FCM: A bastonária Paula Franco foi eleita vice-presidente da *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) para o mandato de 2022–2023.



DEZEMBRO

Protocolo: A Ordem e a Recuperar Portugal assinaram no Salão Nobre da sede da OCC, em Lisboa, um protocolo de cooperação com o objetivo de ter o apoio dos contabilistas certificados nas ações administrativas de controlo interno e nas ações de acompanhamento junto dos beneficiários intermediários e beneficiários finais das verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Tomada de posse: Os novos órgãos sociais para o mandato de 2022–2025 tomam posse no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. Uma tarde de emoções, com a presença de cerca de 500 pessoas. O governo esteve representado pela Secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, e pelo ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira.

Festa de Natal OCC: Após um ano de interregno a Festa de Natal regressa com público às instalações da Ordem de Lisboa e Porto. Mesmo com a sombra da pandemia, com a obrigatoriedade de apresentação de teste negativo, o espírito natalício esteve sempre presente.

Mesa da AR: Carlos Alexandre é reconduzido como presidente do órgão na primeira sessão da Assembleia Representativa da Ordem para o mandato de 2022–2025.

Apoios 12/2021–01/2022: No dia 28 de dezembro, a bastonária Paula Franco proferiu uma comunicação dirigida aos contabilistas certificados sobre os novos apoios relacionados com ressurgimento do encerramento das atividades.

OTOCA: A Ordem regressou a São Tomé e Príncipe para ministrar formação sobre «Encerramento de contas – Aspectos contabilísticos e fiscais», adaptado à realidade daquele país.





XII. RELATÓRIO DE GESTÃO

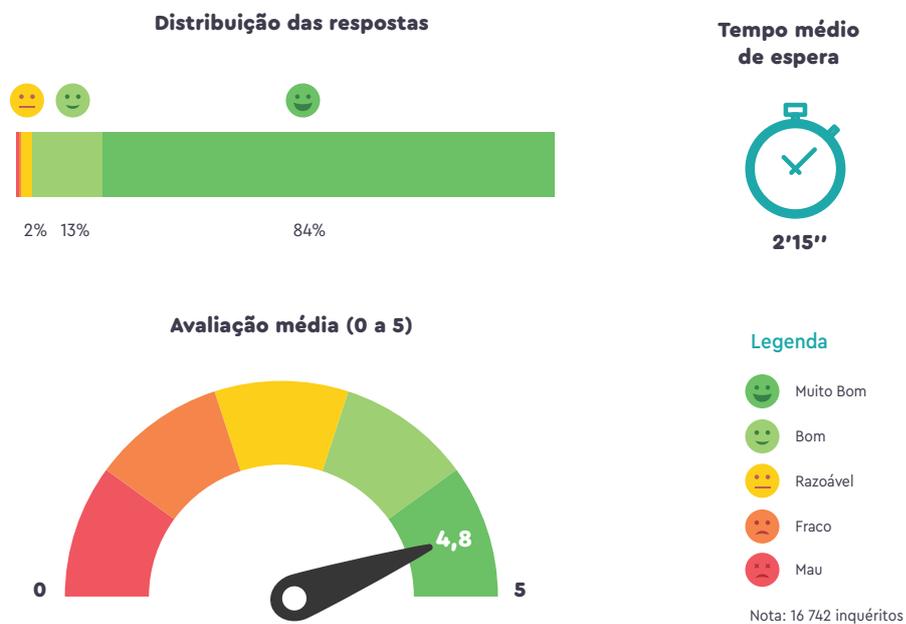
Nos termos da alínea c) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, vem o conselho diretivo submeter à apreciação da assembleia representativa, o Relatório e Contas do período de 2021.

RELATÓRIO DA SATISFAÇÃO DAS CHAMADAS TELEFÓNICAS

Desde o começo do mandato iniciado em 2018 que a prioridade da Ordem foi clara: prestar mais e melhores serviços aos membros. Com esta visão e orientação estratégica, conseguimos, ano após ano, melhorar os serviços aos membros respondendo mais, melhor e mais rapidamente a todas as necessidades técnicas e sociais dos contabilistas certificados.

O ano de 2021 não foi exceção, tendo conseguido manter o tremendo nível de satisfação do atendimento dos membros (4,8 em 5) reduzindo, simultaneamente, o tempo médio de espera no *call center* da Ordem. Este é o caminho, sempre mais e melhor para os contabilistas certificados.

AVALIAÇÃO DAS CHAMADAS TELEFÓNICAS EM 2021



XII.a Áreas de atuação

DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA TÉCNICA



25
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes



PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- *TOConLINE*
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS *MEDIA*
- REUNIÕES COM AT, SEGURANÇA SOCIAL E OUTROS *STAKEHOLDERS*

O apoio técnico aos membros foi e será sempre uma das grandes prioridades da Ordem dos Contabilistas Certificados. Através do apoio técnico, efetivamente ajudamos no exercício da profissão, esclarecendo, informando e orientado para um exercício profissional pautado pelos mais elevados padrões de excelência, rigor e qualidade. Nesse sentido, ao longo dos últimos quatro anos, os dados abaixo apresentados, mostram, sem margem de dúvida, o exponencial aumento no apoio aos contabilistas certificados ao nível telefónico, presencial e escrito. O crescimento exponencial permitiu criar e reforçar uma relação de tremenda proximidade e confiança entre a instituição e os seus membros.

Em paralelo, o departamento técnico continuou em 2021, a desempenhar um papel ativo na produção e disponibilização de análises de legislação, os quadros normativos, os simuladores e todas as outras ferramentas, que permitem aos contabilistas certificados pouparem horas em investigação, análise e estudo, possibilitando que dediquem essas horas a ajudarem os seus clientes a crescer os seus negócios.

Em 2021, cimentou-se também o apoio aos membros em matéria de incentivos e apoios, crescente área de ação dos contabilistas certificados com tremendo valor para os seus clientes e que seguramente, nos próximos anos, continuará a ser uma área determinada para a recuperação económica do nosso país no período pós-pandemia.

Em relação ao apoio técnico do *TOConline*, vemos hoje, que todos os utilizadores da plataforma beneficiam de um apoio técnico (presencial, telefónico ou escrito) de exceção e que responde, prontamente, a todas as necessidades dos utilizadores. Se no passado podíamos encontrar falhas neste serviço, hoje, sem margem de dúvida, podemos orgulhosamente afirmar que a Ordem presta um serviço de excelência aos utilizadores do *TOConline*.

Eslarecimentos
escritos

20 314



+18%
face a 2020



PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos técnicos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	502	622	1 586	433	355
Atendimento telefónico	17 607	17 259	18 387	44 384	43 549

Questões escritas

Recebidas	7 285	8 104	10 591	18 369	21 440
Transitadas do ano anterior	419	529	356	537	0
Respondidas	6 740	8 277	9 347	17 286	20 314
Por responder no final do ano	529	356	537	235	425

Artigos técnicos nos media

Jornal de Negócios	33	34	30	32	14
Vida Económica	12	7	43	42	43
Outras publicações	256	2	0	3	6

Outros pareceres

Pareceres internos dep. disciplinar e conselho jurisdicional	24	21	6	4	1
--	----	----	---	---	---

SICC

Atendimento presencial	1	2	1	0	0
Atendimento telefónico	220	190	86	51	283
Registos inseridos	10 780	9 035	11 055	7 442	7 867

TOOnline

Esclarecimentos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	281	210	280	76	18
Atendimento telefónico	3 381	7 983	10 994	16 644	25 067

Questões escritas

Recebidas	21 131	22 447	34 288	45 181	22 859
Transitadas do ano anterior	0	0	0	379	333
Respondidas	4 565	4 620	13 033	16 150	22 669
Por responder no final do ano	0	0	0	571	1

Subscritores

Empresas ativas	49 859	66 857	93 264	118 114	135 951
Empresas ativas - novas	18 817	22 235	14 314	34 229	34 290
Pedidos de subscrição de licenciamento	29 431	52 115	70 421	87 179	101 568

Atendimentos
 telefónico
43 549



toonline
25 067

Esclarecimentos
 telefónicos

+51%
 face a 2020



DEPARTAMENTO JURÍDICO



8

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS MEDIA
- CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
- PROCESSOS DE AVERIGUAÇÕES E RECUSAS DE ASSINATURA

O apoio jurídico aos contabilistas certificados e o serviço de contencioso tributário, cada vez mais enraizado junto dos contabilistas certificados, são duas áreas de apoio indispensáveis aos contabilistas certificados. Cientes da sua importância, ao longo do último mandato, foi feita uma clara aposta na reorganização e reforço destes serviços aos membros, verificando-se hoje, os resultados positivos dessa aposta.

Em 2021, verificamos a consolidação dos valores alcançados no passado o que, salientamos como tremendamente positivo pois após o exponencial aumento em 2020, fruto de matérias como os *lay-off* e demais apoios disponibilizados para combater os negativos efeitos da pandemia, constatámos a consolidação e não uma diminuição que inicialmente se poderia esperar.

Em matéria de contencioso tributário, vemos este serviço desempenhar uma ação muito relevante junto dos contabilistas certificados, permitindo-lhes acederem a informação e apoio técnico especializado em áreas do processo e procedimentos tributário e judicial.

Atendimentos
telefónico

6 515





PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos técnicos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial a membros	436	161	245	81	39
Atendimento telefónico a membros	9 194	9 620	4 390	8 236	6 515
Atendimento presencial e telefónico a não membros	1 972	1 885	5 786	871	733

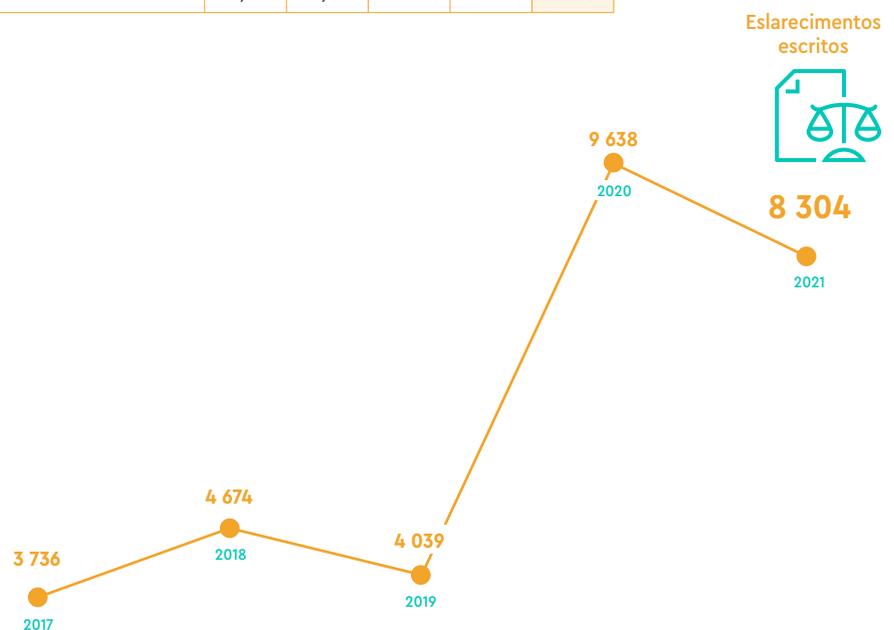
Questões escritas	2017	2018	2019	2020	2021
Recebidas	3 245	4 263	4 039	10 063	8 309
Transitadas do ano anterior	1 405	914	514	1 151	0
Respondidas	3 736	4 674	4 039	9 638	8 304
Por responder no final do ano	914	514	1 151	425	5

Processos de averiguações disciplinares	2017	2018	2019	2020	2021
Recebidos	296	178	-	-	-
Transitados do ano anterior	471	202	-	-	-
Respondidos	422	223	-	-	-
Por responder no final do ano	202	5	-	-	-
Remetidos ao conselho jurisdicional	143	152	-	-	-

Processos de recusa de assinatura	2017	2018	2019	2020	2021
Recebidos	481	694	653	576	543
Transitados do ano anterior	228	125	0	0	75
Respondidos	590	766	653	294	506
Por responder no final do ano	125	53	0	282	37
Recurso (das decisões do júri de exame):	35	12	5	15	18

Processos judiciais	2017	2018	2019	2020	2021
Ações concluídas	n/d	n/d	3 346	7 114	3 819
Ações em curso	n/d	n/d	1 009	1 538	455

n/d - Dados não disponíveis





DEPARTAMENTO DISCIPLINAR



9

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS *MEDIA*
- PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES
- INSTRUÇÃO DISCIPLINAR

Tendo como função a regulação profissional orientada para a defesa do interesse público da profissão de contabilista certificado, a missão do departamento é agir disciplinarmente sobre os membros que incumprem com os seus deveres éticos e deontológicos, saneando da profissão e do seu exercício os profissionais que não adequam o seu comportamento profissional aos mais rigorosos padrões éticos e deontológicos. O interesse público da profissão será tão mais forte quanto mais correta e rigorosa for a atuação profissional e pessoal dos contabilistas certificados.

Com celeridade e eficácia na sua ação disciplinar, ao longo do último mandato, com especial ênfase nos últimos dois anos (pois a pandemia e a pressão profissional, pessoal e social sobre os contabilistas certificados poderia promover incumprimentos éticos e deontológicos), reorganizou-se o serviço, o que permitiu catapultar a ação disciplinar para elevados níveis de controlo e supervisão que, focado nos verdadeiros incumprimentos éticos e deontológicos, permitiram não só que durante a pandemia os níveis de incumprimento não aumentassem, como também, ao longo do mandato, os níveis de incumprimento disciplinar se mantivessem.



PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos técnicos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial a membros	134	93	201	86	41
Atendimento telefónico a membros	2 025	3 050	3 215	6 348	7 049
Atendimento presencial e telefónico a não membros	432	647	950	991	1 098

Questões escritas

Recebidas	20 086	11 818	5 581	6 558	4 822
Respondidas	17 718	13 789	4 333	3 639	4 075

Artigos técnicos nos media

Jornal de Negócios	0	0	2	0	1
Vida Económica	7	9	2	2	0
Outras publicações	2	3	0	0	0

Participações disciplinares

Recebidos	4 222	380	296	409	476
Transitados do ano anterior	0	17	77	35	112
Remetidos ao conselho jurisdicional	n/d	n/d	358	297	260

Instrução disciplinar

Despacho acusação deduzidos – Processos não quotas	69	81	138	107	88
Relatórios de instrução disciplinar – total	2 891	765	324	291	261
Processos pelo não pagamento de quotas (*reaberturas)	2 669	528	71*	5	13
Relatórios – proposta de aplicação de pena disciplinar – total	1 152	644	130	108	97
Advertência	62	24	64	43	37
Multa	994	488	47	56	45
Suspensão	94	130	18	7	12
Expulsão	2	2	1	2	1
Relatórios com proposta de arquivamento	3 356	3 718	194	183	164
Relatórios – Convolação proc. de inquérito em proc. disciplinar	15	22	36	11	12
Processos com recurso	n/d	n/d	2	2	2

n/d – Dados não disponíveis

Atendimentos
telefónico

8 147



+11%

face a 2020

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO



4

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS MEDIA
- MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DISCIPLINARES E PROFISSIONAIS

Criado no início do mandato e reforçada a sua estrutura, o serviço de mediação, é uma das mais importantes ferramentas na defesa do interesse público da profissão por, atualmente e através do mesmo, ser possível encontrar-se uma solução para um impasse disciplinar entre contabilistas certificados e/ou contabilistas certificados e seus clientes, num curto espaço de tempo – prazo máximo de 30 dias, evitando-se o envio do processo para o departamento disciplinar que, atendendo à regulamentação em vigor, faria com que os processos fossem mais demorados e custosos para todos os intervenientes.

A taxa de conflitos solucionados continua muito elevada, acreditando-se que com a progressiva especialização do serviço e reforço da estrutura, a eficiência do serviço de mediação seja cada vez maior e, assim, alcance ainda mais rapidamente os seus desígnios – reforçar o interesse público e regulação da profissão.

Conflitos
solucionados

565



PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos técnicos	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	n/d	166	32	22
Atendimento telefónico	599	2 129	3 865	3 243
Atendimento presencial e telefónico a não membros	121	601	543	491
Participações				
Recebidas	203	654	722	804
Transitadas do ano anterior	n/d	38	45	348
Processos em curso no final do ano	38	45	68	330
Conflitos solucionados	92	456	504	565
Conflitos reencaminhados para o Departamento Disciplinar	66	179	179	256
Anuladas/Duplicações	7	13	19	1
Artigos técnicos em meios de comunicação social				
Jornal de Negócios	4	1	0	0
Vida Económica	4	1	2	0
Outras publicações	3	0	0	0

n/d – Dados não disponíveis



FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA

567

Eventos de
 formação

946 234

Visualizações
 streaming

8 569

Descomplicar na
 hora – inscrições

868 808

Reuniões livres
 streaming

TIPOLOGIAS DE FORMAÇÃO

- FORMAÇÃO PRESENCIAL
- FORMAÇÃO EVENTUAL
- FORMAÇÃO À DISTÂNCIA/*PLUG-IN*/DESCOMPLICAR NA HORA
- REUNIÕES LIVRES
- FORMAÇÃO EM AMBIENTE DE TRABALHO

A formação profissional contínua compreende o conjunto de atividades de formação e qualificação técnica tendentes ao desenvolvimento pessoal e profissional dos contabilistas certificados. Tendo como objetivo facultar aos contabilistas certificados os conhecimentos necessários para um exercício exemplar da profissão, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e rigor técnico, pretende-se garantir uma permanente atualização em matérias de natureza técnica e deontológica. Cumpre à Ordem disponibilizar os modelos e sessões formativas necessárias para satisfazer as mais variadas necessidades dos contabilistas certificados. Mais concretamente, a formação profissional da Ordem foca-se em matérias de contabilidade, fiscalidade, direito, ética e deontologia, bem como matérias conexas com a atividade profissional dos contabilistas certificados.

Só através da formação profissional contínua se consegue aperfeiçoar conhecimentos e competências técnicas, assegurar a confiança pública no exercício da profissão, garantir a dignificação das relações interprofissionais e entre profissionais e agentes ativos da economia e sociedade, prevenir consequências adversas resultantes do trabalho desenvolvido e promover pelo desenvolvimento técnico e pessoal dos contabilistas certificados.

Em 2021, num ano em que o dever de cumprimento dos créditos de formação foi derrogado após ter acontecido a mesma derrogação em 2020, verifica-se, com muito agrado, a elevada participação dos profissionais nas sessões de formação disponibilizadas pela Ordem.

Oferecendo-se novos temas e modelos formativos – RL Madeira, RL Açores, Iniciação, migração e suporte TOConline e Descomplicar na Hora – constata-se que tanto nas sessões pagas como gratuitas, houve uma grande participação dos contabilistas certificados, garantindo-se que os conhecimentos e competências técnicas, pessoais e sociais dos contabilistas certificados foram reforçados ao longo de toda a pandemia, promovendo-se assim, o reforço da dignificação, valorização, reconhecimento e valor acrescentado da classe profissional.



PRINCIPAIS NÚMEROS

Conferências	2017	2018	2019	2020	2021
Número de eventos presenciais	4	13	14	0	0
Formandos contabilistas certificados presenciais	1 564	7 852	3 692	0	0
Formandos não contabilistas certificados presenciais	250	1 238	962	0	0
Número de eventos à distância	0	0	0	61	18
Visualizações <i>streaming</i>	0	41 727	55 110	249 817	19 979
Congressos					
Número de eventos	1	0	3	0	0
Formandos contabilistas certificados	549	0	3 641	0	0
Formandos não contabilistas certificados	154	0	1 327	0	0
Número de eventos à distância	0	0	0	61	2
Formandos à distância	4 608	0	11 417	0	3 564
Formação presencial – Em sala					
Número de formações	66	56	83	29	13
Formandos contabilistas certificados	10 038	5 833	11 169	831	430
Formandos não contabilistas certificados	67	183	554	65	100
Formação presencial – Eventual					
Número de formações	3	5	5	1	1
Formandos contabilistas certificados	46 874	68 543	66 085	8 373	5 512
Formandos não contabilistas certificados	5 415	9 528	11 866	1 357	1 438
Formação presencial – Personalizada TOOnline					
Número de formações	-	-	-	113	71
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	210	111
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	151	132
Formação presencial – Personalizada SAFT					
Número de formações	-	-	7 527	117	8
Formandos contabilistas certificados	-	-	9 716	289	11
Formandos não contabilistas certificados	-	-	2 601	95	11
Formação presencial – Reuniões livres					
Número de formações	432	435	471	65	0
Formandos contabilistas certificados	35 314	30 600	37 920	7 187	0
Formandos não contabilistas certificados	0	0	0	0	0
Formação presencial – Iniciação, migração e suporte TOOnline					
Número de formações	-	-	-	-	18
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	-	69
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	-	27
Formação online – E-learning					
Número de formações	76	60	78	274	132
Formandos contabilistas certificados	17 723	9 426	18 248	57 145	6 346
Formandos não contabilistas certificados	29	15	21	4 274	2 029
Formação Plug-in					
Número de formações	-	-	-	57	151
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	4 114	9 632
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	660	3 223
Formação online – Reuniões livres					
Número de formações	0	14	26	52	53
Formandos	0	22 923	50 803	1 259 208	868 808
Formação online – Reuniões livres Açores					
Número de formações	-	-	-	-	10
Formandos	-	-	-	-	16 316
Formação online – Reuniões livres Madeira					
Número de formações	-	-	-	-	4
Formandos	-	-	-	-	5 950



Formação online – Reuniões livres TOConline	2017	2018	2019	2020	2021
Número de formações	-	-	-	10	21
Formandos	-	-	-	76 712	88 531

Formação online – Personalizada TOConline					
Número de formações	-	-	-	23	20
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	55	841
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	23	227

Formação online – Personalizada SAFT					
Número de formações	-	-	0	9	0
Formandos contabilistas certificados	-	-	0	18	0
Formandos não contabilistas certificados	-	-	0	7	0

Formação online – Descomplicar na Hora					
Número de formações	-	-	-	-	109
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	-	8 569
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	-	1 711

Formação online – Iniciação, migração e suporte TOConline					
Número de formações	-	-	-	-	20
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	-	841
Formandos não contabilistas certificados	-	-	-	-	227

Sessões de esclarecimento					
Número de eventos	1	1	3	1	0
Online	0	0	0	1	0
Formandos contabilistas certificados	127	668	2 694	92	0
Formandos não contabilistas certificados	24	0	145	0	0

Total de formandos					
Formandos Contabilistas certificados	112 189	122 922	143 449	78 314	35 926
Formandos não contabilistas certificados	5 939	10 964	17 476	6 632	12 557
Número total de formandos sem streaming	118 128	133 886	160 925	84 946	48 483
Visualizações streaming	4 608	64 650	117 330	1 585 737	946 234
N.º de formandos total*	122 736	198 536	278 255	1 670 683	994 717

* Inclui contabilistas certificados e não contabilistas certificados





RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A influência internacional da Ordem continua a aumentar, tanto geograficamente como no seio das relações já criadas e constantemente alimentadas, tendo-se alcançado, em 2021, grandes conquistas fora de portas.

Merece ser salientado o projeto de colaboração entre a OCC e a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores (OTOCA) de São Tomé e Príncipe – projeto financiado através do Banco Mundial –, a eleição da Bastonária para o cargo de Vice-Presidente da *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM) e a nomeação de João Ferreira da Silva, assessor da Bastonária, para assessor técnico e observador convidado de Idésio Coelho, membro do conselho diretivo da *International Federation of Accountants* (IFAC).

Junto das organizações internacionais das quais é membro, *European Federation of Accountants and Auditors* (EFAA), *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* (FCM), *Comité de Integración Latino Europa-América* (CILEA,) *Edinburgh Group* (EG), União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa (UCALP) e *International Federation of Accountants* (IFAC), bem como nas relações bilaterais com organizações congéneres, das quais salientamos o *Consejo General de Economistas* (CGE) e Conselho Federal de Contadores (CFC), a Ordem trabalha ativamente no processo de normalização contabilístico, troca de experiências, boas práticas e desenvolvimento de materiais de apoio ao exercício da profissão.

Entidades internacionais a que a Ordem pertence





XII.b Áreas de suporte

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM



7

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- REVISTA "CONTABILISTA"
- NEWSLETTER "NOVIDADES PROFISSIONAIS" E OUTRAS
- GESTÃO DAS REDES SOCIAIS
- PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS E PUBLICAÇÕES
- IMAGEM DE EVENTOS

A visão para a comunicação da Ordem ao longo dos últimos anos foi como sempre comunicar com isenção, rigor técnico, imparcialidade e no interesse público da profissão, especialmente na pandemia. Esta forma de comunicação mostrou trazer imensos proveitos aos contabilistas certificados.

Em 2021, publicámos um estudo de independente notoriedade da OCC e dos contabilistas certificados e as conclusões não poderiam ser mais sorridentes para a instituição e a classe. A Ordem e os contabilistas certificados produzem a informação mais credível, independente, isenta e segura do nosso país. A Ordem e os contabilistas certificados são a principal fonte de informação contabilística e fiscal. A informação da Ordem chega a todos com um selo de qualidade, notoriedade e garantia ímpar. Comunicamos de forma célere e ágil, útil, o que origina grande valor a todos os agentes interessados.

Assentes em plataformas digitais, em 2021, vimos a comunicação da Ordem reforçar o seu interesse público e consolidar a sua posição de interlocutor primordial junto de todos os agentes ativos da nossa sociedade.

Continuamos a ser referenciados e citados de forma positiva nos meios de comunicação social, sem qualquer investimento financeiro. É um sinal cada vez mais valioso de uma reputação e reconhecimento ímpares por parte do poder político, tecido empresarial e sociedade civil. Acreditamos também que uma comunicação assertiva da Ordem é algo positivo para os contabilistas certificados e vice-versa.



PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	65	54	18	0	0
Atendimento telefónico	1 441	1 225	1 490	125	371
Questões escritas	327	635	860	2 297	3008
Publicações, artigos e newsletters					
Revista "Contabilista" – Edições	12	12	12	12	12
Revista "Contabilista" – Tiragem papel	684 234	360 150	170 231	185 496	176 180
Revista "Contabilidade e Gestão" – Edições	2	1	0	0	2
Revista "Contabilidade e Gestão" – Tiragem papel	400	200	0	0	500
Revista de imprensa – Edições	232	235	248	252	242
Manuais de formação	102	106	163	167	186
Livros e outras publicações	78	85	11	19	32
Artigos – Jornal de Negócios	45	45	39	35	11
Artigos – Vida Económica	45	36	42	49	44
Artigos – Outras publicações	288	5	2	14	35
Recortes OCC – Edições	44	44	20	21	8
Newsletter – Novidades profissionais	264	266	248	252	241
Outras newsletters	34	120	325	204	163
Referências à Ordem nos media					
Entrevistas à Bastonária	2	18	40	58	22
Imprensa	1 396	539	374	380	298
Rádio	44	70	10	61	43
Televisão	98	40	36	143	69
Internet	966	625	562	1 146	1 297
Total de referências	2504	1274	982	1 730	1 729
Redes sociais					
Facebook – Seguidores	46 245	50 250	55 547	68 590	75 711
Facebook – Publicações	4 202	5 823	1 435	2 474	3 032
Twitter – Seguidores	1 010	1 220	1 341	5 913	1 825
Twitter – Publicações	4 202	5 823	1 452	2 474	1 203
Youtube – Seguidores	1 820	2 810	4 280	23 716	29 221
Youtube – Publicações	180	250	174	278	
Youtube – Visualizações	720 456	863 245	1 083 971	3 550 878	1 541 466
Instagram – Publicações	-	-	-	-	109
Instagram – Seguidores	-	-	-	-	7 464
Outros					
Projetos especiais	2	3	23	72	45
Eventos organizados e cobertos	12	18	36	43	33
Formação à distância – vídeos	48	33	65	77	51
Intervenções no sítio	3 923	4 345	3 488	4 640	4 891
Flyers, calendários e logós	15	13	103	294	664

114K

Seguidores
redes sociais

Visualizações
Canal OCC



1 541 466



DEPARTAMENTO DE FUNCIONAMENTO



29
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

 Lisboa

 Representações

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- APOIO A EVENTOS E FORMAÇÕES
- PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INSCRIÇÃO E REINSCRIÇÃO
- EMISSÃO DE VINHETAS
- TRATAMENTO ADMINISTRATIVO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS E SOCIEDADES DE CONTABILIDADE
- APOIO AOS MEMBROS NAS REPRESENTAÇÕES
- PROCESSAMENTO DE QUOTAS

O departamento de funcionamento, essencial no apoio administrativo à estrutura e serviços da Ordem, manteve, em 2021, as suas funções, sendo de sublinhar, a redução do tempo no tratamento das questões, o que permitiu aos membros obter resposta às suas necessidades mais tempestivamente.

Após alguns anos de constantes aumentos, em 2021 ocorreu uma redução no número de candidaturas à Ordem e, consequentemente, à profissão de contabilista certificado. Esta redução deve-se à pandemia e aos problemas e obstáculos que esta causou junto da academia e dos alunos ao longo dos seus cursos superiores. Segundo dados que conseguimos apurar, verifica-se uma redução no número de estudantes a terminar cursos que permitam o acesso à profissão, entendendo-se assim a redução verificada em 2021 como um fenómeno extraordinário. Não acreditamos que esta redução será a tendência para os anos vindouros.

Sublinhamos de forma positiva o aumento na emissão de cédulas profissionais, documento essencial para comprovar a habilitação para o exercício da profissão.



PRINCIPAIS NÚMEROS

Questões escritas	2017	2018	2019	2020	2021
Questões Recebidas	7 065	9 143	14 577	16 204	16 359
Transitadas do ano anterior	6 984	8 776	715	104	174
Respondidas	92	173	13 909	15 180	9 514
Por responder no final do ano	173	539	311	124	150

Formação equiparada

Inscrições	14 429	10 689	11 520	9 077	12 229
Registos de entidades	5	6	2	3	0
Total de entidades	171	177	724	736	736

Processos de acesso à profissão

Candidaturas recebidas	893	1 011	1 049	1 086	871
Com estágio profissional	38	88	48	35	31
Sem estágio profissional	777	706	758	764	475
Sem estágio profissional - experiência profissional	80	149	137	170	102
Exames	1 847	1 855	2 228	1 810	3 123
Membros admitidos	868	624	406	373	612

Serviços administrativos aos membros

Emissão de cédulas profissionais	9 391	5 859	1 609	1 137	1 204
Registos de sociedades profissionais de CC	206	201	4	2	13
Registos diretor técnico sociedades contabilidade	292	318	513	374	424
Quotas - Requisições	329 168	329 479	293 154	322 923	216 532
Reinscrições e saídas	63	38	94	116	113
Membros inativos	1 402	1 740	1 676	821	824
Alterações de cadastro (nomes)	264	138	843	81	761
Certidões emitidas	81	68	90	46	79

Vinhetas e brochuras

Requisição de vinhetas	3 226	3 271	3 409	2 921	1 811
Vinhetas emitidas	144 725	130 095	2 239	2 921	342
Brochuras vendidas	381	460	489	148	50

Exames

3 123



+1 313

face a 2020

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



9
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- GESTÃO DAS PLATAFORMAS INFORMÁTICAS DA ORDEM
- GESTÃO DA PASTA CC
- DESENVOLVIMENTO DE NOVAS FUNCIONALIDADES E EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS DA ORDEM
- APOIO INFORMÁTICO INTERNO
- GESTÃO E EMISSÃO DE CÉDULAS PROFISSIONAIS

O sítio da internet da Ordem, mantém uma enorme procura. Mesmo num período de maior acalmia legislativa face a 2020, não houve uma significativa diminuição de acessos ao portal, local hoje, de informação rigorosa, credível e tecnicamente de excelência. Sublinhamos, em 2021, o aumento de questões colocadas via Pasta CC, grande ferramenta para comunicação escrita entre contabilistas certificados e a Ordem, sinal claro da confiança e utilidade que os membros vêm no apoio da Ordem.

Os pedidos de certificação COMPETE 2020 e AÇORES, registaram, em 2021, respetivamente, 367.645 e 6.824, sinal da boa utilização desta plataforma por parte dos contabilistas certificados.

O departamento de sistemas de informação ao longo do último mandato e em especial durante a pandemia, que tanto afetou o exercício presencial da profissão e da relação entre a Ordem e os membros, foi o principal garante de que a ligação informática entre a Ordem, contabilistas certificados e demais terceiros interessados, estivesse sempre disponível e conseguisse responder às suas necessidades.

TOP 8 Acessos occ.pt



Origem dos acessos	2021
Portugal	7 709 929
EUA	112 319
Espanha	29 943
França	23 849
Países Baixos	24 497
Finlândia	19 491
Brasil	17 362
Alemanha	13 004
Outros	85 467
Total	8 035 861



PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	155	176	801	4	0
Atendimento telefónico	8 700	8 640	9 233	1 245	1 139

Questões escritas	2017	2018	2019	2020	2021
Recebidas	2 668	1 477	885	562	471
Transitadas do ano anterior	13	34	22	12	0
Respondidas	2 457	1 258	713	412	377
Por responder no final do ano	34	11	18	10	2

Inscrição de contabilistas certificados	2017	2018	2019	2020	2021
Empresa na hora	435	404	361	356	292
Empresa na hora estrangeiros	186	154	157	127	119

Sítio da ordem e pasta CC	2017	2018	2019	2020	2021
Acessos sítio	4 275 435	5 242 679	6 275 405	8 577 644	8 035 861
Acessos com autenticação	3 236 764	2 290 803	2 615 872	2 851 093	2 546 145
Mensagens colocadas no fórum	20 048	19 803	17 354	27 501	16 607
Atualizações de dados (Sítio + Pasta CC)	55 815	25 980	20 565	16 964	16 966
Questões colocadas na Pasta CC	50 247	74 678	102 577	81 404	85 790

Outros	2017	2018	2019	2020	2021
Plataforma Freshdesk – suporte escrito	4 275	4 334	12 301	2 545	9 724
Atualizações de empresas	632 046	392 558	222 539	203 067	215 805
Pedidos complemento reforma	77	72	62	82	71
Pedido de apoio interno – Helpdesk	2 619	2 857	3 126	2 545	2 336

Acesso
www.occ.pt



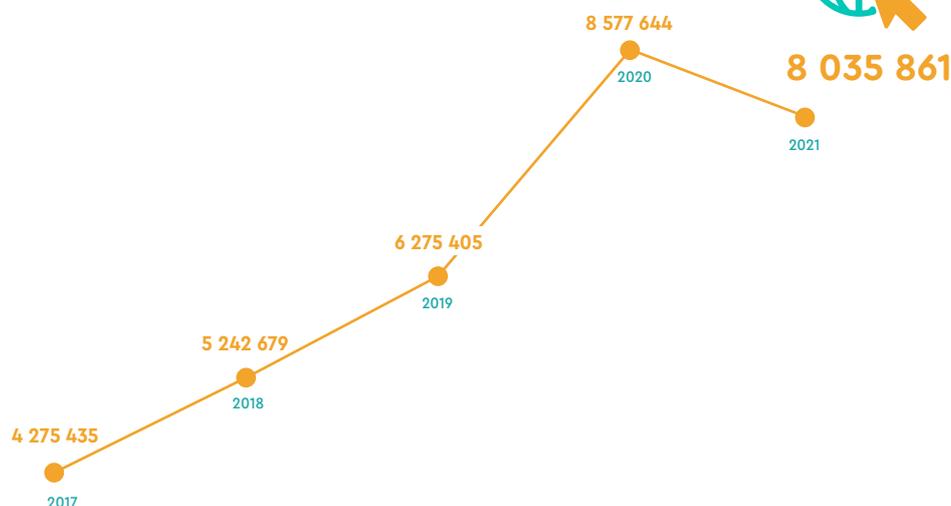
8 035 861

Questões PASTA CC

344 449



Desde 2018







SERVIÇO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS



PRINCIPAIS FUNÇÕES

- REGISTOS E GESTÃO CONTABILÍSTICA
- ELABORAÇÃO DE DECLARAÇÕES FISCAIS E PARA-FISCAIS
- PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS TRIMESTRAL E ANUAL
- ACOMPANHAMENTO DE AUDITORES EXTERNOS E CONSELHO FISCAL
- PROCESSAMENTO SALARIAL E APOIO ADMINISTRATIVO
- OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS TRANSVERSAIS COM IMPACTO NA ÁREA CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA
- ELABORAÇÃO DO RELATO INTERCALAR TRIMESTRAL

O relato e a prestação de contas atempada e informativa, sempre foi um dos principais pontos de ação do conselho diretivo. Ter um relatório e contas anual e relatórios trimestrais de qualidade excepcional, que sejam o mote e um exemplo de *benchmark* para todos os relatos nacionais, é um dos grandes objetivos da contabilidade da Ordem, que foi plenamente alcançado ao longo dos últimos anos.

Com uma equipa reforçada, novas dinâmicas de trabalho, procedimentos céleres e rigorosos e a exigência dos mais elevados padrões de qualidade, a contabilidade da Ordem conseguiu sempre prestar a informação necessária e mais útil para uma gestão eficiente dos recursos da instituição.

A contabilidade da Ordem foi fundamental para o saudável desenvolvimento dos serviços prestados pela instituição aos seus membros, oferecendo informação que permitiu um melhor planeamento, controlo e apoio à tomada de decisão. É com base na informação disponibilizada pela contabilidade que conseguimos alcançar os tremendos resultados de serviços aos membros.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Serviços	2017	2018	2019	2020	2021
Documentos de caixa	152	143	n/d	n/d	0
Documentos de bancos entradas	9 229	10 363	9 986	8 095	5 251
Documentos de recibos de quotas	n/d	n/d	n/d	9 852	218 213
Documentos de bancos saídas	8 993	7 796	8 445	5 779	5 393
Documentos de compra (faturas e faturas-recibo)	7 401	7 575	10 948	5 358	5 543
Documentos de vendas	n/d	n/d	32 331	140 395	1 007 844
Operações diversas	5 889	5 932	10 701	28 762	14 169

n/d – Dados não disponíveis

SERVIÇO DE TESOURARIA



6

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- GESTÃO DOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA
- GESTÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS
- FATURAÇÃO
- IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLO DE MECANISMOS FINANCEIROS

A tesouraria da Ordem faz parte da estrutura que permite prestar informação ao conselho diretivo para uma melhor gestão da instituição. Peça essencial no rigoroso controlo dos recursos da instituição, apesar do confinamento e das dificuldades inerentes ao exercício das suas funções, conseguiu, com um enorme esforço e dedicação, desempenhar as suas tarefas, assegurando o melhor apoio à gestão da instituição e no serviço aos membros.

Por forma a melhorar o atendimento aos membros, nas suas mais variadas áreas, a equipa da tesouraria da Ordem foi reforçada, permitindo hoje, de uma forma melhor e mais rápida, responder a todas as solicitações dos contabilistas certificados.

Em termos de contratação pública, área que assume um papel fundamental na salvaguarda do interesse público, nomeadamente como instrumento de controlo da despesa, de eficiência na utilização dos recursos financeiros e na sustentabilidade da Ordem foi salvaguardado sempre, sem qualquer exceção, o mais rigoroso cumprimento das regras previstas na legislação em vigor, garantindo assim que todos os procedimentos obedecem ao legalmente previsto, e é efetuada uma boa alocação dos recursos da Ordem.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Esclarecimentos	2017	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	n/d	34	37	11	4
Atendimento telefónico	6 541	1 168	3 520	2 707	2 215
Questões escritas					
Recebidas	5 423	8 858	10 812	10 244	8 187
Respondidas	5 167	7 429	10 621	10 295	8 187
Outros serviços					
Pagamentos de quotas efetuados online	157 170	182 896	210 145	160 777	45 198
Pagamento de quotas efetuados nos CTT	132 506	131 799	117 612	0	122 670
Cheques e vales postais para pagamento	1 172	1 046	714	286	158
Entradas em bancos	8 569	9 380	9 998	8 095	5 251
Saídas de bancos	8 993	7 796	8 459	5 779	5 393
Faturas e faturas-recibos de fornecedores recebidas	7 818	7 422	10 653	5 358	392
Faturas e faturas-recibos emitidas	n/d	247	337	663	5 543
Operações efetuadas por MultiBanco, VISA e CTT	289 676	314 695	327 757	275 358	168 068
Membros/registos que optaram por débitos diretos	672	733	1 236	1 329	1 431

n/d - Dados não disponíveis



CONTRATAÇÃO PÚBLICA

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A contratação pública é assegurada por uma equipa de colaboradores que integram o Serviço de Tesouraria da Ordem.

Contratar bem, com transparência e com melhor alocação e eficiência dos recursos da Ordem, sempre foi o cunho do atual conselho diretivo. Só assim, com a mais rigorosa gestão, foi possível melhorar substancialmente a saúde financeira da Ordem.

A Ordem privilegia sempre, mesmo quando a tal não está obrigada, o respeito pelas normas de contratação pública, não gastando qualquer valor sem que o mesmo passe pelo exaustivo escrutínio destas normas. Publicando todos os seus procedimentos no sítio da internet garante-se, assim, o conhecimento geral dos mesmos e uma participação de todos os interessados, o que permite que se adjudiquem bens e serviços a um melhor preço e com melhor qualidade.

Mesmo nos tempos mais complicados, em que a celeridade é fundamental para uma resposta efetiva, em 2021, conseguimos alcançar o mais rigoroso cumprimento de todas as regras de contratação pública, contratando o necessário para melhor apoio aos membros.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Procedimentos	2017	2018	2019	2020	2021
Concurso Público	6	17	10	9	20
Ajuste Direto	163	257	239	100	191
Consulta Prévia	0	3	14	11	7





SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA E EXPEDIÇÃO



3

Colaboradores



Peso percentual
do serviço
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE QUESTÕES ESCRITAS
- TRATAMENTO E EXPEDIÇÃO DE CORREIO

Melhorados os procedimentos no ano de 2020, no que concerne ao tratamento e expedição de correio, em formato físico, permitiu, em 2021, contornar as dificuldades e assegurar o bem-estar e segurança de todos os intervenientes.

O procedimento mais célere e ágil, que permite o tratamento de um maior volume de correspondência, continuou a desempenhar um papel preponderante na comunicação entre a Ordem e os seus membros, como podemos comprovar pela expedição das toalhas de praia comemorativas das "férias fiscais".

Em 2021, salienta-se positivamente o número de questões recebidas via Pasta CC e por *email*, sendo estes os meios mais utilizados na receção de questões escritas à Ordem.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Correspondência	2017	2018	2019	2020	2021
Recebida	22 716	20 769	15 883	6 306	5301
Enviada	11 635	18 115	22 620	11 002	11 535
Correio devolvido	3 234	932	824	1 023	1 799

Pasta CC

Recebidas	18 119	19 679	22 904	36 117	29 585
Respostas enviadas	35 170	40 824	47 924	64 448	67 697
Recebidas em geral@occ.pt	17 051	21 145	25 020	36 117	34 139



SECRETARIADO



11
Colaboradores



Peso percentual
do serviço
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- APOIO ADMINISTRATIVO
- GESTÃO DOS PROCESSOS DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE
- GESTÃO DOS PROCESSOS DE FUNDO DE PENSÕES
- GESTÃO DA BOLSA DE PERITOS

O secretariado presta apoio aos membros nas mais diversas áreas sociais, tais como, o fundo de solidariedade social, o fundo de pensões, o seguro de saúde e o seguro de responsabilidade civil profissional e, deste modo, contribui para o reforço das condições transversais de apoio ao exercício da profissão de contabilista certificado.

O apoio social da Ordem, através do fundo de solidariedade, permite assegurar condições mínimas para uma vida condigna a alguns membros que, por infortúnio, o não conseguem.

PRINCIPAIS NÚMEROS

	2017	2018	2019	2020	2021
Reuniões do conselho diretivo	67	56	59	57	67
Fundo de solidariedade social (renovações)	23	25	28	36	32
Fundo de solidariedade social (novas atribuições)	3	5	8	7	8
Fundo de pensões	182	179	203	250	192
Peritos	103	84	60	68	71



DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA



9
 Colaboradores



Peso percentual
 do departamento
 em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- RESERVAS E GESTÃO DOS AUDITÓRIOS E EDIFÍCIOS DA ORDEM
- ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS
- GESTÃO DA CENTRAL TELEFÓNICA E CALLMANAGER

A situação pandémica, que tanto limitou e continua a limitar o nosso normal dia-a-dia, orientou o departamento de logística para alcançar, reforçar e supervisionar as regras de saúde e bem-estar nos edifícios da Ordem, para que nenhum colaborador e/ou contabilista certificado fosse infetado nas instalações da Ordem. Podemos felizmente afirmar que as instalações da Ordem são locais onde todos podem confortavelmente e em segurança exercer as suas atividades profissionais.

Teve ainda uma ativa colaboração nas formações presenciais e nos eventos virtuais organizados.

Sublinhamos também o apoio dado na gestão do *call center*, tendo sido assegurada maior eficiência e celeridade do serviço prestado aos membros, mesmo em contexto de teletrabalho.

Paralelamente, o departamento de logística organizou a Festa de Natal, evento que voltou ao formato presencial, trazendo felicidade e alegria a todos os intervenientes.

PRINCIPAIS NÚMEROS

Reservas	2017	2018	2019	2020	2021
Reservas de acomodação	353	489	1 414	348	331
Reservas de deslocações nacionais/internacionais	49	128	161	43	19
Reservas dos espaços, edifícios Lisboa					
Número	-	18	17	8	3
Montante total (em euros)	-	53 685	75 424	3 472	8 725
Reservas de espaços edifício do Porto					
Número	-	8	5	0	0
Montante total (em euros)	-	30 568	17 720	0	0

XII.c Análise da situação económica e financeira

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a Lei 139/2015, de 7 de setembro, atualizado com a publicação da Lei 119/2019, de 18 de setembro, nos termos da alínea c) do artigo 54.º, determina que o conselho diretivo apresente anualmente o Relatório e Contas. No cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise. A informação legalmente exigível faz parte integrante da demonstração financeira intitulada "Anexo". Para além daquela, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

RENDIMENTOS

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2021, um total de 17.002.002 euros:

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
71 Vendas	9 335	0,1%	11 787	0,1%	-2 451	-20,8%	8 400	935	11,1%
72 Prestações de serviços	16 438 977	96,7%	15 222 840	97,2%	1 216 138	8,0%	17 857 562	-1 418 584	-7,9%
75 Subsídios, doações e legados à exploração	1 923		1 536		387	25,2%		1 923	
76 Reversões	318 961	1,9%	78 539	0,5%	240 422	306,1%		318 961	
78 Outros rendimentos	232 750	1,4%	341 616	2,2%	-108 866	-31,9%	240 476	-7 726	-3,2%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	57		405		-348	-85,9%	891	-835	-93,6%
Total	17 002 002	100,0%	15 656 721	100,0%	1 345 281	8,6%	18 107 329	-1 105 326	-6,1%

Os rendimentos de 2021, comparativamente a 2020, registaram um aumento de 1.345.281 euros, o que representa um acréscimo de 8,6%. Em relação aos valores orçamentados os rendimentos apresentam um desvio negativo de 1.105.326 euros (-6,1%).

As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva substancial de 1.216.138 euros (+8,0%), tendo o seu peso nos rendimentos totais da Ordem, passado de 97,2% (em 2020) para 96,7% (em 2021).

Em 2021, existiu uma recuperação ligeira nos recebimentos de quotas, apesar da manutenção da situação difícil de crise pandémica da Covid-19, que no ano de 2020 originou uma quebra de 12% nos recebimentos das quotas, o que originou uma variação positiva no valor das reversões de 240.422 euros (306,1%) no ano de 2021.

Regista-se o facto de que em 2021, tal como sucedeu em 2020, mas de forma mais ligeira, os rendimentos concretizados apresentam diferenças significativas em relação aos valores orçamentados, nomeadamente a nível da formação profissional, em resultado do impacto e das medidas emergentes implementadas pela Ordem em face da situação epidemiológica.



ca. Com satisfação registamos o equilíbrio conseguido, fruto do esforço adicional de maior contenção dos gastos, sem contudo comprometer o foco fundamental da prestação do melhor serviço aos membros.

Rendimentos

Euros

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
71 Vendas	9 335	0,1%	11 787	0,1%	-2 451	-20,8%	8 400	935	11,1%
711 Mercadorias	9 335	0,1%	11 787	0,1%	-2 451	-20,8%	8 400	935	11,1%
72 Prestações de Serviços	16 438 977	96,7%	15 222 840	97,2%	1 216 138	8,0%	17 857 562	-1 418 584	-7,9%
7211 Quotas	9 789 618	57,6%	9 880 904	63,1%	-91 286	-0,9%	9 832 680	-43 062	-0,4%
7211 Quotização-Membros efetivos	9 615 732	56,6%	9 712 077	62,0%	-96 345	-1,0%	9 648 432	-32 700	-0,3%
7211 Quotização-Membros suspensos	173 886	1,0%	168 828	1,1%	5 058	3,0%	184 248	-10 362	-5,6%
7212 Jóias	87 500	0,5%	98 700	0,6%	-11 200	-11,3%	96 700	-9 200	-9,5%
722 Ações de Formação OCC	789 653	4,6%	644 039	4,1%	145 614	22,6%	2 008 680	-1 219 027	-60,7%
7221 Formação	789 653	4,6%	644 039	4,1%	145 614	22,6%	1 983 680	-1 194 027	-60,2%
7221 Formação eventual	213 718	1,3%	334 917	2,1%	-121 199	-36,2%	1 376 000	-1 162 282	-84,5%
7221 Formação segmentada	23 800	0,1%	44 644	0,3%	-20 844	-46,7%	151 488	-127 688	-84,3%
7221 Formação à distância/ <i>plug-in</i>	534 060	3,1%	264 478	1,7%	269 582	101,9%	377 472	156 588	41,5%
7221 Formação recorrente							6 720	-6 720	-100,0%
7221 Formação <i>TOOnline</i>	18 075	0,1%			18 075		72 000	-53 925	-74,9%
7223 Conferências							25 000	-25 000	-100,0%
723 Taxas	633 730	3,7%	363 148	2,3%	270 582	74,5%	608 320	25 410	4,2%
7233 Exame para admissão a CC	559 400	3,3%	287 400	1,8%	272 000	94,6%	518 000	41 400	8,0%
7233 Registo de Diretor Técnico	40 500	0,2%	39 700	0,3%	800	2,0%	49 800	-9 300	-18,7%
7233 Inscrições-Reg.atribuição créditos	3 740		7 073		-3 333	-47,1%	8 400	-4 660	-55,5%
7233 Análise de Experiência Profissional	15 500	0,1%	15 000	0,1%	500	3,3%	18 700	-3 200	-17,1%
7233 Outras (tx reincrção, cédulas, jóias soc. prof.)	14 590	0,1%	13 975	0,1%	615	4,4%	13 420	1 170	8,7%
724 Emolumentos	45 327	0,3%	74 937	0,5%	-29 610	-39,5%	83 266	-37 939	-45,6%
7244 Vinhetas	42 805	0,3%	71 820	0,5%	-29 015	-40,4%	76 680	-33 875	-44,2%
7244 Outros (certificados, fotocópias, livros, manuais)	2 522		3 117		-595	-19,1%	6 586	-4 064	-61,7%
725 Serviços Secundários	5 093 150	30,0%	4 161 111	26,6%	932 039	22,4%	5 227 915	-134 766	-2,6%
7251 Serviços de informática aos membros <i>TOOnline</i>	4 900 855	28,8%	4 143 981	26,5%	756 873	18,3%	5 170 880	-270 026	-5,2%
7252 Cedência de espaço instalações e serv. compl.	7 888		14 130	0,1%	-6 242	-44,2%	37 305	-29 417	-78,9%
7253 Eventos	11 801	0,1%			11 801		16 130	-4 329	-26,8%
7253 Festa de Natal	11 801	0,1%			11 801		8 130	3 671	45,1%
7253 Encontro Nacional dos CC							8 000	-8 000	-100,0%
7254 Publicidade			3 000		-3 000	-100,0%	3 600	-3 600	-100,0%
7258 Outros Serviços (aluguer espaço/stand Congressos)	172 606	1,0%			172 606			172 606	
75 Subsídios, doações e legados à exploração	1 923		1 536		387	25,2%		1 923	
75119 Apoio Covid-19	1 923		1 536		387	25,2%		1 923	
76 Reversões	318 961	1,9%	78 539	0,5%	240 422	306,1%		318 961	
7621 Perdas por imparidade - dívidas a receber	318 961	1,9%	78 539	0,5%	240 422	306,1%		318 961	
78 Outros rendimentos	232 750	1,4%	341 616	2,2%	-108 866	-31,9%	240 476	-7 726	-3,2%
7878 Renda 24 de Julho	168 020	1,0%	167 790	1,1%	229	0,1%	168 020		
7881 Correções relativas a exercícios anteriores	4 790		49 829	0,3%	-45 039	-90,4%		4 790	
7886 Multas e juros de mora - processos disciplinares	59 842	0,4%	79 227	0,5%	-19 386	-24,5%	63 216	-3 374	-5,3%
7887/8 Outros (reembolso de custas, dif. arredondamento)	98		44 770	0,3%	-44 671	-99,8%	9 240	-9 142	-98,9%
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	57		405		-348	-85,9%	891	-835	-93,6%
791 Juros obtidos	57		405		-348	-85,9%	891	-835	-93,6%
Total	17 002 002	100,0%	15 656 721	100,0%	1 345 281	8,6%	18 107 329	-1 105 326	-6,1%
Resultado antes de impostos	205 942		466 884		-260 942	-55,9%	350 477	-144 535	-41,2%

As vendas de mercadorias correspondem à venda de livros e material *merchandising*, nomeadamente máscaras, auriculares, lenços, gravatas, canetas, da Ordem dos Contabilistas Certificados.





A prestação de serviços com um montante de 16.438.977 euros representa 96,7% do total dos rendimentos da Ordem, apresentando um aumento face ao ano de 2020 de 1.216.138 euros (+8,0%), e um desvio negativo face ao valor orçamentado de 1.418.584 euros (-7,9%).

O valor dos serviços prestados referente a quotas dos membros tem um impacto significativo nos rendimentos da OCC, representando 57,6% dos rendimentos totais e 59,5% da totalidade dos serviços prestados, embora este peso seja inferior ao verificado em 2020 que em relação aos rendimentos totais foi 63,1%, atendendo às restrições no âmbito da Covid-19 para realização de formação presencial, que foi muito reduzida, e ao cancelamento de alguns eventos.

As quotas dos membros, com um montante de 9.789.618 euros em 2021, apresentam um desvio face ao ano de 2020, de menos 91.286 euros (-0,9%). Verifica-se também um desvio negativo de 43.062 euros (-0,4%) em relação ao valor orçamentado.

Em 2020 e 2021, foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos, que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos, que não exercem ativamente a profissão; e
- Redução de 50% do valor das quotas mensais para os novos membros, no primeiro ano de inscrição.

No ano de 2021, estas três medidas tiveram um impacto de menos 159.264 euros no valor das quotas dos membros.

Tipo	Orçamento 2021		2021	
	N.º de membros	Valor anual (euro)	N.º de membros*	Valor anual (euro)
Redução 50% (75 - 80 anos)	561	40 392 €	590	42 480 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	619	44 568 €	612	44 064 €
Isenção total + 80 anos***	461	66 384 €	505	72 720 €
Total		151 344 €		159 264 €

* n.º membro em 31/12/2021; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 1 membro com pagamentos faseados

Estas três medidas tiveram um impacto de menos 112.032 euros em 2020, no valor das quotas dos membros.

Tipo	Orçamento 2020		2020	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	432	31 104 €	485	34 920 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	600	43 200 €	404	29 088 €
Isenção total + 80 anos***	310	44 640 €	432	48 024 €
Total		118 944 €		112 032 €

* n.º membro em 31/12/2020; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 27 membros com pagamentos faseados

O orçamento teve como pressupostos para os rendimentos das quotas a existência de 70.613 membros, à data da sua realização, dos quais 2.559 membros com suspensão vo-



luntária com uma quota mensal de 6 euros, e 68.054 membros com uma quota mensal de 12 euros. Em 31 de dezembro de 2021, o número total de membros era 70.563, dos quais 68.120 membros ativos e 2.443 com suspensão voluntária.

Membros	31/12/2021		Desvio face ao orçamento	
	Real	Orçamento		
Quotização – Membros efetivos	68 120	68 054	66	0,1%
Quotização – Membros suspensos	2 443	2 559	-116	-4,5%
Total	70 563	70 613	-50	-0,1%

O rendimento referente a jóias reduziu-se em 11.200 euros em 2021 face ao ano de 2020 (-11,3%), e teve um desvio negativo de 9.200 euros (-9,5%) face ao valor orçamentado.

Em 2021, os serviços prestados referentes à formação apresentam um valor de 789.653 euros, com uma variação positiva em relação a 2020 no valor de 145.614 euros (+22,6%). Verificou-se contudo uma redução muito significativa face ao orçamentado de 1.219.027 euros (-60,7%) decorrente do impacto da situação de pandemia, que limitou a possibilidade de realização de formações presenciais.

As ações de formação OCC, em 2019 tinham um peso relevante de 17,1% na totalidade dos rendimentos da Ordem passaram para 4,1% e, em 2021, sobe ligeiramente para 4,6%. A formação eventual apresenta um valor de 213.718 euros, com menos 121.199 euros (-36,2%) em relação a 2020 e menos 1.162.282 euros (-84,5%) face ao valor orçamentado. A formação segmentada apresenta o valor de 23.800 euros, menos 20.844 euros (-46,7%) em relação a 2020 e menos 127.688 euros (-84,3%) face ao valor orçamentado. A formação à distância/*plug-in* apresenta um valor de 534.060 euros, mais 269.582 euros (+101,9%) em relação a 2020 e mais 156.588 euros (+41,5%) face ao valor orçamentado.

No dia 1 de março de 2021, a Ordem iniciou uma formação temática intitulada «Descomplicar na Hora». Desde o dia 1 de março até 31 de dezembro de 2021, a Ordem realizou cento e nove formações «Descomplicar na Hora» com 9.741 inscrições no valor total de 48.705 euros, tendo sido reembolsado aos membros participantes na formação o valor de 38.695 euros.

As taxas com um montante de 633.730 euros, representam 3,7% dos rendimentos de 2021, e registaram um aumento de 270.582 euros (+74,5%) em relação ao ano de 2020. O valor mais significativo é o referente ao exame para inscrição na Ordem que apresenta o valor de 559.400 euros seguindo-se o valor do registo de diretor técnico de 40.500 euros. Face ao valor orçamentado para o ano de 2021, as taxas registam um desvio positivo de 25.410 euros (+4,2%).

Relativamente a emolumentos com um montante 45.327 euros, as vinhetas com um valor de 42.805 euros representam o rendimento com maior expressão nesta rubrica registando uma redução de 29.610 euros (-39,5%) face ao ano de 2020 e menos 37.939 euros (-45,6%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2021.

Os serviços secundários representam 30,0% dos rendimentos da OCC e neles destacam-se os serviços de informática TOConline, com o peso expressivo de 28,8%.



Os serviços do TOConline com um montante de 4.900.855 euros apresentam um aumento de 756.873 euros (+18,3%) em relação ao ano de 2020, e um desvio negativo de 270.026 euros (-5,2%) face ao valor apresentado no orçamento para 2021, em parte devido à redução do valor da licença de Gestão Administrativa, pelo facto do módulo de contabilidade ser gratuito desde maio de 2021, com um impacto na redução do valor da faturação, do período de maio a dezembro de 2021, de 256.271 euros.

O reconhecimento do rédito associado à venda de licenças do TOConline tem implícito a obrigação contínua de, após a venda pela OCC, ser fornecido suporte (1.ª linha) aos adquirentes, e desta forma o rédito é reconhecido ao longo do período de licença. Com efeito, a medida em que o rédito é diferido depende exclusivamente dos termos da licença.

O diferimento do rédito (passivo) das licenças *TOConline* no valor de 1.857.721 euros representa a obrigação da OCC prestar o serviço de 1.ª linha aos utilizadores da licença no ano de 2022.

TOConline - Valores não faturados (maio a dezembro 2021)

Tipo de formação	Licenças Ativas (empresas)	Total (euros)
Gestão administrativa	5	104 033
	15	44 123
	50	33 377
	100	8 359
	150	1 706
	200	581
	250	301
	300	242
Subtotal		192 721
Gestão administrativa +	5	8 498
	15	11 025
	50	25 137
	100	12 398
	150	3 479
	200	1 377
	250	356
	300	279
	350	374
	400	60
	450	256
500	312	
Subtotal		63 550
Total		256 271

As reversões por imparidade de dívidas a receber foram em 2021 de 318.961 euros, valor superior em 240.422 euros (+306,1%) em relação a 2020. Face ao cenário de quebra de 12% dos recebimentos das quotas de 2020 e à redução do contributo do processo de cobranças via Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) iniciado em 2018, inerente à situação difícil de crise pandémica da Covid-19, o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir mais objetivamente a realidade atual. Assim, em relação aos processos de quotas em remessa para a AT, tendo como base a análise do ano de 2019, e o aumento do risco de não cobrança

das quotas, com base no histórico dos recebimentos no ano de 2020, a taxa aplicável passou de 25% em 2019 para 40% em 2020, tendo sido ajustada para 30% em 2021. Este valor aumentou em resultado da pandemia, atendendo a que se suspendeu a cobrança coerciva das quotas através da AT, que será reativada em 2022.

Em 2021, o valor referente a multas e juros dos processos disciplinares diminuiu 24,5% relativamente ao ano anterior, tendo passado de 79.227 euros para 59.842 euros. Esta rubrica de rendimentos apresenta um desvio negativo face ao valor orçamentado para 2021 de 3.374 euros (-5,3%).

GASTOS

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 16.796.061 euros, mais 1.606.224 euros (+10,6%) face ao ano de 2020 e menos 960.791 euros (-5,4%) face ao valor orçamentado:

Gastos

Euros

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
61 CMVMC	4 451		7 713	0,1%	-3 261	-42,3%		4 451	
62 Fornecimento e serviços externos	10 185 722	60,6%	8 606 359	56,7%	1 579 364	18,4%	10 640 850	-455 128	-4,3%
63 Gastos com o pessoal	4 938 405	29,4%	4 791 491	31,5%	146 914	3,1%	5 337 013	-398 608	-7,5%
64 Gastos de depreciação e amortização	1 006 973	6,0%	1 019 819	6,7%	-12 846	-1,3%	1 110 709	-103 736	-9,3%
65 Perdas por imparidade	318 829	1,9%	388 098	2,6%	-69 269	-17,8%	144 000	174 829	121,4%
67 Provisões do período									
68 Outros gastos	284 034	1,7%	304 120	2,0%	-20 086	-6,6%	464 031	-179 997	-38,8%
69 Gastos de financiamento	57 647	0,3%	72 237	0,5%	-14 590	-20,2%	60 249	-2 602	-4,3%
Total	16 796 061	100,0%	15 189 837	100,0%	1 606 224	10,6%	17 756 852	-960 791	-5,4%

No ano de 2021, a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um montante de 10.185.722 euros, apresenta a maior expressão no valor total dos gastos, com um peso de 60,6%, representando um aumento substancial em relação a 2020 de 1.579.364 euros (+18,4%) e um desvio face ao valor orçamentado de menos 455.128 euros (-4,3%).

Os gastos com o pessoal, a segunda maior rubrica com um peso de 29,4% no total dos gastos, apresenta um valor de 4.938.405 euros, com um acréscimo em relação a 2020 de 146.914 euros (+3,1%), e um desvio de menos 398.608 euros (-7,5%) face ao valor orçamentado.

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas referentes aos gastos:



Gastos

Euros

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
61 CMVMC	4 451		7 713	0,1%	-3 261	-42,3%		4 451	
611 Mercadorias	4 451		7 713	0,1%	-3 261	-42,3%		4 451	
62 FSE	10 185 722	60,6%	8 606 359	56,7%	1 579 364	18,4%	10 640 850	-455 128	-4,3%
621 Subcontratos	3 462 539	20,6%	3 053 856	20,1%	408 683	13,4%	3 403 279	59 260	1,7%
6211 Vinhetas	872		1 398		-526	-37,6%	2 400	-1 528	-63,7%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	0,4%	70 689	0,5%			70 689		
6213 TOConline	2 720 334	16,2%	2 263 022	14,9%	457 312	20,2%	2 585 440	134 894	5,2%
6214 Serviços de Impressão - revistas	93 285	0,6%	125 743	0,8%	-32 458	-25,8%	142 556	-49 270	-34,6%
6215 Serviços de hosting - Claranet	321 420	1,9%	347 675	2,3%	-26 255	-7,6%	347 675	-26 255	-7,6%
6217 Serviços de hosting - MEO	255 940	1,5%	245 329	1,6%	10 610	4,3%	254 520	1 419	0,6%
622 Serviços especializados	3 060 065	18,2%	2 531 826	16,7%	528 239	20,9%	3 846 829	-786 764	-20,5%
6221 Trabalhos especializados	1 567 724	9,3%	1 205 647	7,9%	362 077	30,0%	2 027 010	-459 285	-22,7%
6222 Publicidade e propaganda	34 320	0,2%	30 038	0,2%	4 282	14,3%	35 516	-1 196	-3,4%
6223 Vigilância e segurança	148 910	0,9%	146 629	1,0%	2 281	1,6%	149 551	-641	-0,4%
6224 Honorários	738 210	4,4%	576 435	3,8%	161 775	28,1%	874 850	-136 641	-15,6%
6226 Conservação e reparação	202 515	1,2%	215 881	1,4%	-13 365	-6,2%	381 985	-179 470	-47,0%
6227 Serviços bancários	190 044	1,1%	180 547	1,2%	9 498	5,3%	198 021	-7 977	-4,0%
6228 Outros (contrib. fundo pensões, pub. INCM)	178 342	1,1%	176 650	1,2%	1 692	1,0%	179 896	-1 554	-0,9%
623 Materiais	465 006	2,8%	51 998	0,3%	413 008	794,3%	60 515	404 491	668,4%
6231 Ferramentas e utensílios	308		1 022		-714	-69,8%	6 000	-5 692	-94,9%
6232 Livros e documentação técnica	105		2 006		-1 901	-94,8%	2 400	-2 295	-95,6%
6233 Material de escritório	31 819	0,2%	33 892	0,2%	-2 073	-6,1%	34 515	-2 696	-7,8%
6234 Artigos para oferta	432 774	2,6%	15 078	0,1%	417 696	2770,2%	17 600	415 174	2358,9%
624 Energia e fluídos	123 663	0,7%	127 268	0,8%	-3 605	-2,8%	165 228	-41 565	-25,2%
6241 Electricidade	103 070	0,6%	102 760	0,7%	310	0,3%	128 400	-25 330	-19,7%
6242/8 Combustíveis	7 316		8 408	0,1%	-1 092	-13,0%	17 700	-10 384	-58,7%
6243 Água	13 277	0,1%	16 100	0,1%	-2 823	-17,5%	19 128	-5 851	-30,6%
625 Deslocações e estadas	104 003	0,6%	89 832	0,6%	14 171	15,8%	208 916	-104 913	-50,2%
6251 Refeições	22 642	0,1%	16 046	0,1%	6 595	41,1%	34 166	-11 524	-33,7%
6251 Deslocações	45 363	0,3%	50 645	0,3%	-5 282	-10,4%	73 238	-27 875	-38,1%
6251 Estadas	35 998	0,2%	23 141	0,2%	12 857	55,6%	101 512	-65 514	-64,5%
626 Serviços diversos	2 970 447	17,7%	2 751 578	18,1%	218 869	8,0%	2 956 082	14 365	0,5%
6261 Rendas e alugueres	113 028	0,7%	92 868	0,6%	20 159	21,7%	228 056	-115 028	-50,4%
6262 Comunicação	815 845	4,9%	495 149	3,3%	320 696	64,8%	543 441	272 405	50,1%
6263 Seguros	1 853 213	11,0%	1 958 486	12,9%	-105 273	-5,4%	1 966 788	-113 575	-5,8%
6265 Contencioso e notariado	5 328		6 598		-1 270	-19,3%	5 400	-72	-1,3%
6266 Despesas de representação	4 378		17 455	0,1%	-13 077	-74,9%	43 548	-39 169	-89,9%
6267 Limpeza, higiene e conforto	178 654	1,1%	180 694	1,2%	-2 040	-1,1%	168 850	9 804	5,8%
6268 Outros serviços			327		-327	-100,0%			
63 Gastos com o pessoal	4 938 405	29,4%	4 791 491	31,5%	146 914	3,1%	5 337 013	-398 608	-7,5%
631 Remunerações órgãos da Ordem	575 384	3,4%	559 330	3,7%	16 055	2,9%	601 780	-26 396	-4,4%
632/4 Remunerações do pessoal	3 384 979	20,2%	3 279 205	21,6%	105 774	3,2%	3 686 345	-301 365	-8,2%
635 Encargos sobre remunerações	825 354	4,9%	814 693	5,4%	10 662	1,3%	894 511	-69 157	-7,7%
636 Seguros de acidentes no trabalho	20 973	0,1%	19 560	0,1%	1 413	7,2%	19 242	1 731	9,0%
637 Gastos de ação social	101 407	0,6%	89 311	0,6%	12 095	13,5%	119 735	-18 329	-15,3%
638 Outros gastos com o pessoal	30 307	0,2%	29 393	0,2%	915	3,1%	15 400	14 907	96,8%
64 Gastos de depreciação e amortização	1 006 973	6,0%	1 019 819	6,7%	-12 846	-1,3%	1 110 709	-103 736	-9,3%
642 Ativos fixos tangíveis	988 306	5,9%	959 459	6,3%	28 847	3,0%	965 227	23 079	2,4%
643 Ativos intangíveis	18 667	0,1%	60 360	0,4%	-41 693	-69,1%	145 481	-126 815	-87,2%
65 Perdas por imparidade	318 829	1,9%	388 098	2,6%	-69 269	-17,8%	144 000	174 829	121,4%
651 Em dívidas a receber	318 829	1,9%	388 098	2,6%	-69 269	-17,8%	144 000	174 829	121,4%
68 Outros gastos	284 034	1,7%	304 120	2,0%	-20 086	-6,6%	464 031	-179 997	-38,8%
6811 Impostos directos	37 537	0,2%	36 045	0,2%	1 492	4,1%	41 742	-4 204	-10,1%
6812 Impostos indirectos	1 419		1 418				1 598	-179	-11,2%
6813 Taxas	3				3			3	
6873 Abates	2 194				2 194			2 194	
6881 Correções períodos anteriores	24 755	0,1%	34 772	0,2%	-10 017	-28,8%		24 755	
6882 Donativos	3 170		1 260		1 910	151,6%	24 000	-20 830	-86,8%
6883 Quotizações	214 845	1,3%	230 381	1,5%	-15 536	-6,7%	236 466	-21 621	-9,1%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	110		241		-131	-54,3%		110	
6888 Outros	1		3		-2	-65,1%	160 225	-160 224	-100,0%
69 Gastos de financiamento	57 647	0,3%	72 237	0,5%	-14 590	-20,2%	60 249	-2 602	-4,3%
6911 Juros de financiamentos obtidos	51 294	0,3%	61 731	0,4%	-10 437	-16,9%	53 610	-2 315	-4,3%
6911 Juros contrato de locação financeira	6 353		10 506	0,1%	-4 154	-39,5%	6 639	-287	-4,3%
Total	16 796 061	100,0%	15 189 837	100,0%	1 606 224	10,6%	17 756 852	-960 791	-5,4%





As mercadorias vendidas e matérias consumidas estão sobretudo relacionadas com a venda de livros e material de *merchandising*, nomeadamente máscaras, auriculares, lenços, gravatas, canetas.

Os fornecimentos e serviços externos em 2021 têm um peso de 60,6% do total dos gastos da Ordem e apresentam um valor de 10.185.722 euros, com um acréscimo de 1.579.364 euros (+18,4%) em relação a 2020 e menos 455.128 euros (-4,3%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com subcontratos no valor de 3.462.539 euros apresentam um aumento significativo em relação a 2020, no valor de 408.683 euros (+13,4%) e um desvio positivo de 59.260 euros (+1,7%) face ao orçamentado. Tais gastos incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista. De referir que 95,2% dos gastos com subcontratos dizem respeito aos serviços de informática TOConline, que incluem os serviços de *hosting*.

Subcontratos

Euros

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
TOConline	3 297 693	95,2%	2 856 026	93,5%	441 667	15,5%	3 187 635	110 058	3,5%
6213 TOConline	2 720 334	78,6%	2 263 022	74,1%	457 312	20,2%	2 585 440	134 894	5,2%
6215 Serviços de <i>hosting</i> - Claranet	321 420	9,3%	347 675	11,4%	-26 255	-7,6%	347 675	-26 255	-7,6%
6217 Serviços de <i>hosting</i> - MEO	255 940	7,4%	245 329	8,0%	10 610	4,3%	254 520	1 419	0,6%
Outros	164 846	4,8%	197 830	6,5%	-32 985	-16,7%	215 644	-50 798	-23,6%
6211 Vinhetas	872		1 398		-526	-37,6%	2 400	-1 528	-63,7%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	2,0%	70 689	2,3%			70 689		
6214 Serviços de Impressão - revistas	93 285	2,7%	125 743	4,1%	-32 458	-25,8%	142 556	-49 270	-34,6%
Total	3 462 539	100,0%	3 053 856	100,0%	408 683	13,4%	3 403 279	59 260	1,7%

O valor dos subcontratos relacionado com serviços de informática foi de 3.297.693 euros, com um aumento de 441.667 euros (+15,5%), em relação a 2020, e uma variação de mais 110.058 euros (+3,5%) face ao valor orçamentado.

A disponibilização da revista Contabilista em formato digital, desde maio de 2018, permitiu uma redução muito significativa dos gastos com impressão e expedição. Em 2021, o valor da impressão de revistas é 93.285 euros, com uma redução em relação a 2020 de 32.458 euros (-25,8%) e uma redução face ao valor orçamentado de 49.270 euros (-34,6%).

As alterações que foram efetuadas tiveram um impacto na redução nos gastos do ano de 2018 em 515.450 euros (-55,0%) face ao ano de 2017. A redução dos gastos da revista Contabilista em 2019 face ao ano de 2018 é de 163.890 euros. No ano de 2020 os gastos da revista Contabilista no valor de 322.983 euros, registam um aumento de 68.252 euros (+26,8%) em relação a 2019 devido à impressão e envio de um maior número de revistas nos meses de março e abril. Nos meses de março e abril de 2020, atendendo à situação pandémica Covid-19, foram enviadas revistas a todos os membros que pediram a revista em papel, independentemente da situação regular de pagamento



das quotas, situação que deixou de se verificar em 2021, o que justifica a redução dos gastos em relação ao ano de 2020, de 91.255 euros (-28,2%).

Euros

Anos	Custo Revista CC	Redução progressiva	Redução referente a 2017
2017	934 071		
2018	418 621	-515 450	-515 450
2019	254 731	-163 890	-679 340
2020	322 983	68 252	-611 088
2021	231 728	-91 255	-702 343
Total		-702 343	-2 508 221

Salientamos o facto de que a redução dos gastos da revista Contabilista dos quatro últimos anos (2021, 2020, 2019 e 2018) face aos gastos existentes em 2017 é de 2.508.221 euros.

Revista "Contabilista" - Mapa mensal de análise de custos variáveis 2021

2021	Impressão		Handling		Expedição		Total (€)
	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	
Janeiro - 250	10 001	7 102	9 290	377	9 290	8 121	15 600
Fevereiro - 251	10 001	7 102	9 290	377	9 290	8 121	15 600
Março - 252	69 379	30 888	69 169	2 808	69 169	50 962	84 657
Abril - 253	10 001	6 922	9 439	383	9 439	8 266	15 572
Maio - 254	10 001	5 301	9 458	384	9 458	8 302	13 986
Junho - 255	10 001	5 301	9 262	342	9 262	8 126	13 768
Julho - 256	10 001	5 301	9 319	344	9 319	8 167	13 811
Agosto - 257	10 001	5 301	9 212	340	9 212	8 079	13 720
Setembro - 258	10 001	5 301	9 266	342	9 266	8 127	13 770
Outubro - 259	10 001	5 301	9 215	340	9 215	7 425	13 065
Novembro - 260	9 953	5 064	9 274	342	9 274	7 472	12 879
Dezembro - 261*	10 001	5 301	9 391	347	9 391	8 265	13 912
Totais	179 342	94 182	162 194	6 378	162 194	131 168	231 728

* Valor da expedição estimado

Revista "Contabilista" - Mapa mensal de análise de custos variáveis 2020

2020	Impressão		Handling		Expedição		Total (€)
	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	
Janeiro - 238	10 001	7 102	9 117	370	9 117	7 994	15 466
Fevereiro - 239	10 001	7 102	9 010	366	8 995	7 839	15 307
Março - 240	25 001	13 516	24 136	980	24 136	21 162	35 657
Abril - 241	16 122	10 937	15 922	646	15 922	13 944	25 527
Maio - 242	10 001	7 102	8 694	353	8 694	7 651	15 106
Junho - 243	10 001	7 102	8 888	361	8 888	7 790	15 253
Julho - 244	9 824	6 976	8 991	365	8 991	7 882	15 223
Agosto - 245	10 001	7 102	8 894	361	8 894	7 799	15 262
Setembro - 246	10 001	7 102	8 998	365	8 998	7 895	15 362
Outubro - 247	10 001	7 102	9 078	368	9 078	7 963	15 434
Novembro - 248	10 001	7 102	8 883	361	8 883	7 796	15 258
Dezembro - 249	69 366	37 499	69 072	2 804	69 072	60 783	101 086
Totais	200 321	125 744	189 683	7 699	189 668	166 498	322 983



Revista "Contabilista" – Mapa mensal de análise de custos variáveis 2019

2019	Impressão		Handling		Expedição		Total (€)
	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	
Janeiro – 226	10 001	7 103	8 557	347	8 557	7 494	14 944
Fevereiro – 227	10 001	7 103	8 617	350	8 617	7 559	15 011
Março – 228	10 001	7 103	8 630	350	8 630	7 558	15 011
Abril – 229	10 001	7 103	8 818	358	8 818	7 730	15 191
Maió – 230	10 001	7 103	8 538	347	8 538	7 443	14 892
Junho – 231	10 001	7 103	8 825	358	8 824	7 736	15 197
Julho – 232	10 001	7 103	8 877	360	8 877	7 783	15 246
Agosto – 233	10 001	7 103	8 765	356	8 765	7 681	15 139
Setembro – 234	60 420	32 015	60 220	2 444	69 627	61 420	95 879
Outubro – 235	10 001	7 103	9 099	369			7 472
Novembro – 236	10 001	7 103	8 987	365	8 987	7 855	15 322
Dezembro – 237	10 001	7 103	9 041	367	9 041	7 956	15 426
Totais	170 431	110 145	156 974	6 372	157 281	138 215	254 731

Revista "Contabilista" – Mapa mensal de análise de custos variáveis 2018

2018	Impressão		Handling		Expedição		Total (€)
	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	
Janeiro – 214	57 078	18 756	56 776	2 305	56 776	48 610	69 670
Fevereiro – 215	58 252	19 142					19 142
Março – 216	58 000	15 985	57 436	3 214	57 436	69 287	88 486
Abril – 217	58 112	23 162	58 122	2 359	56 857	49 632	75 153
Maió – 218	10 001	7 103	6 124	249	6 124	5 335	12 687
Junho – 219	10 001	7 103	7 459	303	7 459	6 568	13 974
Julho – 220	10 001	7 103	7 656	311	7 656	6 761	14 174
Agosto – 221	10 001	7 103	7 691	312	7 691	6 779	14 194
Setembro – 222	10 001	7 103	7 956	323	7 956	6 997	14 422
Outubro – 223	10 001	7 103	8 096	329	8 096	7 083	14 514
Novembro – 224	10 001	7 103	8 223	334	8 223	7 197	14 633
Dezembro – 225	58 604	21 494	58 307	3 263	58 307	42 815	67 572
Totais	360 053	148 257	283 846	13 301	282 581	257 064	418 621

Revista "Contabilista" – Mapa mensal de análise de custos variáveis 2017

2017	Impressão		Handling		Expedição		Total (€)
	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	Unidades	Valor total (€)	
Janeiro – 202	61 939	21 249	61 664	2 503	61 664	52 754	76 506
Fevereiro – 203	64 332	22 070	61 997	2 516	61 997	53 039	77 625
Março – 204	59 433	19 530	59 158	2 401	59 158	50 450	72 380
Abril – 205	60 992	20 042	60 670	3 395	60 557	71 181	94 618
Maió – 206	61 448	20 192	61 034	2 477	61 034	52 208	74 877
Junho – 207	57 719	18 966	57 335	2 327	57 335	49 066	70 360
Julho – 208	59 791	19 647	59 407	2 411	59 407	50 826	72 885
Agosto – 209	59 500	19 552	59 197	2 403	59 996	51 325	73 279
Setembro – 210	55 963	18 389	55 656	2 259	55 656	47 622	68 271
Outubro – 211	58 408	19 193	58 104	2 358	129 681	134 063	21 551
Novembro – 212	71 597	23 527	71 291	7 278			164 868
Dezembro – 213	54 763	17 995	54 463	2 211	54 463	46 645	66 851
Totais	725 885	240 351	719 976	34 541	720 948	659 178	934 071

Em 2021, os serviços especializados no montante de 3.060.065 euros representam 18,2% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os gastos de honorários queles que apresentam maior peso em valor. Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 9,3% dos gastos totais e os gastos de honorários têm um peso de 4,4% no valor dos gastos totais.





Os gastos com serviços especializados aumentaram 528.239 euros (+20,9%) em relação ao ano de 2020 e tiveram uma variação negativa de 786.764 euros (-20,5%) face ao valor orçamentado. Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica de serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2020, no montante de 362.077 euros (+30,0%), sendo os gastos relacionados com o ato eleitoral, no montante de 259.082 euros, os que tiveram um impacto mais significativo. Os trabalhos especializados registam um desvio negativo de 459.285 euros (-22,7%) face ao valor orçamentado para 2021.

Também os gastos de honorários, inseridos na rubrica de gastos com serviços especializados, apresentam um aumento em relação ao ano de 2020, no valor de 161.775 euros (+28,1%) e um desvio negativo de 136.641 euros (-15,6%) face ao valor orçamentado. Na rubrica de honorários destacamos que os gastos relacionados com o ato eleitoral apresentam um valor de 58.121 euros.

Euros

Trabalhos especializados	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
622101 Serviços de Auditoria	9 840	0,6%	9 840	0,8%			9 800	40	0,4%
622102 Serviços de Advocacia	36 527	2,3%	9 938	0,8%	26 589	267,5%	60 000	-23 473	-39,1%
622103 Formadores	325 765	20,8%	252 525	20,9%	73 241	29,0%	533 713	-207 948	-39,0%
622104 Consultores Externos	57 852	3,7%	106 802	8,9%	-48 949	-45,8%	221 460	-163 608	-73,9%
622105 Serviços de handling	37 505	2,4%			37 505			37 505	
622106 Solicitadores	1 331	0,1%			1 331			1 331	
622107 Suporte Arquivo Electrónico	12 638	0,8%	11 324	0,9%	1 314	11,6%	12 355	282	2,3%
622108 Envelopagem Revistas	6 760	0,4%			6 760		8 522	-1 761	-20,7%
622109 Serviços de Restauração	118 401	7,6%	94 353	7,8%	24 048	25,5%	133 307	-14 907	-11,2%
622110 Brochuras Formação	21 151	1,3%	26 758	2,2%	-5 607	-21,0%	28 936	-7 785	-26,9%
622111 Comissões/Grupos de Trabalho	29 994	1,9%	14 533	1,2%	15 462	106,4%	105 814	-75 820	-71,7%
622113 Elaboração de Manuais de Formação	55 351	3,5%	66 427	5,5%	-11 076	-16,7%		55 351	
622114 Revista IDEF	15 248	1,0%	15 248	1,3%			15 248		
622115 Serviços de informática	41 619	2,7%	50 821	4,2%	-9 202	-18,1%	160 278	-118 659	-74,0%
622116 Serviços comunicação e imagem	172 129	11,0%	123 402	10,2%	48 727	39,5%		172 129	
622117 Manuais Técnicos	79 936	5,1%	101 979	8,5%	-22 043	-21,6%	96 000	-16 064	-16,7%
622119 Anuário Financeiro	2 829	0,2%	26 965	2,2%	-24 136	-89,5%		2 829	
622119 Dia do Contabilista	15 375	1,0%	2 091	0,2%	13 284	635,3%		15 375	
622119 XVII CICA	4 257	0,3%			4 257			4 257	
622119 Encontro Nacional CC							50 000	-50 000	-100,0%
622119 Conferências e eventos	800	0,1%	17 461	1,4%	-16 661	-95,4%	54 600	-53 800	-98,5%
622119 Festa de Natal	87 286	5,6%	27 675	2,3%	59 611	215,4%	80 000	7 286	9,1%
622119 25 Anos Profissão			95 914	8,0%	-95 914	-100,0%			
622119 25 Anos Profissão Porto							100 000	-100 000	-100,0%
622119 Referendo "Casa dos CC"			20 049	1,7%	-20 049	-100,0%			
622119 Contabilista TV (Vídeos Tutoriais)							24 000	-24 000	-100,0%
622119 Novo vídeo institucional							20 000	-20 000	-100,0%
622119 Toalhas de Praia "Férias Fiscais"	15 786	1,0%			15 786			15 786	
622119 Eleições OCC Ato Eleitoral	231 092	12%			231 092		107 700	-123 392	-72,8%
622119 Outros trabalhos especializados	37 426	2,4%	22 722	1,9%	14 704	64,7%	53 600	-16 174	-30,2%
622120 Cédulas Profissionais	570		793	0,1%	-223	-28,1%	1 080	-510	-47,2%
622121 Mailing	768				768			768	
622122 Datacenter + Lic. + Videoconf.	149 488	9,5%	108 028	9,0%	41 460	38,4%	150 596	-1 108	-0,7%
Totais	1 567 724	100,0%	1 205 647	100,0%	362 077	30,0%	2 027 010	-459 285	-22,7%



Euros

Honorários	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
622401 Formadores	303 630	41,1%	330 200	57,3%	-26 570	-8,0%	767 701	-464 071	-60,4%
622402 Consultoria Técnica	153 060	20,7%	74 043	12,8%	79 017	106,7%	24 000	129 060	537,8%
622404 Elaboração Manuais Formação	98 533	13,3%	117 252	20,3%	-18 718	-16,0%		98 533	
622406 Comissões/Grupos de Trabalho	56 225	7,6%	30 193	5,2%	26 032	86,2%	45 349	10 876	24,0%
622407 Pareceres Jurídicos	17 835	2,4%			17 835		4 800	13 035	271,6%
622408 Apoio Administrativo	873	0,1%	1 811	0,3%	-939	-51,8%		873	
622409 Revista Contabilidade e Gestão							18 600	-18 600	-100,0%
622411 Solicitadores	7 521	1,0%	6 970	1,2%	551	7,9%		7 521	
622412 Comunicação e Imagem	11 199	1,5%	4 885	0,8%	6 314	129,3%		11 199	
622413 Assessoria Jurídica	36 125	0,05			36 125			36 125	
622410 Anuário financeiro									
622410 25 Anos Profissão			10 500	1,8%	-10 500	-100,0%			
622410 Outros (valor individual < 3 000 euros)	53 209	7,2%	581	0,1%	52 627	9055,3%	14 400	38 809	269,5%
Totais	738 210	100,0%	576 435	100,0%	161 775	28,1%	874 850	-136 641	-15,6%

O efeito mais significativo da redução dos gastos, em relação ao previsto no orçamento para 2021, está relacionado diretamente com a atividade de formação profissional dos membros, cuja quebra é resultado do impacto e das medidas emergentes implementadas pela Ordem derivadas da situação de epidemiológica vivida no nosso País.

O valor dos gastos de trabalhos especializados e honorários referentes à formação profissional apresenta em 2021 um valor de 853.493 euros, registando uma diminuição de 34.021 euros (-3,8%) em relação a 2020, e um desvio de menos 610.165 euros (-41,7%) face ao valor orçamentado.

Euros

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
6221 Trabalhos especializados	451 330	440 062	11 267	2,6%	695 957	-244 627	-35,1%
622103 Formadores e autores manuais	381 116	318 952	62 164	19,5%	533 713	-152 597	-28,6%
622109 Serviços de Restauração	49 063	94 353	-45 290	-48,0%	133 307	-84 245	-63,2%
622110 Brochuras Formação	21 151	26 758	-5 607	-21,0%	28 936	-7 785	-26,9%
6224 Honorários	402 163	447 451	-45 288	-10,1%	767 701	-365 538	-47,6%
622401 Formadores e autores manuais	402 163	447 451	-45 288	-10,1%	767 701	-365 538	-47,6%
Total	853 493	887 513	-34 021	-3,8%	1 463 658	-610 165	-41,7%

Os manuais técnicos em 2021 apresentam um gasto de 79.936 euros, menos 22.043 euros (-21,6%) em relação a 2020, e uma redução face ao valor orçamentado no valor de 16.064 euros (-16,7%). Em 2021 foram elaborados quatro manuais da coleção essencial, após o sucesso alcançado com a «Coleção Essencial», editada em 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

Os gastos de conservação e reparação apresentam uma redução de 13.365 euros (-6,2%) relativamente a 2020, e uma redução significativa face ao valor orçamentado no valor de 179.470 euros (-47,0%), pelo facto de não terem sido efetuadas as intervenções previstas para as novas representações.

Os serviços bancários registam em 2021 o valor de 190.044 euros, mais 9.498 euros (+5,3%) que o valor de 2020 e apresentam uma redução face ao valor orçamentado de 7.977 euros (-4,0%).



Euros

Comissões Bancárias	2021	2020	Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face orçamento	
TPA	348	948	-601	-63,3%	4 145	-3 797	-91,6%
MB	65 635	61 598	4 037	6,6%	65 996	-361	-0,5%
VISA/MBNET	104 413	96 703	7 710	8,0%	112 281	-7 867	-7,0%
Bancária	14 119	18 516	-4 397	-23,7%	10 800	3 319	30,7%
SDD	5 529	2 781	2 748	98,8%	4 800	729	15,2%
Totais	190 044	180 547	9 498	5,3%	198 021	-7 977	-4,0%

O desvio do valor das comissões bancárias em relação ao valor orçamentado justifica-se pelas seguintes situações:

- No VISA/MBNET os valores faturados passaram de 9.129.455 euros para 10.104.929 euros, tendo tido um crescimento no volume de 10,7%;
- O número de referências pagas no site OCC, passou de 275.358, em 2020, para 177.129 em 2021, tendo diminuído 35,7% e o número de referências pagas Aviso/Recibo OCC passou de 112.014 em 2020 para 122.670 em 2021 tendo crescido 9,5%. Apesar de o número de referências pagas no site da OCC ter diminuído, os valores faturados aumentaram, facto que se reflete, também, no valor da comissão paga, havendo mais membros a utilizar as referências disponibilizadas nos Avisos/Recibo disponibilizados pela OCC; e
- O número de membros aderentes ao SDD passou de 9.252 em 2020 para 9.897 em 2021, tendo crescido 7,0%.

O valor da contribuição para o fundo de pensões está incluído na rubrica outros e tem o valor de 168.020 euros. Em 2020 o valor da contribuição foi de 167.790 euros.

Os artigos para oferta, no valor de 432.774 euros, apresentam um aumento significativo face ao ano de 2020 de 417.696 euros (+2770,2%) e um desvio positivo de 415.174 euros (+2.358,9%) face ao orçamento, sendo a diferença justificada pela aquisição de toalhas de praia para celebração das "Férias Fiscais 2021" no valor de 323.121 euros, que foram enviadas a todos os membros.

A rubrica de artigos para oferta inclui também o valor de 97.231 euros referente às máscaras enviadas aos membros, sendo o valor total relacionado com o envio de 106.243 euros.

Os gastos de energia e fluídos, onde se incluem a eletricidade, água e combustíveis, apresentam em 2021 um valor de 123.663 euros, com uma variação de menos 3.605 euros (-2,8%) em relação a 2020 e um desvio de menos 41.565 euros (-25,2%) face ao orçamento, o que é explicado pelo menor fluxo de atividades presenciais resultado do impacto das medidas emergentes implementadas pela Ordem derivadas da situação epidemiológica.

Os gastos de deslocações e estadas, em 2021 apresentam um valor de 104.003 euros, com um ligeiro aumento em relação ao período homólogo de 14.171 euros (+15,8%) e uma redução de 104.913 euros (-50,2%) face ao valor orçamentado, devido à quebra acentuada das atividades presenciais que teve início em março de 2020, na sequência da Covid-19.

As rendas e alugueres apresentam em 2021 um valor 113.028 euros, mais 20.159 euros de gastos face a 2020 (+21,7%) e menos 115.028 euros (-50,4%) que o valor orçamentado para



2021, devido à reduzida realização de eventos presenciais devido à situação de epidemiológica. Estes gastos referem-se ao aluguer de espaço e equipamentos para a formação eventual, segmentada, sessões de esclarecimento e reuniões livres. A formação eventual, reuniões livres e outros eventos foram realizados nos auditórios da OCC de Lisboa e do Porto. Em 2021, o aumento de 20.159 euros (+21,7%) de gastos em relação a 2020, deve-se essencialmente, a alugueres de espaços e equipamentos, em virtude da realização da formação eventual em novembro e dezembro.

O gasto referente a rendas de instalações das representações da OCC de Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e de Ponta Delgada, em 2020, apresenta um valor de 26.742 euros. Em 2021, o gasto das rendas de instalações das representações tem um valor de 34.420 euros, incluindo o valor referente à nova delegação de Beja, no valor de 2.500 euros, cujo contrato teve início em agosto de 2021.

Euros

Rendas e alugueres	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
62611 Instalações	34 420	30,5%	26 742	28,8%	7 678	28,7%	63 476	-29 056	-45,8%
62612 Espaços	43 164	38,2%	41 878	45,1%	1 285	3,1%	143 465	-100 301	-69,9%
62613 Equipamentos	29 994	26,5%	18 799	20,2%	11 196	59,6%	14 940	15 054	100,8%
62614 Viaturas	5 450	4,8%	5 450	5,9%			6 175	-725	-11,7%
Totais	113 028	100,0%	92 868	100,0%	20 159	21,7%	228 056	-115 028	-50,4%

Caso não existissem estas instalações a OCC, em 2018 teria um gasto acrescido de alugueres de 204.605 euros, em 2019 teria um gasto acrescido de 324.001 euros, em 2020 um gasto acrescido de 28.694 euros e em 2021 um gasto acrescido de 51.400 euros conforme quadros a seguir indicados:

Eventos 2021	Lisboa	Porto	Total
Formação Eventual	2	2	4
Conferências			
Congresso	2		2
Festa Natal	2	2	4
Total A	6	4	10
Reuniões Livres			
Sessão Esclarecimento			
Total B			
Custo aluguer A (em euros)	39 000	12 400	51 400
Custo aluguer B (em euros)	-	-	-
Total A + B (em euros)	39 000	12 400	51 400

Eventos 2020	Lisboa	Porto	Total
Formação Eventual	2	2	4
Conferências			
Congresso			
Festa Natal			
Total A	2	2	4
Reuniões Livres	4	4	8
Sessão Esclarecimento			
Total B	4	4	8
Custo aluguer A (em euros)	13 000	6 200	19 200
Custo aluguer B (em euros)	7 134	2 360	9 494
Total A + B (em euros)	20 134	8 560	28 694



Eventos 2019	Lisboa	Porto	Total
Formação Eventual	20	14	34
Conferências	9	3	12
Congresso	1	1	2
Festa Natal	2	2	4
Total A	32	20	52
Reuniões Livres	21	21	42
Sessão Esclarecimento	2	1	3
Total B	23	22	45
Custo aluguer A	208 000	62 000	270 000
Custo aluguer B	41 021	12 980	54 001
Total A + B	249 021	74 980	324 001

Eventos 2018	Lisboa	Porto	Total
Formação Eventual	18	12	30
Conferências	6	3	9
Festa Natal	1	1	2
Total A	25	16	41
Reuniões Livres	21	21	42
Sessão Esclarecimento	1	1	2
Total B	22	22	44
Custo aluguer A	106 500	44 000	150 500
Custo aluguer B	32 044	22 062	54 105
Total A + B	138 544	66 062	204 605

Caso não existissem as instalações de Lisboa e Porto a OCC no período de 2018 a 2021 teria um gasto acrescido de alugueres de 608.701 euros.

Eventos	Lisboa	Porto	Total
2021	39 000	12 400	51 400
2020	20 134	8 560	28 694
2019	249 021	74 980	324 001
2018	138 544	66 062	204 606
Custo aluguer (em euros)	446 699	162 002	608 701

Euros

Comunicação	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
62621 Correio Normal	383 772	47,0%	89 531	18,1%	294 241	328,6%	202 376	181 396	89,6%
62622 Correio Editorial	139 437	17,1%	166 538	33,6%	-27 101	-16,3%	136 606	2 832	2,1%
62624/5/6 Telefones, internet e TV	292 637	35,9%	239 080	48,3%	53 556	22,4%	204 459	88 178	43,1%
Totais	815 845	100,0%	495 149	100,0%	320 696	64,8%	543 441	272 405	50,1%

Os gastos com comunicação no valor de 815.845 euros, apresentam um aumento de 320.696 euros (+64,8% euros) em relação a 2020, e uma variação positiva de 272.405 euros (+50,1%) face ao valor orçamentado. Este aumento deve-se ao envio das toalhas de praia com um valor de 100.427 euros e ao ato eleitoral, que decorreu no dia 18 de novembro de 2021, com um valor de 171.450 euros. O valor orçamentado para o ato eleitoral referente a comunicações foi 110.600 euros. De registar que os gastos totais relacionados com o ato eleitoral, onde se inclui também os gastos com o pessoal, apresentam um valor de 410.927 euros.

Em 2021, os encargos com seguros representam 11,0% dos gastos totais e ascendem a 1.853.213 euros, com uma variação de menos 105.273 euros (-5,4%) em relação ao ano de 2020 e um desvio de menos 113.575 euros (-5,8%) face ao valor orçamentado.





O valor base do prémio anual da apólice de seguro de responsabilidade civil, para o período de 1 de abril 2019 a 31 de março 2020, foi 1.250.000 euros, e no período de 1 de abril de 2020 a 31 de março 2021 passou para 747.600 euros, sendo esta a principal razão da redução de 223.484 euros (-26,0%) em relação ao período homólogo de 2020.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 63,9% do total dos gastos de seguros, e em 2021 apresenta o valor de 1.183.985 euros, com uma variação em relação a 2020 de mais 118.292 euros (+11,1%) e uma pequena redução face ao orçamentado de 4.537 euros (-0,4%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 900.000 euros para 1.080.000 euros. Para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento para o valor de 1.214.165 euros (12,4%).

Euros

Seguros	2021		2020		Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
62631 Multi-riscos	18 301	1,0%	18 625	1,0%	-324	-1,7%	16 372	1 929	11,8%
62632 Viaturas	3 355	0,2%	3 346	0,2%	9	0,3%	2 632	724	27,5%
62633 Ramos transporte mercadorias	238		238				238		
62634 Responsabilidade Civil CC	635 910	34,3%	859 394	43,9%	-223 484	-26,0%	747 600	-111 690	-14,9%
62635 Acidentes Pessoais	3 444	0,2%	3 209	0,2%	235	7,3%	3 444		
63636 Saúde do CC	1 183 985	63,9%	1 065 693	54,4%	118 292	11,1%	1 188 522	-4 537	-0,4%
62637 Resp. Civil Profissional	7 980	0,4%	7 980	0,4%			7 980		
Totais	1 853 213	100,0%	1 958 486	100,0%	-105 273	-5,4%	1 966 788	-113 575	-5,8%

Para além dos impactos já referidos, em vários pontos deste relatório, em relação às medidas de apoio profissional e social aos membros no âmbito da Covid-19, salientamos o incremento nos fornecimentos e serviços externos do valor de 119.270 euros. O valor referido inclui para além das máscaras de proteção o valor de 13.028 euros referentes a gastos de conservação e limpeza.

Os gastos com o pessoal apresentam em 2021 um valor de 4.938.405 euros, mais 146.914 euros (+3,1%) que em 2020 e com um valor inferior ao orçamento de 398.608 euros (-7,5%).

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela assembleia representativa no dia 27 de abril de 2018, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), deliberou, no dia 9 de novembro 2020, a definição de uma tabela de remunerações, numa base fundamentada e estruturada, para os membros do conselho diretivo, conselho jurisdicional e o valor das senhas de presença para os membros dos restantes órgãos e comissões estatutárias para o ano de 2021. As remunerações dos órgãos sociais são processadas com base no estipulado pela referida comissão.

As remunerações e encargos dos órgãos sociais em 2021 foram de 714.255 euros, mais 19.456 euros (+2,8%) que em 2020, devido à realização do ato eleitoral de 18 de novembro, que elevou os gastos de remuneração da Mesa da Assembleia Eleitoral.



Os gastos com colaboradores aumentaram 127.458 euros (+3,1%) face a 2020, em resultado da realização de um acréscimo de trabalho com a realização do ato eleitoral de 18 de novembro e de alguns ajustamentos, com vista a dotar a OCC de capacidade e recursos para continuamente melhorar o serviço prestado aos membros.

Em 2021, os gastos com o pessoal incluem o valor de 17.122 euros relacionado diretamente com as medidas de proteção aplicadas pela Ordem, no âmbito da Covid-19, estando inserido neste valor o montante de 16.765 euros referente à realização de testes antigénio.

Euros

Gastos com o pessoal	2021	2020	Variação 2020/2021	
Total gastos órgãos sociais	714 255	694 799	19 456	2,8%
Remunerações dos órgãos da OCC	575 384	559 330	16 055	2,9%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	128 473	125 050	3 422	2,7%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 333	2 271	62	2,8%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	8 064	8 148	-84	-1,0%
Total gastos com colaboradores	4 224 150	4 096 692	127 458	3,1%
Remunerações do pessoal	3 384 979	3 279 205	105 774	3,2%
Encargos sobre remunerações do pessoal	696 882	689 642	7 240	1,0%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	18 639	17 289	1 351	7,8%
Seguro de saúde do pessoal	71 305	74 844	-3 539	-4,7%
Outros gastos de ação social	22 037	6 319	15 718	248,7%
Outros gastos com o pessoal	30 307	29 393	915	3,1%
Total	4 938 405	4 791 491	146 914	3,1%

Os gastos de depreciação e amortização com um valor de 1.006.973 euros, apresentam uma ligeira redução em relação a 2020, de 12.846 euros (-1,3%) e um desvio face ao valor orçamentado para 2021, de menos 103.736 euros (-9,3%). O desvio face ao valor orçamentado é referente ao investimento previsto em 2021 em ativos intangíveis relacionados com o desenvolvimento do novo portal institucional (*Site OCC / Mobile APP*). O desenvolvimento do novo site encontra-se em curso desde 31 de dezembro de 2021 e será concluído em 2022.

As perdas por imparidade, no valor de 318.829 euros, registam uma redução de 69.269 euros (-17,8%) relativamente a 2020 e mais 174.829 euros (+121,4%) face ao previsto para o ano de 2021. Face ao cenário de quebra de 12% dos recebimentos das quotas de 2020 e à redução do contributo do processo de cobranças via AT iniciado em 2018, o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir mais objetivamente a realidade atual. Em relação aos processos de quotas em remessa para a AT, tendo como base a análise do ano de 2019 e o aumento do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos no ano de 2020, a taxa aplicável passou de 25% em 2019 para 40% em 2020, tendo sido ajustado para 30% em 2021.

Os outros gastos representam 1,7% dos gastos totais de 2021, ascendem a 284.034 euros e apresentam uma redução de 20.086 euros (-6,6%) em relação a 2020 e menos 179.997 euros (-38,8%) face ao valor orçamentado. Nesta rubrica as quotizações apresentam o valor mais significativo.



Euros

Quotas - Outras Instituições	2021	2020
IFAC - International Federation of Accountants	162 639	175 321
EFAA - European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500
FCM - Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	5 906	8 860
CILEA - Comité de Integración Latino Europa-América	4 000	4 000
CNOP - Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500
ACCA	2 200	2 200
SEDES	100	
Total	230 381	230 381

Os gastos de financiamento ascenderam a 57.647 euros, menos 14.590 euros (-20,2%) que em 2020 e menos 2.602 euros (-4,3%) face ao valor orçamentado.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em ativos fixos no período de 2021, totalizaram 148.126 euros, apresentados no quadro seguinte (148.126 euros em 2020):

Euros

Ativos fixos tangíveis	31/12/2021	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2020
Terrenos e recursos naturais	4 486 144					4 486 144
Edifícios e outras construções	25 607 294	57 606			6 049	25 543 640
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	241 078					241 078
Equipamento administrativo	3 790 745	114 602		-13 239		3 689 382
Equipamentos biológicos						
Outros ativos tangíveis	258 797	34 574				224 223
Investimentos em curso	280 515	280 515				
Investimentos em curso-Obras na biblioteca					-6 049	6 049
Ativo bruto	34 664 573	487 297		-13 239		34 190 515
Depreciações acumuladas	11 689 643	988 306		-11 046		10 712 383
Quantia escriturada	22 974 930	-501 009		-2 193		23 478 132

Euros

Ativos intangíveis	31/12/2021	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2020
Programas de computador (TOConline)	426 501					426 501
Licenças Oracle	167 783					167 783
Licenças Microsoft	150 845					150 845
Programa de computador (AFE)	86 100					86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729					7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776					13 776
Programa Biblioteca - CATWIN + USEWIN	2 768					2 768
Activos intangíveis em curso - Projeto Novo website Inst.	50 670	50 670				
Ativo intangível Bruto	906 172	50 670				855 503
Amortizações acumuladas	850 289	18 667				831 623
Quantia escriturada	55 883	32 003				23 880

Euros

Bens do património histórico e cultural	31/12/2021	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2020
Bens do património histórico e cultural	87 028	5 000				82 028
Livros-História da Contabilidade	130 000					130 000
Quantia escriturada	217 028	5 000				212 028





Durante o ano de 2021, foi abatida da rubrica de equipamentos administrativos, por estar inoperacional e obsoleta, uma envelopadora adquirida em 2003, pelo valor de 10.559 euros, na condição de totalmente depreciada. O valor remanescente referente a ajustamentos/abates, é referente a um ajustamento do valor das câmaras de vídeo adquiridas em 2020.

O valor de adições e transferências de investimento em curso, de 63.655 euros, é referente à conclusão das obras de remodelação no piso 1 e biblioteca da sede da Ordem.

As aquisições de equipamento administrativo no valor de 114.602 euros, incluem computadores, no valor de 91.494 euros e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário, no valor de 23.108 euros.

Durante o ano de 2021, foi adquirido um quadro para a biblioteca que está incluído na rubrica ativos fixos tangíveis, em bens do património histórico e cultural.

Euros

Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/Montagem	Total
Instalações V. Castelo – R. António Machado Vilas Boas, 129 a 159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações de Beja – Av. Miguel Fernandes, n.º 28					80 395	80 395
Fornecimento e montagem de ar condicionado – Faro					1 006	1 006
	185 000	1 480	12 025	609	81 401	280 515

No dia 5 de julho de 2021, foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo, com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixos tangíveis, com o valor de 199.114 euros, dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar no ano de 2022.

Desde 2005, com a aquisição do edifício sede na Avenida Barbosa du Bocage, o qual veio a ser inaugurado em maio de 2006, a Ordem tem aumentado de forma substancial o seu património tendo realizado investimentos significativos, a maior parte concretizada com recursos próprios, gerando um esforço adicional na tesouraria. Regista-se também com satisfação o facto de que uma grande fatia dos investimentos foi concretizada com os fundos patrimoniais da Ordem, recorrendo aos fluxos financeiros operacionais.

O investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede foi de 12.440.343 euros tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, que terminou em junho de 2020, com um valor total de financiamento de 9.500.000 euros. No dia 22 de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura pública.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, tem um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros, com um valor em dívida, em 31 de dezembro de 2021, de 2.600.000 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros estará totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. No ano de 2021, foi amortizado 266.667 euros do valor em dívida.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, um investimento no valor de 4.709.382 euros, foi necessário recorrer a um financiamento junto do BPI, no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida, em 31 dezembro de 2021, é de 1.893.923 euros. Durante o ano de 2021, foi amortizado o valor de 99.323 euros do montante em dívida.

O investimento total em terrenos e edifícios soma atualmente 30.093.438 euros, em ativos fixos tangíveis. Para além do edifício da sede na Avenida Barbosa du Bocage, fazem parte do ativo fixo tangível, o auditório novo de Lisboa na Avenida Defensores de Chaves, o edifício novo do Porto no Largo 1.º de Dezembro, o edifício na Avenida 24 de Julho (anterior sede da Ordem, cujas rendas revertem para o fundo de pensões), a anterior delegação do Porto na Rua da Boavista, as instalações das delegações de Setúbal, Leiria, Aveiro, Santarém, Braga, Castelo Branco, Viseu, Coimbra, Vila Real, Funchal e Faro. As delegações de Ponta Delgada, Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e Beja, a inaugurar em 2022, são arrendadas.

Acrescem ainda ao património da Ordem as instalações adquiridas para a "Casa dos CC" de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, que se encontram disponíveis para venda, sendo agilizado o processo o mais brevemente possível, fruto da aprovação da Assembleia Representativa, de 19 de junho de 2020, e do resultado favorável de 74,65% dos votos dos membros participantes, no referendo aos contabilistas certificados realizado no dia 6 de novembro de 2020. Não tendo sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2021, devido à situação de crise pandémica Covid-19 e ao decurso do processo eleitoral dos Órgãos Sociais da Ordem, para o quadriénio de 2022-2025, que se realizou no dia 18 de novembro de 2021, o conselho diretivo está empenhado nesta concretização a curto prazo.

As instalações do imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho, adquiridas para "Casa dos CC", com um valor de investimento de 1.496.628 euros, tiveram um financiamento do BPI aprovado para sua aquisição no montante de 675.000 euros, com um valor em dívida, no final de dezembro de 2021, de 416.579 euros, cuja amortização está prevista até 2031. Este imóvel que estava anteriormente em ativos fixos tangíveis em curso, em 2020 foi considerado um ativo não corrente detido para venda, por se entender que este imóvel está disponível para venda imediata, nas suas condições atuais, e com forte probabilidade de venda rápida.

A participação registada no referendo foi uma surpresa muito positiva, demonstrando a mobilização dos contabilistas junto da sua Ordem. Os resultados finais apurados foram os seguintes: num total de 13 927 votantes, 10 396 responderam «Sim» (o correspondente a 74,65% dos votos) ao abandono do projeto da "Casa dos CC", enquanto 3 531 manifestaram-se a favor da continuidade da iniciativa (o correspondente a 25,35% dos votos). Face aos números apresentados, é evidente que uma maioria muito expressiva decidiu que o projeto não deveria avançar, alocando-se os recursos em imobiliário necessário para a expansão dos serviços prestados aos membros.



SITUAÇÃO FINANCEIRA

A autonomia financeira da OCC continua reforçada. Em 31 de dezembro de 2021 é de 70,1%, 70,2% em 31 de dezembro de 2020, 68,5% em 31 de dezembro de 2019, 66,1% em 31 de dezembro de 2018 e 53,2% em 31 de dezembro de 2017.

O rácio de solvabilidade é de 2,35, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (2,17 em 31 de dezembro de 2019, 1,95 em 31 de dezembro de 2018 e 1,14 em 31 de dezembro de 2017).

Financiamentos

Euros

Financiamentos obtidos	31/12/2017	31/12/2018	Amortização 2018	31/12/2019	Amortização 2019	31/12/2020	Amortização 2020	31/12/2021	Amortização 2021	Amortização 2018-2021
Cartões de crédito	6 162	1 583	4 579		1 583					6 162
BCP (Caucionada)	496 000		496 000							496 000
Santander Totta (caucionada)	850 000		850 000							850 000
BPI (caucionada)	500 000		500 000							500 000
Leasing BCP (sede)	1 874 361	1 183 418	690 943	482 739	700 679		482 739			1 874 361
Leasing BPI (Av. Al. Gago Coutinho)	562 662	527 197	35 465	491 143	36 054	454 257	36 886	416 579	37 678	146 083
Tranche BPI (Porto)	1 666 666	1 400 000	266 666	1 133 333	266 667	866 667	266 667	600 000	266 667	1 066 666
Tranche JESSICA (Porto)	2 000 000	2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		
BPI (Auditório Lisboa)	2 225 000	2 191 892	33 108	2 092 569	99 323	1 993 246	99 323	1 893 923	99 323	331 077
Total	10 180 851	7 304 090	2 876 761	6 199 784	1 104 305	5 314 170	885 615	4 910 502	403 668	5 270 349

Em relação ao endividamento existente, em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2021 foi amortizado o montante de 5.270.349 euros, o que corresponde a uma redução de 51,8% do valor em dívida.

Destacamos o investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede da OCC, na Av. Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa, de 12.440.343 euros, tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, no valor total de 9.500.000 euros, que terminou em junho de 2020. Em de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura pública.

De realçar o facto de que as contas caucionadas do Millennium BCP, Santander Totta e BPI com um montante de utilização em 31 de dezembro de 2017, de 1.846.000 euros, foram totalmente amortizadas no período compreendido entre 5 de março de 2018 e 15 de outubro de 2018, o que representa a concretização de um grande objetivo deste conselho diretivo.

Contas caucionadas 2021

Mil euros

Saldo Conta Caucionada utilizado	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
BCP												
BPI												
Santander												
Totais utilização												
Plafond disponível												
BCP	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750	750
Santander	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500	500
BPI	500	500	500	500								
Disponibilidade	1 750	1 750	1 750	1 750	1 250							

Em agosto de 2018, a conta caucionada do Santander Totta foi reduzida em 500.000 euros passando o total das contas caucionadas de 2.250.000 euros para 1.750.000 euros.



O atual *plafond* disponível das contas caucionadas é de 1.250.000 euros, sendo que, desde 15 de outubro de 2018 até à presente data, não foi utilizado qualquer montante. Registamos o facto de que, em maio de 2021, o *plafond* disponível das contas caucionadas foi reduzido em 500.000 euros referente à conta caucionada detida no BPI, tendo neste mês o *plafond* total disponível passado de 1.750.000 euros para 1.250.000 euros.

TESOURARIA

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos e caixa de 2.185.557 euros (incluindo o depósito a prazo de 250.000 euros), o valor total de recebimentos de 18.797.717 euros e de pagamentos de 19.839.339 euros, em 31/12/2021, regista-se um saldo positivo em bancos e caixa no montante de 2.393.936 euros. O saldo final em 31/12/2021 de caixa e bancos inclui o saldo de tesouraria, de 893.936 euros e o montante de 1.500.000 euros, referente a aplicações financeiras de curto prazo. Duas das aplicações financeiras de 500.000 euros foram constituídas em maio e junho de 2021 e uma aplicação de 250.000 euros foi constituída em 31 de dezembro de 2021.

Tesouraria

Euros

Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
	Real												
Recebimentos	2 724 134	1 345 754	1 632 953	2 084 293	966 304	1 113 052	2 018 434	1 044 357	1 192 776	1 830 052	1 319 588	1 526 022	18 797 717
Quotas recebidas	1 623 112	491 042	706 971	1 298 330	309 100	538 817	1 319 591	381 236	560 733	1 196 295	394 065	705 946	9 525 237
Ações formação	89 468	56 499	82 349	48 287	35 743	33 692	17 514	17 521	65 878	71 146	335 910	29 501	883 508
Outras receitas	939 364	726 803	751 986	659 492	538 843	477 147	592 805	553 679	503 436	494 302	510 592	636 016	7 384 464
Fundo de pensões	72 190	71 410	91 647	78 184	82 618	63 396	88 524	91 921	62 729	68 309	79 021	154 559	1 004 508
Pagamentos	1 097 723	1 501 168	1 592 537	1 501 558	1 876 977	1 993 787	2 055 187	1 333 795	1 499 391	1 159 383	1 731 239	2 496 592	19 839 339
Seguros		219 882	113 289	205 206	102 861	103 794	338 347	53 398	303 821	102 861	160 871	102 861	1 807 190
Fornecedores C/C	542 867	789 191	760 655	702 630	621 204	710 827	819 515	666 424	638 966	517 964	734 985	1 286 716	8 791 942
Fornecedores de Investimentos	2 891	289	18 425	12 175	16 911	17 013	217 123	1 483	53 518	35 188	12 140	77 158	464 314
Outros credores (SAFT)	3 557	26 109	1 066	147				185		294			31 357
Recursos humanos/SS/IRS/FCT	350 062	335 055	366 197	367 368	353 303	488 310	484 959	335 179	336 469	338 941	545 145	515 627	4 816 616
Impostos	59 438	13 860	85 699	63 222	67 319	53 738	43 861	62 347	40 817	24 645	51 506	44 296	610 749
Pagamentos diversos	4 628	4 822	16 320	14 063	12 056	7 011	5 317	2 309	11 585	11 647	22 686	14 724	127 168
Membros - fundo social	9 865	9 584	10 146	10 037	10 037	9 249	9 249	9 249	10 051	10 795	10 489	10 586	119 334
Entregas fundo pensões	85 292	84 887	106 924	92 336	96 620	77 398	102 526	105 923	76 731	82 311	92 223	168 361	1 171 528
Financiamentos	11 393	3 120	86 346	11 407	78 077	11 414	11 418	78 089	11 428	11 431	78 102	11 443	403 667
Aplicação financeira					500 000	500 000						250 000	1 250 000
Outros gastos financeiros	27 731	14 370	27 470	22 969	18 591	15 033	22 871	19 211	16 005	23 306	23 093	14 822	245 473
Balanco Mês	1 626 411	-155 414	40 415	582 734	-910 674	-880 735	-36 753	-289 438	-306 615	670 669	-411 652	-970 570	-1 041 622
Saldo inicial a 1/1/2021:	1 935 557	3 561 968	3 406 554	3 446 970	4 029 704	3 119 030	2 238 295	2 201 542	1 912 104	1 605 489	2 276 158	1 864 506	893 936
Caixas (Sede e Representações)	7 763	7 751	7 175	7 089	7 389	7 888	7 678	7 900	7 529	6 874	6 878	7 600	
Novo Banco	312	306	299	292	290	283	276	269	263	256	249	242	
Caixa Geral de Depósitos 1	11 696	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573
Caixa Geral de Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908
Caixa Geral de Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572
Banco Comercial Português 1	1 402 378	1 223 191	1 329 459	1 624 619	637 324	740 543	276 400	76 273	263 828	649 016	166 458	40 272	
Banco Comercial Português 2	92 343	94 859	95 586	97 498	99 535	101 561	103 718	105 816	107 889	110 034	112 990	115 323	
Banco Comercial Português 3	24 081	30 176	37 646	47 249	54 771	63 046	72 100	38 780	6 362	14 587	20 564	2 981	
Banco BPI, SA	56 485	52 798	30 671	13 767	47 137	26 649	53 774	37 176	43 205	25 739	54 004	37 146	
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	83 905	83 905	11 288	11 288	19 142	19 142	89 142	17 070	17 070	17 070	25 279	25 279	
Banco Santander Totta	15 763	15 746	18 361	23 765	26 697	28 821	33 877	42 171	46 301	46 883	49 832	53 746	
Bankinter	1 823 760	1 842 770	1 861 431	2 149 084	2 171 692	1 195 308	547 482	562 944	78 588	365 146	382 007	52 353	
Acumulado Mês	3 561 968	3 406 554	3 446 970	4 029 704	3 119 030	2 238 295	2 201 542	1 912 104	1 605 489	2 276 158	1 864 506	893 936	
Depósitos a prazo:													
BCP (fundo de pensões)	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000
Banco Comercial Português					500 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 000 000	1 250 000	1 250 000
Total	250 000	250 000	250 000	250 000	750 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 500 000	1 500 000
Disponibilidades:	3 811 968	3 656 554	3 696 970	4 279 704	3 869 030	3 488 295	3 451 542	3 162 104	2 855 489	3 526 158	3 114 506	2 393 936	2 393 936



Durante 2021, o conselho diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2020, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar.

Os valores da tesouraria de 2021, superaram de forma muito positiva os valores orçamentados e os valores de 2020, em termos de saldo final. No orçamento da tesouraria estava previsto um saldo final de 492.216 euros, ao qual acresce o saldo de 250.000 euros da aplicação a prazo, perfazendo o montante previsto na rubrica de balanço de caixa e depósitos bancários de 742.216 euros, tendo o saldo real da tesouraria (incluindo as aplicações de curto prazo) do ano de 2021 um valor acrescido em 1.652.923 euros (+222,7%). Também em relação a 2020, o saldo final da tesouraria (incluindo as aplicações financeiras de curto prazo) é superior em 209.582 euros (+9,5%).

No ano de 2021, a OCC recebeu mais 706.279 euros (+3,9%) em relação aos valores recebidos em 2020, e menos 46.064 euros (-0,2%) face ao valor orçamentado para a tesouraria.

Em 31 de dezembro de 2017, as dívidas dos membros apresentavam um valor de 5.076.559 euros, mais 5% em relação ao período de 2016. Em 31 de dezembro de 2018 as dívidas dos membros apresentaram uma redução significativa relativamente a 31 de dezembro de 2017, ascendendo a 3.124.163 euros, menos 1.952.396 euros (-38,5%). Em 2019, as dívidas dos membros apresentaram um valor de 2.123.334 euros, menos 1.000.829 euros (-32%) que o valor de 2018, o que foi bastante relevante. Em 2020, as dívidas dos membros apresentam o valor de 2.551.488 euros, mais 428.154 euros (+20,2%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2019. E em 2021, as dívidas dos membros apresentam um valor de 2.851.422 euros, mais 299.934 euros (+11,8%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2020.

Tesouraria

Euros

Tesouraria	2021	Orçamento	Desvio face ao Orçamento 2021	2020	Varição 2021/2020
Recebimentos	18 797 717	18 843 781	-46 064	18 091 438	706 279
Quotas recebidas	9 525 237	8 471 549	1 053 688	9 420 940	104 297
Ações formação	883 508	2 008 680	-1 125 172	1 076 139	-192 631
Outras receitas	7 384 464	7 447 141	-62 677	6 641 538	742 926
Fundo de pensões	1 004 508	916 411	88 097	952 821	51 687
Pagamentos	19 839 339	19 757 018	82 321	17 718 993	2 120 346
Seguros	1 807 190	2 080 823	-273 633	2 139 899	-332 709
Fornecedores C/C	8 791 942	9 306 514	-514 572	7 300 550	1 491 392
Fornecedores de Investimentos	464 314	684 397	-220 083	143 512	320 802
Outros credores (SAFT)	31 357	112 190	-80 832	72 610	-41 253
Recursos humanos/Seg.Social/IRS/FCT	4 816 616	4 752 399	64 217	4 631 042	185 574
Impostos	610 749	660 789	-50 041	505 000	105 748
Pagamentos diversos	127 168	270 298	-143 130	542 879	-415 711
Membros - fundo social	119 334	143 351	-24 017	126 836	-7 502
Entregas fundo pensões	1 171 528	1 084 431	87 097	1 121 021	50 507
Financiamentos	403 667	403 555	112	885 560	-481 893
Aplicação financeira	1 250 000		1 250 000		1 250 000
Outros gastos financeiros	245 473	258 271	-12 798	250 083	-4 610
Balanço	-1 041 622	-913 237	-128 385	372 445	-1 414 067
Acumulado (incluídos saldos iniciais)	893 936	492 216	401 719	1 935 557	-2 337 276



Dívida dos membros

Euros

Ano	2017	2018	2019	2020	2021
Montante em dívida	5 076 559	3 124 163	2 123 334	2 551 488	2 851 422

Em 2019, o valor das quotas recebidas através da cobrança da Autoridade Tributária e Aduaneira foi de 643.599 euros, em 2020 foi de 263.078 euros, e em 2021 foi 65.517 euros.

Em 2020, atendendo à situação de crise pandémica Covid-19 que originou maiores dificuldades no cumprimento das obrigações de pagamento das quotas por parte dos membros, que sofreu uma redução de 12% face ao ano de 2019, o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir de forma mais objetiva a realidade atual. Assim, em 2020, o critério de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), passou para 40% (no ano de 2019 foi 25%) tendo como base a análise do ano de 2019 e o aumento do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos no ano de 2020. Em 2021 o critério de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para a AT, passou para 30% por a economia e pandemia estarem mais estabilizadas.

Histórico de saldos a receber de membros

Euros

Quotas	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Até 6 meses	1 121 298	1 334 766	1 255 944	1 271 796	1 378 830	1 027 212	1 059 822	1 229 508	1 085 370	1 161 174	1 128 096	882 234
De 6 a 12 meses	328 860	312 942	395 982	431 406	444 756	345 852	321 564	366 348	436 086	460 908	309 714	277 824
De 12 a 18 meses	34 338	35 376	18 414	42 882	84 060	93 594	96 798	110 994	133 320	130 188	119 802	100 128
De 18 a 24 meses	13 476	25 068	15 060	16 656	19 680	13 506	14 814	13 950	16 590	32 490	45 318	49 890
Mais de 24 meses	198 024	258 330	207 264	215 556	234 370	193 392	208 110	206 316	223 854	223 374	200 442	45 564
Pag. faseados	479 373	417 435	369 279	338 199	300 362	316 862	262 595	252 299	211 799	133 915	85 872	85 050
AT	916 890	872 100	798 918	808 080	690 654	641 154	612 138	572 742	552 018	615 558	656 712	682 644
2019	3 092 259	3 256 017	3 060 861	3 124 575	3 152 712	2 631 572	2 575 841	2 752 157	2 659 037	2 757 607	2 545 956	2 123 334
Até 6 meses	1 056 150	1 248 330	1 258 176	1 282 086	1 339 830	1 083 276	1 155 610	1 290 894	1 084 206	1 167 198	1 238 550	817 968
De 6 a 12 meses	283 068	311 574	373 632	402 372	464 478	540 252	570 906	628 830	671 136	681 270	686 442	581 952
De 12 a 18 meses	71 208	56 448	63 996	72 750	81 246	126 174	163 926	203 238	245 580	277 080	331 404	333 462
De 18 a 24 meses	47 136	48 630	56 976	56 448	55 626	55 404	55 164	54 252	59 574	66 000	72 684	101 382
Mais de 24 meses	31 614	11 886	12 342	22 350	32 808	43 854	54 924	65 136	74 730	85 164	95 694	104 724
Pag. faseados	83 562	80 700	73 302	65 958	59 598	54 138	48 840	45 498	43 452	39 462	36 324	33 354
AT	736 326	765 006	720 954	684 636	665 160	651 216	640 434	619 662	605 592	593 292	584 766	578 646
2020	2 309 064	2 522 574	2 559 378	2 586 600	2 698 746	2 554 314	2 689 804	2 907 510	2 784 270	2 909 466	3 045 864	2 551 488
Até 6 meses	1 019 592	1 172 136	900 138	1 063 062	1 244 664	1 018 842	1 100 334	1 201 626	942 120	1 064 250	1 142 880	785 160
De 6 a 12 meses	549 624	539 052	507 096	491 076	494 574	522 498	531 912	548 268	563 388	576 594	584 532	522 624
De 12 a 18 meses	343 362	359 706	358 386	364 722	370 380	365 172	361 254	361 014	354 396	350 064	347 796	344 052
De 18 a 24 meses	127 968	154 020	172 572	193 170	225 636	241 002	255 138	269 376	278 508	288 612	291 078	285 180
Mais de 24 meses	113 976	122 898	135 354	145 854	158 760	189 870	219 702	248 148	278 010	305 448	344 418	380 736
Pag. faseados	32 610	30 894	29 994	29 124	26 052	25 152	24 342	25 482	25 926	25 596	24 384	24 396
AT	571 710	566 082	562 890	560 688	553 728	546 324	539 952	534 630	524 502	519 030	518 310	509 274
2021	2 758 842	2 944 788	2 666 430	2 847 696	3 073 794	2 908 860	3 032 634	3 188 544	2 966 850	3 129 594	3 253 398	2 851 422
Var. 2020-2021	19,48%	16,74%	4,18%	10,09%	13,90%	13,88%	12,75%	9,67%	6,56%	7,57%	6,81%	11,76%
Var. 2019-2021	-10,78%	-9,56%	-12,89%	-8,86%	-2,50%	10,54%	17,73%	15,86%	11,58%	13,49%	27,79%	34,29%

O valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros passou de 229.253 euros, em 31 de dezembro de 2019, para 538.740 euros em 31 de dezembro de 2020, e para 538.608 euros em 31 de dezembro de 2021.



Os valores recebidos referentes às ações de formação registaram uma redução de 192.631 euros (-21,8%) em relação ao ano de 2020, e de menos 1.125.172 euros (-127,4%) face ao valor orçamentado, pelo efeito das medidas de impacto e de apoio aos membros derivadas da situação da Covid-19 e ao reduzido número de ações formação presenciais realizadas.

O valor dos recebimentos referentes a outras receitas aumentou 742.926 euros (+10,1%) em relação a 2020, e registou um ligeiro desvio negativo de 62.677 euros (-0,8%) face ao valor orçamentado. O incremento de faturação de licenças do *TOConline*, decorrente do aumento do número de empresas ativas que utilizam o *TOConline* em 34.290 empresas em 2021, ascendendo o seu número atual a 135.951 empresas, tendo sido efetuados em 2021, 101.568 pedidos de subscrição de licenciamento. De referir ainda que, em 31 de dezembro de 2021, o *TOConline* era utilizado por 12.101 contabilistas certificados, sendo 12.312 na data atual. O valor destes recebimentos referentes a outras receitas onde está incluído o valor recebido da faturação de licenças do *TOConline*, com um valor de 6.381.571 euros em 2021, que regista um aumento de 813.549 euros (+14,6%) em relação a 2020, e um aumento 21.388 euros (+0,3%), face ao valor orçamentado para 2021, e inclui também os recebimentos de multas, taxas e emolumentos que registam uma quebra face ao ano de 2020. O valor das multas apresenta uma redução de 18.984 euros (-26,1%) e as taxas e emolumentos apresentam uma redução de 77.235 euros (-11,2%) em relação aos valores recebidos em 2020.

Destaca-se ainda o facto de ser muito expressivo o valor anual de pagamentos referente ao endividamento (capital e juros) relacionado com os investimentos efetuados, o qual apresenta um valor anual em 2021 de 403.667 euros. Em 2020 o valor dos pagamentos desta natureza foi de 885.560 euros e em 2019 de 1.102.722 euros.

Durante o ano de 2021, a OCC fez pagamentos referentes a seguros no montante de 1.807.190 euros, menos 332.709 euros (-18,4%) em relação aos valores pagos em 2020 e menos 273.633 euros (-13,2%) face ao valor orçamentado.

Em relação ao seguro de responsabilidade civil profissional, o montante pago em 2021 foi de 573.610 euros, menos 257.724 euros (-31,0%) do que em 2020 (em 2020 o valor pago foi 831.334 e em 2019 o valor pago foi 1.441.670 euros). Esta redução anual, a qual foi prevista, está diretamente relacionada com a redução do valor anual a pagar pelo Seguro de Responsabilidade Civil Profissional (SRCP) do contabilista certificado, no período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022, que passou para 598.680 euros. No período da apólice anual do SRCP de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, o valor do prémio foi 747.600 euros. Recordamos que, devido ao elevado aumento da sinistralidade, no período de 1 de abril de 2019 a 31 de março de 2020, o prémio anual da apólice da companhia de seguros *Allianz* (única companhia que apresentou proposta) foi de 1.250.000 euros.

Paralelamente, a apólice anual do seguro de saúde dos membros, para o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021, registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 900.000 euros para 1.080.000 euros. Para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022, a apólice anual de seguro regista um novo aumento, passando o valor anual para cerca de 1.218.528 euros, devido ao acréscimo da utilização do seguro.





O valor dos pagamentos a fornecedores em 2021 ascende a 8.791.942 euros, mais 1.491.392 euros (+18,4%) em relação a 2020 e menos 514.572 euros (-5,5%) face ao valor orçamentado.

Na variação dos valores anuais estimados, pagos a fornecedores em 2021, em relação ao ano transato, destaca-se o incremento do valor associado à prestação de serviços de licenças e alojamento do TOOnline, o valor das toalhas de praia e o valor referente ao contrato de comunicação e dados com a operadora NOS, bem como todas as aquisições de serviços relacionadas com o processo de eleição dos Órgãos Sociais da Ordem para o quadriénio de 2022 a 2025, cuja Assembleia Geral Eleitoral decorreu no dia 18 de novembro de 2021, e respetiva tomada de posse realizada no dia 7 de dezembro de 2021.

As dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2021, apresentam um valor de 589.099 euros, superior em 313.268 euros em relação ao valor registado em 31 de dezembro de 2020 (275.831 euros). O valor em dívida inclui o valor de 15.571 euros de processos em tribunal e 77.823 euros a saldos pendentes, sendo a diferença em relação ao valor registado na contabilidade de 495.705 euros referente a faturas rececionadas pela OCC a 31 de dezembro de 2021. O valor em dívida a fornecedores de investimentos, em 31 de dezembro de 2021, inclui o montante de 191.032 euros referente ao valor das garantias das obras.

O valor de pagamentos a fornecedores de investimentos, em 31 de dezembro de 2021, regista um valor de 464.314 euros, mais 320.802 euros face ao valor do período homólogo. O acréscimo de valor em fornecedores de investimentos, em relação ao ano de 2020, está diretamente relacionado com a aquisição da futura representação de Viana do Castelo, cuja escritura pública de compra e venda foi realizada no dia 5 de julho de 2021. O espaço da futura representação foi adquirido com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, tendo o ato tido lugar no Cartório Notarial de Esposende. Cumpre-se assim a promessa do conselho diretivo de dotar todas as capitais de distrito com uma representação da Ordem.

Durante o ano de 2019, a OCC desenvolveu a implementação do interface de pagamentos Gateway, de forma a que todas as transações sejam geridas em *Real Time* e com flexibilidade de utilização, melhorando a eficiência para todas as partes envolvidas nas transações. Paralelamente, pretende-se ainda a curto prazo implementar a modalidade MB Way, permitindo aos membros efetuar pagamentos in-app via telemóvel. As alterações implementadas quanto ao sistema de pagamento em *Real Time*, tiveram um resultado positivo quanto à eliminação de constrangimentos nos pagamentos efetuados pelas empresas, bem como o acesso imediato ao documento de pagamento. A par desta implementação, foi também desenvolvido o método de reembolso "Refund", pelo qual é permitido o reembolso do pagamento efetuado via referência multibanco, desde que o espaço temporal entre o pagamento e o reembolso não ultrapasse os 120 dias. Este método de reembolso permite maior rapidez e eficiência do mesmo, uma vez que irá creditar a conta de origem.

Para ultrapassar os reembolsos que ocorram após os 120 dias, foi implementada a obrigatoriedade de indicação do IBAN no momento das inscrições. Desta forma, evitam-se os constrangimentos de não existir qualquer informação perante a necessidade de efetuar um reembolso.



Desde o dia 1 de julho de 2019, está disponível, para a cobrança das quotas por débito direto, a modalidade de pagamento mensal. Desde essa data, dos 9.897 membros com o pagamento da quotização pelo sistema de débitos diretos, com Autorização Débito Conta (ADC) válida, aderiram a esta modalidade de pagamento 1.481 membros, sendo que, 46 membros que tinham outras modalidades de pagamento fizeram a alteração para a modalidade de pagamento mensal. Das novas adesões, 1.435 membros optaram por esta modalidade. Em 31 de dezembro de 2021 o número de membros com o pagamento da quotização pelo sistema de débitos diretos é de 9.897.

PERSPETIVAS FUTURAS

A Covid-19 foi reconhecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia no dia 11 de março de 2020 e ainda não tem o seu fim à vista.

Conforme referido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022, de 6 de janeiro, a evolução recente da situação epidemiológica causada pelo vírus SARS-CoV-2 e pela doença Covid-19, tem originado uma realidade em que apesar de se verificar o agravamento dos indicadores de incidência e transmissibilidade do vírus, mantém-se a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Tal deve-se, sobretudo, à elevada taxa de vacinação e ao cumprimento das medidas de prevenção em vigor desde 1 de dezembro de 2021. Apesar disso, a incerteza a respeito da evolução da pandemia Covid-19 exige cautela e prudência na adoção de medidas de resposta e acompanhamento da situação epidemiológica.

O trabalho do contabilista certificado não pode parar, e a Ordem e os seus colaboradores estão e estarão sempre disponíveis, para responder, ajudar e acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades dos seus membros. Toda a atenção disponibilizada aos membros está em processo permanente de melhoria.

Com grande esforço e dedicação, a Ordem tem conseguido diminuir assinalavelmente o tempo médio de resposta aos membros. Enquanto que em 2018 o prazo médio de resposta da Pasta CC era de 14 dias, no ano de 2021 foi de 5 dias. A celeridade na obtenção da resposta é fundamental para um bom serviço aos membros e no sentido de melhorar continuamente o apoio aos contabilistas certificados, no início de janeiro de 2022 os prazos máximos de resposta da Pasta CC foram diminuídos, em média para metade do tempo anteriormente previsto.

Em 2022, a Ordem continuará a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS. A Ordem promoverá o equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas, conseguido com esforço adicional de manutenção da maior contenção dos gastos, garantindo o foco fundamental na prestação do melhor serviço aos membros.

Uma crise oferece sempre uma ímpar oportunidade de transformação, tendo os contabilistas certificados, ao longo do período de situação difícil de crise pandémica, sabido responder às oportunidades emergentes e conseguido criar um impacto positivo no apoio às



empresas. Para tanto, poderão os contabilistas certificados contar com o apoio da Ordem que disponibiliza os melhores esforços, meios e recursos para que o Contabilista Certificado possa dispor de todas as ferramentas para alavancar as suas competências e valor, enquanto agente fundamental na recuperação sustentável da nossa economia.

Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público, associados ao benefício público a favor das empresas e de toda a sociedade. Hoje, mais do que nunca, podem os profissionais ser os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil, sendo a sua ação um sinal de esperança e ânimo para todos.

CONCLUSÃO

Durante o ano de 2021, o conselho diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo da despesa e das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos. Apesar da quebra substancial dos recebimentos, inerente à situação excepcional de crise pandémica, conseguiu reduzir os gastos considerados no orçamento de 2021, reduzindo o endividamento e melhorando o desempenho económico, superando de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria.

O saldo final da tesouraria de 2021, incluindo as aplicações de curto prazo, superaram de forma muito positiva o valor orçamentado em 1.652.923 euros (+222,7%) e os valores de 2020 em 208.379 euros (+9,6%).

Em relação ao endividamento existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2021 foi amortizado o montante de 5.270.349 euros, o que corresponde a uma redução de 51,8% do valor em dívida.

No dia 5 de julho de 2021, no Cartório Notarial de Esposende, foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo, com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixo tangíveis, com o valor de 199.114 euros, dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar no ano de 2022.

Os rendimentos de 2021, comparativamente a 2020, registaram um aumento de 1.345.281 euros, o que representa um acréscimo de 8,6%. Em relação aos valores orçamentados os rendimentos apresentam um desvio negativo de 1.105.326 euros (-6,1%). Os rendimentos concretizados apresentam diferenças significativas em relação aos valores orçamentados nas atividades que implicam presença física, como a formação profissional, resultado do impacto da Covid-19, apesar do equilíbrio conseguido, fruto do esforço adicional de maior contenção dos gastos, sem comprometer o foco fundamental na prestação do melhor serviço aos membros.

A prestação de serviços com um montante de 16.438.977 euros representa 96,7% do total dos rendimentos da Ordem, apresentando um aumento face ao ano de 2020 de 1.216.138 euros (+8,0%), e um desvio negativo face ao valor orçamentado de 1.418.584 euros (-7,9%).



Em 2021, os serviços prestados referentes à formação apresentam um valor de 789.653 euros, com uma variação positiva em relação a 2020 no valor de 145.614 euros (+22,6%) e uma redução muito significativa face ao orçamento de 1.219.027 euros (-60,7%) decorrente do impacto da situação de pandemia, que limitou a possibilidade de realização de formações presenciais.

No dia 1 de março de 2021, a Ordem iniciou uma formação temática intitulada «Descomplicar na Hora». Desde o dia 1 de março até 31 de dezembro de 2021, a Ordem realizou 109 formações «Descomplicar na Hora» com 9.741 inscrições no valor total de 48.705 euros, tendo sido reembolsado aos membros participantes na formação no valor de 38.695 euros.

O módulo de contabilidade da licença de Gestão Administrativa do TOConline passou ser gratuito para os membros desde maio de 2021, com um impacto na redução no valor da faturação, do período de maio a dezembro de 2021, no valor de 256.271 euros.

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista com a disponibilização em formato digital, desde maio de 2018, e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos de 2018 a 2021 de 2.508.221, euros face aos gastos existentes em 2017.

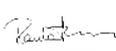
O resultado líquido do período apresenta um valor positivo de 205.629,15 euros, com a tesouraria e depósitos a prazo no montante de 2.393.936,52 euros.

Face ao que antecede, o conselho diretivo propõe à assembleia representativa o seguinte:

1. Seja aprovado o relatório e contas do período de 2021.
2. Seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 85.550,84 euros para a conta de «fundos»; e
 - 2.2. A importância de 120.078,31 euros para a conta «fundo de solidariedade social».
3. O conselho diretivo agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2022

O conselho diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Helena Costa	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira



XIII. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço em 31 de dezembro de 2021

Euros

Rubricas	Notas	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/6	22 974 930	23 478 132
Bens do património histórico e cultural	4	217 028	212 028
Ativos intangíveis	5	55 883	23 880
Outros créditos e ativos não correntes	10.1	21 541	15 264
Subtotal		23 269 381	23 729 304
Ativo corrente			
Inventários	7		
Créditos a receber	10.2	2 111	1 341
Estado e outros entes públicos	14.1	19 292	19 379
Membros	10.2/10.3	2 312 814	2 012 748
Diferimentos	14.2	333 145	321 291
Outros ativos correntes	10.2	287 277	218 738
Ativos não correntes detidos para venda	4	1 496 628	1 496 628
Caixa e depósitos bancários	10.4	2 393 936	2 185 557
Subtotal		6 845 203	6 255 682
Total do ativo		30 114 584	29 984 986
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	20 730 266	20 390 335
Resultados transitados	3.3	38 321	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	129 922	123 164
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000
Subtotal		20 918 509	20 571 820
Resultado líquido do período		205 629	466 768
Total dos fundos patrimoniais		21 124 138	21 038 587
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	4 127 933	4 493 923
Subtotal		4 127 933	4 493 923
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	589 099	275 831
Estado e outros entes públicos	14.1	244 213	230 775
Financiamentos obtidos	6	365 990	365 990
Diferimentos	14.2	2 000 394	1 834 147
Outros passivos correntes	10.2/12	1 246 238	1 291 476
Passivos não correntes detidos para venda	6	416 579	454 257
Subtotal		4 862 512	4 452 476
Total do Passivo		8 990 446	8 946 399
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		30 114 584	29 984 986

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2021

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2021	2020
Vendas e serviços prestados	8	16 448 313	15 234 626
Subsídios à exploração	8	1 923	1 536
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-4 451	-7 713
Fornecimentos e serviços externos	11	-10 185 722	-8 606 359
Gastos com o pessoal	12	-4 938 405	-4 791 491
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.3	132	-309 559
Outros rendimentos	8	232 750	341 616
Outros gastos	13	-284 034	-304 120
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 270 505	1 558 536
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 006 973	-1 019 819
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		263 532	538 717
Juros e rendimentos similares obtidos	8	57	405
Juros e gastos similares suportados	6	-57 647	-72 237
Resultado antes de impostos		205 942	466 884
Imposto sobre o rendimento do período	9	-312	-116
Resultado líquido do período		205 629	466 768

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021

Euros

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e membros		17 529 806	16 976 583
Pagamentos a fornecedores		-10 612 744	-9 512 945
Pagamentos ao pessoal		-4 816 616	-4 631 042
Caixa geradas pelas operações		2 100 446	2 832 596
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			-1 635
Outros recebimentos/pagamentos		-1 134 512	-1 511 784
Fluxos das atividades operacionais (1)		965 934	1 319 176
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-410 876	-143 512
Ativos Intangíveis		-53 437	
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		168 662	154 247
Juros e rendimentos similares		43	304
Fluxos das atividades de investimento (2)		-295 610	11 039
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-365 990	-365 990
Juros e gastos similares		-58 279	-72 210
Financiamentos obtidos de locação financeira		-37 678	-519 571
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-461 946	-957 770
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		208 378	372 445
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.4/14.3	2 185 557	1 813 112
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4/14.3	2 393 936	2 185 557



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de Janeiro de 2021 (ESNL)	20 390 335	38 321	123 164	20 000	466 768	21 038 587
Resultado líquido do período de 2020	339 932		126 836		-466 768	
Outras variações			-120 078		205 629	85 551
Posição em 31 de Dezembro de 2021 (ESNL)	20 730 266	38 321	129 922	20 000	205 629	21 124 138

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2020

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de Janeiro de 2020 (ESNL)	20 143 173	38 321	132 227	20 000	364 934	20 698 656
Resultado líquido do período de 2019	247 161		117 773		-364 934	
Outras variações			-126 836		466 768	339 932
Posição em 31 de Dezembro de 2020 (ESNL)	20 390 335	38 321	123 164	20 000	466 768	21 038 587





Anexo do período findo em 31 de dezembro de 2021

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: Ordem dos Contabilistas Certificados

1.2 – Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 503692310

1.4 – Natureza da atividade: A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, cuja redação em vigor consta da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro (Estatuto e Código Deontológico), com as alterações da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro. A Ordem representa os profissionais que, nos termos do presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as novas disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere *“Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:*



a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;

c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).".

De forma a cumprir o estipulado no ponto 2.3 da NCRF-ESNL, no período de 2021, a OCC continuou a aplicar supletivamente a NCRF 8 – Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas, por considerar que esta aplicação melhora a leitura e a compreensibilidade das demonstrações financeiras por parte dos seus utilizadores, na medida em que a quantia escriturada do ativo objeto de aplicação desta norma não será recuperada pelo uso, mas antes através da respetiva alienação.

Por aplicação do parágrafo 1, alínea b) da NCRF 8, encontra-se apresentada no balanço a rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" no ativo corrente, e a rubrica "Passivos não correntes detidos para venda" no passivo corrente, tendo-se utilizado a possibilidade prevista no n.º 2, do artigo 1.º, da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, de adicionar linhas de itens relevantes para uma melhor compreensão da posição e desempenho financeiros, uma vez que o Anexo 11 – Balanço (modelo para ESNL) não contempla a referida rubrica.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2020.

3 – BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a



operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir, consideravelmente, o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos, e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas *"Devedores e credores por acréscimos"* e *"Diferimentos"*.

Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza, caso em que estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.



a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 20 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos

A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso, e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

a2) Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico. Esta rubrica inclui parte (três) dos direitos sobre os livros inerentes ao projeto "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão de Contabilista em Portugal" que, face à sua natureza, não estão sujeitos a depreciação, pelo que não são objeto de depreciação.



a3) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda, quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Os acontecimentos ou circunstâncias podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano. Um prolongamento do período durante o qual se exija que a venda seja concluída não exclui que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o seu plano de vender o ativo.

Desta forma, na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" foi reconhecida a quantia escriturada do imóvel, previamente reconhecida em ativos fixos tangíveis, designado de «Casa dos CC» em Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, por se entender que este imóvel está disponível para venda imediata, nas suas condições atuais, e com forte probabilidade de venda, estando cumpridos os requisitos previstos da NCRF 8 para o seu reconhecimento. Esta avaliação é efetuada tendo em consideração eventuais constrangimentos derivados da situação de crise pandémica. O conselho diretivo estima que o seu justo valor deduzido dos custos de venda é superior ao seu custo.

De facto, perante o resultado favorável de 74,65% dos votos dos membros participantes no referendo aos contabilistas certificados, aprovado pela assembleia representativa de 19 de junho de 2020, e realizado no dia 6 de novembro de 2020, o conselho diretivo está empenhado na sua alienação em 2022, sendo a venda do imóvel altamente provável no curto prazo. Não tendo sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2021, devido à situação de crise pandémica Covid-19 e à agilização do processo eleitoral dos Órgãos Sociais da Ordem para o quadriénio de 2022-2025, que se realizou no dia 18 de novembro de 2021, o conselho diretivo está empenhado nesta concretização no curto prazo, estando para o efeito a ser tomadas todas as diligências.

Os juros relacionados com o financiamento da "Casa dos CC" de Lisboa foram reconhecidos como gastos do período, uma vez que o processo de remodelação foi suspenso.

a4) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de desenvolvimento e de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	entre 3 e 6 anos



a5) Provisões, ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a Ordem analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Ordem reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa, na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação, é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a6) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a7) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.



a8) Inventários

As mercadorias encontram-se reconhecidas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, fórmula de custeio, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que, o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

a9) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.



a10) Imposto sobre o rendimento

A OCC é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2018 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

a11) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outros créditos a receber

As dívidas dos membros e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.



As dívidas dos membros e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Financiamentos obtidos

Os empréstimos, quando existentes, são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional para diferir o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

a12) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo conselho diretivo.



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

a13) Partes relacionadas

De acordo com o normativo da Comissão de Normalização Contabilística (NCRF 5), uma parte está relacionada com uma entidade se:

- a) Direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum da entidade, tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma ou tiver um controlo conjunto sobre a entidade;
- b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja um empreendedor;
- c) A parte for membro do pessoal-chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe;
- d) A parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido em a) ou c);
- e) A parte for uma entidade sobre a qual qualquer indivíduo referido nas alíneas c) ou d) exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, ou que possui, direta ou indiretamente um significativo poder de voto; ou
- f) A parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefícios dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

Face a esta definição, o conselho diretivo da OCC entende que são consideradas partes relacionadas da Ordem as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento direção e controlo, direta ou indiretamente, das suas atividades, ou seja, os membros dos órgãos sociais com poder de influência sobre a gestão e com cargos de chefia, designadamente os membros do conselho diretivo cujas remunerações se encontram divulgadas na nota 12.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Ordem.



c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo conselho diretivo na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;

- Provisões: O conselho diretivo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e

- Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, conforme relatado nas notas 3.1. a6) e a11). As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 – Alterações de estimativas contabilísticas

Na sequência da agilização do processo de cobrança através das alterações introduzidas em 2018 e da cobrança coerciva das quotas em dívida pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), cujos recebimentos tiveram início em novembro de 2018, tendo como base o comportamento da cobrabilidade do período de 2018 e a redução substancial do risco de não cobrança das quotas com base no histórico dos recebimentos no ano de 2019, a estimativa foi revista de forma a refletir mais objetivamente a realidade atual, conforme de apresenta na nota 10.3.

No período de 2020, atendendo à situação de crise pandémica, a qual originou maiores dificuldades no cumprimento das obrigações de pagamento das quotas por parte dos membros, que sofreu uma redução de 12% face ao ano de 2019, a estimativa foi

revista de forma a refletir mais objetivamente a realidade atual, conforme se apresenta na nota 10.3.

No ano de 2021, a estimativa de imparidade das quotas dos membros relativa aos processos de quotas em remessa para a Autoridade Tributária e Aduaneira foi reajustada com base na análise dos histórico de recebimentos dos últimos três anos.

3.3 – Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL E ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Euros

Ativos fixos tangíveis	31/12/2021	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2020
Terrenos e recursos naturais	4 486 144					4 486 144
Edifícios e outras construções	25 607 294	57 606			6 049	25 543 640
Equipamento de transporte	241 078					241 078
Equipamento administrativo	3 790 745	114 602		-13 239		3 689 382
Outros ativos tangíveis	258 797	34 574				224 223
Investimentos em curso – Instalações	280 515	280 515				
Investimentos em curso – Obras remodel. biblioteca – sede					-6 049	6 049
Ativo bruto	34 664 573	487 297		-13 239		34 190 515
Depreciações acumuladas	11 689 643	988 306		-11 046		10 712 383
Quantia escriturada	22 974 930	-501 009		-2 193		23 478 132
Bens do património histórico e cultural	31/12/2021	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2020
Bens do património histórico e cultural	87 028	5 000				82 028
Livros – História da Contabilidade	130 000					130 000
Quantia escriturada	217 028	5 000				212 028

As depreciações a ativos fixos tangíveis – edifícios e outras construções incidem sobre o valor de aquisição, incluindo o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25% respeitante ao valor do terreno, o qual não é depreciable.

Durante o ano de 2021 foi abatida, da rubrica de equipamentos administrativos, por estar inoperacional e obsoleta, uma envelopadora adquirida em 2003 pelo valor de 10.559 euros, na condição de totalmente depreciada. O valor remanescente referente a ajustamentos/ abates é referente a um ajustamento no valor das câmaras de vídeo adquiridas em 2020.

O valor de adições e transferências de investimento em curso de 63.654 euros é referente à conclusão das obras de remodelação no piso 1 e na biblioteca da Sede.

As aquisições de equipamento administrativo no valor de 114.602 euros, incluem computadores no valor de 91.494 euros e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário no valor de 23.108 euros.



Na rubrica bens do património histórico e cultural estão incluídos três dos cinco livros dos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão de Contabilista em Portugal", no âmbito do contrato de 36 meses celebrado em 4 de agosto de 2015 entre a Ordem e o CEPESE – Centro de Estudos de População, Economia e Sociedade, no valor total de 200.000 euros. Foram adicionados à rubrica ativos fixos tangíveis em bens do património histórico e cultural em 2020, em virtude de estarem concluídos mediante apreciação da Comissão de História da Contabilidade.

Euros

Bens do património histórico e cultural	2015	2016	2017	Total
Projeto História da Contabilidade em Portugal	40 000	50 000	40 000	130 000

Durante o ano de 2021 foi adquirido um quadro para a biblioteca que está incluído na rubrica ativos fixos tangíveis em bens do património histórico e cultural.

Euros

Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/Montagem	Total
Instalações V. Castelo – R. António Machado Vilas Boas, 129-159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações de Beja – Av. Miguel Fernandes, n.º 28					80 395	80 395
Fornecimento e montagem ar condicionado em Faro					1 006	1 006
Total	185 000	1 480	12 025	609	81 401	280 515

No dia 5 de julho de 2021, foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixos tangíveis, dado que vão ser necessárias obras de adaptação a realizar no ano de 2022.

Os investimentos em curso até 31/12/2019, relativos à aquisição da «Casa dos CC» na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.ºs 121 e 121 A, em Lisboa, no valor de 1.496.628 euros, foram reclassificados no ano de 2020, passando de ativos fixos tangíveis (em curso) para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrarem disponíveis para venda imediata, nas condições atuais.

O projeto da «Casa dos CC», aprovado em maio de 2010 pela Assembleia Geral da Ordem, tinha méritos sociais evidentes. Todavia, o reduzido número de vagas, aliado aos elevados gastos de desenvolvimento e manutenção do projeto, veio demonstrar que esta obra é social e financeiramente inexequível, tal como foi reiterado pelo estudo de viabilidade económico-financeira colocado à disposição de todos os membros e tornado público.

Perante o resultado favorável de 74,65% dos votos dos membros participantes, de não avançar com a execução do projeto da «Casa dos CC», aprovado pela assembleia representativa de 19 de junho de 2020 e no referendo aos contabilistas certificados realizado no dia 6 de novembro de 2020, o conselho diretivo está empenhado na sua alienação em 2022, dado não ter sido possível a venda do imóvel em 2021 devido à crise pandémica Covid-19 e ao decurso do processo eleitoral que se realizou no dia 18 de novembro de 2021, sendo a venda do imóvel localizado na Avenida Almirante Gago Coutinho, em Lisboa, altamente provável no curto prazo.

O imóvel da «Casa dos CC», encontra-se mensurado ao custo histórico de aquisição, o qual inclui as despesas com a coordenação e o acompanhamento dos projetos e as obras de remodelação das instalações, estimando-se inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda, a saber:

Euros

Ativos não correntes detidos para venda	Valor de aquisição	Depreciações acumuladas	Valor líquido
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 496 628		1 496 628

Anterior projeto “Casa dos CC”

Euros

Ativos não correntes detidos para venda	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras	Total
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A	1 200 000	12 487	101 454	1 180	181 507	1 496 628

Com efeito, relativamente ao imóvel, apesar de não ter sido efetuada a sua avaliação formal por perito avaliador acreditado e independente, não há, face à situação atual do mercado, quaisquer indícios de imparidade.

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa da afetação do desempenho.

Euros

Ativo intangível	31/12/2021	Adições	31/12/2020
Programas de computador (TOConline)	426 501		426 501
Licenças Oracle	167 783		167 783
Licenças Microsoft	150 845		150 845
Programa de computador (AFE)	86 100		86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729		7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776		13 776
Programa Biblioteca – CATWIN + USEWIN	2 768		2 768
Ativos intangíveis em curso – Projeto – Novo website Institucional	50 670	50 670	
Ativo intangível bruto	906 172	50 670	855 503
Amortizações acumuladas	850 289	18 667	831 623
Quantia escriturada	55 883	32 003	23 880

No ano de 2021, foi adicionado à rubrica de ativos intangíveis em curso o valor de 50.670 euros referente ao projeto do novo website Institucional.

6 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Euros

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31/12/2021			31/12/2020		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Banco, BPI, S.A.	365 990	2 127 933	2 493 923	365 990	2 493 923	2 859 913
Banco, BPI, S.A. (JESSICA)		2 000 000	2 000 000		2 000 000	2 000 000
Total	365 990	4 127 933	4 493 923	365 990	4 493 923	4 859 913



As locações financeiras respeitam aos seguintes imóveis, cuja quantia escriturada líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo, apresenta-se no quadro seguinte:

Ativo não corrente detidos para venda	Quantia escriturada
Imóvel - Av. Almirante Gago Coutinho, 121 e 121A	1 496 628

No quadro seguinte apresenta-se o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, referente ao imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho à data do balanço e o seu valor presente:

Locações Financeiras	Ano 2022	> 1ano e = 5anos	> 5 anos	Total
Banco BPI, S.A.				
Contrato n.º 20006211	38 177	118 056	260 346	416 579
Total	38 177	118 056	260 346	416 579

Em 31 de dezembro de 2021, as responsabilidades refletidas no balanço da Ordem relativas a locações financeiras tinham o seguinte plano de pagamento:

Designação	2022	2023 e seguintes	Total médio e longo prazo
Contrato n.º 20006211	38 177	378 402	416 579

Em 31 de dezembro de 2021, os montantes das locações financeiras incluídas na rubrica «Passivos não correntes detidos para venda», os montantes das locações financeiras incluídos na rubrica de «Financiamentos Obtidos» apresentada no passivo corrente e no passivo não corrente em 31 de dezembro de 2020 do balanço constam do quadro seguinte:

Financiamentos obtidos - Passivos Não correntes Locações Financeiras	Contrato n.º 20006211 - BPI	
	2021	2020
1 a 2 anos	38 177	37 648
2 a 3 anos	38 774	38 207
3 a 4 anos	39 349	38 774
4 a 5 anos	39 933	39 349
Mais de 5 anos	260 346	300 279
Total	416 579	454 257

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os gastos de financiamento em 2021 e 2020 foram os que abaixo se apresentam:

Gastos de financiamento	2021	2020
Juros de financiamentos obtidos	51 294	62 358
Juros de contratos de locação financeira	6 353	9 879
Total	57 647	72 237

7 - INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os inventários da Ordem eram nulos.

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, detalham-se no quadro seguinte:



Euros

Mercadorias	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial		
Compras	4 451	7 713
Regularizações		
Saldo final		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 451	7 713

8 - RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos, reconhecida durante os períodos de 2021 e 2020, apresentam-se no quadro seguinte:

Euros

Rubricas	2021	2020	Varição 2020/2021
VENDAS			
Mercadorias	9 335	11 787	-2 451
Subtotal	9 335	11 787	-2 451
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS			
Quotização			
Membros efetivos	9 615 732	9 712 077	-96 345
Membros suspensos	173 886	168 828	5 058
Jóias	86 400	96 200	-9 800
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	213 718	298 712	-84 994
Formação (segmentada, permanente, à distância, toconline e recorrente)	575 935	345 327	230 608
Taxas			
Exame para admissão a CC	559 400	290 800	268 600
Registo de Diretor Técnico	40 500	39 700	800
Inscrições - Regulamento de atribuição créditos	3 740	7 073	-3 333
Análise de Experiência Profissional	15 500	15 000	500
Outras (taxa de reinscrição, cédulas, jóias sociedades profissionais)	15 690	13 075	2 615
Emolumentos			
Vinhetas	42 805	71 820	-29 015
Outros	2 522	3 117	-595
Serviços Secundários			
Serviços de informática aos membros TOConline	4 900 855	4 143 981	756 873
Cedência de espaço instalações e serviços complementares	7 888	14 130	-6 242
Eventos			
Festa de Natal	11 801		11 801
Publicidade		3 000	-3 000
Outros Serviços (aluguer espaço/stand Congressos)	172 606		172 606
Subtotal	16 438 977	15 222 840	1 216 138
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO			
Subsídios de entidades públicas - Apoio Covid 19	1 923	1 536	387
Subtotal	1 923	1 536	387
OUTROS RENDIMENTOS			
Multas	54 921	70 930	-16 008
Rendas - Edifício 24 de Julho	168 020	167 790	229
Participação nos Resultados - Seguradora Allianz		55 228	
Outros (alienação ativos, correções relativas a exer. anteriores, reembolso custas, dif. arred.)	9 809	47 668	-37 859
Subtotal	232 750	341 616	-53 638
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
Juros credores de depósitos bancários	57	405	-348
Subtotal	57	405	-348
Total	16 683 042	15 578 182	1 159 700



9 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2021 e 2020 é a seguinte:

Descrição	Euros	
	31/12/2021	31/12/2020
Resultado antes de impostos	205 942	466 884
Matéria colectável da atividade tributada		
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado		
Base fiscal de tributação autónoma	2 005	732
Tributações autónomas	312	116
Taxa efectiva de imposto	0,2%	
Resultado líquido do período	205 629	466 768

A OCC é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

Nos termos do artigo 53.º do CIRC, rendimento global é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos, das várias categorias determinadas nos termos do IRS, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições do CIRC.

Ao rendimento global são dedutíveis, até à respetiva concorrência, os gastos comprovadamente relacionados com as respetivas atividades.

O artigo 54.ª do CIRC dispõe que, os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos a IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

a) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;

b) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos. A parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao total dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos. Os gastos comuns são dedutíveis até à concorrência do rendimento global.

Assim, são rendimentos não sujeitos a IRC as quotas e jóias pagas pelos membros em conformidade com os estatutos, as quais, em 2021, ascendaram a 10.196.079 euros. Em 2020, ascendaram a 10.066.440 euros. Estes valores incluem as reversões de perda por imparidade de quotas dos membros.

Também de acordo com o artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) são isentos de IRC os rendimentos da OCC derivados de ações de formação prestadas aos membros no âmbito dos seus fins estatutários, bem como os rendimentos prediais, designadamente, relacionados com as rendas recebidas do edifício sito na Avenida 24 de Julho, em Lisboa. Em 2021, os rendimentos isentos atingiram o valor de 794.573 euros (em 2020, 811.830 euros).

Os rendimentos sujeitos e não isentos a IRC com um valor de 6.011.350 euros (em 2020, 4.778.451 euros) incluem juros de depósitos à ordem, venda de brochuras e livros, licenças TOConline, cedência de espaço dos auditórios e serviços complementares associados, publicidade e todos os outros rendimentos que não são rendimentos isentos ou não sujeitos a IRC.

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2021

Euros

Descrição	não sujeitos (1)	%	sujeitos				Total 31/12/2021 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			isentos (2)	%	não isentos (3)	%		
Rendimentos	10 196 079	60%	794 573	5%	6 011 350	35%	17 002 002	100%
Gastos específicos	-4 020 893		-1 229 269		-5 392 275		-10 642 437	
Gastos comuns	-3 690 321		-287 584	4,7%	-2 175 720	60,0%	-6 153 624	
Resultado do período antes imposto	2 484 865		-722 280		-1 556 644		205 942	

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2020

Euros

Descrição	não sujeitos (1)	%	sujeitos				Total 31/12/2020 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			isentos (2)	%	não isentos (3)	%		
Rendimentos	10 066 440	64%	811 830	5%	4 778 451	31%	15 656 721	100%
Gastos específicos	-3 791 883		-1 423 331		-4 103 174		-9 318 388	
Gastos comuns	-3 775 030		-304 445		-1 791 974		-5 871 449	
Resultado do período antes imposto	2 499 528		-915 947		-1 116 697		466 884	

Cálculo dos Gastos Comuns 2021:

$$\frac{C}{C+D+E} * B$$

Euros

		B - Gastos comuns		
C - Montante dos rendimentos brutos sujeitos não isentos	6 011 350		2 175 720	35,3%
D - Valor dos rendimentos brutos isentos	794 573		287 584	4,7%
E - Valor dos rendimentos brutos não sujeitos	10 196 079		3 690 321	60,0%
Total de Rendimentos	17.002.002	Total Gastos Comuns	6 153 624	100,0%

A atividade sujeita e não isenta de IRC apresenta em 2021 um resultado negativo de 1.556.644 euros (em 2020, resultado negativo de 1.116.697 euros), resultante da imputação dos gastos específicos e dos gastos comuns de acordo com o n.º 2 do artigo 54.º do Código do IRC, resultando a não existência de imposto a pagar, com exceção da tributação autónoma.

Em 2021, a tributação autónoma apurada nos termos previstos no artigo n.º 88 do código do IRC, relativamente aos gastos, de despesas de representação e deslocações em viatura própria, da atividade sujeita é de 312 euros.



10 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 – Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:

Euros

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos não correntes						
Outros créditos e ativos não correntes	21 541		21 541	15 264		15 264
Total do ativo	21 541		21 541	15 264		15 264

Na rubrica outros créditos e ativos não correntes são reconhecidas as entregas efetuadas pela Ordem ao fundo de compensação do trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

10.2 – Membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas de membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Euros

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos correntes						
Membros	2 851 422	538 608	2 312 814	2 551 488	538 740	2 012 748
Créditos a receber	2 111		2 111	1 341		1 341
Outros ativos correntes	287 277		287 277	218 738		218 738
Total do Ativo	3 140 810	538 608	2 602 201	2 771 567	538 740	2 232 827
Passivos correntes						
Fornecedores	589 099		589 099	275 831		275 831
Outros passivos correntes	1 246 238		1 246 238	1 291 476		1 291 476
Total do passivo	1 835 337		1 835 337	1 567 308		1 567 308
Total líquido	1 305 473	538 608	766 865	1 204 260	538 740	665 519

No passivo corrente, mantém-se o valor retido a fornecedores de investimentos a título de garantias sobre as obras efetuadas no Edifício da representação do Porto e no Auditório de Lisboa, uma vez que, finalizado o prazo de garantia, poderá vir a ser liquidado em 2022.

10.3 – Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

Em 2021, a OCC reviu a estimativa de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para AT, tendo como base a análise do ano de 2020 e a diminuição do risco de não cobrança das quotas, por reporte ao histórico dos recebimentos do ano de 2019 a 2021. Assim, o critério das imparidades adotado é o seguinte:

- Processos de quotas em remessa para a AT: 30% (40% em 2020)
- Processos de quotas em cobrança AT: 15%
- Pagamentos faseados: 10%



Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2021	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2021
até 6 meses		785 160		785 160
Processos tratamento remessa AT	30%	1 532 592	459 778	1 072 814
AT	15%	509 274	76 391	432 883
Pagamentos faseados	10%	24 396	2 440	21 956
Total		2 851 422	538 608	2 312 814

Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2020	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2020
até 6 meses		817 968		817 968
Processos tratamento remessa AT	40%	1 121 520	448 608	672 912
AT	15%	578 646	86 797	491 849
Pagamentos faseados	10%	33 354	3 335	30 019
Total		2 551 488	538 740	2 012 748

As dívidas dos membros referentes a quotas aumentaram em 299.934 euros (+12%), de 2.551.488 euros em 31 de dezembro de 2020, para 2.851.422 euros em 31 de dezembro de 2021.

O movimento líquido reconhecido no período de 2021 referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2021	Reversões de perdas por imparidade 2021	Total
Membros	318 829	318 961	-132
Total	318 829	318 961	-132

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2020	Reversões de perdas por imparidade 2020	Total
Membros	388 098	78 539	309 559
Total	388 098	78 539	309 559

De seguida, apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2021 e 2020 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a créditos a receber de quotas dos membros.

Euros

Perdas por imparidade acumuladas	2021	2020
Perdas por imparidade acumuladas início período (1)	538 740	229 253
Dívidas prescritas (2)		-72
Reversão por alteração de critérios de imparidade	-153 259	
Reversão por pagamento de dívida	-149 582	-40 568
Reversão por revisão de estimativa membros pagamentos faseados	-10 406	-22 659
Reversão por revisão de estimativa membros com pagamentos AT	-2 404	-6 126
Reversão considerando intervalo de períodos de antiguidade	-3 310	-9 186
Total reversões (3)	-318 961	-78 539
Reforço das imparidades (4)	318 829	388 098
Perdas por imparidade acumuladas fim do período (5) = (1) + (2) + (3) + (4)	538 608	538 740

De seguida, apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2021 e 2020 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a multas dos membros.

Euros

Perdas por imparidade acumuladas - multas dos membros	Dívidas dos membros em 31/12/2021	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívidas dos membros em 31/12/2020	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros
Multas dos membros	1 689	2 176	1 689	2 176
Total	1 689	2 176	1 689	2 176



10.4 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Euros		
Caixa e depósitos bancários	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	7 600	8 163
Depósitos à ordem	886 336	1 927 394
Outros depósitos bancários	1 500 000	250 000
Total	2 393 936	2 185 557

11 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

Euros				
Fornecimentos e serviços externos	2021	2020	Variação 2020/2021	
621 Subcontratos	3 462 539	3 053 856	408 683	13,4%
6211 Vinhetas	872	1 398	-526	-37,6%
6212 Bases de dados – SICC	70 689	70 689		
6213 TOConline	2 720 334	2 263 022	457 312	20,2%
6214 Serviços de Impressão – revistas	93 285	125 743	-32 458	-25,8%
6215 Serviços de <i>hosting</i> – Claranet	321 420	347 675	-26 255	-7,6%
6217 Serviços de <i>hosting</i> – MEO	255 940	245 329	10 610	4,3%
622 Serviços especializados	3 060 065	2 531 826	528 239	20,9%
6221 Trabalhos especializados	1 567 724	1 205 647	362 077	30,0%
6222 Publicidade e propaganda	34 320	30 038	4 282	14,3%
6223 Vigilância e segurança	148 910	146 629	2 281	1,6%
6224 Honorários	738 210	576 435	161 775	28,1%
6226 Conservação e reparação	202 515	215 881	-13 365	-6,2%
6227 Serviços bancários	190 044	180 547	9 498	5,3%
6228 Outros	178 342	176 650	1 692	1,0%
623 Materiais	465 006	51 998	413 008	794,3%
6231 Ferramentas e utensílios	241	1 022	-781	-76,4%
6232 Livros e documentação técnica	105	2 006	-1 901	-94,8%
6233 Material de escritório	31 819	33 892	-2 073	-6,1%
6234 Artigos para oferta	432 774	15 078	417 696	2770,2%
6238 Outros materiais	67		67	
624 Energia e fluidos	123 663	127 268	-3 605	-2,8%
6241 Electricidade	103 070	107 741	-4 671	-4,3%
6242 Combustíveis	7 316	3 427	3 889	113,5%
6243 Água	13 277	16 100	-2 823	-17,5%
625 Deslocações e estadas	104 003	89 832	14 171	15,8%
625101 Refeições	22 642	16 046	6 595	41,1%
625102 Deslocações	45 363	50 645	-5 282	-10,4%
625103 Estadas	35 998	23 141	12 857	55,6%
626 Serviços diversos	2 970 447	2 751 578	218 869	8,0%
6261 Rendas e alugueres	113 028	92 868	20 159	21,7%
6262 Comunicação	815 845	495 149	320 696	64,8%
6263 Seguros	1 853 213	1 958 486	-105 273	-5,4%
6265 Contencioso e notariado	5 328	6 598	-1 270	-19,3%
6266 Despesas de representação	4 378	17 455	-13 077	-74,9%
6267 Limpeza, higiene e conforto	178 654	180 694	-2 040	-1,1%
6268 Outros serviços		327	-327	-100,0%
Total	10 185 722	8 606 359	1 579 364	18,4%

Os gastos com subcontratos no valor de 3.462.539 euros, que apresentam um aumento significativo face a 2020 no valor de 408.683 euros (+13,4%), incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvol-



vimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista. De referir que, 95,2% dos gastos com subcontratos dizem respeito aos serviços de informática TOConline (incluem os serviços de *hosting*).

Euros

Rubricas	2021		2020		Variação 2020/2021	
TOConline	3 297 693	95,2%	2 856 026	93,5%	441 667	15,5%
6213 TOConline	2 720 334	78,6%	2 263 022	74,1%	457 312	20,2%
6215 Serviços de <i>hosting</i> - Claranet	321 420	9,3%	347 675	11,4%	-26 255	-7,6%
6217 Serviços de <i>hosting</i> - MEO	255 940	7,4%	245 329	8,0%	10 610	4,3%
Outros	164 846	4,8%	197 830	6,5%	-32 985	-16,7%
6211 Vinhetas	872		1 398		-526	-37,6%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	2,0%	70 689	2,3%		
6214 Serviços de Impressão - revistas	93 285	2,7%	125 743	4,1%	-32 458	-25,8%
Total	3 462 539	100,0%	3 053 856	100,0%	408 683	13,4%

Em 2021, os serviços especializados no montante de 3.060.065 euros representam 18,2% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os de honorários, inseridos nesta rubrica de serviços especializados, os gastos com maior peso em valor. Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 9,3% dos gastos totais e os gastos de honorários têm um peso de 4,4% no valor dos gastos totais.

Euros

Trabalhos especializados	2021		2020		Variação 2020/2021	
622101 Serviços de Auditoria	9 840	0,6%	9 840	0,8%		
622102 Serviços de Advocacia	36 527	2,3%	9 938	0,8%	26 589	267,5%
622103 Formadores	325 765	20,8%	252 525	20,9%	73 241	29,0%
622104 Consultores Externos	57 852	3,7%	106 802	8,9%	-48 949	-45,8%
622105 Serviços de handling	37 505	2,4%			37 505	
622106 Solicitadores	1 331	0,1%			1 331	
622107 Suporte Arquivo Electrónico	12 638	0,8%	11 324	0,9%	1 314	11,6%
622108 Envelopagem Revistas	6 760	0,4%			6 760	
622109 Serviços de Restauração	118 401	7,6%	94 353	7,8%	24 048	25,5%
622110 Brochuras Formação	21 151	1,3%	26 758	2,2%	-5 607	-21,0%
622111 Comissões/Grupos de Trabalho	29 994	1,9%	14 533	1,2%	15 462	106,4%
622113 Elaboração de Manuais de Formação	55 351	3,5%	66 427	5,5%	-11 076	-16,7%
622114 Revista IDEF	15 248	1,0%	15 248	1,3%		
622115 Serviços de informática	41 619	2,7%	50 821	4,2%	-9 202	-18,1%
622116 Serviços comunicação e imagem	172 129	11,0%	123 402	10,2%	48 727	39,5%
622117 Manuais Técnicos	79 936	5,1%	101 979	8,5%	-22 043	-21,6%
622119 Anuário Financeiro	2 829	0,2%	26 965	2,2%	-24 136	-89,5%
622119 Dia do Contabilista	15 375	1,0%	2 091	0,2%	13 284	635,3%
622119 XVIII CICA	4 257	0,3%			4 257	
622119 Conferências e eventos	800	0,1%	17 461	1,4%	-16 661	-95,4%
622119 Festa de Natal	87 286	5,6%	27 675	2,3%	59 611	215,4%
622119 25 Anos Profissão			95 914	8,0%	-95 914	-100,0%
622119 Referendo "Casa dos CC"			20 049	1,7%	-20 049	-100,0%
622119 Toalhas de Praia "Férias Fiscais"	15 786	1,0%			15 786	
622119 Eleições OCC Ato Eleitoral	47 238	3,0%			47 238	
622119 Tomada de Posse Órgãos Sociais	183 854	11,7%			183 854	
622119 Outros trabalhos especializados	37 426	2,4%	22 722	1,9%	14 704	64,7%
622120 Cédulas Profissionais	570		793	0,1%	-223	-28,1%
622121 Mailing	768				768	
622122 Datacenter + Lic. + Videoconferência	149 488	9,5%	108 028	9,0%	41 460	38,4%
Totais	1 567 724	100,0%	1 205 647	100,0%	362 077	30,0%



Os gastos com serviços especializados aumentaram 528.239 euros (+20,9%) face ao ano de 2020. Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica de serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2020, no montante de 362.077 euros (+30,0%) e também os gastos de honorários apresentam um aumento em relação ao ano de 2020, no valor de 161.775 euros (+28,1%).

Apresentamos no quadro seguinte, o detalhe dos gastos com honorários:

Euros

Honorários	2021		2020		Variação 2020/2021	
622401 Formadores	303 630	41,1%	330 200	57,3%	-26 570	-8,0%
622402 Consultoria Técnica	153 060	20,7%	74 043	12,8%	79 017	106,7%
622404 Elaboração Manuais Formação	98 533	13,3%	117 252	20,3%	-18 718	-16,0%
622406 Comissões/Grupos de Trabalho	56 225	7,6%	30 193	5,2%	26 032	86,2%
622407 Pareceres Jurídicos	17 835	2,4%			17 835	
622408 Apoio Administrativo	873	0,1%	1 811	0,3%	-939	-51,8%
622411 Solicitadores	7 521	1,0%	6 970	1,2%	551	7,9%
622412 Comunicação e Imagem	11 199	1,5%	4 885	0,8%	6 314	129,3%
622413 Assessoria jurídica	36 125	4,9%			36 125	
622410 Anuário financeiro						
622410 25 Anos Profissão			10 500	1,8%	-10 500	-100,0%
622410 Outros (valor individual < 3 000 euros)	53 209	7,2%	581	0,1%	52 627	9055,3%
Totais	738 210	100,0%	576 435	100,0%	161 775	28,1%

A rubrica artigos para oferta apresenta no ano de 2021 um valor de 432.774 euros com um aumento significativo face ao ano de 2020 de 417.696 euros (+2770,2%), sendo a diferença significativa referente à aquisição de toalhas de praia para celebração das "Férias Fiscais 2021" no valor de 323.121 euros, que foram enviadas a todos os membros.

As rendas e alugueres apresentam em 2021 um aumento de 20.159 euros (+21,7%) de gastos face a 2020, essencialmente, em alugueres de espaços e equipamentos, em virtude da realização da formação eventual em novembro e dezembro.

Euros

Rendas e alugueres	2021		2020		Variação 2020/2021	
62611 Instalações	34 420	30,5%	26 742	28,8%	7 678	28,7%
62612 Espaços	43 164	38,2%	41 878	45,1%	1 285	3,1%
62613 Equipamentos	29 994	26,5%	18 799	20,2%	11 196	59,6%
62614 Viaturas	5 450	4,8%	5 450	5,9%		
Totais	113 028	100,0%	92 868	100,0%	20 159	21,7%

As representações de Évora, Guarda, Bragança e Portalegre estão localizadas em edifícios alheios, tal como a representação de Ponta Delgada. O gasto com o aluguer de espaços e equipamentos relacionados com o funcionamento das representações, em 2021, foi de 26.698 euros.

Os gastos com comunicação no valor de 815.845 euros, apresentam um aumento de 64,8% (+ 320.696 euros) face a 2020. Este aumento deve-se ao envio das toalhas de praia com um valor de 100.427 euros e ao ato eleitoral com um valor de 171.450 euros.



Euros

Comunicação	2021		2020		Variação 2020/2021	
62621 Correio Normal	383 772	47,0%	89 531	18,1%	294 241	328,6%
62622 Correio Editorial	139 437	17,1%	166 538	33,6%	-27 101	-16,3%
62624/5/6 Telefones, internet e TV	292 637	35,9%	239 080	48,3%	53 556	22,4%
Totais	815 845	100,0%	495 149	100,0%	320 696	64,8%

Os gastos com os seguros, no valor de 1.853.213 euros, apresentam uma redução em relação a 2020 de 105.273 euros (-5,4%).

O valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil para o período de 1 de abril 2019 a 31 de março 2020 foi 1.250.000 euros, e para o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março 2021, o valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil passou para 747.600 euros, sendo esta a principal razão da redução de 223.484 euros (-26,0%) em relação ao período homólogo de 2020.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 63,9% do total dos gastos com seguros e em 2021 apresenta o valor de 1.183.985 euros, com uma variação em relação a 2020 de mais 118.292 euros (+11,1%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2020 a 31 de março de 2021 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 900.000 euros para 1.080.000 euros. Para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março de 2022 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento, ascendendo a 1.214.165 euros.

Euros

Seguros	2021		2020		Variação 2020/2021	
62631 Multi-riscos	18 301	1,0%	18 625	1,0%	-324	-1,7%
62632 Viaturas	3 355	0,2%	3 346	0,2%	9	0,3%
62633 Ramos transportes mercadorias	238		238			
62634 Responsabilidade Civil CC	635 910	34,3%	859 394	43,9%	-223 484	-26,0%
62635 Acidentes Pessoais	3 444	0,2%	3 209	0,2%	235	7,3%
63636 Saúde do CC	1 183 985	63,9%	1 065 693	54,4%	118 292	11,1%
62637 Responsabilidade Civil Profissional	7 980	0,4%	7 980	0,4%		
Totais	1 853 213	100,0%	1 958 486	100,0%	-105 273	-5,4%

12 – GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2021 e 2020 foram os seguintes:

Euros

Gastos com o pessoal	2021	2020	Variação 2020/2021	
Remunerações dos órgãos da OCC	575 384	559 330	16 055	2,9%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	128 473	125 050	3 422	2,7%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 333	2 271	62	2,8%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	8 064	8 148	-84	-1,0%
Total gastos órgãos sociais	714 255	694 799	19 456	2,8%
Remunerações do pessoal	3 384 979	3 279 205	105 774	3,2%
Encargos sobre remunerações do pessoal	696 882	689 642	7 240	1,0%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	18 639	17 289	1 351	7,8%
Seguro de saúde do pessoal	71 305	74 844	-3 539	-4,7%
Outros gastos de ação social	22 037	6 319	15 718	248,7%
Outros gastos com o pessoal	30 307	29 393	915	3,1%
Total gastos com colaboradores	4 224 150	4 096 692	127 458	3,1%
Total	4 938 405	4 791 491	146 914	3,1%



A rubrica «Outros gastos de ação social» inclui os gastos com a medicina no trabalho e com eventos para colaboradores.

A rubrica «Outros gastos com o pessoal», inclui gastos com formação e gastos com água, chá, café e similares.

Os encargos sobre remunerações, tanto dos órgãos sociais, como de colaboradores da OCC, incluem encargos em regime de acumulação por honorários no âmbito de formação ou de outros serviços, como seja a vigilância de exames.

As remunerações e demais encargos suportados com os órgãos da Ordem no período de 2021 foram os seguintes:

Euros

Membros dos órgãos sociais até 7/12/2021	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Ajudas de custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Bastonária	67 971	5 664	5 664	17 684	337	531	706	157				98 715
Paula Franco (Lisboa)	67 971	5 664	5 664	17 684	337	531	706	157				98 715
Conselho diretivo	242 056	20 505	20 224	60 509	1 205	3 189	4 237	978	7 100	5 143		365 146
Filomena Moreira (Braga)	47 966	4 270	3 989	12 538	237	533	709	129	1 792	790		72 955
Manuel Teixeira (Coimbra)	38 985	3 250	3 250	7 462	193	531	706	233	1 356	768		56 735
Jorge Barbosa (Braga)	39 317	3 250	3 250	10 335	194	531	706	211	1 475	1 605		60 873
Álvaro Costa (Coimbra)	38 985	3 250	3 250	10 146	193	531	706	189	877	702		58 830
Cristina Pena Silva (Lisboa)	38 985	3 250	3 250	10 147	193	531	705	96	42			57 200
Helena Costa (Braga)	37 818	3 235	3 235	9 881	193	531	706	121	1 557	1 278		58 555
Conselho fiscal	35 279			7 162	190	1 597	674		261			45 163
Mário Guimarães (Braga)	14 846			3 014	83	531	224		261			18 958
Mário Cabêda (Porto)	10 667			2 165	66	535	226					13 658
Sérgio Pontes (Lisboa)	9 767			1 983	41	531	224					12 546
Conselho jurisdicional	78 123	6 607	6 508	18 525	395	2 164	911					113 234
Eugénio Faca (Lisboa)	27 857	2 321	2 321	6 597	138	531	224					39 991
Luís Caetano (Viseu)	16 708	1 393	1 393	3 960	83	531	224					24 292
Rosa Santos (Braga)	16 850	1 500	1 401	4 010	91	571	239					24 661
Rita Cordeiro (Setúbal)	16 708	1 393	1 393	3 959	83	531	224					24 290
Assembleia representativa	38 867			7 890	1	5	889	846	3 888	2 398		54 784
Mesa	16 573			3 364	1	5	889	808	3 264	2 398		27 302
Pres. – Carlos Alexandre	6 850			1 390			222	69				8 531
V. Pres. – Emanuel Cordeiro	5 191			1 054			222	245	772	1 393		8 876
Raquel Pinto	4 533			920	1	5	224	260	224	439		6 606
Aníbal Sousa							222	234	2 268	566		3 290
Açores	343			70								412
Gilberto Moniz	343			70								412
Aveiro	2 023			411								2 433
Arabela Linhares	323			66								388
Carla Carvalho	342			69								411
Daniel Lopes	335			68								403
Graça Azevedo	337			68								406
João dos Reis	343			70								412
João Madalena	343			70								413
Beja	342			69								411
Luís Medeiros	342			69								411



Euros

Membros dos órgãos sociais até 7/12/2021	Venci-mento/ senhas presença	Remunerações			Seguros			Referências	Deslocações	Estadas	Ajudas de custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Braga	1 713			348								2 061
Eva Salgado	343			70								412
Horácio Ferreira	343			70								413
João Machado	343			70								412
José Rodrigues	343			70								412
Manuel Gonçalves	342			69								411
Bragança	342			69								411
Rui Costa	342			69								411
Castelo Branco	241			49								290
João Amaral	241			49								290
Coimbra	941			191					171			1 303
Diamantino da Costa	255			52					171			479
Fernando Girão	343			70								412
Marta Neto	343			70								412
Évora	686			139								825
António Nabo	342			69								411
Rui Herdadinha	344			70								414
Faro	660			134								794
Carlos Nunes	342			69								411
José Pereira	318			65								383
Guarda	343			70								412
Rosa Dias	343			70								412
Leiria	1 411			286				9	104			1 810
Alexandra Carvalho	384			78				9	104			575
António Caseiro	342			69								411
Aurélio da Silva	343			70								412
Dina Carneiro	342			69								411
Lisboa	4 565			927								5 491
António Caramelo	307			62								370
António Nunes	343			70								412
Bruno Pereira	344			70								414
Carla da Costa	129			26								156
Helena Freire	343			70								412
Lídia Vieira	131			27								157
Luís Bolas	323			66								388
Mafalda Andersen	273			55								328
Manuel Rodrigues	227			46								273
Maria da Silva	298			61								359
Maria das Neves	344			70								414
Natália Cardoso	299			61								360
Paulo Almeida	330			67								397
Rosendo José	195			40								235
Tânia Ramalho	337			68								406
Vitor Vicente	341			69								411
Madeira	169			34								204
Sérgio Jesus	169			34								204



Euros

Membros dos órgãos sociais até 7/12/2021	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Ajudas de custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Portalegre	343			70								412
Paulo Castanho	343			70								412
Porto	3 316			673					65			4 054
Alfredo Teixeira	343			70								412
Carlos Martins	342			69								411
Fernanda de Freitas	424			86					65			575
Francisco Martins	343			70								412
Hélder Branco	343			70								413
Paulo Anjos	343			70								412
Pedro Areosa	342			69								411
Romeu de Figueiredo	336			68								404
Rosa Areias	159			32								191
Vitor Oliveira	342			69								411
Santarém	1 027			208								1 235
Carlos Ferreira	343			70								412
Daniel Morgado	342			69								411
João Gomes	342			69								411
Setúbal	1 698			345								2 043
Alfredo Alves	344			70								414
João Colaço	343			70								412
Maria Marques	325			66								391
Paula Costa	344			70								414
Severino de Sousa	343			70								412
Viana do Castelo	767			156				29	283			1 235
Domingos Martins	424			86				29	283			823
Manuela Fernandes	343			70								412
Vila Real	685			139								824
António Dias	343			70								412
Rui Martins	342			69								411
Viseu	681			138								820
João Figueiral	337			68								406
Vitor Monteiro	344			70								414
Total	462 297	32 776	32 397	111 770	2 127	7 486	7 417	1 981	11 248	7 541		677 042

Euros

Membros dos órgãos sociais a partir de 7/12/2021	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Ajudas de Custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Bastonária	5 229	436	436	1 360	32	40	54	48				7 635
Paula Franco (Lisboa)	5 229	436	436	1 360	32	40	54	48				7 635
Conselho diretivo	18 754	1 160	1 160	4 369	114	235	323	311	464	765	351	28 006
Manuel Teixeira (Coimbra)	3 015	250	250	574	19	40	54	60	86	165		4 513
Jorge Barbosa (Braga)	3 679	250	250	820	22	40	54	67	164	10	283	5 639
Álvaro Costa (Coimbra)	3 015	250	250	780	19	40	54	57	86	140		4 692
Cristina Pena Silva (Lisboa)	3 015	250	250	780	19	40	54	57		25		4 490
Helena Costa (Braga)	3 015	160	160	741	19	40	54	58	127	356	68	4 798
Pedro Nuno Ferreira (V. Real)	3 015			672	17	37	51	11		70		3 875



Euros

Membros dos órgãos sociais a partir de 7/12/2021	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Ajudas de Custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Conselho fiscal	3 868			791	17	111	44	130	373	125	290	5 748
Mário Guimarães (Braga)	1 868			385	8	40	15	27	261	72	290	2 964
Raquel Pinto (Porto)	825			167	5	32	15	103	112	53		1 313
Sérgio Pontes (Lisboa)	1 175			239	4	40	15					1 472
Conselho jurisdicional	7 311	393	393	1 664	43	192	74	169	378	284	842	11 743
Eugénio Faca (Lisboa)	2 143	179	179	507	13	40	15	18				3 093
Rita Cordeiro (Setúbal)	1 292	107	107	305	8	40	15		135			2 008
Mário Cabêda (Porto)	1 292			273	7	35	13	62	243	144	270	2 340
Clara Oliveira (Leiria)	1 292			265	7	37	17				73	1 692
Luís Caetano (Viseu)	1 292	107	107	313	8	40	15	89		140	499	2 610
Assembleia representativa	5 057			1 065			68	370	3 521	867	1 893	12 841
Mesa	460			96			68	232	1 255	145	107	2 364
Pres. – Carlos Alexandre	70			14			17	16				117
V. Pres. – Emanuel Cordeiro	140			28				103	445	53		770
Aníbal Sousa							17	100	810			927
Isabel Ramalho	150			30			17	13		92		302
Rita Marques	100			23			17				107	248
Açores	140			28					158			326
Isabel Freitas	140			28					158			326
Aveiro	273			55					213			542
Arabela Linhares	100			20					107			227
Daniel Lopes	33			7								40
Andreia Almeida	40			8								48
Susana Neves	100			20					107			227
Beja	140			29					28		32	229
Luís Medeiros	40			8								48
Maria Sargento	100			21					28		32	181
Braga	440			95					479		376	1 390
Eva Salgado	120			30							292	442
Horácio Ferreira	40			8								48
Manuel Gonçalves	40			8								48
Anabela Guimarães	120			24					207		84	435
Osvaldo Neves	120			24					272			417
Bragança	140			30				18			56	244
Maria Rodrigues	140			30				18			56	244
Castelo Branco	100			24							188	312
Maria Lopes	100			24							188	312
Coimbra	240			49					69			357
Fernando Girão	40			8								48
Cristina Freire	100			20					44			164
Sílvio Vilão	100			20					25			145
Évora	40			8					0			48
António Nabo	40			8								48
Faro	180			37					19			236
Carlos Nunes	40			8								48
José Pereira	40			8								48
Lizabete Sequeira	100			20					19			139
Guarda	80			16								96
Rosa Dias	40			8								48
Amâncio Antunes	40			8								48
Leiria	200			44					53		210	507
António Caseiro	80			18							103	202



Euros

Membros dos órgãos sociais a partir de 7/12/2021	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Ajudas de Custo	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional					
Leonel Francisco	80			16					53		36	185
Vanda Sousa	40			10							71	121
Lisboa	488			100					32		32	651
António Nunes	40			8								48
Lídia Vieira	24			5								29
Maria Neves	40			8								48
Vítor Vicente	40			8								48
Ana Filipa Sá	40			8								48
Ana Apolinário	40			8								48
Daniel Albuquerque	40			8								48
Dulce Pereira	40			8					32			80
Maria Araújo	24			5								29
Mónica Marçal	40			8								48
Paulo Gomes	40			8								48
Rui Ferreira	40			9							32	81
Susana Pereira	40			8								48
Madeira	280			57					510	70		917
Ana Escórcio	140			28					510	70		748
João Ramos	140			28								168
Portalegre	175			39							188	403
Paulo Castanho	97			24							188	309
Maria Alvo	78			16								94
Porto	920			198				100	114	442	468	2 242
Carlos Martins	40			8								48
Fernanda Freitas	120			24				17	76	70		308
Vítor Oliveira	40			8								48
António Azevedo	120			25				21	38	70	54	329
Bruno Silva	120			24				21		70		236
Júlia Martins	120			24				21		70		235
Patrícia Esteves	120			29							84	233
Rui Santos	120			29				19		70	246	485
Sara Cruz	120			24						92	84	320
Santarém	160			34							91	286
Carlos Ferreira	40			8								48
Ana Silvestre	40			8								48
Manuel Ramalho	80			18							91	189
Setúbal	280			60							144	484
Alfredo Alves	40			8								48
Ana Traquino	40			8								48
Carla Pereira	80			18							98	197
Carlos Sousa	40			8								48
Manuel Matos	40			9							46	95
Maria Quendera	40			8								48
Viana do Castelo	120			24					91	70		305
António Luciano	120			24					91	70		305
Vila Real	160			32				20	500	140		853
António Dias	120			24				20	286	70		521
Maria Borges	40			8					214	70		332
Viseu	40			8								48
Angélica Fernandes	40			8								48
Total	40 218	1 988	1 988	9 249	206	578	563	1 029	4 736	2 041	3 376	65 973



O número médio de empregados durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 127 (129 em 2020).

O número de membros efetivos dos órgãos da Ordem até 7/12/2021:

- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Conselho jurisdicional: 4
- Conselho fiscal: 3
- Assembleia representativa: 87

O número de membros efetivos dos órgãos da Ordem a partir de 7/12/2021:

- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Conselho jurisdicional: 5
- Conselho fiscal: 3
- Assembleia representativa: 85

13 – Outros gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2021 e de 2020 foram os seguintes:

Outros gastos	2021	2020	Variação 2020/2021	
6811 Impostos diretos	37 537	36 045	1 492	4,1%
6812 Impostos indiretos	1 419	1 418		
6813 Taxas	3		3	
6871 Abates – ativos fixos tangíveis	2 194		2 194	
6881 Correções relativas a períodos anteriores	24 755	34 772	-10 017	-28,8%
6882 Donativos	3 170	1 260	1 910	151,6%
6883 Quotizações	214 845	230 381	-15 536	-6,7%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	110	241	-131	-54,3%
6888 Outros	1	3	-2	-65,1%
Totais	284 034	304 120	-20 086	-6,6%

Euros

As quotizações com outras instituições são a rubrica que apresenta valor mais significativo em «outros gastos» e corresponde às contribuições pagas às entidades seguintes:

Quotas em Outras Instituições	2021	2020
IFAC – International Federation of Accountants	162 639	175 321
EFAA – European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500
FCM – Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	5 906	8 860
CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América	4 000	4 000
CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500
ACCA	2 200	2 200
SEDES	100	
Total	214 845	230 381

Euros

14 – OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 – Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «Estado e outros entes públicos» apresentava a seguinte decomposição:



Euros

Estado e outros entes públicos	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS		
Imposto sobre o rendimento a receber	14	101
Imposto sobre o valor acrescentado	19 278	19 278
Total do ativo	19 292	19 379
PASSIVOS		
Imposto sobre o rendimento	312	116
Retenção de impostos sobre o rendimento	72 562	80 581
Imposto sobre o valor acrescentado	74 547	55 829
Contribuições para a segurança social	96 179	93 675
Fundo de compensação do trabalho	612	574
Total do passivo	244 213	230 775
Total líquido	224 921	211 396

14.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de «diferimentos» apresentava a seguinte decomposição:

Euros

Diferimentos	31/12/2021	31/12/2020
ATIVOS		
Gastos a reconhecer		
Contratos de manutenção <i>software</i>	18 282	12 975
Material de economato	30 156	6 459
Outros		
Aluguer de salas		
Seguro de doença	44 671	47 530
Seguro de responsabilidade civil CC		62 300
Seguro de Saúde CC		91 544
Serviços de alojamento informático (<i>hosting</i>)		28 973
Quotizações de Organizações Internacionais	38 257	37 500
Licenciamento <i>blackboard-e-learning</i>	18 663	12 587
Seguros diversos	16 262	15 824
Agendas 2022	147 844	
Evento IPSASB	16 328	
Deslocações e estadas	1 841	
Renda 1.º Maio	500	
Outros	340	5 599
Total do ativo	333 145	321 291
PASSIVOS		
Rendimentos a reconhecer		
Formação, Taxas de Exame a CC e rendas	142 673	259 933
Licenças <i>TOConline</i>	1 857 721	1 574 214
Total do passivo	2 000 394	1 834 147

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeitos durante o período de 2022.



14.3 – Fluxos de caixa:

14.3.1 – Divulgação dos recebimentos e pagamentos brutos:

O saldo em caixa e bancos corresponde a 2.393.936 euros, valor apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2021, dos quais 893.936 euros respeitam a caixa e depósitos à ordem e 1.500.000 euros a depósitos a prazo (nota 10.4).

Euros

Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado	
	Real													
Recebimentos	2 724 134	1 345 754	1 632 953	2 084 293	966 304	1 113 052	2 018 434	1 044 357	1 192 776	1 830 052	1 319 588	1 526 022	18 797 717	
Quotas Recebidas	1 623 112	491 042	706 971	1 298 330	309 100	538 817	1 319 591	381 236	560 733	1 196 295	394 065	705 946	9 525 237	
Ações Formação	89 468	56 499	82 349	48 287	35 743	33 692	17 514	17 521	65 878	71 146	335 910	29 501	883 508	
Outras Receitas	939 364	726 803	751 986	659 492	538 843	477 147	592 805	553 679	503 436	494 302	510 592	636 016	7 384 464	
Fundo de pensões	72 190	71 410	91 647	78 184	82 618	63 396	88 524	91 921	62 729	68 309	79 021	154 559	1 004 508	
Pagamentos	1 097 723	1 501 168	1 592 537	1 501 558	1 876 977	1 993 787	2 055 187	1 333 795	1 499 391	1 159 383	1 731 239	2 496 592	19 839 339	
Seguros	0	219 882	113 289	205 206	102 861	103 794	338 347	53 398	303 821	102 861	160 871	102 861	1 807 190	
Fornecedores C/C	542 867	789 191	760 655	702 630	621 204	710 827	819 515	666 424	638 966	517 964	734 985	1 286 716	8 791 942	
Fornecedores de Investimentos	2 891	289	18 425	12 175	16 911	17 013	217 123	1 483	53 518	35 188	12 140	77 158	464 314	
Outros Credores (SAFT)	3 557	26 109	1 066	147				185		294			31 357	
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	350 062	335 055	366 197	367 368	353 303	488 310	484 959	335 179	336 469	338 941	545 145	515 627	4 816 616	
Impostos	59 438	13 860	85 699	63 222	67 319	53 738	43 861	62 347	40 817	24 645	51 506	44 296	610 749	
Pagamentos diversos	4 628	4 822	16 320	14 063	12 056	7 011	5 317	2 309	11 585	11 647	22 686	14 724	127 168	
Membros – Fundo social	9 865	9 584	10 146	10 037	10 037	9 249	9 249	9 249	10 051	10 795	10 489	10 586	119 334	
Entregas Fundo pensões	85 292	84 887	106 924	92 336	96 620	77 398	102 526	105 923	76 731	82 311	92 223	168 361	1 171 528	
Financiamentos	11 393	3 120	86 346	11 407	78 077	11 414	11 418	78 089	11 428	11 431	78 102	11 443	403 667	
Aplicação Financeira					500 000	500 000							250 000	1 250 000
Outros Gastos Financeiros	27 731	14 370	27 470	22 969	18 591	15 033	22 871	19 211	16 005	23 306	23 093	14 822	245 473	
Balanço Mês	1 626 411	-155 414	40 415	582 734	-910 674	-880 735	-36 753	-289 438	-306 615	670 669	-411 652	-970 570	-1 041 622	
Saldo inicial a 1/1/2021: 1 935 557	3 561 968	3 406 554	3 446 970	4 029 704	3 119 030	2 238 295	2 201 542	1 912 104	1 605 489	2 276 158	1 864 506	893 936		
Caixas (Sede e Representações)	7 763	7 751	7 175	7 089	7 389	7 888	7 678	7 900	7 529	6 874	6 878	7 600		
Novo Banco	312	306	299	292	290	283	276	269	263	256	249	242		
Caixa Geral de Depósitos 1	11 696	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573	11 573		
Caixa Geral de Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908		
Caixa Geral de Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572		
Banco Comercial Português 1	1 402 378	1 223 191	1 329 459	1 624 619	637 324	740 543	276 400	76 273	263 828	649 016	166 458	40 272		
Banco Comercial Português 2	92 343	94 859	95 586	97 498	99 535	101 561	103 718	105 816	107 889	110 034	112 990	115 323		
Banco Comercial Português 3	24 081	30 176	37 646	47 249	54 771	63 046	72 100	38 780	6 362	14 587	20 564	2 981		
Banco BPI, SA	56 485	52 798	30 671	13 767	47 137	26 649	53 774	37 176	43 205	25 739	54 004	37 146		
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	83 905	83 905	11 288	11 288	19 142	19 142	89 142	17 070	17 070	17 070	25 279	25 279		
Banco Santander Totta	15 763	15 746	18 361	23 765	26 697	28 821	33 877	42 171	46 301	46 883	49 832	53 746		
Bankinter	1 823 760	1 842 770	1 861 431	2 149 084	2 171 692	1 195 308	547 482	562 944	78 588	365 146	382 007	52 353		
Acumulado Mês	3 561 968	3 406 554	3 446 970	4 029 704	3 119 030	2 238 295	2 201 542	1 912 104	1 605 489	2 276 158	1 864 506	893 936	893 936	

14.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:



Euros

Fundos patrimoniais	31/12/2021	31/12/2020
Fundos	20 730 266	20 390 335
Resultados transitados	38 321	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	129 922	123 164
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	205 629	466 768
Total	21 124 138	21 038 587

De salientar que, durante o período de 2021, 40 membros beneficiaram do fundo social de solidariedade, no total de 120.078 euros. No período de 2020, beneficiaram deste fundo 43 membros, totalizando 126.836 euros.

14.5 – Fundo de pensões

Na rubrica «Outros passivos correntes» (nota 10.2) mantém-se reconhecido o montante de 250.000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões.

Para fazer face aos compromissos assumidos no passado relativamente ao fundo de pensões, em junho de 2018, foi efetuada uma aplicação a prazo no Banco Millennium BCP no montante de 250.000 euros. Atendendo a que o fundo de pensões será objeto de avaliação, em 2021 a OCC considerou prudente manter o valor retido na aplicação a prazo até que o processo de avaliação se conclua.

14.6 – Divulgações exigidas por diplomas legais

O conselho diretivo informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o conselho diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Em 2020 e 2021, os honorários dos revisores oficiais de contas ascenderam a 8.000 euros, IVA excluído, referentes a serviços de revisão legal de contas.

14.7 – Impacto ao nível dos rendimentos e gastos da pandemia Covid-19

14.7.1 – Rendimentos

Em 2021, os serviços prestados referentes à formação apresentam um valor de 789.653 euros, com uma variação positiva em relação a 2020 no valor de 145.614 euros (+22,6%) e uma redução muito significativa face ao orçamento de 1.219.027 euros (-60,7%) decorrente do impacto da situação de pandemia, que limitou a possibilidade de realização de formações presenciais.

As ações de formação OCC tinham em 2019 um peso relevante de 17,2% na totalidade dos rendimentos da Ordem. Em 2020, o peso da prestação de serviços de formação passa para 4,1% e em 2021 o sobe ligeiramente em relação a 2020 para 4,6%. A formação eventual apresenta um valor de 213.718 euros, com menos 121.199 euros (-36,2%) em relação a 2020 e menos 1.162.282 euros (-84,5%) face ao valor orçamentado. A formação segmentada apresenta o valor de 23.800 euros, menos 20.844 euros (-46,7%) em relação a 2020 e menos 127.688 euros (-84,3%) face ao valor orçamentado. A formação à distância /plug-in apresenta um valor de 534.060 euros, mais 269.582 euros (+101,9%) em relação a 2020 e mais 156.588 euros (+41,5%) face ao valor orçamentado.

No dia 1 de março de 2021, a Ordem iniciou uma formação temática intitulada «Descomplicar na Hora». Desde o dia 1 de março até 31 de dezembro de 2021, a Ordem realizou cento e nove formações «Descomplicar na Hora» com 9.741 inscrições no valor total de 48.705 euros, tendo sido reembolsado aos membros participantes na formação 38.695 euros.

14.7.2 – Gastos

O efeito mais significativo da redução dos gastos está diretamente relacionado com a atividade de formação profissional dos membros, cuja quebra é o resultado do impacto e das medidas emergentes, implementadas pela Ordem derivadas da situação de Covid-19.

O valor dos gastos com os trabalhos especializados e honorários referentes à formação profissional apresenta em 2021 um valor de 853.493 euros, registando uma diminuição de 34.021 euros (-3,8%) em relação a 2020, e um desvio de menos 610.165 euros (-41,7%) face ao valor orçamentado.

Rubricas	2021	2020	Variação 2020/2021		Orçamento 2021	Desvio face ao orçamento	
6221 Trabalhos especializados	451 330	440 062	11 267	2,6%	695 957	-244 627	-35,1%
622103 Formadores e autores manuais	381 116	318 952	62 164	19,5%	533 713	-152 597	-28,6%
622109 Serviços de Restauração	49 063	94 353	-45 290	-48,0%	133 307	-84 245	-63,2%
622110 Brochuras – Formação	21 151	26 758	-5 607	-21,0%	28 936	-7 785	-26,9%
6224 Honorários	402 163	447 451	-45 288	-10,1%	767 701	-365 538	-47,6%
622401 Formadores e autores manuais	402 163	447 451	-45 288	-10,1%	767 701	-365 538	-47,6%
Totais	853 493	887 513	-34 021	-3,8%	1 463 658	-610 165	-41,7%

Em 2021, a rubrica de artigos para oferta inclui o valor de 97.231 euros referente às máscaras enviadas aos membros, sendo o valor total suportado com o envio de máscaras de proteção Covid-19 de 106.243 euros.

Máscaras Covid-19	Valor
62210 Serviços especializados – Trabalhos especializados – Serviços de handling	2 783,82
62341 Materiais – Artigos para oferta	97 231,04
62621 Serviços diversos – Comunicação – Correio	6 227,67
Total	106 242,53

Os gastos de energia e fluídos, onde se incluem a eletricidade, água e combustíveis, apresentam em 2021 um valor de 123.663 euros, com uma variação de menos 3.605 euros (-2,8%) em relação a 2020 e um desvio de menos 41.565 euros (-25,2%) face ao orça-



mentado, o que é explicado pelo menor fluxo de atividades presenciais em resultado do impacto e das medidas implementadas pela Ordem em consequência da situação de pandemia.

Os gastos de deslocações e estadas, em 2021, apresentam um valor de 104.003 euros, com um ligeiro aumento em relação ao período homólogo de 14.171 euros (+15,8%) e uma redução de 104.913 euros (-50,2%) face ao valor orçamentado, devido à quebra acentuada das atividades presenciais, que teve início em março de 2020, na sequência da Covid-19.

As rendas e alugueres apresentam em 2021 um valor 113.028 euros, mais 20.159 euros de gastos face a 2020 (+21,7%) e menos 115.028 euros (-50,4%) que o valor orçamentado para 2021, devido à baixa realização de eventos presenciais.

Para além dos impactos já referidos no âmbito da Covid-19, salientamos o incremento nos fornecimentos e serviços externos do valor de 119.270 euros. O valor referido inclui para além das máscaras de proteção Covid-19 já referidas na rubrica de ofertas, o valor de 13.028 euros referentes a gastos de conservação e limpeza.

Em 2021, os gastos com o pessoal incluem o valor de 17.122 euros relacionado diretamente com as medidas Covid-19 de proteção aplicadas pela Ordem, estando inserido neste valor o montante de 16.765 euros referente à realização de testes antigénio.

14.8 – Provisões e passivos contingentes

Nos períodos de 2021 e 2020, não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que satisfizesse ou satisfaça os respetivos critérios de reconhecimento previstos no §13 da NCRF 21 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2020, foi apresentada por um prestador de serviços uma ação judicial no Tribunal Administrativo de Lisboa, no âmbito da execução das empreitadas nas instalações da OCC, quer na cidade do Porto, quer na sede em Lisboa, na qual vem reclamar a quantia global de cerca de 340.000 euros. A OCC apresentou contestação devidamente fundamentada, não existindo ainda uma previsão de data para a realização de julgamento.

Face ao estado dos autos e à prova apresentada até à presente data, tendo por base a opinião jurídica dos advogados da OCC, considera-se de probabilidade baixa a condenação da Ordem na presente ação. Consequentemente, face à evidência disponível, não estão reunidos os critérios de reconhecimento, não tendo sido constituída qualquer provisão no período.

No final de 2019 foi apresentada uma ação judicial no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com um pedido de 120.000 euros. Está em causa o cumprimento de um contrato sinalagmático, com condições expressas e calendarizadas para cada uma das par-



tes, que consideramos ter sido escrupulosamente cumprido pela Ordem. Não prevemos um desfecho desfavorável do processo.

Para além do exposto, à data de relato, não são conhecidos quaisquer outros passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo monetário futuro para a Ordem.

14.9 – Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

14.10 – Informação adicional Covid-19

A Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia no dia 11 de março de 2020, e ainda não tem o seu fim à vista.

Conforme referido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022, de 6 de janeiro, a evolução recente da situação epidemiológica causada pelo vírus SARS-CoV-2 e pela doença Covid-19 tem originado uma realidade em que apesar de se verificar o agravamento dos indicadores de incidência e transmissibilidade do vírus, de certa forma a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido garantida, devido sobretudo à elevada taxa de vacinação e ao cumprimento das medidas de prevenção em vigor desde 1 de dezembro de 2021. Mas apesar disso, a incerteza a respeito da evolução da pandemia exige cautela e prudência na adoção de medidas que procurem combater o agravamento da situação epidemiológica.

O trabalho do contabilista certificado não pode parar, e a Ordem e os seus colaboradores estão e estarão sempre disponíveis, para responder, ajudar e acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades dos seus membros. Toda a atenção dispensada aos membros está em constante processo de melhoria.

Com grande esforço e dedicação, a Ordem tem conseguido diminuir assinalavelmente o tempo médio de resposta aos membros. Enquanto que em 2018, o prazo médio de resposta da Pasta CC era de 14 dias, no ano de 2021 foi de 5 dias. A celeridade na obtenção da resposta é fundamental para um bom serviço aos membros e no sentido de melhorar continuamente o apoio prestado, no início de janeiro de 2022, os prazos máximos de resposta da Pasta CC foram diminuídos, em média para metade do tempo anteriormente previsto.

Em 2022, a Ordem continua a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia Covid-19, assegurando o pleno cumprimento das orientações da DGS. O equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas foi conseguido com o esforço adicional de manutenção da maior contenção dos gastos, garantido o foco principal na prestação do melhor serviço aos membros.



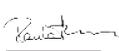
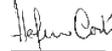
Uma crise oferece sempre uma ímpar oportunidade de transformação, e os contabilistas certificados, ao longo do período de crise pandémica têm sabido responder às oportunidades emergentes e conseguido criar um impacto muito positivo no apoio às empresas. Continuarão a contar com o apoio da Ordem, que disponibiliza os melhores esforços, meios e recursos para que o Contabilista Certificado possa dispor de todas as ferramentas para alavancar as suas competências e valor o seu papel de agente na recuperação sustentável e da economia.

Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público, associados ao benefício público das empresas e de toda a sociedade em geral. Hoje, mais que nunca, podem os contabilistas certificados ser os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil, sendo a sua ação um sinal de esperança e ânimo para todos.

14.11 – Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo conselho diretivo e autorizadas para emissão em 11 de fevereiro de 2022.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2022

CC 7605	O conselho diretivo						
	Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
							
Ana Teresa Pina	Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Helena Costa	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira





XIV. RELATO NÃO FINANCEIRO

NOTA PRÉVIA

De acordo com o compromisso assumido pelo atual conselho diretivo referido no ponto 2 do capítulo XI do plano de atividades para 2021, pretende-se dar cumprimento à ação prevista de *“desenvolver o relato integrado da Ordem em 2021, com informação financeira e não-financeira, com referências de desempenho não financeiras relevantes para a atividades da Ordem, incluindo informações sobre questões ambientais e questões relativas aos colaboradores”*.

A responsabilidade social das instituições, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais e ambientais, é uma peça importante do relato, contribuindo decisivamente para a análise do desempenho e impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade e para o reforço da confiança.

Apesar de a Ordem não estar sujeita à aplicação do decreto-lei n.º 89/2017, de 28 julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, é intenção do conselho diretivo divulgar informação relativa às áreas sociais e ambientais.

XIV.a Modelo de Governação

A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, cuja redação em vigor consta vertida na Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro (Estatuto da OCC e Código Deontológico dos Contabilistas Certificados). A Ordem representa os profissionais que, nos termos dos Estatutos e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de contabilista certificado.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, pela Lei n.º 2/2013 que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e princípios gerais de direito administrativo quanto à sua organização interna, pelas normas e pelos princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 45, Lisboa e possui 19 representações permanentes em todo o território nacional nos distritos de Vila Real, Braga, Porto, Aveiro, Viseu, Coimbra, Leiria, Santarém, Castelo Branco, Setúbal, Faro, Évora, Guarda, Bragança, Portalegre, Beja, Viana do Castelo e nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A representação de Beja, cujo contrato de arrendamento foi realizado em 2021, aguarda a cerimónia de inauguração, embora já esteja em funcionamento. No dia 5 de julho de 2021 foi adquirido o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando prevista a sua inauguração assim que as obras de remodelação estejam concluídas.

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competência que pretende o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: - Assembleia representativa; - Assembleia geral eleitoral; - Bastonário; - Conselho diretivo; - Conselho jurisdicional; e - Conselho fiscal.

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de contabilista certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não violando, em momento algum, tais normativos, devendo sempre ser um exemplo mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.



Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de contabilista certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade. Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, nunca podendo esquecer, entre outras, a sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e subsidiariamente, para com a sociedade civil.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas e informações sobre o seu estado financeiro, estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol dos contabilistas certificados.

Sendo a Ordem uma voz ativa, interventiva, séria e respeitada pela classe política, é importante que continue a ser auscultada nos processos legislativos e na criação de mecanismos de responsabilidade pelo poder político.

Um dos mais influentes agentes no exercício da profissão de contabilista certificado é a Autoridade Tributária e Aduaneira. A excessiva burocratização procedimental, interpretações legislativas opostas à jurisprudência e doutrina e dificuldade no acesso às suas plataformas, são três meros exemplos dos problemas com que os profissionais, no dia-a-dia da profissão, se deparam e que, em muito, obstaculizam o desejado rendimento e produtividade dos contabilistas certificados. Cientes dos existentes problemas e do tremendo impacto dos mesmos junto dos seus membros, a Ordem aloca num processo contínuo muitos dos seus recursos na promoção de uma Autoridade Tributária e Aduaneira mais ágil, compreensível, competente e qualificada, dotada de melhores condições e conhecimentos técnicos.

Os contabilistas certificados criam valor acrescentado para os empresários e são um elo crucial no crescimento da economia global, merecendo todo o respeito e reputação por parte dos vários intervenientes com que trabalham. Por um maior respeito e dignificação profissional, a Ordem trabalha em contínuo com esses mesmos intervenientes, pugnando sempre, pela qualidade profissional dos seus membros.

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. É através dos contabilistas certificados e do seu profícuo trabalho que as demonstrações financeiras dos contribuintes adquirem fé pública junto da sociedade civil, permitindo que a nossa economia funcione com confiança e certeza. Junto da sociedade civil, segundo dados obtidos pelas mais variadas entidades, os contabilistas certificados, bem acima da média das outras profissões,



são vistos como uma profissão de confiança, uma profissão na qual a sociedade civil e tecido empresarial depositam certezas de qualidade, competência, rigor, transparência e respeito pelos mais rigorosos princípios éticos.

Os contabilistas certificados, ao longo dos últimos tempos, vivendo uma crise pandémica sem precedentes têm sabido responder às oportunidades emergentes e conseguido criar um impacto positivo no apoio às empresas. O papel dos contabilistas certificados for reforçado em Portugal e no mundo. Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público. Hoje, são os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil. Ultrapassados os mais complicados obstáculos, mostramos uma vez mais a resiliência e determinação de uma classe profissional que no dia a dia se supera e ultrapassa os desafios reforçando o seu interesse público e papel junto da economia, governo, poder político e sociedade civil. A Ordem disponibiliza os melhores esforços, meios e recursos para que o Contabilista Certificado possa dispor de todas as ferramentas e formas de assegurar ativamente a recuperação da economia.

A) ÓRGÃOS SOCIAIS

a1) Até 7 de dezembro 2021 – mandato 2018–2021

Relativamente ao mandato que terminou em 07 de dezembro de 2021, apresentamos a estrutura dos Órgãos Sociais, constituída por 101 membros, distribuída por Órgão, género e localidade, conforme os quadros que se seguem:

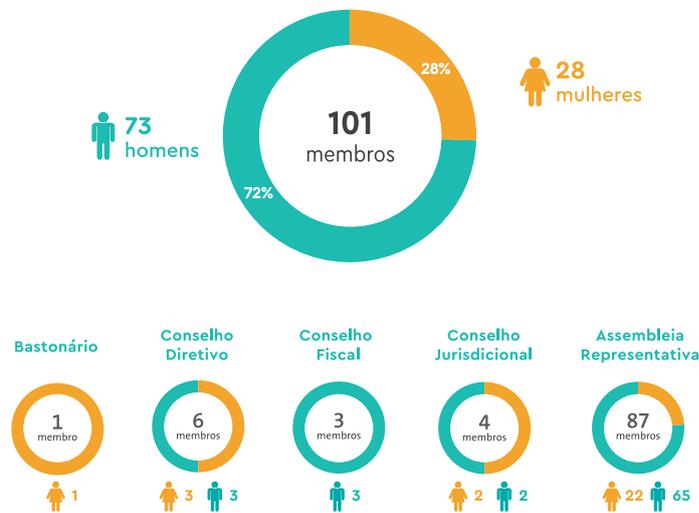
Órgãos Sociais da OCC até 7 dezembro 2021	Mulheres		Homens		Total	
Assembleia representativa	22	22%	65	64%	87	86%
Bastonária	1	1%			1	1%
Conselho diretivo	3	3%	3	3%	6	6%
Conselho fiscal			3	3%	3	3%
Conselho jurisdicional	2	2%	2	2%	4	4%
Total geral	28	28%	73	72%	101	100%

Localidade	Assembleia representativa	Bastonária	Conselho diretivo	Conselho fiscal	Conselho jurisdicional	Total
Açores	2					2
Aveiro	6					6
Beja	2					2
Braga	6		3	1	1	11
Bragança	2					2
Castelo Branco	2					2
Coimbra	3		2			5
Évora	2					2
Faro	3					3
Guarda	2					2
Leiria	4					4
Lisboa	20	1	1	1	1	24
Madeira	2					2
Portalegre	2					2
Porto	14			1		15



Localidade	Assembleia representativa	Bastonária	Conselho diretivo	Conselho fiscal	Conselho jurisdicional	Total
Santarém	3					3
Setúbal	6				1	7
V. Castelo	2					2
Vila Real	2					2
Viseu	2				1	3
Total	87	1	6	3	4	101

Distribuição género dos órgãos sociais até 7 de dezembro de 2021



Durante o ano de 2021 e até 7 de dezembro, registaram-se as seguintes ocorrências:

Membros da assembleia representativa (AR): saídas: 1; entradas: 1

Tomou posse na assembleia de 9 de julho, a representante por Lisboa, Lídia Isabel Ferreira Vieira C.C. 9.320, em substituição do representante, Brás José de Sousa Gonçalves Pires C.C. 22.530, por demissão.

Em substituição do representante Fernando Pêga Magro C.C. 2.880, por extinção de mandato em 2019, não foi possível até à assembleia de 9 de julho a tomada de posse do representante da Guarda, pelo que a mesma não se concretizou no mandato que terminou a 7 de dezembro de 2021.

Membros do conselho diretivo: saídas: 1; entradas: 1

Tomou posse o membro do conselho diretivo, Helena Cristina Almeida da Costa C.C. 41.071, por demissão do membro do conselho diretivo, José Pedro Ganchos Farinha C.C. 15.886.



a2) Após 7 de dezembro 2021 – mandato 2022–2025

Seguidamente, apresentamos a estrutura dos Órgãos Sociais da OCC, empossados em 7 de dezembro de 2021, constituída por 100 membros:

- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Conselho jurisdicional: 5
- Conselho fiscal: 3

Assembleia representativa: 85 (82 efetivos em 31 de dezembro de 2021)

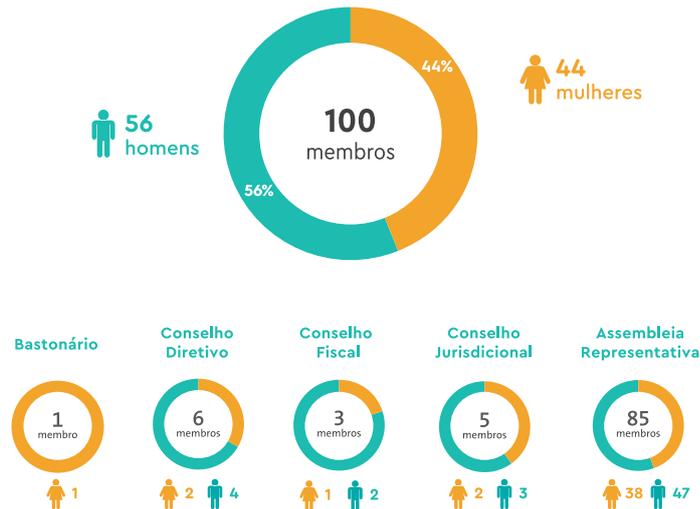
Apresentamos a estrutura distribuída por órgão, género e localidade, conforme os quadros que se seguem:

Órgãos Sociais da OCC após 7 dezembro 2021	Mulheres		Homens		Total	
Assembleia representativa	38	38%	47	47%	85	85%
Bastonária	1	1%			1	1%
Conselho diretivo	2	2%	4	4%	6	6%
Conselho fiscal	1	1%	2	2%	3	3%
Conselho jurisdicional	2	2%	3	3%	5	5%
Total geral	44	44%	56	56%	100	100%

Localidade	Assembleia representativa	Bastonária	Conselho diretivo	Conselho fiscal	Conselho jurisdicional	Total
Açores	2					2
Aveiro	6					6
Beja	2					2
Braga	6		2	1		9
Bragança	2					2
Castelo Branco	2					2
Coimbra	3		2			5
Évora	2					2
Faro	3					3
Guarda	2					2
Leiria	4				1	5
Lisboa	19	1	1	1	1	23
Madeira	2					2
Portalegre	2					2
Porto	13			1	1	15
Santarém	3					3
Setúbal	6				1	7
V. Castelo	2					2
Vila Real	2		1			3
Viseu	2				1	3
Total	85	1	6	3	5	100



Distribuição género dos órgãos sociais a partir de 7 de dezembro de 2021



Em relação aos novos membros da assembleia, 77 membros tomaram posse no dia 7 de dezembro de 2021 e 5 membros tomaram posse na assembleia do dia 17 de dezembro de 2021, abaixo discriminado:

- António Cerejo Moreira Caseiro C.C. 280, Círculo Eleitoral de Leiria
- Lúcia Isabel Ferreira Vieira C.C. 9.320, Círculo Eleitoral de Lisboa
- Maria Deotilde Jesus Mateus Videira de Araújo C.C 30.499, Círculo Eleitoral de Lisboa
- Pedro Nuno Ramos Roque C.C. 59.031, Círculo Eleitoral de Lisboa
- Maria Ana Mourão Sargento C.C. 26.301, Círculo Eleitoral de Beja

À presente data ainda não tomaram posse os seguintes representantes:

- Rosa Branca Pinto Areias C.C. 44.942, Círculo eleitoral do Porto
- Rui Jorge Saavedra Magalhães C.C. 2.169, Círculo eleitoral do Porto
- Ana Margarida Mochila Melro Barreto C.C. 81.998, Círculo eleitoral de Évora

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Ordem, enquanto associação pública profissional é, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, uma entidade adjudicante sujeita às regras da contratação pública. Desta forma, a Ordem pretende cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão, transparência e otimização das suas finanças. Neste sentido, mesmo quando não obrigados à realização de procedimentos contratuais de contratação pública, a Ordem nunca dispensa o escrupuloso cumprimento das regras do Código da Contratação Pública.

A melhor eficiência na contratação, mesmo nos tempos difíceis da crise pandémica, em que a celeridade é fundamental para uma resposta efetiva e em tempo útil, é um esforço



concretizado com ganhos que são canalizados exponencialmente para o apoio técnico e social aos contabilistas certificados.

Contratar bem, com transparência, com o melhor preço e qualidade, com a melhor alocação e eficiência dos recursos disponíveis da Ordem, sempre foi o cunho do atual conselho diretivo. Cada cêntimo conta para prestação do serviço de excelência aos membros, e só assim, com a mais rigorosa das gestões, foi possível, melhorar substancialmente a saúde financeira da Ordem.

A Ordem, desde 2018, publica no seu site todos os procedimentos de contratação pública. Esse compromisso concretiza-se com a divulgação para todos os membros das ligações de duas plataformas no âmbito da contratação pública:

Principais números

Procedimentos	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Concursos públicos	15	6	17	10	9	20
Ajustes diretos	350	163	257	239	100	191
Consulta prévia			3	14	11	7
Total	365	169	277	263	120	218

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO

Criado em setembro de 2018, o serviço de mediação de conflitos é um veículo na construção de melhores relações entre os contabilistas certificados e entre estes e os seus clientes. Pela via da alocação de meios da Ordem, que eficazmente tutelem os seus diferentes interesses e os ajudem a dirimir eventuais conflitos, com a maior brevidade possível, privilegia-se a obtenção de um acordo entre as partes em detrimento do tradicional procedimento e instrução disciplinar. Apostando na proximidade, informalidade e cooperação entre as partes e os mediadores nomeados pela Ordem, pretende-se não só a resolução célere de litígios, mas também a fortificação da relação de confiança dos contabilistas certificados na Ordem, enquanto entidade garante dos seus interesses, direitos e expectativas.

Os dados conhecidos e a seguir apresentados, referentes ao período de setembro de 2018 a dezembro de 2021, evidenciam o sucesso deste serviço, conseqüentemente, promovendo por um mais rigoroso cumprimento dos direitos e deveres éticos e deontológicos dos contabilistas certificados, matéria essencial para o aumento da reputação e dignificação dos profissionais, junto do tecido empresarial e sociedade civil.

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2018	2019	2020	2021
Atendimento presencial	n/d	166	29	22
Atendimento telefónico	599	2129	3 865	3 243

Participações	2018	2019	2020	2021
Recebidas	203	654	722	804
Por responder no final do ano	38	198	68	330
Conflitos solucionados	92	456	504	565
Conflitos reencaminhados para o Departamento Disciplinar	66	179	179	256
Anuladas/Duplicações	7	13	19	1



PRÁTICAS E MEDIDAS - COVID-19

A pandemia originou uma incerteza sem precedentes quanto ao futuro, com muitos riscos desconhecidos ou não totalmente compreendidos. Por isso temos de planear de forma flexível, com elasticidade e agilidade, por forma a tomar medidas sempre que necessário, de forma imediata, adotando novos rumos e orientações.

O aumento exponencial, desde o início do ano de 2021, do número de casos positivos de Covid-19, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus, e no dia 15 de janeiro, Portugal entrou novamente em confinamento.

Entre o dia 14 de janeiro e 16 de abril, os serviços presenciais da Ordem encerraram, na sede de Lisboa, nas instalações do Porto e em todas as representações. Tratou-se de uma reedição, muito similar, do confinamento ocorrido em março e abril de 2020, que acarretou constrangimentos e as necessárias adaptações ao funcionamento da Ordem. De forma a dar cumprimento ao decidido pelo governo, os colaboradores da Ordem regressaram ao regime de teletrabalho.

No dia 19 de abril, a Ordem reabriu os seus serviços, para atendimento administrativo presencial. Também a remodelada biblioteca, na sede de Lisboa, passou a estar disponível para os membros. O atendimento técnico continuou a ser prestado telefonicamente, através do *call center*, ou por escrito, via Pasta CC, tendo a sua disponibilização presencial ocorrido a 3 de maio. Em Lisboa, o atendimento jurídico e do TOConline foram reabertos presencialmente no dia 3 de maio. Tratou-se de uma iniciativa da Ordem para estar mais próxima dos seus membros garantindo o cumprimento de todas as regras sanitárias da DGS, para segurança de colaboradores e profissionais.

Estas alterações significam uma atenção reforçada aos contabilistas certificados. O atendimento telefónico foi reforçado, assim como o esforço para dar resposta às questões dos membros colocadas através da Pasta CC no mais curto espaço de tempo possível.

O trabalho do contabilista certificado não pode parar, pelo que a Ordem e os seus colaboradores sempre estiveram e estarão disponíveis para responder, ajudar, acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades dos seus membros.

Em 2021, a Ordem continua a aplicar os planos de contingência, associados às condições da evolução da pandemia, assegurando o pleno cumprimento das orientações da Direção-Geral de saúde (DGS). O equilíbrio económico e financeiro sustentável das suas contas, conseguido com esforço adicional de manutenção da maior contenção dos gastos, garantindo o foco fundamental da prestação do melhor serviço aos membros.

Como forma de acautelar a segurança e o bem-estar dos membros, dos colaboradores da Ordem e público em geral, na fase de propagação acelerada da pandemia, o conselho diretivo da Ordem decidiu suspender as reuniões livres previstas para todo o país desde o mês de março de 2020. Manteve-se a transmissão via *streaming*, através do canal *Youtube* da Ordem, das reuniões livres todas as semanas, até ao momento atual, num formato ligeiramente distinto do habitual, sem público, e em horário alargado.



No dia 26 de junho de 2020 foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre a ferramenta colaborativa da Ordem, *TOConline*, transmitida no canal da Ordem no *Youtube*. Começaram a ser realizadas reuniões livres, em que à semelhança do que acontece com as reuniões livres convencionais, podem ser previamente colocadas questões, as quais são respondidas no decorrer das reuniões. Estas reuniões livres do *TOConline* são realizadas às sextas-feiras, de quinze em quinze dias.

Desde o dia 2 de fevereiro de 2021, e sempre na primeira terça-feira de cada mês, a Ordem, com o apoio do governo regional dos Açores, promove uma reunião livre exclusivamente dedicada às questões colocadas pelos membros do arquipélago. Desde julho de 2021 estas reuniões livres passaram a realizar-se com a Madeira também na primeira terça-feira de cada mês.

O exame de avaliação profissional agendado para o dia 6 de fevereiro de 2021 foi adiado para 20 de março, devido ao agravamento da situação pandémica. O exame de avaliação profissional, do dia 20 de março, foi realizado mediante o cumprimento rigoroso das normas de segurança previstas pela DGS. Nos dias 29 de maio e 30 de outubro, foram realizados o segundo e terceiro exame de avaliação profissional de 2021. Desde o dia 1 de fevereiro de 2021, a Ordem disponibilizou no seu sítio da internet a funcionalidade que permite o pagamento online da inscrição do exame de avaliação profissional, meio preferencial, considerando o atual contexto pandémico.

A Ordem tem disponível, desde 18 de setembro de 2020, um novo modelo de formação denominado formação *plug-in*. Trata-se de uma vertente de formação que se pretende moderna, interativa e adaptada aos constrangimentos provocados pelo contexto pandémico em que vivemos.

POLÍTICAS DE SERVIÇO PÚBLICO PARA BOAS PRÁTICAS DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) "Férias fiscais" 2021

Com a publicação da Lei n.º 7/2021, de 26 de fevereiro que consagra quatro grandes medidas: – Férias Fiscais; – Alteração do regime de responsabilidade subsidiária do contabilista certificado; – Melhoria do regime de dispensa e atenuação especial de coimas; e – Clarificação da obrigação de disponibilização dos formulários das declarações com 120 dias de antecedência, conseguimos reforçar os direitos dos contabilistas certificados, alcançando uma revolução na profissão. Estas alterações equilibram a relação dos profissionais com a administração fiscal, protegem e permitem uma maior qualidade de vida para todos os contabilistas.

No dia 23 de julho, aproximando-se o período de "férias fiscais", foi disponibilizado um conjunto de informações úteis sobre a aplicação deste regime, a todos os contabilistas certificados, para melhor poderem planear a sua agenda profissional e usufruir de um merecido descanso.

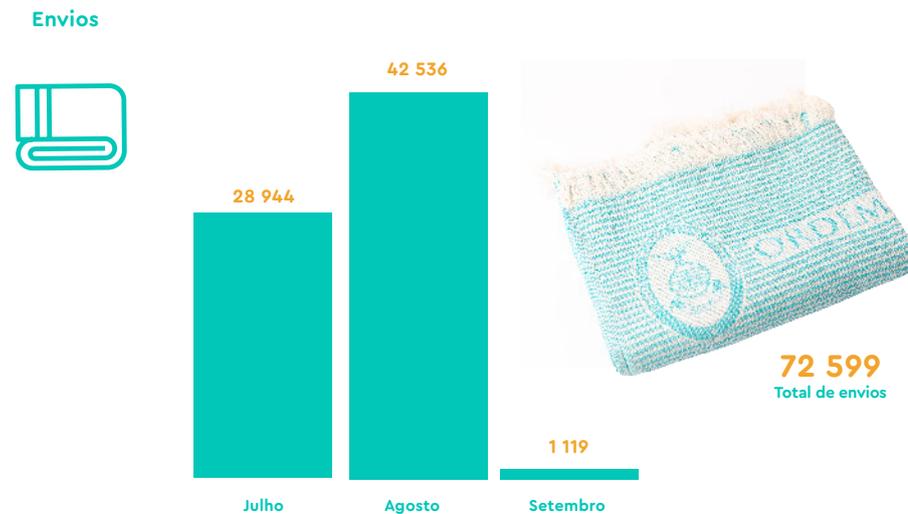


Toalha de praia OCC – “Férias fiscais” 2021

A Ordem decidiu assinalar, no verão de 2021, a consagração das primeiras “férias fiscais” da história da profissão de contabilista certificado com a expedição, para todos os profissionais, de uma toalha de praia.

Com este gesto simbólico, mas pleno de significado, o conselho diretivo pretendeu celebrar, em comunhão com os contabilistas certificados, as primeiras “férias fiscais”, introduzidas pela Lei n.º 7/2021.

O último ano e meio, que decorreu em ininterrupto contexto pandémico, foi especialmente desafiante para os contabilistas certificados e esta iniciativa foi uma forma singela de reconhecer tudo o que fizeram pela contabilidade e, ao mesmo tempo, pela economia do país, prestando um inestimável apoio às empresas e aos empresários.



No período de 26 de julho a 27 de setembro foram enviadas 72.599 toalhas (incluindo reenvios após as devoluções) com um gasto total de 457.126 euros (toalhas, correio, imagem, serviço de *handling*).

b) OCC e “Recuperar Portugal” assinam protocolo

A Ordem dos Contabilistas Certificados e a “Recuperar Portugal” assinaram no dia 6 de dezembro, no Salão Nobre da sede da OCC, um protocolo de cooperação. Pretende-se o apoio dos contabilistas certificados, nas ações administrativas de controlo interno e nas ações de acompanhamento, junto dos beneficiários intermediários e beneficiários finais das verbas provenientes do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).





O documento foi assinado por Paula Franco, bastonária da OCC, e Fernando Alfaiate, presidente da Estrutura de Missão "Recuperar Portugal".

Este protocolo pretende garantir que a execução dos fundos *NextGeneration* EU se processa com rigor e transparência num curto espaço de tempo. Este protocolo insere-se na estratégia de controlo interno e eficácia dos procedimentos de execução dos investimentos financiados pelo PRR, de forma a garantir o cumprimento das legislações nacional e europeia.

c) SAF-T em ambiente de trabalho

Num período de mudança e de ajustamentos tecnológicos, em que a exigência de qualidade aumenta, a Ordem tem como missão preparar os contabilistas certificados para as novas exigências legais, independentemente das alterações, prorrogações ou simplificações, que possam ocorrer em relação ao SAF-T da contabilidade.

No dia 27 de fevereiro de 2019, a Ordem abriu as inscrições para o grande projeto, de apoio aos membros, de formação de apoio à implementação do SAF-T em ambiente de trabalho. Um projeto inovador, nunca antes realizado: a disponibilização de formação de acompanhamento presencial em contexto de trabalho, com a duração de quatro horas e gratuita.

Este investimento está inserido no principal foco de atuação do conselho diretivo: o apoio aos membros, num contexto de mudança dos procedimentos na forma de desenvolver o trabalho e de ajustamento aos novos desafios.

A formação de apoio à implementação do SAF-T em ambiente de trabalho, realizada em todo o país com 92 formadores, abrangeu no ano de 2019, 12.317 contabilistas e colaboradores. No ano de 2020, esta formação, realizada em todo o país com 60 formadores, abrangeu 409 contabilistas e colaboradores. Em 2021, esta formação de apoio aos membros, realizada em todo o país com 12 formadores, contou com 22 contabilistas e colaboradores.

d) Disponibilização gratuita Conversor OCC – SAF-T (PT) 1.04 » EXCEL

Em 2019, a Ordem disponibilizou, gratuitamente a todos os seus membros, um programa que: – Converte todas as estruturas de dados do SAF-T (PT) 1.04 numa folha Excel; - Representa o Balanço e a Demonstração de resultados com as regras de taxonomias definidas na Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro de 2017; – Testa os saldos esperados de acordo com o Artigo 4.º da Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro; e – Testa as taxonomias atribuídas a cada conta, de acordo com a Portaria n.º 302/2016, de 2 de dezembro. Adicionalmente são validadas as taxonomias e os saldos esperados de cada uma das contas.

Durante o ano de 2019, foram registados 85.343 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 62.249 foram validados (73%). Foram considerados inválidos 23.094 SAF-T (PT).



No ano de 2020, foram registados 32.060 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), os quais foram todos validados (100%). Não foram considerados inválidos ficheiros SAF-T(PT) submetidos durante o ano de 2020.

Em 2021, foram registados 30.949 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 23.247 foram validados com sucesso (75%). Foram considerados inválidos 7.702 ficheiros SAF-T (PT).

e) Disponibilização de simuladores e minutas

Para ajudar os membros no respetivo cálculo dos valores, durante o ano de 2021, a Ordem disponibilizou vários simuladores:

IRC

- Simulador dos pagamentos por conta de IRC (2021);
- Simulador dos pagamentos adicionais por conta (2021);
- Simulador do cálculo do terceiro pagamento por conta de IRC (2021);
- Simulador pagamento especial por conta (2021);
- Simulador das tributações autónomas (2021).

IRS

- Simulador do regime simplificado da categoria B de IRS

SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador da Segurança Social – Regime Contributivo dos Trabalhadores Independentes
- Simulador da Segurança Social – Opção pelo apuramento trimestral
- Apoios/incentivos atualizado pelo Decreto-Lei n.º 90/2020, de 19 de outubro

RETENÇÃO NA FONTE – IVA E SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador de retenção na fonte – IVA E SS.

Para apoio aos membros foram também disponibilizadas diversas minutas.

f) Disponibilização “Coleção Essencial” 2021

Pelo quinto ano consecutivo, a Ordem voltou a lançar um conjunto de quatro manuais de apoio ao preenchimento das mais importantes declarações tributárias do nosso calendário fiscal:

- IVA – Manual de preenchimento da declaração periódica e anexos (autoria: Jorge Carrapiço);
- IRS – Manual de preenchimento da declaração modelo 3 (autoria: Marília Fernandes);
- IES – Manual de preenchimento da declaração IES e taxonomias (autoria: Jorge Carrapiço);
- IRC – Manual de preenchimento da declaração modelo 22 (autoria: Abílio Sousa).

Todos os guias profissionais da «Coleção Essencial 2021» encontram-se disponíveis em formato digital.



A distribuição dos quatro manuais que compõem a Coleção Essencial 2021 arrancou no dia 7 de abril.

Trata-se de mais uma iniciativa que tem como objetivo central auxiliar o trabalho dos contabilistas certificados no cumprimento das obrigações declarativas.

g) Reuniões Livres

Com a velocidade das novidades legislativas e da sua complexidade técnica, bem como a crescente sofisticação da economia e do mercado para um exercício da profissão pautado pelos mais elevados padrões de excelência, é imperioso que a formação profissional contínua assuma um caráter essencial.

As reuniões livres, disponibilizadas aos membros de forma gratuita, são uma ferramenta formativa de apoio efetivo aos contabilistas certificados e momento de proximidade entre os profissionais e a Ordem.

A evolução da situação epidemiológica do novo Coronavírus – Covid 19 obrigou a Ordem a tomar medidas restritivas adicionais ao nível da formação e do atendimento presencial que entraram em vigor no dia 16 de março de 2020.

Como forma de acautelar a segurança e o bem-estar dos membros, dos colaboradores da Ordem e público em geral, na fase de propagação acelerada da pandemia, o conselho diretivo da Ordem decidiu suspender as reuniões livres previstas para todo o país desde o mês de março de 2020, tendo-se mantido a transmissão via *streaming*, através do canal *Youtube* da Ordem, das reuniões livres em todas as semanas até ao momento atual, num formato ligeiramente distinto do habitual, sem público, e em horário mais alargado, com interrupção apenas nos dias 19 e 26 de agosto de 2020, no mês de agosto de 2021 e na segunda quinzena de dezembro de 2021.

Visualizações Reuniões Livres 2021

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
200 938	87 486	161 103	69 703	72 817	59 901	49 753	58 983	39 288	40 860	27 954	890 562

Durante o ano de 2019 foram realizadas 471 reuniões livres em 31 localidades, mais 8 localidades que no ano de 2018, e o número médio de participantes por reunião livre foi 2.127, mais 640 participantes em termos médios por reunião livre que no ano de 2018 (+43%), sendo o número total de participantes 37.920.

Como já referido, atendendo à propagação acelerada do Covid-19, o conselho diretivo da Ordem decidiu suspender as reuniões livres previstas para todo o país desde o mês de março de 2020, pelo que o número total de participantes no ano de 2020 foi 7.187, bastante inferior ao número de participantes nas reuniões livres presenciais no ano de 2019. Em 2021 o número total de participantes nas reuniões livres foi 890.562.

f) Reuniões Livres TOConline

No dia 26 de junho de 2020, foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre a ferramenta colaborativa da Ordem, TOConline, transmitida no canal da Ordem no *Youtube*. Começaram a ser realizadas reuniões livres, onde à semelhança do que acontece com as reuniões livres convencionais, podem ser previamente colocadas questões, que são respondidas no decorrer das reuniões. Estas reuniões livres do TOConline, são realizadas às sextas-feiras de quinze em quinze dias.

No ano de 2020, via *streaming*, foram registadas no canal *Youtube* 76.712 participações nas reuniões livres TOConline e no ano 2021 foram registadas 97.341 no mesmo canal.

Visualizações Reuniões Livres TOConline 2021

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
19 157	15 943	13 558	8 048	13 009	4 731	5 611	4 707	5 429	4 858	2 290	97 341

i) Reunião Livre Açores e Madeira

Desde o dia 2 de fevereiro de 2021, e sempre na primeira terça-feira de cada mês, a Ordem, com o apoio do governo regional dos Açores, promove uma reunião livre exclusivamente dedicada às questões colocadas pelos membros do arquipélago. Desde julho de 2021, estas reuniões livres também passaram a realizar-se com a Madeira, no mesmo dia da semana.

As reuniões livres dos Açores registaram 15.316 participações no canal *Youtube* e as reuniões livres da Madeira registaram 4.349 participações no canal *Youtube*.

Visualizações Reuniões Livres Açores 2021

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
-	3 990	2 287	1 437	1 682	1 059	705	839	558	2 759	-	15 316

Visualizações Reuniões Livres Madeira 2021

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
-	-	-	-	-	-	1 601	1 282	475	991	-	4 349

g) Calendário fiscal online

Em março de 2019, a Ordem disponibilizou uma nova funcionalidade no seu sítio: o calendário fiscal *online*. Trata-se de uma ferramenta intuitiva e de uso simples que foi pensada para ajudar o contabilista certificado no planeamento e cumprimento de todas as obrigações fiscais.

Esta funcionalidade, para além de apresentar uma visão integrada ao longo do ano, possibilita o *download* do ficheiro que permite a sincronização com a sua agenda (*Outlook* ou *Google Calendar*).



É uma iniciativa da Ordem, disponibilizada desde 2019, que pretende ser de grande utilidade para os profissionais.

k) Divulgação de Boas Práticas

k1) Compromisso Pagamento Pontual

No final do ano de 2019, foram agilizados os contactos iniciais com a Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) no sentido da Ordem aderir ao "Compromisso pagamento pontual", que veio a concretizar-se no dia 11 de fevereiro de 2020.

Trata-se de uma iniciativa da ACEGE, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) desenvolvida em conjunto com cerca de 1.300 empresas e organizações aderentes, que se mostram fortemente empenhadas na promoção dos pagamentos a horas em Portugal. Tal iniciativa visa combater uma cultura de permissividade e de irresponsabilidade que afeta o desenvolvimento das empresas e da economia portuguesa.

Foi para combater e ultrapassar esta cultura de permissividade e de irresponsabilidade, que põe em causa a solvabilidade das empresas, que surgiu este movimento, ao qual a OCC adere.

No dia 12 de janeiro, foi realizada a Conferência online: "Compromisso Pagamento Pontual" com a presença de 4.823 participantes.

k2) Boletim de informação contabilística e fiscal – Portugal/Espanha

Desde janeiro de 2020, a Ordem e o Consejo General de Economistas (CGE) publicam um boletim de informação contabilística e fiscal Portugal/Espanha.

Este projeto surge no âmbito de uma cooperação entre a OCC e o CGE (Espanha) e visa a partilha de um conjunto de novidades legislativas contabilísticas e fiscais, de interesse para os contabilistas ou os seus clientes, com negócios nos dois países da Península Ibérica.

Esta ferramenta, com uma periodicidade bimestral, tem como objetivo facilitar e apoiar os membros de ambas as organizações para melhor conhecer o mercado em que prestam os seus serviços.

k3) Conferências canal Youtube

Ao longo do ano de 2021, realizaram-se 27 conferências através do canal *Youtube* com o registo total de 182.553 participações.

k4) III Congresso Internacional de Contabilidade Pública

Nos dias 20 e 21 de maio, realizou-se o III Congresso Internacional de Contabilidade Pública com o registo de 3.312 participantes no canal *Youtube* com o tema «Contabilidade pública e indústria 4.0» com organização a cargo da OCC e do ISCA-UA. Foram apresentados 41 trabalhos nas sessões paralelas, em representação de seis países diferentes. A



comissão científica que analisou e avaliou os trabalhos foi constituída por 74 revisores oriundos de nove países.

k5) XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria

Nos dias 14 e 15 de outubro, realizou-se o XVIII Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, organizado em parceria pela Ordem e o ISCAL. O evento decorreu em regime híbrido, com um número recorde de 1.400 inscritos. Nas sessões paralelas foram apresentados 122 trabalhos. Cerca de duas centenas de *referees*, *discussants* e moderadores estiveram envolvidos na comissão científica. Na abertura, esteve presente Alan Johnson, presidente da IFAC. Na sessão de encerramento, o secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, João Torres, reconheceu o papel importante dos contabilistas e auditores.

k6) Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2020 foi oficialmente apresentado a 13 de dezembro de 2021, numa conferência *online* transmitida no canal da Ordem no *Youtube*.

O estudo, da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF) do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho, conta, um ano mais, com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados e do Tribunal de Contas.

A 17.ª edição do Anuário é da autoria dos professores Maria José Fernandes, que coordena a investigação, Susana Jorge e Pedro Camões.



XIV.b Desempenho ambiental

Em julho de 2020, a OCC contratou os serviços da *Shred-It – Stericycle*, para destruição de papel (documentação confidencial e outra) e respetiva reciclagem. Os documentos são recolhidos de consolas que se encontram fechadas. Uma vez por mês é feita a recolha e destruição da documentação à porta da OCC, com a presença de um colaborador, e enviada para a reciclagem. A OCC reduz assim a sua pegada ecológica.

MANUAIS DIGITAIS

Nos anos de 2020 e 2021, no âmbito da formação eventual, da formação segmentada e da nova *plug-in*, a Ordem manteve a disponibilização do manual digital em alternativa ao tradicional manual de formação em papel. Os formandos passaram a poder optar pelo manual digital, com um preço mais reduzido.

Do total dos formandos inscritos na formação eventual, segmentada e *plug-in* (Segmentada) em 2020, 34,5% optaram pelo manual digital, o que significou uma redução da utilização de 8.838 manuais em papel, o que significa 1.128.397 páginas não impressas, com uma poupança em termos ambientais. Em relação a 2021, do total de formandos inscritos, 22,3% optaram pelo manual digital, o que significou uma redução de utilização de 1.665 manuais em papel, correspondendo a 995.801 páginas não impressas.

Comparando com o ano de 2019, houve uma diminuição significativa na impressão de manuais devido ao cancelamento de, praticamente, todas as formações presenciais.

Manuais	2019	2020	2021
Papel	65 442	16 812	5 815
Digital	20 913	8 838	1 665
Páginas (poupança)	4 784 374	1 128 397	995 801
Árvores poupadas*	239	56	50

(*) 1 árvore = 10.000 folhas / 1 folha = 2 páginas

DISPONIBILIZAÇÃO DA REVISTA CONTABILISTA EM FORMATO DIGITAL

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista, com a disponibilização da revista em formato digital, desde maio de 2018, e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos dos últimos quatro anos de 2018 a 2021 face aos gastos existentes em 2017 de 2.508.221 euros.

Esta medida originou uma poupança substancial no número de folhas impressas, conforme se pode verificar no quadro a seguir apresentado:





	2017	2018	2019	2020	2021
N.º revistas impressas	725 885	360 053	170 431	200 321	179 342
Revista digital (poupança)	0	340 221	554 609	617 971	653 206
Páginas revista	76	76	76	76	76
N.º páginas (poupança)		25 856 796	42 150 284	46 965 796	49 643 656
Árvores poupadas*		1 293	2 108	2 348	2 482

*1 árvore = 10 000 folhas //1 folha = 2 páginas

No ano de 2018, com a disponibilização da revista Contabilista em formato digital existiram 340.221 revistas não impressas, o que representou uma redução de impressão de revistas de 46,9%, representando 25.856.796 folhas não impressas. Em 2019, esta redução ainda é mais significativa, sendo de 76,4% em relação a 2017, com o número expressivo de 42.150.284 páginas de revistas não impressas, com um efeito muito positivo para o ambiente. Em relação ao ano de 2020, existe uma redução de impressão de revistas, face ao ano de 2017, de 85,1%, com um número muito significativo de 46.965.796 páginas de revistas não impressas. No ano de 2021, a redução é de 49.643.656 páginas de revistas (92% face a 2018).

CONSUMO DE PAPEL DE FOTOCÓPIA

De 2017 para 2021 o volume de papel de fotocópia foi reduzido em 37,5%, o que manifesta uma variação positiva no ponto de vista da poupança e impacto ambiental. Esta poupança na redução do volume de papel de fotocópia representa uma redução de 35,9% nos gastos.

	2017	2018	2019	2020	2021
N.º páginas	1 080 000	900 000	850 000	625 000	675 000
Unidades – Resmas	2 160	1 800	1 700	1 250	1 350
Árvores poupadas*	54	45	43	31	34

*1 árvore = 10 000 folhas //1 folha = 2 páginas

EXPEDIENTE E CORREIO

O total de correspondência recebida pela OCC por correio, através da Pasta CC e por *email* geral aumentou de 2017 para 2021 em 26,1%. Apesar disso a correspondência recebida por correio reduziu-se em 30,1% de 2017 para 2019 (-6.833 cartas recebidas), em 72,2% de 2017 para 2020 (-16.410 cartas recebidas) e em 76,7% de 2017 para 2021 (-17.415). O peso de cartas recebidas no total da correspondência recebida pela OCC, em 2017, era de 39,2%, tendo passado para 33,7% em 2018, em 2019 para 24,9%, em 2020 para 8,9% e em 2021 para 7,3%.

Registamos o facto de que, em março de 2018, o serviço de correspondência e expedição da OCC foi reorganizado, e as cartas que até essa altura eram enviadas pelos vários departamentos, passaram a ser enviadas de forma centralizada por este serviço. Por este facto, os dados até 2017, em relação à correspondência enviada não são comparáveis com os dados a partir de 2018. O acréscimo da correspondência enviada em 2018 e 2019, é referente aos processos de quotas em dívida. A redução registada em 2020 e 2021, face ao ano de 2019, está relacionada com a suspensão dos processos em contencioso, inerente ao período de crise pandémica Covid-19.



O número de *emails* enviados através da Pasta CC, tem vindo a aumentar significativamente, tendo o seu número aumentado em 2019 face a 2017, em 12.754, o que corresponde a uma variação positiva de 36,3%. Em 2021, face ao ano de 2017, o aumento foi de 32.527 *emails* enviados (+92,5%).

Estes dados para além de demonstrarem a melhoria de interação com os membros e maior eficiência no serviço prestado aos membros, evidenciam também um melhor desempenho em termos ambientais, com a redução gradual da correspondência por correio.

Correspondência	2017	2018	2019	2020	2021
Recebida	22 716	20 769	15 883	6 306	5 301
Enviada	11 635	18 115	22 620	11 002	11 535
Correio devolvido	3 234	932	824	1 023	1 799
Pasta CC					
Recebidas	18 119	19 679	22 904	36 117	29 585
Respostas enviadas	35 170	40 824	47 924	64 448	67 697
Recebidas em geral@occ.pt	17 051	21 145	25 020	36 117	34 139

CONSUMO DE ELETRICIDADE

O ano de 2021, continuou a não ser um ano normal, mas houve períodos de tempo em que o edifício da sede teve a sua completa ocupação, pelo que já é possível aferir se o investimento efetuado na iluminação em março de 2020 teve o efeito desejado.

De acordo com os dados obtidos, é possível verificar que existe de facto uma redução no consumo de energia, quer comparando períodos de teletrabalho (ocupação de 20%) quer comparando períodos de ocupação total.

De referir que os custos de arranque relativos a AVAC (climatização e renovação de ar) estão sempre presentes para qualquer tipo de ocupação.

Custo e electricidade consumida entre 2019 e 2021

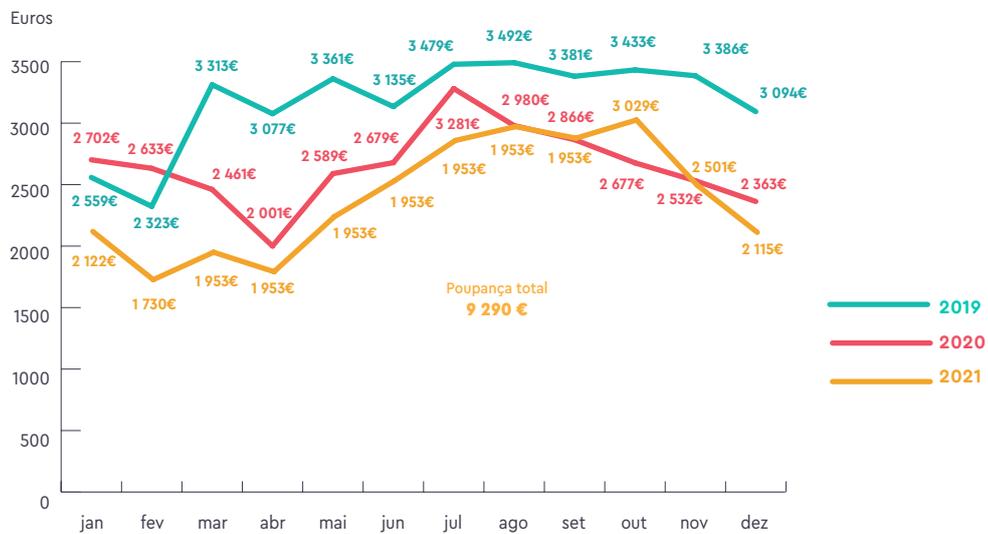
	2019		2020		2021		Dif 2021/2019 (€)
	Consumo (Kw)	Custo (€)	Consumo (Kw)	Custo (€)	Consumo (Kw)	Custo (€)	
Janeiro	37 659	2 559	34 062	2 702	*26 834	2 122	-437
Fevereiro	32 370	2 323	33 219	2 633	*21 902	1 730	-593
Março	41 595	3 313	31 328	2 461	*24 763	1 953	-1 359
Abril	38 749	3 077	*25 564	2 001	*22 728	1 795	-1 282
Mai	42 196	3 361	*32 940	2 589	*28 329	2243	-1 118
Junho	39 379	3 135	*33 927	2 679	*32 070	2536	-598
Julho	43 599	3 479	*41 288	3 281	*36 205	2862	-617
Agosto	43 866	3 492	*37 576	2 980	*37 589	2975	-517
Setembro	42 547	3 381	36 078	2 866	36 417	2881	-500
Outubro	43 242	3 433	33 865	2 677	38 244	3029	-405
Novembro	42 593	3 386	32 009	2 532	31 533	2501	-885
Dezembro	39 067	3 094	29 826	2 363	26 755	2115	-979
Total	486 862	38 032	401 682	31 763	363 369	28 742	-9 290

*Teletrabalho



Como se pode verificar, comparando os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2021, que correspondem a ocupação total, há um claro decréscimo dos consumos, pelo que o *payback*, inicialmente previsto para 1,5 anos, já se encontra atingido, conscientes de que a crise pandémica contribuiu para o encurtar do prazo.

Evolução do custo da electricidade consumida em 2019, 2020 e 2021
Sede e auditório OCC





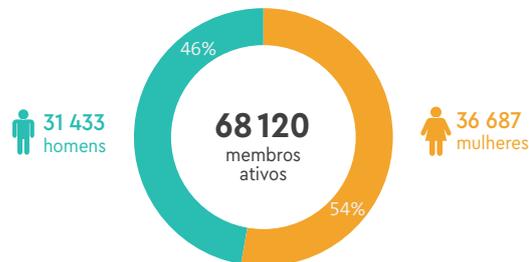


XIV.c Desempenho social

A - MEMBROS

a) Distribuição etária e de género

A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.

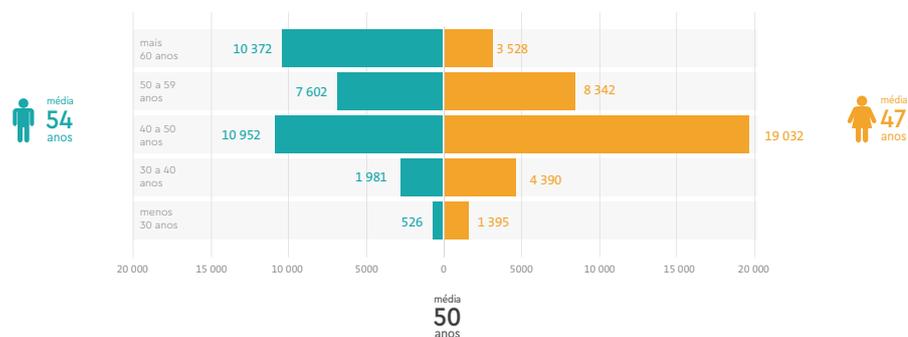


Em 31 de dezembro de 2021, do universo de 68.170 membros inscritos na Ordem, 46,1% são homens e 53,9% são mulheres, o que não deixa de ser revelador da crescente importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Os dados comparados com o período anterior permitem constatar um ligeiro aumento do número de mulheres. A percentagem em 2018 era de 53,11%, em 2019 é de 53,26%, em 2020 é de 53,5% e em 2021 é de 53,9%.

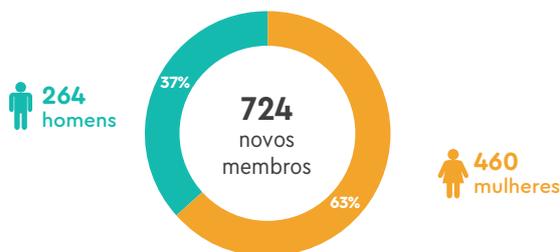
Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais, se situa entre os 40 e os 50 anos, conforme quadro que se segue:

Distribuição etária

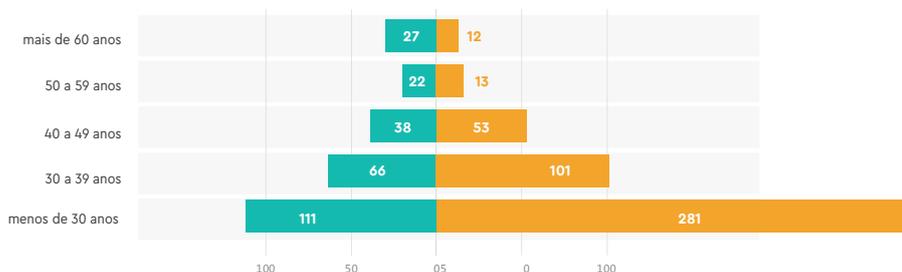


b) Novos membros 2021

No ano de 2021, entraram 724 novos membros, mais 39,2% do que em 2020. O número de mulheres que entraram foi de 460 (63,5%) e o número de homens de 264 (36,5%).



Distribuição etária novos membros 2021



B - APOIO SOCIAL AOS MEMBROS

O apoio social aos membros é uma área de ação da Ordem, essencial para a criação de melhores condições pessoais para os contabilistas certificados. Como tal, em 2021 reforçamos a aposta em mecanismos para efetiva e eficazmente melhor apoiarem os membros em momentos de necessidade.

A Ordem tem procurado cultivar os valores da solidariedade entre os seus membros, promovendo algumas iniciativas no âmbito do apoio social, que visam acautelar os profissionais durante o seu desempenho e, posteriormente, depois de abandonarem a profissão:

a) Redução das quotas

Em 2020 e 2021, foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividade e Orçamento:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão; e
- Redução de 50% do valor das quotas mensais para os novos membros, no primeiro ano de inscrição.



Estas três medidas tiveram um impacto de 159.264 euros no apoio social em 2021, e em 2020, o valor foi de 112.032 euros.

Redução/isenção	2020		2021	
	N.º de membros*	Valor anual (€)	N.º de membros*	Valor anual (€)
Redução 50% (75 - 80 anos)	485	34 920	590	42 480
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	404	29 088	612	44 064
Isenção total + 80 anos***	432	48 024	505	72 720
Total		112 032		159 264

* n.º de membros beneficiários no final do ano

** Entrada gradual ao longo do ano

*** Inclui 27 membros com pagamentos faseados

b) Fundo de solidariedade social

O fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados constitui um mecanismo através do qual a Ordem possibilita que em situações de carência financeira, os contabilistas certificados possam ter acesso às condições mínimas de sobrevivência e dignidade pessoal e familiar.

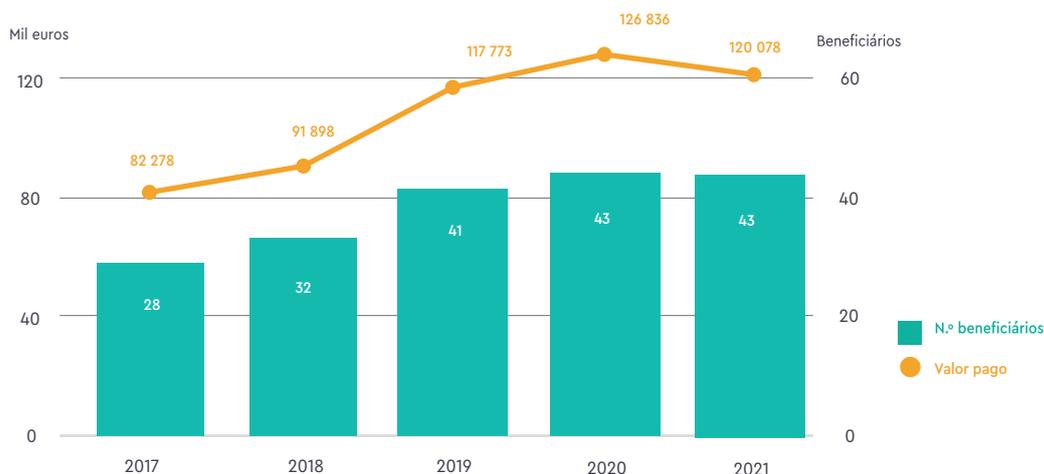
Tem como objetivo principal acorrer a situações inesperadas que privem os membros de angariar o seu próprio sustento. Outra função do fundo, tendo em atenção a reta final da vida dos membros, passa por atribuir um complemento de reforma aos Contabilistas Certificados com inscrição em vigor que alcancem um rendimento líquido nunca inferior ao salário mínimo nacional.

No dia 14 de janeiro de 2019, foi publicado em Diário da República o novo Regulamento do fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados, que alarga a idade dos filhos do agregado familiar de 16 para 21 anos, criando condições para que possam prosseguir os seus estudos académicos, amplia as situações abrangidas e elimina as anteriores limitações por tipo de rendimentos obtidos, e estabelece o cálculo de apuramento dos rendimentos declarados.

O novo regulamento pretende adequar o fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados à atual estratégia implementada pelo conselho diretivo, promovendo -se por um maior apoio social aos contabilistas certificados que não tenham as condições mínimas para viver condignamente. A valorização e reputação da classe, passa também pela dignificação das condições pessoais e familiares dos profissionais, potenciando a Ordem, no âmbito das suas competências estatutariamente previstas, o apoio efetivo aos seus membros.

De salientar que durante o período de 2021, 43 membros beneficiaram do fundo social de solidariedade, no total de 120.078 euros. No período de 2020, 43 membros beneficiaram do fundo social de solidariedade, no total de 126.836 euros. No período de 2019, beneficiaram deste fundo 41 membros, totalizando 117.773 euros.

Fundo de solidariedade social de 2017 a 2021



c) Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

O Seguro de Responsabilidade Civil e Profissional (SRCP) é uma ferramenta essencial para o exercício da profissão, sendo o garante de segurança e proteção em situações de erros ou omissões profissionais.

Têm direito ao SRCP contratado pela Ordem os membros pessoas singulares, com inscrição ativa que cumpram cumulativamente os requisitos previstos no respetivo regulamento.

O SRCP cobre eventuais danos patrimoniais causados a terceiros relacionados com o exercício da contabilidade. Atendendo aos riscos inerentes ao exercício da profissão, constitui uma espécie de "guarda-chuva", não só para os profissionais, mas também para os seus clientes. Beneficia todos os Contabilistas Certificados com inscrição em vigor e sem quotas atrasadas por período superior a 90 dias.

A Assembleia Representativa Extraordinária da Ordem dos Contabilistas Certificados, de 23 de novembro 2019, aprovou a alteração do regulamento do SRCP dos membros, tendo sido introduzido no artigo 6.º a alínea c), que prevê que os membros têm de «cumprir com os créditos de formação profissional contínua no ano anterior ao da entrada em vigor da apólice.».

Em 2020, no âmbito das medidas de apoio profissional e social aos membros inerentes ao momento de emergência sanitária e pandemia global, derogou-se o dever de cumprimento de realização de 30 créditos de formação profissional contínua. Assim, todos os membros que cumpram os requisitos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 6.º do SRCP ficaram abrangidos pelo seguro. Esta situação mantém-se durante o ano de 2021, ou até que a DGS permita a normal realização dos modelos presenciais de formação.



d) Seguro de Saúde

Oferecido gratuitamente pela Ordem aos seus membros, constitui um meio a que os contabilistas certificados podem recorrer para solucionar problemas de saúde. Em 2017, alargou-se a sua abrangência, passando a disponibilizar-se de forma gratuita até 5 consultas por ano para os membros abrangidos.

Em matéria de seguro de saúde, após concurso público internacional, o qual ficou deserto por nenhuma proposta apresentada cumprir as condições do caderno de encargos, foi renovada a apólice da Luso-Atlântica, Corretora de Seguros, S.A., por ajuste direto – mantendo-se a apólice contratada com a companhia de seguros Generali Seguros, S.A. (ex-Tranquilidade).

O seguro de saúde é composto pelos seguintes planos: Plano Base e Planos Upgrade (Plano 1, Plano 2 e Plano 3).

Em 2020, foi alargada a inclusão a membros com idade até aos 80 anos, inclusive, que tenham a sua inscrição ativa e cujas quotas não estejam em dívida por um período superior a 120 dias.

e) Fundo de pensões

Criado em outubro de 2005, tem como objetivo a criação de um complemento de reforma para todos os membros da Ordem com inscrição em vigor.

Em conformidade com o compromisso assumido, mantendo a tradição, a Ordem procedeu à entrega das verbas provenientes da renda do nosso edifício situado na Avenida 24 de julho, ao fundo de pensões. Em 2021, o contributo ascendeu a 168.020 euros, tendo até ao final do ano totalizado 7.567.140 euros, conforme quadro seguinte:

Valores transferidos para o fundo de pensões	Anual	Acumulado
Até 2013		6 243 507
2014	166 435	6 409 942
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208
2017	163 436	6 900 644
2018	165 419	7 066 063
2019	165 267	7 231 330
2020	167 790	7 399 120
2021	168 020	7 567 140

Desde 2005, a Ordem fez entregas para o fundo de pensões no valor de 7.399.120 euros (Capital investido).

Desde 2010, já foi reembolsado aos membros o valor institucional na ordem dos 1.700.252,40 euros (138.021,53810 UPs).

Em 31 de dezembro de 2021, a OCC é detentora de 577.232,65799 UPs (Unidades de participação) com uma valorização de 8.536.307,03 euros (8.235.554,54 euros em 31 de dezembro de 2020).





f) Medidas de Apoio Profissional e Social aos Membros no âmbito da Covid-19

Neste período de pandemia global sem paralelo que atinge de forma profunda o modelo social em que assenta a nossa sociedade, a Ordem mantém a prioridade nas medidas de apoio social e profissional, de forma a mitigar as dificuldades que muitos dos seus membros estejam já a conhecer ou possam vir a sentir. Reforçar a sua capacitação em termos profissionais, por forma a que os contabilistas certificados reúnam as necessárias condições para intensificarem o interesse e a fé pública da profissão tem sido um objetivo diário.

As medidas de apoio aos membros acarretaram um elevado esforço financeiro para a Ordem. Ainda assim, através de uma gestão criteriosa, de uma rigorosa definição de prioridades e gestão eficiente, foi possível a implementação das mesmas sem a necessidade de endividamento. Poderá contudo, existir o recurso pontual à utilização das contas caucionadas que a Ordem tem disponíveis numa situação de emergência ou necessidade maior.

As medidas de apoio profissional e social são as seguintes:

f1) Disponibilização gratuita dos manuais de formação

Todos os manuais e materiais de apoio às formações, após o começo das mesmas, ficam disponíveis na área reservada do membro. Para além dos materiais de 2021, foram também disponibilizados todos os manuais referentes às formações realizadas em 2018, 2019 e 2020. Esta medida pretende potencializar o estudo e desenvolvimento profissional de todos os contabilistas certificados.

f2) Derrogação do dever de cumprimento de realização de 30 créditos de formação profissional contínua durante 2021 ou até que a DGS permita a normal realização dos modelos presenciais de formação

Conforme previsto no Plano de Atividades e Orçamento para 2021, atendendo às dificuldades e obstáculos à normal realização das sessões presenciais da formação profissional contínua, na qual se incluem todas as reuniões livres, formações segmentadas, formações recorrentes, conferências, congressos e seminários, face à situação de pandemia, que atravessamos e pelas fortes limitações à criação de aglomerados/ajuntamentos de com a certeza de que em 2021 os membros frequentaram inúmeras sessões de formação pela necessidade de atualização das constantes alterações legislativas, o conselho diretivo deliberou derrogar o dever de cumprimento de realização de 30 créditos de formação profissional contínua durante o ano de 2021, ou até que a DGS permitir a normal realização dos modelos presenciais de formação.

Assim, perante a presente derrogação, todos os membros que cumpram os requisitos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 6.º do Regulamento do Seguro de Responsabilidade Civil e Profissional ficam abrangidos pelo respetivo seguro contratado pela Ordem.

f3) Reforço do atendimento técnico da Ordem

Considerando o acréscimo de pedidos de esclarecimento, por telefone e via Pasta CC, a equipa de consultores técnicos e juristas da Ordem foi reforçada para que se consiga dar uma resposta mais célere e cada vez mais com melhor qualidade a todos os membros.



No fim de semana de 16 e 17 de janeiro, logo após o início do novo confinamento e a publicação de nova legislação, num momento de grande exigência ao nível dos apoios, o consultório técnico esteve disponível entre as 9h e as 17h30. Também no fim de semana de 27 e 28 de março, o consultório técnico esteve disponível para atendimento aos membros.

No dia 14 de junho, a Ordem alargou o período de atendimento técnico do seu *call center*. O atendimento passou a ser no horário compreendido entre as 9 e as 19 horas, com pausa para almoço entre as 12h30 e as 13h30, devido ao aumento do volume de solicitações dos membros e exigência das obrigações declarativas, o conselho diretivo tomou esta medida no sentido de melhor apoiar e esclarecer os contabilistas certificados.

f4) Reforço da plataforma de formação à distância e rede de internet da Ordem

Querendo melhorar ainda mais a qualidade dos serviços da Ordem, a plataforma de formação à distância (*e-learning*) foi reforçada para propiciar a todos os formandos uma melhor experiência formativa, mais interativa, pedagógica e amigável. Paralelamente, a rede de internet da Ordem também foi reforçada, dando mais velocidade e melhores condições de comunicação entre os contabilistas certificados e os técnicos que lhes prestam apoio.

f5) Fortalecimento do fundo de solidariedade da Ordem

Em momentos de crise, em que a celeridade nas decisões é fundamental para a eficiência das mesmas, o prazo para deliberação de todos os pedidos de apoio ao fundo de solidariedade da Ordem foi reduzido, sendo o mais curto possível.

f6) Formação Descomplicar na Hora

No dia 1 de março de 2021, a Ordem iniciou uma formação temática intitulada «Descomplicar na Hora». Todas as segundas-feiras, e por vezes às quintas-feiras, entre as 18 e as 20 horas, os membros passaram a poder assistir a uma sessão subordinada a um tema específico.

A formação em apreço decorre na plataforma que acolhe as formações *plug-in*, pelo que será possível a todos os participantes formularem questões aos formadores, em tempo real, sobre o tema da formação. Na primeira formação de cada mês, o tema é sempre dedicado à contabilidade.

No momento da inscrição, o membro paga o valor de 5 euros por formação que é reembolsado logo após a confirmação da sua presença na respetiva formação. Os reembolsos devidos são efetuados no dia posterior à formação para as inscrições efetuadas via referência multibanco, ou seja, o reembolso "Refund", e até 48 horas para as inscrições efetuadas via cartão de crédito. Comprova-se, desta forma, que o método de reembolso "Refund" permite maior rapidez e eficiência do mesmo.

Nos meses de março a setembro foram realizadas 109 formações «Descomplicar na Hora» com 9.741 inscrições no valor total de 48.705 euros, tendo sido reembolsado aos membros participantes na formação o valor de 38.695 euros.



Descomplicar na hora de março a dezembro de 2021	N.º de Inscrições	Valor
Formandos	9 741	48 705,00 €
Faltas	1 994	9 970,00 €
Reembolsos	7 739	38 695,00 €

f7) Serviço de Certificação de Atributo Profissional (SCAP)

A Ordem através de protocolo celebrado com a Agência de Modernização Administrativa (AMA), passou a disponibilizar o Serviço de Certificação de Atributo Profissional (SCAP). Este serviço permite agora associar um atributo profissional, neste caso em concreto, o de membro da Ordem.

Com a leitura do cartão de cidadão e a necessária associação deste atributo ao cidadão, a Ordem apenas confirma a validade do estado de inscrição deste enquanto membro, através do número de cartão de cidadão. É assim possível assinar documentos de forma digital e certificada, na qualidade de contabilista certificado com inscrição ativa na Ordem, com a mesma validade legal que uma assinatura reconhecida manual.

Esta assinatura específica permitirá o envio de documentos digitais certificados enquanto profissional, dispensando o reconhecimento da assinatura perante as instituições. Torna-se assim possível a submissão eletrónica de documentação para atos tais como, a submissão de processos em que seja necessária a aprovação e validação do contabilista para os documentos submetidos ou que seja por via do contabilista que tal submissão é efetuada, dado que os certificados digitais constantes na assinatura asseguram inequivocamente a identidade, e agora a qualidade de quem assina.

Uma assinatura com atributo profissional associado, no caso da Ordem, assegura que o cidadão valida o documento enquanto contabilista certificado, à data dessa assinatura. Esta será a funcionalidade primária do serviço. Este serviço poderá vir a possibilitar a autenticação do cidadão enquanto CC perante os serviços públicos online, bem como substituir outros métodos de certificação de assinatura em papel.

f8) Grupo Entrejuda – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados

Em estreita colaboração com um grupo de contabilistas certificados, no dia 20 de janeiro de 2021 foi lançado, o Grupo Entrejuda – Apoio Voluntário e Informal aos Contabilistas Certificados. Com origem numa ideia que foi apresentada ao conselho diretivo através do Orçamento Participativo, prontamente aceite e transposta para o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, o Grupo Entrejuda, de cariz voluntário e de natureza informal, que desde o início do ano ajudou cerca de 40 colegas, tem por missão apoiar os contabilistas certificados que estejam a sofrer dificuldades várias, quer de âmbito social, profissional ou pessoal.

Num momento em que atravessamos uma terrível pandemia, com nefastas consequências económicas, financeiras, sociais e humanas para todos, o Grupo Entrejuda, apresenta-se como uma luz ao fundo do túnel para os colegas que mais necessitem.



De forma informal, anónima, sigilosa e voluntária, este grupo, ajudará os contabilistas certificados que estejam a atravessar momentos de aflição, criando ferramentas e adotando estratégias que vão ao encontro das necessidades dos colegas. Foi disponibilizado o *email* – ajudacc@occ.pt, para o contacto.

g) Medidas de Apoio aos Futuros Membros

Por uma questão de equidade e justiça no tratamento para com os membros, a todos os formandos que se inscreveram nas formações com início a partir de 1 de abril (por exemplo, a formação eventual à distância OE/2020), foram devolvidas as quantias pagas na inscrição.

Estas devoluções foram processadas e pagas entre os dias 27 de abril e 30 de junho de 2020, por lotes, por forma a não afetarem significativamente a tesouraria da Ordem. O reembolso total foi de 360.767 euros a 11.803 formados inscritos nas formações com início a partir de 1 de abril.

g1) TOConline Ensino

No dia 9 de setembro de 2020 foi disponibilizado o TOConline Ensino, gratuito (mediante a celebração de protocolo de colaboração) para todos os estabelecimentos de ensino profissional, secundário e ensino superior com cursos de formação que permitam o acesso à profissão de contabilista certificado, permitindo assim que todos os estudantes tenham, no seu projeto de simulação empresarial ou idêntica disciplina, uma ferramenta de trabalho que melhor os prepare para o mercado de trabalho, simulando, da forma mais fiável possível, as tarefas diárias de um contabilista certificado.

Para explorar todas as potencialidades do TOConline Ensino, aos professores responsáveis pela disciplina em que se utilizará este programa, é disponibilizado gratuitamente um curso de formação TOConline.

A 31 de dezembro de 2021 existiam 53 protocolos com escolas no âmbito do TOConline Ensino.

g2) Curso de Deontologia para Membros Estagiários

A Ordem colocou na sua plataforma de *e-learning*, o curso com inscrição gratuita de «Deontologia profissional do contabilista certificado – formação para estagiários», para os estagiários que realizaram o exame de avaliação profissional nos dias 20 de março, 29 de maio e 30 de outubro de 2021.

Esta formação, de carácter facultativo, aborda temas que podem ser do interesse do futuro membro, como o enquadramento institucional da profissão, o exercício da atividade de contabilista certificado, o regime jurídico das sociedades de contabilistas e das sociedades profissionais de CC, os direitos e deveres, entre muitos outros tópicos.

O curso foi frequentado de forma gratuita por 530 estagiários que realizaram o exame de avaliação profissional no dia 20 de março de 2021, e por 281 estagiários que realizaram o referido exame no dia 29 de maio de 2021, correspondendo a um valor de 39.750 euros e 21.075 euros, respetivamente. Em relação ao exame realizado no dia 30 de outubro, o curso foi frequentado por 426 estagiários correspondendo a 31.950 euros



C - EVENTOS DE ÂMBITO SOCIAL

a) Dia do Contabilista

Em 2021, o dia 21 de setembro, dia do contabilista, foi celebrado em Portalegre, coincidindo com a inauguração da representação naquela cidade alentejana, a 17.ª da OCC na geografia nacional. Para além da presença do SEAAF e da autarca local, a cerimónia contou ainda com as melodias de António Zambujo e a partilha de ensinamentos por parte do empresário Rui Nabeiro.

b) Apresentação do estudo sobre o bem-estar dos contabilistas

Ainda no dia do contabilista foram apresentadas as conclusões do inquérito promovido pela Ordem sobre o bem-estar dos profissionais, e o impacto da pandemia na vida pessoal e profissional.

No mês de abril de 2021, a Ordem decidiu lançar um estudo para tentar perceber de que forma os contabilistas certificados tinham vivido e gerido os tempos de pandemia, quer a nível laboral quer pessoal. Pretendeu-se, igualmente aquilatar das principais necessidades e problemas que tempos únicos e excecionais colocaram aos profissionais. Responderam ao inquérito 3.506 membros, um número que permite olhar para os resultados obtidos com um grau de confiança reforçado. As respostas foram recolhidas entre abril e o início de julho.

c) Tomada de posse dos novos órgãos sociais para o mandato 2022–2025

A tomada de posse dos novos órgãos sociais para o mandato de 2022–2025 decorreu no pavilhão Carlos Lopes, em Lisboa. Uma tarde de emoções, com a presença de cerca de 500 pessoas. O governo esteve representado pelo secretário de Estado da Segurança Social, Gabriel Bastos, o Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, Mendonça Mendes, e pelo Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira.

d) Festa de Natal da OCC – Lisboa e Porto (10, 11 e 12 de dezembro)

A Festa de Natal OCC de 2021, após um ano de interregno, voltou a ter público nas instalações da Ordem, de Lisboa e Porto. Mesmo com a sombra da pandemia, com a obrigatoriedade de apresentação de teste negativo, o espírito natalício esteve sempre presente.

No seguimento das medidas de contenção da pandemia provocada pelo vírus SARS-CoV-2 anunciadas pelo governo no início de dezembro, e para garantir a segurança, saúde e bem-estar de todos os presentes, todos os participantes nas festas de Natal, de Lisboa, realizadas nos dias 10 e 11 de dezembro, e no Porto, no dia 12 de dezembro, obedeceram às seguintes regras:

- Uso obrigatório de máscara respiratória nos auditórios e todos os espaços interiores;
- Obrigatoriedade de apresentação de comprovativo de teste negativo PCR (realizado nas 72 horas anteriores ao início do evento) ou antigénio (realizado nas 48 horas anteriores) para maiores de 12 anos; e
- Apesar de não ter carácter obrigatório, e para maior segurança de todos, foi aconselhado que as crianças até aos 12 anos realizassem um autoteste ou teste de saliva.



A Ordem pretendeu assegurar todas as condições de segurança para todos quantos participaram nos eventos.

D - PROTOCOLOS PARA OS MEMBROS

Desde setembro de 2019, a OCC passou a disponibilizar a todos os membros, vários protocolos com empresas de norte a sul do país e ilhas, para que os contabilistas certificados tenham condições vantajosas em variados produtos e serviços.

A Ordem apresenta aos seus membros um conjunto de descontos e vantagens em empresas dos mais variados ramos de atividade e com uma ampla cobertura geográfica. São cerca de 261 as entidades com as quais já existem protocolos celebrados.

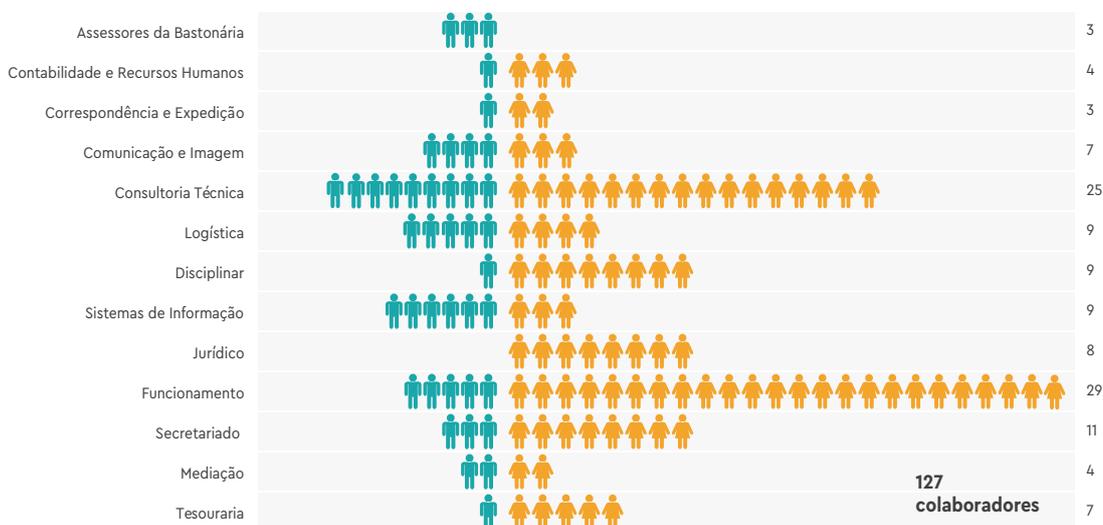
Trata-se de uma iniciativa que está ainda numa fase inicial, e que se encontra em permanente atualização.

A Ordem disponibilizou no site uma brochura para uma consulta das empresas aderentes. Nas informações referentes a cada empresa, são apresentadas as principais vantagens e as ligações que permitem aos membros ter acesso às vantagens completas e ao respetivo protocolo.

E - COLABORADORES

Apresentamos a estrutura interna da Ordem, constituída por 127 colaboradores, cuja distribuição, por departamento/serviço, género e estabelecimento, é conforme o quadro que se segue:

Distribuição dos homens e mulheres por departamento





a) Movimentos de entradas (novas contratações) e saídas dos colaboradores, ocorridos durante o período de 2021, por departamento

No ano de 2021 foram quatro as novas contratações, admitidas para o Departamento de consultoria Técnica (1 colaboradora), Departamento do Funcionamento do Porto (1 colaboradora) e para as Representações (2 colaboradoras), conforme o quadro que se segue:

Novas contratações de colaboradores por departamento e género	Mulheres	Homens	Total
Departamento Consultadoria (Apoios)	1		1
Funcionamento (Porto)	1		1
Representações (Bragança e Portalegre)	2		2
Total	4		4

Relativamente às saídas de colaboradores foram todas por iniciativa do mesmo, exceção feita a dois colaboradores cujas saídas resultaram de, uma por acordo de revogação de contrato de trabalho e outra por revogação de contrato de trabalho a termo incerto.

Saídas de colaboradores por departamento e género	Mulheres	Homens	Total
Assessores da Bastonária		1	1
DSI (Departamento Serviços Informática)		1	1
Representações	1		1
Serviços de Mediação	1		1
Tesouraria	1		1
Total	3	2	5

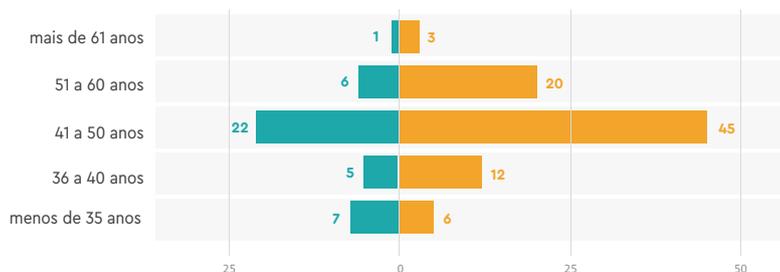
b) Género

Da análise percentual entre homens e mulheres no universo dos colaboradores da Ordem, verificamos que 68% são mulheres e 32% são homens, conforme informação que se segue:



c) Distribuição etária

No quadro seguinte apresentamos a estrutura etária dos nossos colaboradores em 31 de dezembro de 2021. Verificamos que 53% dos nossos colaboradores têm idades compreendidas entre os 41 a 50 anos, 35% são mulheres e 17% são homens. A média de idades dos colaboradores é de 46 anos.







d) Seguro de Saúde

A Ordem tem um seguro de saúde de grupo onde estão incluídos todos os empregados. A apólice do seguro de saúde dos colaboradores da OCC garante as coberturas referentes a despesas de hospitalização, despesas de assistência ambulatoria, despesas de parto, despesas de estomatologia, despesas com próteses e ortóteses, despesas com medicamentos, assistência a pessoas e segunda opinião médica.

e) Medidas de proteção – Covid-19

e1) Kits Funcionários

Com o despoletar da pandemia e após o confinamento, foi necessário preparar os materiais e equipamentos necessários para a prevenção da Covid-19, para que os colaboradores pudessem regressar ao trabalho em segurança e segundo as recomendações da DGS.

Foi criado o Kit – Retomar em Segurança que foi distribuído a todos os funcionários e colaboradores e que continha um *flyer* de como deveria circular no edifício e das regras de proteção obrigatórias, 4 máscaras reutilizáveis, um frasco de álcool gel – 500 ml, para estarem nas respetivas secretárias, e toalhetes de limpeza multisuperfícies, para desinfetar o espaço de trabalho, secretárias e afins.

e2) Equipamentos de proteção

Foram equipados todos os postos de atendimento e auditórios com tudo o que era recomendável para a proteção quer de colaboradores quer dos membros. Foram colocadas barreiras de acrílico em todas as mesas e secretárias que sejam utilizadas para fazer atendimento, bem como álcool gel em todas.

Após cada atendimento é executada a desinfecção das cadeiras, das divisórias e das secretárias.

Foram distribuídos por muitos locais de passagem desinfetantes de parede ou de pé, para que a desinfecção seja feita sempre que tocar nas superfícies ou sempre que entrar na OCC.

Em todo o espaço da Ordem é obrigatório o uso de máscara, e para que isso seja cumprido em todos os locais da Ordem existem máscaras descartáveis que podem ser fornecidas caso necessário.

A Ordem tem luvas descartáveis nos postos de atendimento. Todas as desinfecções são feitas com produtos próprios para desinfetar superfícies, tanto ao nível dos postos de atendimento, como da limpeza das copas. Foi abolido o uso de panos, e apenas é utilizado o chamado papel TNT resistente aos detergentes.

e3) Sinalética

Foi colocada sinalética em todos os espaços da Ordem, para manter o distanciamento, conforme recomendações da DGS.

Foram ainda criados circuitos de circulação nos auditórios de forma a que as pessoas não se cruzem nos trajetos.



Em todas as formações ou outros eventos realizados nos auditórios ou salas de formação foi mantido sempre o distanciamento de segurança de 2 metros.

F - PLANOS DE CONTINGÊNCIA NO ÂMBITO DA PANDEMIA COVID-19

À semelhança do ano de 2020, em 2021 foi sendo atualizado o plano de contingência no âmbito da pandemia Covid-19, isto é, conforme as orientações em vigor, definidas pela DGS, a saber:

1. Novo confinamento a partir de 14 de janeiro, devido ao aumento exponencial de casos Covid-19, todos os colaboradores da Ordem mantiveram-se em teletrabalho e o atendimento presencial ao público encerrado;
2. A partir do dia 2 de maio, reabriu-se o atendimento presencial ao público e parte dos colaboradores da Ordem passaram a desempenhar os seus serviços presencialmente, em conformidade com uma escala e instruções de procedimentos e operacionalidade muito objetivas;
3. Em setembro, após o período de férias, foi reforçado o regresso ao trabalho presencial e, em outubro, a quase totalidade dos colaboradores da OCC exercia as suas funções presencialmente. Foi também implementada, em outubro, a realização de testes antigénio, quinzenalmente, a todos os colaboradores;
4. Novas medidas foram adotadas em dezembro, o plano de contingência foi reforçado e mais colaboradores passaram a desempenhar as suas funções através de casa, com exceção do atendimento presencial, em conformidade com uma escala e instruções de procedimentos e operacionalidade muito objetivas. Foram reforçadas as testagens Covid-19 para uma periodicidade de dois dias por semana.

Por forma a garantir a saúde e bem-estar de todos os colaboradores, os diversos departamentos/serviços da Ordem foram divididos em duas equipas (equipa A e B) e foram reforçadas as medidas de higiene, distanciamento social e desinfeção de todos os edifícios da Ordem. Os colaboradores que não estavam presencialmente na Ordem, continuaram a exercer as suas funções em regime de teletrabalho, nos mesmos moldes anteriormente definidos.

As regras a cumprir por todos os colaboradores no regresso à Ordem incluem, nomeadamente, as seguintes condições:

- Usar máscara à entrada e saída do edifício, sempre que circular ou estiver em atendimento ao público. Recomenda-se também a utilização de máscara no local de trabalho, dispensando-se apenas nas situações em que se diste mais de 2,5 metros entre colaboradores;
- Ao entrar em qualquer edifício da Ordem, desinfetar as mãos, repetindo este comportamento várias vezes durante o dia e sempre que regressar ao seu posto de trabalho;

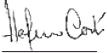


- Manter a distância de pelo menos 1,5 metros entre colegas;
- Cumprir rigorosamente as regras de etiqueta respiratória;
- Respeitar a sinalética Covid-19 e efetuar somente os percursos indispensáveis ao trabalho, não se permitindo circulação entre pisos, salvo a mais urgente e impreterível necessidade;
- Evitar a utilização do elevador (permitindo-se no máximo 2 pessoas em simultâneo) e optar por circular pelas escadas (os colaboradores cujos postos de trabalho sejam no 1.º e 2.º andar, devem utilizar sempre as escadas, salvo condição médica que os impossibilite de tal);
- Limpar as superfícies de trabalho, com os toalhetes disponibilizados para o efeito e repetir este comportamento algumas vezes ao dia; e
- Qualquer viagem ao estrangeiro, deve ser previamente comunicada.

Caso qualquer colaborador ou familiar direto com o qual o mesmo tenha contacto apresente sintomas de infeção pela Covid-19, deveria informar a OCC, por forma a que fossem tomadas as necessárias medidas.

Lisboa, 11 de fevereiro de 2022

O conselho diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Helena Costa	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira





ORDEM
 DOS CONTABILISTAS
 CERTIFICADOS

RELATÓRIO ANUAL DA ATIVIDADE DO CONSELHO FISCAL REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal (doravante “CF”) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021 (doravante “relatório”), é elaborado nos termos do disposto na alínea d) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante “EOCC”), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, o qual estabelece que o CF elabora, obrigatoriamente numa base anual, um relatório da sua atividade, a apresentar à Assembleia Representativa (doravante “AR”) de aprovação de contas do referido período.

2. ÂMBITO

O relatório, entre o mais, inclui a descrição dos procedimentos de fiscalização executados pelo CF, designadamente os estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 62.º do EOCC, relativos à fiscalização do cumprimento do plano de atividades e do orçamento, ao exame dos documentos e dos registos da contabilidade da Ordem e à emissão do parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo (doravante “CD”).

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CF

De acordo com o disposto na alínea f) do art.º 62.º do EOCC, a organização interna do CF obedece a um Regimento, o qual foi aprovado em reunião do CF de 14 de maio de 2018 e alterado em 26 de fevereiro de 2021 e em 22 de dezembro de 2021.

No mandato de 2018/2021 (de 5 de março de 2008 a 6 de dezembro de 2021), ocorreram 66 reuniões do CF. Desde o início do mandato em curso de 2022/2025, cuja tomada de posse ocorreu em 7 de dezembro de 2021, e até à presente data, realizaram-se 2 reuniões do CF. Foram lavradas as respetivas atas, as quais foram disponibilizadas ao CD e ao Conselho Jurisdicional (doravante “CJ”).

4. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CF

As remunerações dos órgãos sociais são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais (doravante “CFRTOS”). À semelhança do que foi estabelecido para o anos de 2018 a 2020, em 4 de dezembro de 2020, a CFRTOS deliberou manter a atribuição de senhas de presença (valor/hora) aos membros do CF para o período de 2021, diferenciadas em função dos cargos dos respetivos membros, tendo como limite máximo mensal o valor das



ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

remunerações mensais estabelecidas para os membros do CJ, ou seja, no máximo 2.500 euros no caso do presidente do CF e no máximo 1.500 euros aplicável ao vogal e ao revisor oficial de contas do CF.

Aos órgãos remunerados por senhas de presença (CF e AR), foi ainda estabelecida uma compensação de 50% sobre o valor/hora fixado, em função da distância entre a residência profissional do membro e o local da reunião, na relação de 1 hora por cada 100 quilómetros ou fração, e sempre com o limite máximo de 100 euros.

Os encargos suportados pela Ordem em 2021 com os membros do CF, encontram-se apresentados na nota 12 da demonstração financeira intitulada “Anexo” constante do Relatório e Contas do período de 2021.

5. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

5.1. Comunicação com o auditor responsável pela revisão legal de contas

A revisão legal de contas a que a Ordem está sujeita nos termos do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, foi contratada a “BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.” (doravante “auditor”), com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161384, no âmbito de procedimento de contratação pública levado a cabo para o efeito.

A comunicação com o auditor incluiu a realização de reuniões para a discussão dos aspetos relevantes de auditoria, designadamente, a compreensão do sistema de controlo interno relevante para a auditoria, o conhecimento dos níveis de materialidade de auditoria considerados, as áreas identificadas como suscetíveis a risco de distorção material, os procedimentos de auditoria desenvolvidos e as respetivas conclusões.

Acompanhámos o trabalho dos auditores até à sua conclusão, tendo tomado conhecimento do teor do “Relatório Intercalar de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 30 de junho de 2021” e do “Relatório Final de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 31 de dezembro de 2021”.

No âmbito do caderno de encargos referente à prestação de serviços de revisão legal de contas, o auditor procedeu ao levantamento do sistema de controlo interno da Ordem, tendo identificado e comunicado oportunidades de melhoria, as quais considerou como não sendo deficiências significativas no controlo interno.



**ORDEM
 DOS CONTABILISTAS
 CERTIFICADOS**

Em resultado da comunicação com o auditor, e tomando em consideração o teor do ponto 5.2 abaixo, não nos foram comunicadas quaisquer exceções com impacto material sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021, nem quaisquer acontecimentos subsequentes até à data que careçam de eventual divulgação e ou ajustamento àquelas demonstrações financeiras.

5.2. Certificação Legal das Contas (CLC)

Apreciámos o conteúdo da CLC emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para realizar a revisão legal de contas da Ordem com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021, a qual foi emitida em 16 de fevereiro de 2022, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

5.3. Execução do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) do período de 2021

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 62.º do EOCC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do plano de atividades e do orçamento da Ordem.

Para o efeito, constata-se que o Relatório e Contas do período de 2021 apresentado pelo CD, inclui informação relativa a rendimentos e gastos desagregados quanto à sua natureza, apresentando os respetivos desvios face ao orçamentado e as justificações referentes aos principais desvios ocorridos, incluindo os derivados da pandemia de Covid-19, as quais nos parecem adequadas.

5.4. Matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas

Para as matérias que considerámos de maior importância e que designámos de matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas, procedemos à identificação sintética dos procedimentos realizados.

Descrição das matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas	Síntese dos procedimentos realizados com respeito às matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas
<p>Impactos operacionais e económico-financeiro da situação de pandemia de Covid-19</p> <p>O prolongar da situação pandémica provocada pelo vírus designado de Covid-19 continuou, durante o período findo em 31 de de-</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento das medidas operacionais implementadas pelo CD e divulgadas no subcapítulo “Práticas e Medidas - Covid-19” do capítulo “XIV.a - Relato não financeiro – Modelo de governação” do Relatório e Contas do período de 2021, no âmbito dos pla-



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

<p>zembro de 2021, a afetar o normal funcionamento das organizações. Não obstante a capacidade de adaptação organizacional patenteada pela Ordem, as políticas de combate à pandemia mantiveram os seus impactos, designadamente, impossibilitando atividades de proximidade pessoal, tais como a formação presencial. Face ao exposto, o CF considera os efeitos da situação pandémica como uma matéria significativa.</p>	<p>nos de contingência adotados;</p> <ul style="list-style-type: none">▪ Acompanhamento dos impactos económicos e financeiros, incluindo, o impacto nos resultados, nos fluxos de caixa e nos riscos de recuperabilidade de ativos [notas 3.1 a3), 10.3 e 14.7 do Anexo]; e▪ Revisão das divulgações efetuadas pelo CD nos três Relatórios Integrados Interca-lares (RII) trimestrais emitidos no decurso do período.
<p>Sistema de Controlo Interno ('SCI')</p> <p>O SCI integra as políticas e procedimentos adotados pelo CD, tendo em vista assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente da atividade, incluindo a aderência às políticas do órgão de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de fraude e erro, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.</p> <p>Consequentemente, dada a relevância do SCI, a sua melhoria continua é sempre considerada pelo CF como matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ Observámos que os auditores identificaram oportunidades de melhoria ao nível do SCI, mas não comunicaram deficiências consideradas significativas;▪ Em linha com os períodos anteriores, as referidas oportunidades incluem a formalização escrita de procedimentos, bem como a necessidade do reforço da segregação de funções em determinadas áreas e o reforço de automatizações; e▪ No decorrer de 2021, a evolução destes processos encontra-se, de certa forma, condicionada pelo contexto pandémico e pelo enfoque nos diversos processos de melhoria em curso, tais como o processo de transformação digital e o crescimento da plataforma <i>TOConline</i>.



ORDEM
 DOS CONTABILISTAS
 CERTIFICADOS

<p>Áreas de risco de distorção material das demonstrações financeiras</p> <p>As áreas de risco de distorção material devido a fraude ou a erro, ao nível das demonstrações financeiras e ao nível da asserção, são aquelas que, apresentando-se materialmente relevantes, são mais suscetíveis a distorção em função de uma variedade de fatores.</p> <p>Consequentemente, em face do descrito, tomámos conhecimento que os auditores consideraram como áreas de risco de distorção material, as seguintes: reconhecimento do rédito, derrogação de controlos pelo órgão de gestão, provisões para outros riscos e encargos e especialização de gastos.</p> <p>Face ao exposto, o CF considera que as áreas supra referidas são matérias significativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para as áreas de risco de distorção material referidas, solicitámos e obtivemos do auditor a descrição dos procedimentos realizados tendo em vista mitigar os riscos identificados; e ▪ Procedemos, igualmente, a um conjunto de procedimentos de revisão analítica, a indagações e, designadamente, no que concerne a provisões e passivos contingentes (nota 14.8 do Anexo), reunimos com os consultores jurídicos internos da Ordem.
<p>TOConline</p> <p>A Ordem mantém o projeto <i>TOConline</i>, o qual proporciona suporte informático a um conjunto alargado de contabilistas certificados, projeto sobre qual pende contencioso entre várias <i>software houses</i> e a Ordem.</p> <p>Os rendimentos e os gastos inerentes ao <i>TOConline</i> têm um impacto relevante no orçamento e nas contas da instituição.</p> <p>Por estes motivos, o CF considera os rendimentos obtidos e os gastos incorridos no âmbito do projeto <i>TOConline</i> como uma matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Indagações ao auditor e à Direção financeira da Ordem, relativas à confirmação externa efetuada aos advogados que se relacionam com a Ordem; ▪ Procedimentos de revisão analítica à evolução das rubricas de rendimentos e gastos relacionadas com o <i>TOConline</i>; ▪ Inspeção documental numa base amostral; e ▪ Análise do conteúdo das divulgações efetuadas no Relatório e Contas do período de 2021.



ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

5.5 Outros Procedimentos

Foram ainda desenvolvidos, designadamente, os seguintes procedimentos:

- a) Leitura das atas e dos resumos das deliberações do CD do período de 2021 e até à última reunião realizada em 11 de fevereiro de 2022;
- b) Análise da documentação de suporte à contabilidade, numa base mensal e por amostragem, efetuando sugestões/recomendações aos Serviços da Ordem e ao CD;
- c) Indagações ao CD e aos responsáveis pela área contabilística e financeira;
- d) Verificação num serviço de filtragem *Anti Money Laundering*, dos membros do CD, do CJ e do CF;
- e) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pela Ordem, de acordo com a normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL);
- f) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- g) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua adequada divulgação no Anexo;
- h) Análise do Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021, o qual descreve as atividades dos Órgãos, dos departamentos e Serviços da Ordem, bem como proporciona informação de desempenho não financeiro, designadamente, sobre questões ambientais e relativas aos seus membros e colaboradores; e
- i) Análise do conteúdo dos Relatórios Integrados Intercalares (RII) referentes ao primeiro trimestre, primeiro semestre e terceiro trimestre de 2021, tendo apresentado sugestões de melhoria quanto à informação a divulgar através desse documento.

6. PARECERES E RELATÓRIOS EMITIDOS

Durante o período de 2021 e até à presente data, foram emitidos os seguintes relatórios e pareceres:



ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

6.1. Parecer sobre o PAO para o período de 2022

Não obstante o art.º 62.º do EOCC não estabelecer a obrigação do CF emitir parecer sobre o PAO, foi o mesmo solicitado pelo CD. Nesta conformidade, o CF emitiu o parecer sobre o PAO para o período de 2022, em 17 de fevereiro de 2022.

6.2. Pareceres sobre o Relatório e Contas dos períodos de 2020 e 2021

Nos termos da alínea c) do art.º 62.º do EOCC, o “*Parecer do Conselho Fiscal*” sobre o Relatório e Contas dos períodos de 2020 e 2021 foi emitido em 16 de fevereiro de 2021 e em 17 de fevereiro de 2022, respetivamente.

6.3. Relatório Anual da Atividade do CF referente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e em 31 de dezembro de 2021

Nos termos da alínea d) do art.º 62.º do EOCC, além do presente relatório, em 16 de fevereiro de 2021 foi emitido o “*Relatório Anual da Atividade do CF referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020*”.

7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E OUTRAS REALIZAÇÕES DA ORDEM

Durante o período de 2021 o CF acompanhou a vida da Ordem, assistindo a eventos *online* promovidos pelo CD, designadamente, conferências, formações e reuniões livres.

Participou ainda nas reuniões da AR realizadas nos dias 5 de março e 9 de julho de 2021.

8. NOTA FINAL

Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

Lisboa, 17 de fevereiro de 2022.

O CONSELHO FISCAL,

Mário da Cunha Guimarães | Presidente

Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Revisor Oficial de Contas



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante “Ordem”) relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2021, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência do Conselho Diretivo (doravante “CD”).

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, conforme consta detalhadamente no *“Relatório Anual da Atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021”*, tendo recebido do CD e dos Serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinámos as demonstrações financeiras da Ordem, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 30.114.584 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.124.138 euros, incluindo um resultado líquido do período de 205.629 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao período findo naquela data.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do período de 2021, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por *“BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.”*, representada por Pedro Aleixo Dias, Revisor Oficial de Contas, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2021, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal das Contas, a qual foi emitida em 16 de fevereiro de 2022, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da Ordem e ou os preceitos legais aplicáveis.



ORDEM
DOS CONTABILISTAS
CERTIFICADOS

Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante “CF”) é de **parecer** que a Assembleia Representativa:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2021, tal como foram apresentados pelo CD; e
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2021 proposta pelo CD.

Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 17 de fevereiro de 2022.

O CONSELHO FISCAL,

Mário da Cunha Guimarães | Presidente

Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Revisor Oficial de Contas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS** (adiante também designado por OCC ou ORDEM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 30 114 584 euros e um total dos fundos patrimoniais de 21 124 138 euros, incluindo um resultado líquido de 205 629 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da OCC em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da ORDEM nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da OCC de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato



- Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
 - (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
 - (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
 - (v) avaliação da capacidade da ORDEM de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da OCC, responsabilidades estas entendidas no âmbito geral das competências de fiscalização ainda que não expressamente previstas nos Estatutos.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da ORDEM;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;



- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da ORDEM para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a ORDEM descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a OCC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de fevereiro de 2022

Pedro Aleixo Dias
(ROC nº 725, inscrito na CMVM sob o nº 20160361)
em representação de
BDO & Associados - SROC

